

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

ROBERTA GABRIELA NUNES RIBEIRO

**A LUTA DE MULHERES EM PROCESSOS ORGANIZATIVOS EM BUENAVENTURA,
COLÔMBIA**

Belo Horizonte
2023

Roberta Gabriela Nunes Ribeiro

A luta de mulheres em processos organizativos em
Buenaventura, Colômbia

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Ana Marcela Ardila Pinto
Coorientadora: Natalia Quiceno Toro

Belo Horizonte
2023

301 Ribeiro, Roberta Gabriela Nunes.
R4841 A luta de mulheres em processos organizativos em
2023 Buenaventura, Colômbia [manuscrito] / Roberta Gabriela
Nunes Ribeiro. - 2023.
231 f.
Orientadora: Ana Marcela Ardila Pinto.
Coorientadora: Natalia Quiceno Toro.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas
Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
Inclui bibliografia.

1. Sociologia – Teses. 2. Ação coletiva - Teses.
3. Buenaventura (Colômbia) – História - Teses. 4. Mulheres -
Teses. I. Ardila, Ana Marcela. II. Quiceno Toro, Natalia.
III. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de
Filosofia e Ciências Humanas. IV. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Aos 20 (vinte) dias do mês de Janeiro de 2023 (dois mil e vinte e três), reuniu-se a Banca Examinadora de Defesa de Dissertação de Mestrado da discente **Roberta Gabriela Nunes Ribeiro**, intitulada: "**A LUTA DE MULHERES EM PROCESSOS ORGANIZATIVOS EM BUENAVENTURA, COLÔMBIA: CONSTRUINDO PAZ EM CIMA DA GUERRA**". A banca foi composta pelos (as) professores (as) doutores (as): **Ana Marcela Ardila Pinto** - Orientadora (DSO/UFMG), **Natalia Quiceno Toro** - Coorientadora (Universidad de Antioquia), **Carla Silva de Ávila** (Universidade Católica de Pelotas) e **Yumi Garcia dos Santos** (DSO/UFMG) . Procedeu-se a arguição, finda a qual os membros da Banca Examinadora reuniram-se para deliberar, decidindo por unanimidade pela:

Aprovação da Defesa (x)

Reprovação da Defesa()

Belo Horizonte, 20 de janeiro de 2023.

Assinatura dos membros da banca examinadora:



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Quiceno Toro, Usuário Externo**, em 22/01/2023, às 19:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Yumi Garcia dos Santos, Professora do Magistério Superior**, em 23/01/2023, às 19:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Marcela Ardila Pinto, Professora do Magistério Superior**, em 24/01/2023, às 14:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carla Silva de Ávila, Usuário Externo**, em 20/04/2023, às 14:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2023638** e o código CRC **F307059E**.

Referência: Processo nº 23072.202588/2023-91

SEI nº 2023638

Agradecimentos

Pesquisa se faz no coletivo, nunca individualmente. Este trabalho é resultado de muitos encontros, diálogos e pessoas que contribuíram. Agradeço à Ana Marcela Ardila pela orientação, por ter impulsionado o mergulho na disciplina e me guiado nos passos de teorizar a realidade e buscar formas de observá-la. À Natália Quiceno, agradeço pelo privilégio de aprender e de ouvi-la e pelas conexões compartilhadas. À Yumi Garcia, pelo olhar atento. À Carla Ávila, pela troca e sugestões que muito contribuíram. Sou grata aos colegas do CEURB que trouxeram perguntas e aportes, e a Renata, secretária do PPGS da UFMG, que deu suporte desde o ingresso até este momento.

Em um contexto de pandemia e de poucos contatos físicos, agradeço a quem caminhou comigo com afeto, apoio e companheirismo, de longe e de perto. Ao meu pai, com apoio e incentivo. À minha mãe e irmãos pela compreensão da ausência. À Yanaki e Amaru, por serem lar em terras mineiras e terem me ensinado a brincar com as faltas. Aos amigos e amigas, que me deram força e afeto. À Sarah e a Camila, em especial, por me incentivarem a seguir e por cada dica e recomendação. À Jéssica, pelo companheirismo, compreensão e escuta. À Carla por seu acolhimento que contribuiu para que eu seguisse um passo de cada vez.

Durante a viagem para a Colômbia, encontrei respostas para perguntas que sequer tinha elaborado e pressupostos deram lugar ao que emergia do campo, além de perceber que no caminho da pesquisa há o corpo que atravessa: mulher cis, branca, estrangeira. Nessa etapa, são muitos os agradecimentos. Primeiro, ao apoio de Wellington Carneiro, que me recebeu e apresentou as lideranças ainda em 2016. Sou grata a Alanis Bello pelo acolhimento e por ter me apresentado Mayerlin Caicedo. Maye teve muita generosidade dividindo sua casa, amigos, e muitos diálogos sobre o campo de pesquisa e a vida. Agradeço a contribuição da Secretaria das Mulheres, Igualdade de Gênero e Igualdade de Direitos de Buenaventura, especialmente Edna, Eiling e toda sua poesia, e a receptividade de Colombia. Sou grata a cada interlocutora que confiou a mim a escuta de parte de suas trajetórias e a parceria com Isis Medeiros, que produziu os registros fotográficos e dividiu o desafio de trilhar caminhos desconhecidos. E, como prometido, ao José, Eliana, Michele e Caio que fizeram com que embarcar na viagem de campo fosse possível. Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) pela bolsa que permitiu o desenvolvimento da pesquisa.

Mi lindo Buenaventura
Buenaventura, puerto alegre,
 Puerto bello y sin igual
 Por eso te quiero tanto
 Eres mi litoral.

 Eres muy espléndida
 Muy digna de admiración
Con tus playas tan hermosas
 Con tu canto y tu folclor.

 En las mañanas el sol sale
A calentar este bello puerto,
 Las aves cantan alegres
 Los peces nadan contentos.

 En las fiestas patronales
 Se viste de alegrías
 Ballan las palmeras
 Y canta la marimba.

 Caracoles, almejas
 Y estrellas de mar
Circundan las playas
 De mi litoral.

 Olas sonrientes
 Desde lejos se ven,
Orillarse a las playas
 Y alejarse después.

(JIMÉNEZ, 2021, p. 131)

Resumo

No Distrito de Buenaventura, no Pacífico colombiano, processos organizativos liderados por mulheres negras atuam na defesa de direitos e identidades. A Colômbia há mais de cinco décadas enfrenta um aumento da violência no marco do conflito armado, e uma economia de guerra em interação com diferentes agentes. O objetivo desta pesquisa foi analisar as Molduras Interpretativas de Ação Coletiva (MIACs) dos processos organizativos. Para isso, foi realizada uma pesquisa qualitativa, num estudo compreensivo e descritivo por meio de entrevistas e de análise de conteúdo categorial, com suporte nas teorias dos movimentos sociais. Observando o que o individual informa do coletivo, foram analisadas as interpretações compartilhadas de sete organizações em relação aos problemas diagnosticados, as estratégias para enfrentá-los e de como constroem identidades coletivas capazes de mobilizar a ação. Destacam-se a agência de lideranças, a conformação de vínculos do local ao global, as estratégias empregadas a partir de um arsenal cultural e simbólico que são elaboradas considerando quem são, contra o quê e quem lutam.

Palavras-chaves: Ação coletiva, Repertórios de Ação, Buenaventura

Resumen

En el Distrito de Buenaventura, en el Pacífico colombiano, procesos organizativos liderados por mujeres negras actúan en defensa de derechos e identidades. Desde hace más de cinco décadas, Colombia enfrenta un incremento de la violencia en el marco del conflicto armado, y una economía de guerra en interacción con diferentes agentes. El objetivo de esta investigación fue describir y analizar los Marcos Interpretativos de Acción Colectiva (MIAC) de los procesos organizacionales. Para tal fin, se realizó una investigación cualitativa, en un estudio integral y descriptivo a través de entrevistas y análisis de contenido categórico, sustentado en las teorías de los movimientos sociales. Observando lo que el individuo informa sobre el colectivo, se analizaron las interpretaciones compartidas de sete organizaciones sobre los problemas diagnosticados, las estrategias para enfrentarlos y cómo construyeron identidades colectivas capaces de movilizar la acción. Destaco la gencia de lideresas, la conformación de vínculos desde lo local a lo global, y las estrategias empleadas desde un arsenal cultural y simbólico considerando quién son, contra qué y quién luchan.

Palabras-clave: Acción colectiva, Repertorios de acción, Buenaventura

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1. DISPOSITIVOS LEGAIS DE PROTEÇÃO DAS MULHERES NO CONFLITO ARMADO COLOMBIANO.....	41
QUADRO 2. LISTA DE PROCESSOS ORGANIZATIVOS QUE INTEGRAM A PESQUISA.....	70
QUADRO 3. DADOS DAS INTERLOCUTORAS ENTREVISTADAS.....	71
QUADRO 4. ATORES IDENTIFICADOS EM <i>RED MARIPOSAS DE ALAS NUEVAS CONSTRUYENDO EL FUTURO</i>	96
QUADRO 5. ATORES IDENTIFICADOS EM <i>MADRES POR LA VIDA</i>	101
QUADRO 6. MIAC <i>MADRES POR LA VIDA</i>	108
QUADRO 7. ATORES IDENTIFICADOS NA ORGANIZAÇÃO 7	111
QUADRO 8. MIACS <i>ORGANIZAÇÃO 7</i>	112
QUADRO 9. ATORES IDENTIFICADOS EM <i>ASOCIACIÓN DE MUJERES Y HOMBRES DE TRIANA</i>	116
QUADRO 10. LISTA DOS ENCONTROS ANUAIS (2010-2022).....	119
QUADRO 11. ENQUADRAMENTO MIAC <i>ASOCIACIÓN DE MUJERES Y HOMBRES DE TRIANA</i>	122
QUADRO 12. ATORES IDENTIFICADOS EM <i>FUNDACIÓN DESPLAZADOS DEL PACÍFICO COLOMBIANO</i>	126
QUADRO 13. MIAC <i>FUNDACIÓN DESPLAZADOS DEL PACÍFICO COLOMBIANO</i>	127
QUADRO 14. ATORES IDENTIFICADOS <i>REDMUPAZ</i>	130
QUADRO 15. MIAC <i>REDMUPAZ</i>	131
QUADRO 16. ATORES IDENTIFICADOS <i>FUNDAPRODUCTIVIDAD</i>	134
QUADRO 17. MIAC <i>FUNDAPRODUCTIVIDAD</i>	136
QUADRO 18. ENQUADRAMENTO DIAGNÓSTICO DAS ORGANIZAÇÕES.....	139
QUADRO 19. INCENTIVOS E DESINCENTIVOS DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES	155

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1. BUENAVENTURA, COLÔMBIA	20
FIGURA 2. LOCALIZAÇÃO DE BUENAVENTURA, VALLE DEL CAUCA, COLÔMBIA	21
FIGURA 3. SUBDIVISÃO DE <i>COMUNAS</i> NA ÁREA URBANA DE BUENAVENTURA	21
FIGURA 4. SUBDIVISÃO DE REGIÕES NATURAIS COLÔMBIA	22
FIGURA 5. <i>MALECÓN BAHÍA DE LA CRUZ</i> EM BUENAVENTURA	23
FIGURA 6. BUENAVENTURA, COLÔMBIA	24
FIGURA 7. PORTO MARÍTIMO DE BUENAVENTURA SOBRE O OCEANO PACÍFICO.....	24
FIGURA 8. POPULAÇÃO OCUPADA (%) SEGUNDO TIPOS DE ATIVIDADE EM BUENAVENTURA (2018).....	27
FIGURA 9. TIPOS DE VITIMIZAÇÃO EM BUENAVENTURA (1985-2022)	29
FIGURA 10. CONSELHOS COMUNITÁRIOS E MASSACRES EXECUTADOS PELO BLOQUE CALIMA	31
FIGURA 11. TOTAL DE VÍTIMAS DE HOMICÍDIO POR ANO EM BUENAVENTURA (1985-2021).....	32
FIGURA 12. VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL EM BUENAVENTURA (1985-2022)	33
FIGURA 13. SÍNTESE DAS MIACs	60
FIGURA 14. MAPA DE ATORES DE <i>RED MARIPOSAS DE ALAS NUEVAS CONSTRUYENDO EL FUTURO</i>	96
FIGURA 15. ENQUADRAMENTO MIAC <i>RED MARIPOSAS DE ALAS NUEVAS CONSTRUYENDO FUTURO</i>	98
FIGURA 16. MAPA DE ATORES <i>MADRES POR LA VIDA</i>	101
FIGURA 17. COLCHA DA MEMÓRIA	104
FIGURA 18. MURAL <i>MADRES POR LA VIDA</i>	106
FIGURA 19. AUDIÊNCIA DE MEDIDAS CAUTELARES – 2021.....	107
FIGURA 20. MAPA DE ATORES ORGANIZAÇÃO 7.....	112
FIGURA 21. VÍNCULOS DA ASOCIACIÓN DE MUJERES Y HOMBRES DE TRIANA	117
FIGURA 22. CASA DA MEMÓRIA DE TRIANA.....	121
FIGURA 23. MAPA DE REDES DA <i>FUNDACIÓN DESPLAZADOS DEL PACÍFICO COLOMBIANO</i>	126
FIGURA 24. PALESTRA PEDAGÓGICA EM CARVOARIA FOTO: AUTORA	128
FIGURA 25. CARVOARIA EM BUENAVENTURA FOTO: ISIS MEDEIROS (2022)	129
FIGURA 26. MAPA DE ATORES <i>REDMUPAZ</i>	130
FIGURA 27. LUCÍA SOLIS E GARRAFAS DE VICHE DE SUA MARCA REGISTRADA.....	134
FIGURA 28. MAPA DE ATORES <i>FUNDAPRODUCTIVIDAD</i>	135
FIGURA 29. PROPOSTA DE MOLDURAS INTERPRETATIVAS DAS AÇÃO COLETIVAS.....	137
FIGURA 30. MANIFESTAÇÃO EM MEMÓRIA DE LINA	141
FIGURA 31. MAPA DE REDES E VÍNCULOS ENTRE OS PROCESSOS ORGANIZATIVOS.....	181
FIGURA 32. OPORTUNIDADES POLÍTICAS E DE CONTEXTO	190

LISTA DE SIGLAS

ACNUR	Alto-comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
AFRODES	<i>Asociación Nacional de Afrocolombianos Desplazados</i>
AUC	<i>Bloque Calima de las Autodefensas Unidas de Colombia</i>
CC-AMDCA	<i>Consejo Comunitario Mayor de Comunidades Negras de la Cuenca Alta y Media del Río Dagua</i>
CNMH	Centro Nacional de Memória Histórica
CNPV	<i>Censo Nacional de Población y Vivienda</i>
DANE	Departamento Administrativo Nacional de Estatística
GEIH	<i>Gran Encuesta Integrada de Hogares</i>
IPM	Índice de Pobreza Multidimensional
MIACs	Molduras Interpretativas da Ação Coletiva
MOVICE	<i>Movimiento de Víctimas de Crímenes de Estado</i>
NARP	Comunidades Afro-colombianas
NBI	Necessidades Básicas Insatisfeitas
NOMADESC	<i>Asociación para la Investigación y la Acción Social</i>
PCN	Processo de Comunidades Negras
PIO	Política Pública de Igualdade de Oportunidades
RUV	Registro Único de Víctimas
SINTRAUNICOL	<i>Sindicato de Trabajadores y Empleados Universitarios de Colombia</i>
TMR	Teoria da Mobilização de Recursos
TNMS	Teoria dos Novos Movimentos Sociais
TPP	Teoria do Processo Político
UPV	<i>Unidad para las Víctimas</i>

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	APROXIMAÇÃO DO CONTEXTO	20
2.1	Localização e características	20
2.2	Conflito armado	27
2.2.1	A economia da guerra	34
2.2.2	Violência sexual e de gênero	39
2.2.3	<i>Desarraigo</i>	43
3	APROXIMAÇÃO DO TEMA	45
3.1	Raça e gênero: de quais mulheres?	45
3.2	Processos organizativos na Colômbia	50
3.3	Movimentos sociais	54
4	MARCO TEÓRICO	58
4.1	Enquadramentos	58
4.1.1	Tarefas centrais	61
4.1.2	Fatores variáveis nos enquadramentos	62
4.1.3	Criando as Molduras Interpretativas de Ação Coletiva	64
4.2	Oportunidades políticas e de contexto	65
4.3	Repertórios de ação coletiva	67
5	DESENHO METODOLÓGICO	69
5.1	A pesquisadora na pesquisa e a inserção no campo	73
5.2	As interlocutoras	77
5.2.1	Jade	77
5.2.2	Cinthia	80
5.2.3	Malaika	81
5.2.4	Luz Dary	82
5.2.5	Esmeralda	83
5.2.6	Dora	85
5.2.7	Margarida	87
5.2.8	Celina	88
5.2.9	Sandra	89
5.2.10	Samaria	90
5.3	Análise de categorias	92
6	AS LUTAS DAS ORGANIZAÇÕES	94
6.1	<i>Red Mariposas de Alas Nuevas Construyendo el Futuro</i>	94
6.1.1	Oportunidades	95
6.1.2	Repertório de ações coletivas	97
6.2	<i>Madres por la Vida de Buenaventura</i>	99
6.2.1	Oportunidades	100
6.2.2	Repertórios de ações coletiva	102
6.3	Organização 7	109
6.4	<i>Asociación de Mujeres y Hombres de Triana</i>	113
6.4.1	Oportunidades	115
6.4.2	Repertório de ações coletivas	119
6.5	<i>Fundación Desplazados del Pacífico Colombiano</i>	123
6.6	<i>Corporación Red Social de Mujeres Unidas Generadoras de Paz - Redmupaz</i>	127

6.7	<i>Fundaproductividad</i>	131
7	AS MOLDURAS INTERPRETATIVAS	137
7.1	Enquadramento diagnóstico	139
7.1.1	Violências raciais e de gênero	140
7.1.2	Violências ao território	148
7.1.3	Desenvolvimento excludente	153
7.2	Enquadramento motivacional e identidade coletiva: quem e porquê lutam?	155
7.2.1	Raça e gênero: direitos e reconhecimento	164
7.2.2	Território, corpo-território e desenvolvimento	169
7.3	Conflitos e negociações	176
8	COMO LUTAM?	181
8.1	Criando vínculos e redes	181
8.2	Repertórios e oportunidades	185
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS	192
	REFERÊNCIAS	197
	APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA	215
	APÊNDICE B – LISTA E DURAÇÃO DE ENTREVISTAS	219
	APÊNDICE C – LINHA DO TEMPO CASA DA MEMÓRIA DE TRIANA	220
	APÊNDICE D – ASSASSINATO E DESAPARIÇÃO FORÇADO NO PERCURSO DAS INTERLOCUTORAS	221
	APÊNDICE E – DESLOCAMENTO FORÇADO NO PERCURSO DAS INTERLOCUTORAS	222
	APÊNDICE F – REGISTROS FOTOGRÁFICOS	223
	ANEXO A – LISTA DE PUBLICAÇÕES ONLINE QUE MENCIONAM <i>FUNDAPRODUCTIVIDAD</i>	226
	ANEXO B – LISTA DE PUBLICAÇÕES QUE MENCIONAM ASSINATURA PÚBLICA DA <i>ASSOCIACIÓN MUJERES Y HOMBRES DE TRIANA</i>	227
	ANEXO C – LISTA DE MATÉRIAS ONLINE QUE MENCIONAM <i>RED MARIPOSAS DE ALAS NUEVAS CONSTRUYENDO EL FUTURO (2014-2022)</i>	230

1 INTRODUÇÃO

As populações negras, afro-colombianas e indígenas assumiram um papel relevante na construção dos territórios, práticas, tradições, e conhecimento para o estabelecimento de seus modos de ser, pensar e viver na Região do Pacífico colombiano (Escobar, 2004; Escobar et al., 2010; Restrepo et al., 2004; 2011; Lozano, 2016, Canavate, 2009). No marco do conflito interno colombiano, esses modos de vida têm sido alterados abruptamente por uma economia da guerra. A Colômbia vivenciou uma Guerra Civil (1958-2016) que perdurou por quase seis décadas e criou uma crise humanitária sem precedentes. Apesar do governo e das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) terem assinado um Acordo Definitivo de Paz em 2016, os conflitos continuam e se reconfiguram com a presença de outros grupos e dissidentes no período de pós-conflito ou pós-acordo.

Concomitantemente emergem ações de diversos atores com diferentes estratégias. Entre elas, as organizadas por mulheres negras, que em cima dos conflitos e violências dedicam-se a projetos coletivos. Esta pesquisa busca se aproximar dos entendimentos compartilhados que mobilizam a ação coletiva e as relações deles com as vivências de lideranças. Nos interessou como unidade de análise as organizações e suas lideranças para observar como definem as situações pelas quais irão lutar e a quem responsabilizam; de que modo criam uma identidade coletiva que as identifiquem e as motivem para a luta, quais as estratégias postas em cena e o que favorece ou desfavorece o acionar. Para isso, foi feito um estudo descritivo e compreensivo com o suporte da análise dos movimentos sociais.

O recorte estabelecido se dedicou a organizações do Distrito Especial, Industrial, Portuário, Biodiverso e Ecoturístico de Buenaventura¹, no *departamento*² de *Valle del Cauca* na Colômbia. Esta escolha justifica-se por ser uma cidade que chama a atenção pelos contrastes que representa. Tem um porto que integra um circuito econômico internacional, e junto a isso 63,5% dos domicílios da área urbana vivem em pobreza multidimensional e 91,6% da população da zona rural está em situação de vulnerabilidade (DANE, 2019). A população é composta por 90% de pessoas negras e afro-colombianas, 6% por indígenas e 4% por população mestiça, segundo as classificações do CENSO (LOPEZ; GALVÁN, 2018), e, apesar de sua

¹ Outorgado Distrito Especial, Industrial, Portuário, Biodiverso e Ecoturístico em 2007 pelo Congresso da República. Os distritos são entidades territoriais que possuem uma característica que as diferencia de outras (política, comercial, histórica, turística, cultural, industrial, ambiental, portuária, universitária ou fronteiriça). (BUENAVENTURA, 2013).

² Equivalente ao “Estado” em português.

riqueza cultural e social, é um Distrito empobrecido com baixas condições de qualidade de vida e altos índices de violência.

O Distrito já teve um dos maiores índices do país de população deslocada forçosamente e concentra alto fator de expulsão e de atração, sendo mais de 322.102 registros de vítimas³. Ainda que deslocar-se não seja uma novidade em um mundo em constante movimento, a crise humanitária atual demanda uma atenção para a interpretação do fenômeno do deslocamento interno forçado. No panorama internacional, segundo o Alto-comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), a Colômbia se configura o país com o maior número total de registro de deslocamento interno no mundo (ACNUR, 2021).

As causas do conflito são múltiplas e se diferenciam no tempo e lugar, pois o fenômeno não está ligado exclusivamente aos atores armados e suas ações. Diferentes modalidades e atores interagem. Entre eles, os interesses em relação aos territórios, os conflitos gerados por grandes projetos econômicos do Estado, o controle por zonas de extrativismo, a guerra civil e o narcotráfico e a relação de todos esses com a população civil. Essa multidimensão do conflito armado interno no país tem produzido uma grave violação de direitos humanos e do direito internacional humanitário. E apesar da guerra e dos diferentes tipos de violência alcançarem a todos e todas, nas lógicas do conflito há diferenças em como as mulheres negras são afetadas (GIRALDO, 2001; RUIZ, 2011; MEERTENS, 2006).

A Corte Constitucional da Colômbia a partir da sentença T-025 de 2004⁴, por meio de três Autos⁵, reconheceu a ocorrência de violações específicas no contexto de conflito para esses grupos. No Auto 092 de 2008, elencou dez fatores de risco a que as mulheres estão expostas. Entre eles estão: a violência sexual; exploração ou escravização; recrutamento forçado de filhos e filhas pelos atores armados; riscos derivados das relações familiares ou pessoais com integrantes de grupos armados ilegais ou Força Pública; pertencimento a organizações sociais,

³ São 308.247 ocorrências de vítimas (categoria que se refere às pessoas reconhecidas no marco da lei 1448 de 2008 que foram vítimas de um tipo vitimizante na Colômbia) e 237.908 vítimas declaradas (categoria que alude às pessoas que foram vítimas e narraram o tipo vitimizante ao Ministério Público), com data de corte de 31 de outubro de 2022, do período de 1985 a 2022. Não se referem à registros únicos de pessoas, pois uma mesma pessoa pode ter registrado mais de um tipo ou em diferentes momentos. (UNIDAD PARA LAS VICTIMAS, 2022)

⁴ Esta sentença declarou o Estado de Coisas Institucionais (ECI), pois o Estado colombiano não cumpriu com os padrões internacionais de atenção à população deslocada. (GUIMARÃES, 2017)

⁵ No Auto 004 de 2009 descreveu o risco do extermínio de povos indígenas pelo deslocamento forçado e da morte pela violência. No Auto 005 de 2009, o risco do racismo e da discriminação racial para afro-colombianos, da destruição das estruturas sociais, da desatenção para comunidades afro-colombianas envolvidas em atos de resistência e confinamento, entre outros. (CORTE CONSTITUCIONAL DE COLOMBIA, 2009a, 2009b)

comunitárias, políticas ou em liderança de promoção dos direitos humanos; perseguição e assassinato através de estratégias de controle coercitivo; assassinato ou desaparecimento de provedor econômico ou desintegração de grupos familiares e de redes de apoio material e social; desapropriação de suas terras e seu patrimônio; condição de discriminação e vulnerabilidade acentuada das mulheres indígenas e afrodescendentes; perda ou ausência de companheiro (a) ou provedor (a) econômico durante o processo de deslocamento (CORTE CONSTITUCIONAL DE COLOMBIA, 2008).

Reconhece-se que as formas de se organizar, mais ou menos formais, de mulheres negras do Pacífico não é algo recente (LOZANO, 2016, CANAVATE, 2009). Tal qual demonstra a literatura, mulheres que foram vítimas no conflito armado não são vítimas passivas e realizam diferentes modos de agir para lutar por seus objetivos. O trabalho de Natalia Quiceno Toro e Adriana Marcela Villamizar Gelves (2020) demonstra as estratégias de mulheres artesãs que têm gerado mudanças nos lugares usualmente concebidos a elas nas comunidades e nos processos organizativos, redefinindo espaços públicos e domésticos. Outros trabalhos de Toro (2015, 2016) abordam, a partir da etnografia, diferentes práticas cotidianas como formas de lidar com as irrupções da guerra e da violência.

A Corte Constitucional Colombiana, no Auto 098/13, também reconheceu que as mulheres têm realizado processos organizativos como forma de confrontar os ataques do conflito armado interno, seja por buscar melhorar as condições de vida de suas famílias e comunidades, impedir que elas ou pessoas próximas sejam vítimas da violência ou mesmo protestar contra a presença e/ou os efeitos da presença de atores armados sobre o meio ambiente e os recursos naturais (CORTE CONSTITUCIONAL DE COLOMBIA, 2013). Neste mesmo documento é mencionado que a *Defensoría del Pueblo* se pronunciou afirmando que:

“(…) Diante dos efeitos que o conflito tem deixado na população e da debilidade do Estado em muitas ocasiões para garantir às vítimas a verdade, justiça e reparação, as mulheres têm assumido um papel fundamental na superação de seus efeitos e na defesa e reivindicação de seus direitos. Por um lado, têm promovido e liderado processos organizativos que visam a recomposição e fortalecimento do tecido social e a exigibilidade dos seus direitos individuais e coletivos. E, por outro lado, assumiram tarefas como atendimento, acompanhamento e assessoria às vítimas nos casos em que nenhuma outra instituição se dispôs a fazê-lo. (CORTE CONSTITUCIONAL DE COLOMBIA, 2013, tradução própria)

Distantes da concepção por vezes propagada de passividade da população frente a esses enfrentamentos e de uma leitura estereotipada das mulheres em relação aos papéis de gênero

(MÉNDEZ, 2017; LÓPEZ, 2016; MELO, 2015), reconhece-se que diante de “geografias violadas”⁶ e o estabelecimento de ordens sociais que buscam o controle das interações sociais, das subjetividades e da vida cotidiana, emergem uma variedade de “práticas de reexistências”⁷ agenciadas e mobilizadas por coletivos e organizações que desafiam as lógicas impostas, entre elas as que são lideradas por mulheres (JARAMILLO-MARÍN, et al., 2019, p. 115).

Neste trabalho recorreu-se a abordagem de Molduras Interpretativas da Ação Coletiva (MIACs) que Benford e Snow (2000) propuseram para analisar a ação coletiva, observando os esquemas de interpretação nos quais as pessoas condensam aspectos do “mundo lá fora” para mobilizar integrantes e desmobilizar oponentes. Ou seja, o modo como as lideranças diagnosticam quais são os problemas, propõe como enfrentá-los e como engajar pessoas em prol da mesma causa (BENFORD; SNOW, 2000). Inspirados pelo conceito de “enquadramento” (*frame*) desenvolvido por Goffman (2012, p. 307), Snow e Benford e outros autores (GAMSON, 1992; 1995; TARROW, 2009; MCADAM et al. 1999) apoiados nesse conceito empregaram as MIACs como abordagem que contribuiu para o campo de estudos dos movimentos sociais ao considerarem o ator como um construtor ativo de significados e as dimensões simbólicas (PEREIRA, 2016).

O interesse em desenvolver a pesquisa teve início a partir do contato prévio com lideranças de organizações colombianas por meio do evento *Foro Internacional: Femicidios en grupos étnicos y racializados - Asesinatos de mujeres y acumulación global*, realizado em 2016, em Buenaventura. Atuando enquanto jornalista, fui recebida pelo representante da ACNUR no escritório de Buenaventura, que indicou o evento e organizações para as reportagens que tinha interesse em produzir. Neste encontro me afetei ao entrevistar mulheres que lideravam processos organizativos. Leia-se afetar no campo da pesquisa como “lente investigativa” pela qual as conexões da vida ordinária possibilitam desenvolver uma pesquisa na qual se exige outro gesto da pessoa pesquisadora, que não o do distanciamento (PESSOA; MARQUES; MENDONÇA, 2019, p. 8).

Ao propor este tema, as perguntas iniciais giravam em torno de inquietações em torno do “como”. Como o conflito armado afetava de modo diferencial as mulheres, como elas se interpretavam nesse emaranhado de situações, como construía novos vínculos, reconfiguravam projetos de vida individuais e coletivos, espacialidades e redes. Esses questionamentos foram se modificando até chegar a pergunta que busquei responder nesta

⁶ (JARAMILLO, et al., 2019)

⁷ (JARAMILLO, et al., 2019)

pesquisa: quais são as MIACs mobilizadas pelas lideranças de organizações em Buenaventura? O objetivo geral foi o de descrever e analisar quais são as Molduras Interpretativas de Ação Coletiva (MIACs) das organizações de Buenaventura. Para isso, são três os objetivos específicos: (1) Identificar as MIACs e como se estruturam nas organizações; (2) Analisar os repertórios de ação coletiva; (3) Relacionar as oportunidades políticas e de contexto com os repertórios de ação coletiva. Para desdobrar, busquei responder: a) como elaboram os repertórios de ação coletiva e quais são; b) quais são as oportunidades e restrições percebidas? c) como as organizações se articulam na conformação de vínculos?

Para atingir esses objetivos, a metodologia da pesquisa foi sendo redefinida no percurso a partir das mudanças de rotas necessárias devido aos desafios do trabalho de campo e as limitações do tempo. O desenho metodológico está composto pela fase exploratória, na qual foi feito o levantamento bibliográfico, um exercício contínuo durante todo o processo. Em seguida, realizou-se o trabalho de campo no período de 8 de março a 5 de abril de 2022, no Distrito de Buenaventura. Foram feitas entrevistas semi-estruturadas e abertas com dez lideranças de sete organizações, são elas: *Asociación de Mujeres y Hombres de Triana*, *Fundación de Desplazados del Pacífico Colombiano*, *FundaProductividad*, *Madres por la vida*, Organização 7⁸, *Red Mariposas de Alas Nuevas de Alas Nuevas Construyendo el Futuro* e *RedmuPaz*. Em relação à dimensão temporal, foi considerado o período de 2000 a 2022, referente a data em que a primeira organização foi conformada até agora.

Posteriormente, foi feita a análise de conteúdo categorial das entrevistas e a descrição dos resultados (BARDIN, 2011). Etapas realizada para codificar os componentes que compõe as MIACs, repertórios de ação coletiva e oportunidades políticas e de contexto, a partir das entrevistas. Foi adaptada e desenvolvida em três momentos: a pré-análise dos dados (organização do material das transcrições), a leitura inicial, a codificação e a criação das categorias de análise e as interpretações resultantes (BARDIN, 2011, p. 129). Foi a partir da dedução, codificação, e construção de categorias, operacionalizadas pela análise categorial, que relacionei o marco teórico e o que emergiu das entrevistas. Pondero que nesta pesquisa não se têm respostas definitivas, mas interpretações a partir da análise realizada, sem que seja possível generalizá-las. O que ofereço com essa dissertação é uma interpretação das dinâmicas de mobilização de organizações de mulheres negras em Buenaventura. Os esforços teóricos, práticos e metodológicos se voltaram para descrever o recorte da realidade social observada e buscar padrões articulados em suas práticas, interações e entendimentos de mundo.

⁸ Manteve-se o nome anônimo a pedido da organização.

Esta pesquisa justifica-se pela contribuição aos estudos das ações coletivas de mulheres em Buenaventura. Pois, ao se dedicar às lutas dessas lideranças, primeiro, se reconhece seus papéis como agentes sociais, culturais e políticas frente a uma produção acadêmica que por vezes não é construída por elas e, em sua maioria, aborda as mulheres negras afro-colombianas de modo estereotipado. Busca-se, portanto, produzir conhecimento a respeito dos enquadramentos interpretativos relacionados aos processos organizativos (CANAVATE, 2009), consciente do recorte enquanto pesquisadora branca, brasileira e mulher. Ao analisar os distintos repertórios de ações coletivas, reconhece-se seus modos de ser, fazer e saber como sujeitas históricas, construtoras de explicações e de interpretações de suas realidades sociais (CNMH, 2017, p. 18).

O texto está estruturado em nove capítulos. Neste primeiro, a introdução ao tema. O segundo apresenta o contexto, considerando a localização e as características de Buenaventura e justificando o porquê desta escolha. O terceiro apresenta as noções e categorias de raça e de gênero empregadas neste trabalho, um percurso por estudos dos processos organizativos colombianos, e uma aproximação aos estudos dos movimentos sociais. O capítulo quatro descreve o marco teórico das MIACs e as categorias a serem analisadas. No capítulo cinco, você encontrará o desenho metodológico e o detalhamento da relação pesquisadora-pesquisa. Em seguida, as sete organizações abordadas na pesquisa são apresentadas junto à proposta de leitura de seus enquadramentos. No capítulo sete destrincha-se as molduras interpretativas, colocando-as em relação para a análise do que se assemelham e se distanciam. O capítulo oito detalha os repertórios de ação coletiva e as oportunidades de contexto e políticas. E, por fim, no último capítulo estão as conclusões com uma síntese do percurso e dos resultados encontrados.

2 APROXIMAÇÃO DO CONTEXTO

Ao abordar as organizações em Buenaventura e suas reivindicações foi necessário se aproximar do contexto onde se inserem e as condições de vida da população. Neste capítulo, apresento a localização, as características do Distrito e uma breve inserção aos dados do conflito armado e os tipos de vitimização, dando ênfase ao deslocamento forçado e a violência sexual e de gênero.

Figura 1. Buenaventura, Colômbia

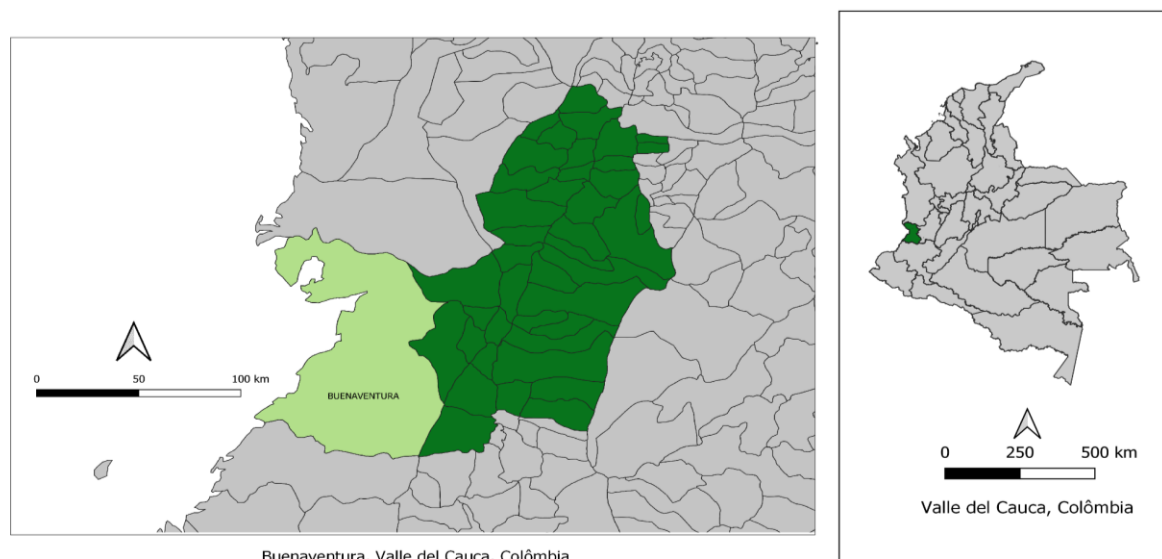


Foto: Isis Medeiros (2022)

2.1 Localização e características

No Valle del Cauca está o Distrito Especial, Industrial, Portuário, Biodiverso e Ecoturístico de Buenaventura, que possui a maior extensão do *departamento*. São 6.078 km², dos quais 99,64% correspondem à zona rural e 0,35% à zona urbana. Tem uma população estimada para 2021 de 313.508 habitantes, sendo conformada por 47,4% de homens, e 52,6% mulheres (DANE, 2020).

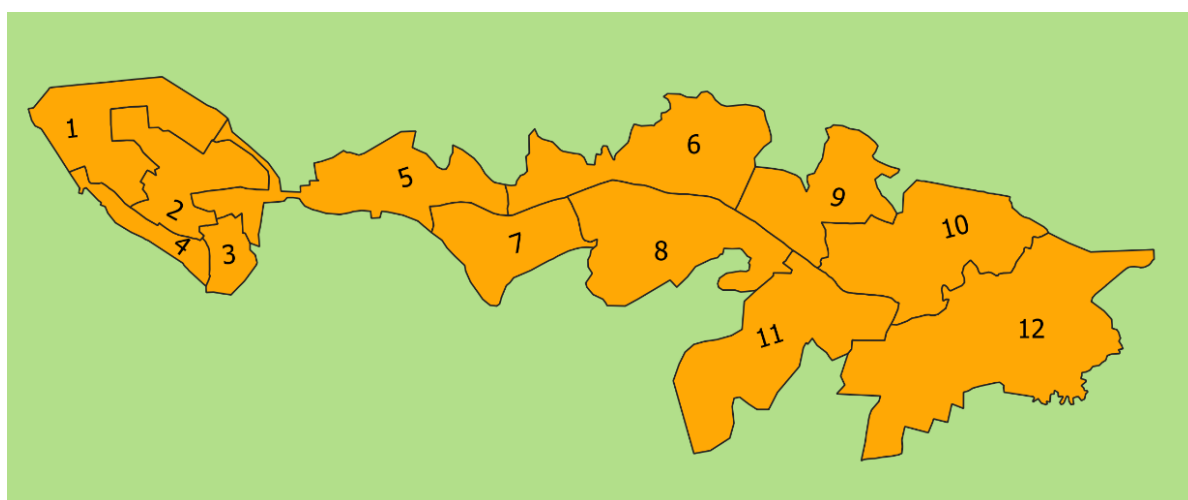
Figura 2. Localização de Buenaventura, Valle del Cauca, Colômbia



Fonte: elaboração própria/QGIS

Em Buenaventura, a área urbana é organizada em 12 *comunas*, com 157 bairros e *setores* distribuídos em uma zona insular (*comunas* 1 a 5), denominada *Cascajal*, na qual se concentra a maior parte das atividades econômicas, de prestação de serviços e da operação portuária, e em uma zona continental (*comunas* 6 a 12), onde predomina o uso residencial (ALCALDÍA DISTRITAL, 2017). As duas zonas se conectam pela ponte *El Piñal*.

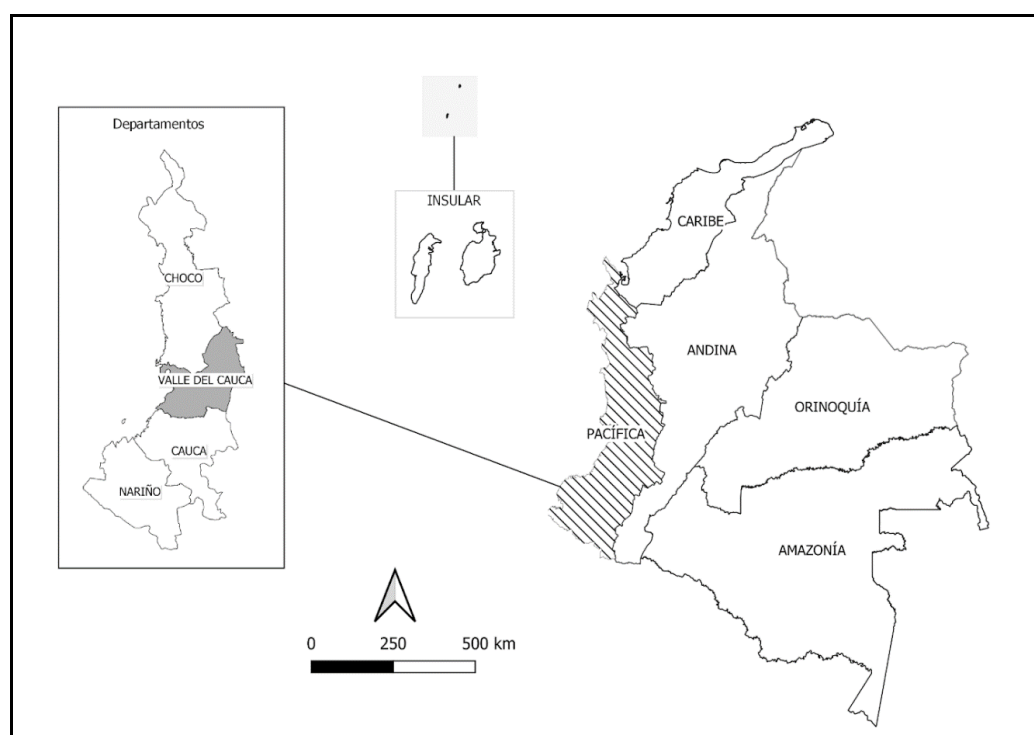
Figura 3. Subdivisão de *comunas* na área urbana de Buenaventura



Fonte: elaboração própria no QGIZ, com dados de datos.gov.co (2022)

Por sua vez, a zona rural é conformada por *corregimientos*⁹, Conselhos Comunitários, *Veredas*¹⁰ e resguardos indígenas. O Distrito conta com 11 bacias hidrográficas, das quais nove correspondem a rios de grande extensão e as outras são conformadas pelas Bahías de Buenaventura e Málaga. Nessas bacias, há 215 assentamentos rurais registrados (ALCALDÍA DISTRITAL, 2017). Buenaventura faz parte da Região do Pacífico Colombiano¹¹, um dos territórios tradicionais de populações negras e indígena e uma das seis regiões naturais da Colômbia, que político-administrativamente compreendem quatro *departamentos*: Chocó, Valle del Cauca, Cauca e Nariño.

Figura 4. Subdivisão de Regiões Naturais Colômbia



Fonte: Elaboração própria / QGIS

⁹ Os *corregimientos* consistem em divisões do território municipal que criam os Conselhos Municipais para melhorar a prestação de serviços e garantir a participação cidadã nos assuntos locais. São o elo entre a prefeitura, e agrupam as *veredas*. (SOCIEDAD GEOGRÁFICA DE COLOMBIA, [s.d.], p. 5)

¹⁰ *Vereda* é uma subdivisão administrativa que representa um lugar onde em algum momento algumas pessoas e famílias se estabeleceram e o conformaram. (SOCIEDAD GEOGRÁFICA DE COLOMBIA, [s.d.], p. 4)

¹¹ Elas são definidas a partir de suas dimensões físicas e ambientais. A Pacífica é reconhecida como uma unidade de paisagens de floresta úmida tropical e pela riqueza em flora e fauna, com uma das zonas mais úmidas do mundo. Está situada em uma zona de confluência intertropical entre o Oceano Pacífico e a Cordilheira dos Andes. Faz parte de uma unidade maior conhecida internacionalmente como Chocó Biogeográfico, que integra o leste do Panamá, a costa pacífica da Colômbia e o litoral do Equador (CASTELBLANCO, 2000, p. 39; MELO, 2015, p. 174). Os elementos (físicos e ambientais) que constituem o Pacífico como região têm sido criticados por não corresponderem às dinâmicas culturais e sociais da população. Ver Chasqui e Oliveira (2018).

Entre a montanha e o mar, com seus manguezais, estuários¹², rios, cachoeiras, florestas, praias e um clima quente e úmido é reconhecida também por sua biodiversidade. Já concentrou 60% dos recursos florestais do país e 80% do potencial pesqueiro nacional (GUTIERREZ, 2018, p. 99). A hidrografia influencia tanto as dinâmicas sociais e culturais como as atividades econômicas em torno dos rios e de seus afluentes — como as de mineração de ouro, prata, platina, magnésio, níquel, estanho e cobre (BECERRA et al., 2019, p. 24) e a da pesca.

Figura 5. *Malecón Bahía de la Cruz* em Buenaventura



Foto: Isis Medeiros (2022)

Ao apresentar Buenaventura, constantemente se articula a riqueza natural, o desenvolvimento, a desigualdade e a violência sistemática, e um dos motivos é a posição estratégica da cidade portuária que atrai o interesse de diferentes atores legais e ilegais (LÓPEZ; GALVÁN, 2018; BECERRA et al., 2019; ACOSTA-OIDOR; ORTIZ-PIEDRAHITA, 2022; ESCOBAR, 2004; OSLENDER, 2004; RESTREPO, 2013; RESTREPO, 2011) e acentua as disputas, a fragilidade institucional e abandono Estatal e as condições socioeconômicas precárias a que a população é exposta.

¹² Os *esteros* referem-se no Pacífico colombiano às áreas úmidas e pantanosas que margeiam os rios. Abrigam inúmeras espécies de flora e fauna, e também são utilizadas como rotas. (COMISIÓN DE LA VERDAD, 2019)

Figura 6. Buenaventura, Colômbia



Foto: Isis Medeiros (2022)

A localização do Distrito se destaca por ter o principal porto de carga marítima do Pacífico Sul e ter facilidades de conexão marítima com países asiáticos e costas equatorianas. De acordo com Melo (2021, p. 24), com informações da *Sociedad Portuaria Regional de Buenaventura* (SPRB), o porto mobiliza 85% da carga da costa Pacífica e 55% das exportações e importações nacionais, sem considerar o petróleo e o carvão.

Figura 7. Porto Marítimo de Buenaventura sobre o Oceano Pacífico



Fonte: Centro Nacional de Memória Histórica (2015, p. 32)

Mesmo com sua riqueza natural, cultural e social, o Distrito é empobrecido. Os indicadores de pobreza e Necessidades Básicas Insatisfeitas (NBI) demonstram a baixa qualidade de vida comparada com os dados nacionais. No relatório do DANE, a partir de dados do *Censo Nacional de Población y Vivienda* (CNPV) de 2018, Buenaventura apresenta 72,81% da população com NBI. Os dados alertam que 73,77% da população urbana e 64,4% da rural são consideradas pobres. Sendo que 9,6% e 28,75% vive em condições de miséria. A zona rural é a que acumula maior proporção de pessoas em miséria (DANE, 2020).

Tabela 1. NBI e Miséria em Buenaventura (%)

Pessoas em NBI - Buenaventura (2018)		Proporção de pessoas em miséria - Buenaventura (2018)	
Área	Proporção (%)	Área	Proporção (%)
<i>Cabecera</i> ¹³	73,77	<i>Cabecera</i>	9,6
Centros populacionais e rurais dispersos ¹⁴	64,4	Centros populacionais e rurais dispersos	28,75
Total	72,81	Total	11,56

Fonte: DANE (2020)

Outro dado é o do Índice de Pobreza Multidimensional¹⁵ (IPM). A nível nacional o valor é de 49% enquanto para Buenaventura está 66%. O DANE (2020) divulgou a partir dos dados do CNPV de 2018, que em Buenaventura, na relação da porcentagem de domicílios que enfrentam privações, o trabalho informal está em 88,6% e o desemprego de longa duração em 43,5% dos domicílios. Dos 15 indicadores, apresentam-se sete na Tabela 2.

Tabela 2. Domicílios que enfrentam privações por variável (%) em Buenaventura

Variável	Total	Cabeceiras	Centros populacionais e rurais dispersos
Analfabetismo	14,1	11,4	26,5
Baixo desempenho educacional	48,3	43,2	72,4
Abandono escolar	5,2	4,6	7,8
Atraso escolar	24,2	22,5	32,5

¹³ *Cabecera municipal* (CM) corresponde a área geográfica definida por um perímetro urbano onde localiza-se a sede administrativa de um município. (DANE, [s.d.], p. 1)

¹⁴ Conceito criado pelo DANE para identificar centros populacionais e que se define por uma concentração de pelo menos 20 moradias vizinhas localizadas na zona rural de um município/corregimiento. (DANE, [s.d.], p. 1)

¹⁵ Ele contém cinco dimensões (condições educacionais, da casa, da infância e juventude, de trabalho, de saúde e acesso a serviços públicos domiciliares e condições de moradia) e é mensurado por 15 indicadores. (DANE, 2019)

Desemprego de longa duração	43,5	41,2	54,3
Trabalho infantil	1,3	1	2,7
Trabalho informal	88,6	87,4	94,2

Fonte: autora, a partir de dados do DANE (2020) baseados no CNPV 2018

O baixo desempenho educacional se considerado o valor nacional (43,8) está próximo dos parâmetros, mas nos centros populacionais e rurais dispersos do Distrito a proporção é muito maior (DANE, 2020). Em relação à cobertura de serviços públicos nas residências, o acesso à internet, falta de água, saneamento básico é uma das queixas de diferentes organizações que têm sinalizado e denunciado principalmente no período de distanciamento social com a pandemia da Covid-19 (DANE, 2020; CONTAGIO RADIO, 2020). Mesmo com a riqueza hídrica, o acesso à água é intermitente.

Tabela 3. Cobertura de serviços públicos

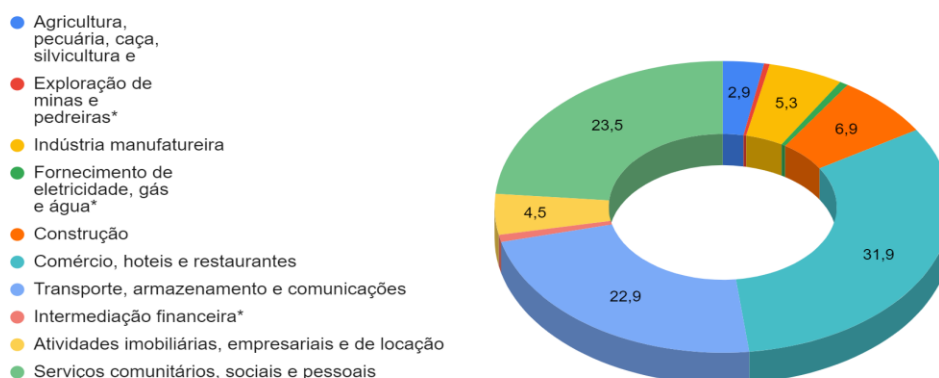
Tipo	Buenaventura	Valle del Cauca	Colômbia
Energia elétrica	90,80%	98,80%	96,30%
Água canalizada	73,20%	95,40%	86,40%
Sistema de esgoto	61,00%	90,60%	76,60%
Gás	56,50%	82,10%	67,30%
Coleta de lixo	78,20%	93,90%	81,60%
Internet	28,00%	56,00%	43,80%

Fonte: DANE (2020) com dados do CNPV 2018

Em relação ao mercado de trabalho, o Boletim do DANE (2020), com dados da *Gran Encuesta Integrada de Hogares* (GEIH) de 2019, demonstrou que a taxa global de participação no mercado de trabalho no Distrito foi de 63,5%, a taxa de ocupação¹⁶ 50,6%, e a de desemprego 20,3%. Comparado com os índices estaduais e nacionais, Buenaventura teve a maior taxa de desemprego (Valle del Cauca: 11,3%; Total nacional: 9,7%). Da população com alguma ocupação, os tipos de atividades exercidas mais registradas foram: o ramo de comércio, hotéis e restaurantes; serviços comunitários e sociais; e transporte, armazenamento e comunicações, que contempla também as atividades portuárias.

¹⁶ Relação de pessoas ocupadas e o total de pessoas que participam no mercado laboral.

Figura 8. População ocupada (%) segundo tipos de atividade em Buenaventura (2018)



Fonte: autora, elaborado a partir do Boletim do DANE¹⁷ com dados do GEIH

* Coeficientes de variação iguais ou superiores a 15%

Nota: A categoria "Não informa" não está incluída.

Pelo gráfico se percebe que as atividades do terceiro setor ocupam a segunda fatia com maior ocupação, o que dá pistas de uma concentração de atividades de intervenção social. Esta breve apresentação buscou contextualizar o que o trabalho de campo enunciou, destacando as atividades portuárias e a desigualdade social de sua população. Mas não pode ser lido de modo isolado. Observar as dinâmicas em Buenaventura demanda incluir o conflito armado, o desenvolvimento, as populações negras e indígenas (apesar de que nesta pesquisa aborda-se as mulheres negras, reconhece-se a pluralidade de contextos, vivências e contribuições das populações indígenas, que devido ao recorte do tema, não serão aprofundados), a desigualdade e a relação com a Região onde se insere.

2.2 Conflito armado

O conflito armado colombiano e os interesses econômicos no Distrito portuário resultam em consequências diretas para a população civil e na violação de direitos humanos. A violência centra-se na disputa territorial pelo controle e circulação de economias ilegais interagindo com diferentes atores. Pesquisas têm abordado o conflito armado em Buenaventura por cronologia, caracterizando os atores armados ilegais, ou reconstruindo a memória histórica desses eventos.

¹⁷ (DANE, 2019, p. 25)

(CNMH, 2015, 2019; CODHES, 2013; JUÁREZ, 2016; ACOSTA-OIDOR; ORTIZ-PIEDRAHITA, 2022; BECERRA et al., 2019).

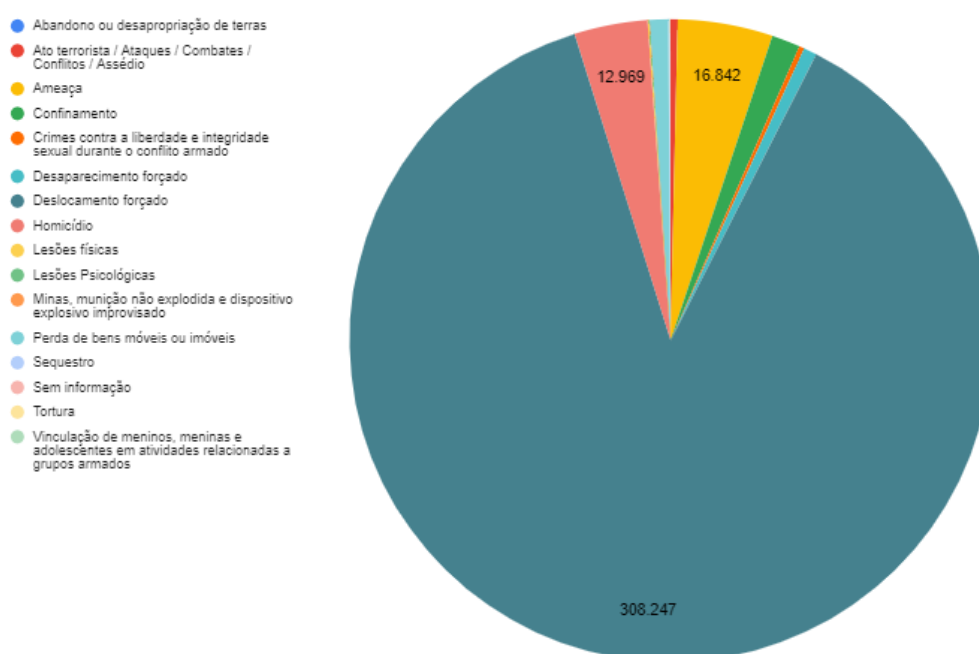
Em meio a diferentes explicações, López e Galván (2018, p. 532) e Becerra et al.; (2019) apresentam uma cronologia da violência na história recente do Distrito. Destaco três períodos para um recorte deste contexto. O primeiro refere-se a 1980 a 1989, com a chegada das FARC e o fortalecimento do narcotráfico. O segundo é de 1990 a 2004, com a inserção de paramilitares do *Bloque Calima de las Autodefensas Unidas de Colombia* (AUC) e, conseqüentemente, o cenário de disputa em um conflito armado político. Soma-se que na década de 90 ocorria a privatização do porto, e as FARC ingressaram à zona urbana para oferecer oportunidades de emprego e atender demandas sociais. Para a população civil, as disputas se refletiram em massacres, deslocamento forçados, e repertórios de medo (CNMH, 2015). Já em dezembro de 2004, *Bloque Calima* fez um acordo com o Estado para sua desmobilização. (LÓPEZ; GALVÁN, 2018, p. 532)

O terceiro período destacado pelos autores foi o de 2005 a 2014, que refletiu os impactos da desmobilização paramilitar e incrementou a disputa com outros grupos armados (principalmente nos anos 2011 a 2013 com os grupos *La Empresa, Los Urabeños, as FARC e o Ejército de Liberación Nacional*), junto a herança da “delinquência comum e organizada”. Coincide também com o desenvolvimento de megaprojetos portuários (LÓPEZ; GALVÁN, 2018, p. 532). Nesse, outros tipos de violência se consolidaram como as *casas de pique* — um lugar de tortura e desmembramento das pessoas; o recrutamento de crianças e jovens, e a violência sexual (CENTRO NACIONAL DE MEMORIA HISTÓRICA, 2015).

Por sua vez, López e Galván (2019) destacam três cenários relevantes: a *violência pública* (ações ou omissões por parte do Estado que geraram a violação dos direitos das comunidades ancestrais do território), *política* (reflete o conflito armado e a presença de atores legais e ilegais disputando o território e as comunidades, perpetrando tipos de violência sistematizada) e *a comum e organizada* (posta como uma herança do conflito, refere-se ao surgimento de atores que também produziam violências como a extorsão, roubo, ameaças, assassinatos). A violência pública, política e a comum e organizada não são segmentadas, como nessa descrição, mas podem se combinar. (BECERRA et al., 2019; LOPEZ; GALVÁN, 2018, p. 533)

Em Buenaventura, são 322.102 vítimas¹⁸ reconhecidas no marco do conflito armado colombiano, de 1985 a 2022, de acordo com o Registro Único de Víctimas (RUV), com dados de 31 de outubro de 2022. Foi a partir da vigência da lei 1448 de 2001 que se desenhou um conjunto de medidas de assistência, atenção e reparação integral às vítimas que tornou suscetível a indenização 13 tipos vitimizantes¹⁹ (COLOMBIA, 2011). Desses, a Figura abaixo mostra a proporção por tipos.

Figura 9. Tipos de vitimização em Buenaventura (1985-2022)



Fonte: elaboração própria com dados da Red Nacional de Información, data de corte 31 de outubro de 2022 (RUV, 2022)

¹⁸ Incluídas na categoria “víctimas ocurrencia”. Não se referem a registros únicos de pessoas (RUV, 2022).

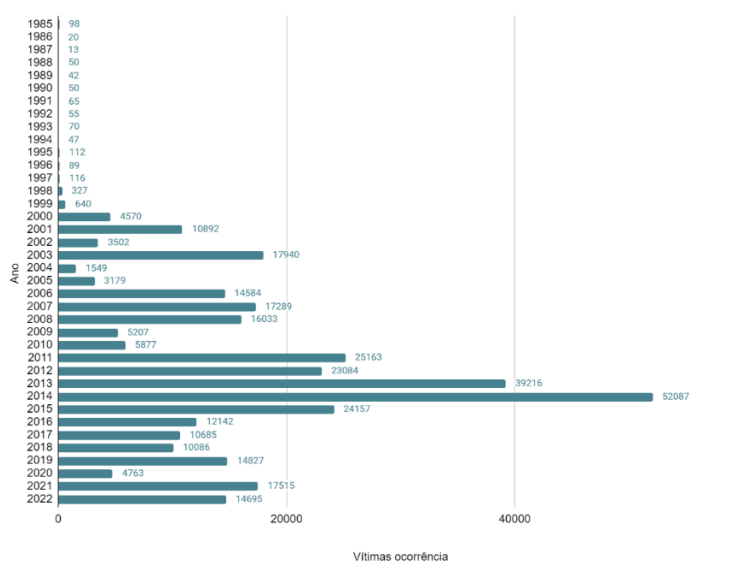
Durante a pesquisa, utilizo o dado de ocorrência de vítimas.

¹⁹ São os seguintes: 1. Abandono e desapropriação de terras (pessoas que sofreram desapropriação e abandono forçado dos direitos sobre os imóveis que habitavam); 2. Ameaça (vítimas de intimidação, física, verbal, psicológica); 3. Violência Sexual (formas de violência sexual cometidas durante o conflito armado interno como abuso, escravidão sexual, prostituição, esterilização e aborto forçados, entre outras); 4. Desaparecimento forçado (prisão, detenção, sequestro ou qualquer outra forma de privação de liberdade, seguida de recusa em reconhecer tal privação de liberdade ou ocultação do destino ou paradeiro da pessoa desaparecida); 5. Deslocamento forçado (situação de pessoas que deixam suas casas ou fogem devido a conflitos, violência, perseguição e violações de direitos humanos); 6. Homicídio; 7. Minas antipessoal, munição não detonada, artefato explosivo improvisado (pessoas que sofreram danos físicos e/ou psicológicos devido a este tipo de aparelho); 8. Sequestro (privação ilegal de uma pessoa ou grupo de pessoas da sua liberdade, normalmente por um determinado período de tempo, com o objetivo de obter um resgate); 9. Tortura (dano físico ou psicológico causado por um grupo fora da lei ou da força pública); 10. Recrutamento Forçado (retenção ilegal de crianças e adolescentes para uso bélico); 11. Confinamento (não permissão de comunidades realizem atividades devido à presença de grupos ilegais em seus territórios que impedem a mobilidade); 12. Vítimas de atos terroristas (vítimas de ataques, combates, confrontos, perseguições, atos terroristas); 13. Perda de bens ou imóveis (se bens foram abandonados). (MESA NACIONAL DE VÍCTIMAS, [s.d.]; COLOMBIA, 2011)

Nos dados nacionais, a partir do enfoque diferencial, 81,2% das vítimas se autorreconhecem em relação a pertencimento étnico como “nenhum”. Já em Buenaventura, ao adicionar etnia e “sexo”²⁰, percebe-se que há mais registros para mulheres negras (102.189) do que homens negros afro-colombianos (86.974), mas ambos são superiores a categoria etnia “nenhuma” (62.494 para as mulheres e 60.054 para os homens). Ou seja, em Buenaventura há mais registro de mulheres vítimas no conflito armado assim como no parâmetro nacional, mas diferentemente a população negra e afro-colombiana é mais atingida (RUV, 2022), refletindo a composição populacional.

Os números refletem, assim como no âmbito nacional, o deslocamento forçado como tipo vitimizante com maior número. O deslocamento interno forçado refere-se à situação em que pessoas deixam suas casas ou fogem devido a conflitos, violência, perseguição e violações de direitos humanos, no âmbito do conflito armado interno (MESA NACIONAL DE VÍCTIMAS, [s.d.]). Em Buenaventura, o período da chegada de paramilitares e as disputas entre atores armados coincide com o aumento no número de registro de deslocamento que passou de 640, em 1999 (o maior do período desde 1985), para 10.892 em 2001 (RUV, 2022) e com os outros dois períodos de violência (LOPEZ; GALVÁN, 2018, p. 533)

Tabela 1. Vítimas de deslocamento forçado por ano em Buenaventura (1985-2022)

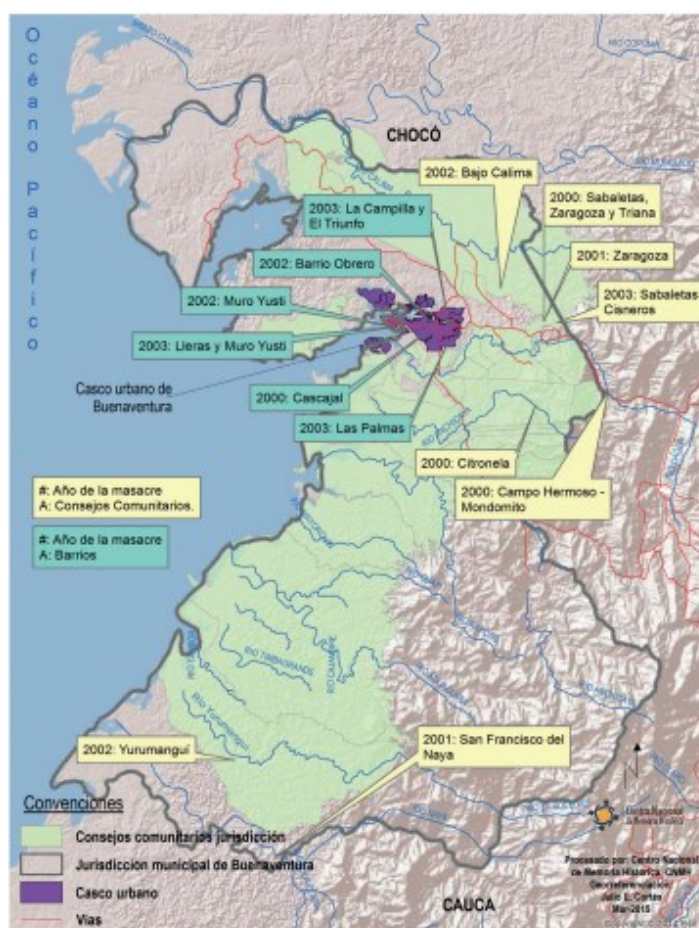


Fonte: elaboração própria, com dados da *Red Nacional de Información*, data de corte de 31 de outubro de 2022 (RUV, 2022)

²⁰ Categoria empregada pela *Unidad para las Víctimas (UPV)*.

Outro tipo vitimizante são os massacres que aumentaram com o crescimento do paramilitarismo no segundo período de violência, de 2000 a 2004, conhecido como a época das mil mortes²¹. Nesse mesmo ano, Buenaventura registrou 10 massacres, totalizando 63 vítimas. Em ordem cronológica, o Massacre de *Zabaletas* (11 de maio), vereda *Campo Hermoso* (21 de maio), bairro *Cascajal* (29 de maio), *Veredas Zaragoza, Katanga e Los Tubos* (10 de junho), na via *Cali–Buenaventura*, *Bairros La Playita e Muro Yusti* (17 de junho), *Corregimientos de Triana e Zaragoza* (26 de agosto), no bairro *Las Palmas* (06 de setembro), no Bairro *Lleras* (11 de novembro), na *cabecera* municipal (13 de novembro), e nos *corregimientos Cisneros, Peñitas e Veredas Playa Larga, La Guinea e Los Limones* (17 de dezembro). (CNMH, 2015, p. 229-230)

Figura 10. Conselhos Comunitários e massacres executados pelo Bloque Calima

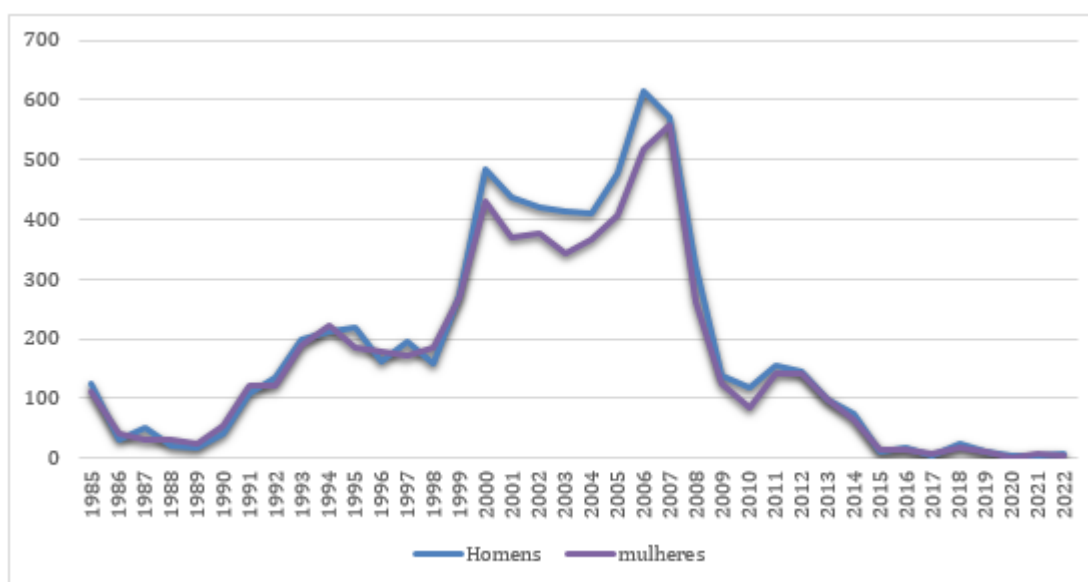


Fonte: Centro Nacional de Memória Histórica (2015, p. 108)

²¹ A ideia de Éver Veloza García, HH, o líder do *Bloque Calima*, era que 2000 fosse o ano dos 1000 mortos (CNMH, 2015).

Em 2004, no processo de desmobilização se tem uma diminuição de massacres e aumento de assassinatos seletivos, um modo de gerar a impressão de que a violência diminuía e não chamar a atenção (CENTRO NACIONAL DE MEMORIA HISTÓRICA, 2015; BECERRA et al., 2019). Os dados disponibilizados pelo RUV (2022), com data de corte de 31 de outubro de 2022, registraram 12.969 vítimas de homicídio de 1985 a 2022 em Buenaventura. Por meio do enfoque diferencial, os dados registram 6.830 homens e 6.135 mulheres, na categoria diferenciada por “sexo”, com os homens sendo a maioria assassinada.

Figura 11. Total de vítimas de homicídio por ano em Buenaventura (1985-2021)



Fonte: elaboração própria com dados do RUV (2022), com data de corte de 31 de outubro de 2022

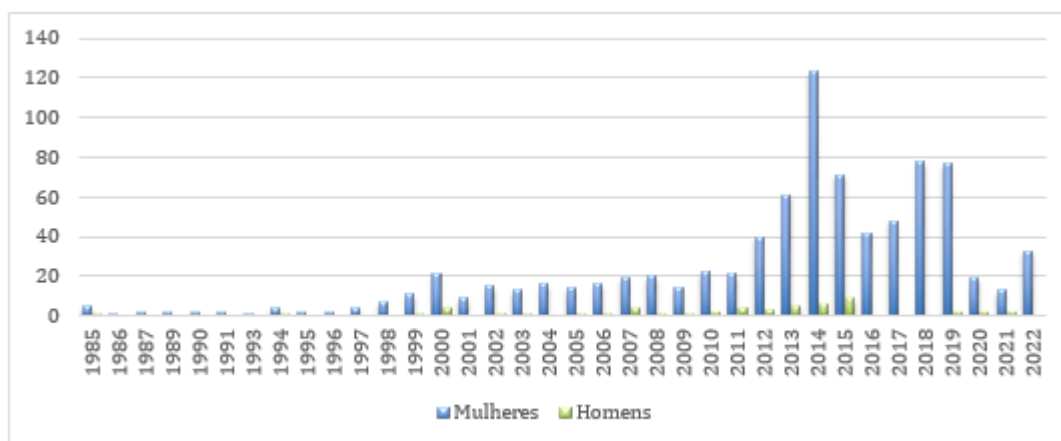
Outro tipo de vitimização é o desaparecimento forçado que se trata de “prisão, detenção, sequestro ou qualquer outra forma de privação de liberdade, seguida de recusa em reconhecer tal privação de liberdade ou ocultação do destino ou paradeiro da pessoa desaparecida” (MESA NACIONAL DE VÍCTIMAS, [s.d.]). Do levantamento disponível na reportagem “os mapas de desaparecimento forçada em Buenaventura”, de 1997 a 2021 tem-se 1.128 registros pela *Fiscalía General de la Nación*, não necessariamente referente à vítima individual, mas em relação ao fenômeno, sendo que 92% são homens e 8% mulheres (EL ESPECTADOR, 2021).

O desaparecimento de alguém vulnera tanto os direitos humanos da pessoa desaparecida quanto de sua família, comunidade, e dos valores presentes na sociedade (ACNUR, 1992), e também se relaciona com as mudanças nas dinâmicas culturais, comunais e familiares. Como é

o caso de comunidades afro-colombianas em que há rituais tradicionais para despedirem de seus mortos como as celebrações de vida e morte e manifestações artísticas e culturais como os *arrullos* e *alabaos*²². Na pesquisa de López e Galván (2018, p. 556) adiciona-se que no sistema simbólico afro-colombiano bovanerense, a partir de rituais realizados com o corpo, se acreditava na responsabilização do assassino. Os autores vinculam ao aumento das desapareções forçadas como repertório de violência como modo dos responsáveis não serem incriminados e como forma de evitarem o ritual.

Por fim, o último tipo vitimizante reconhecido que apresento é o da violência sexual, um dos que afetam mais às mulheres depois do deslocamento forçado. Segundo o RUV (2022) Buenaventura tem registrado 893 vítimas²³ de delitos contra a liberdade e integridade sexual no período de 1985-2022, sendo que 833 são mulheres e 52 homens. Esse tipo de violência pode ser o com maior sub-registro devido às implicações sociais, o estigma e as desconfianças na institucionalidade, no sistema judiciário e a impunidade.

Figura 12. Vítimas de violência sexual em Buenaventura (1985-2022)



Fonte: elaboração própria com dados do RUV (2022), com data de corte de 31 de outubro de 2022

O que se buscou indicar neste tópico foi o contexto particular do conflito armado que tem afetado desproporcionalmente as populações negras e entre elas as mulheres. Uma das características é que as modalidades de violências se conjugam, sendo mais difícil se debruçar em um único tipo vitimizante porque as violências ocorrem de forma estratégica e, por vezes,

²² Os *arrullos* são um fenômeno social, cultural, espiritual e musical que tem na música a expressão de celebração à vida e os *alabaos* trazem a história e homenagem às pessoas que morreram (GUTIÉRREZ, 2012)

²³ *Victimas ocurrencia*

simultânea. Além disso, se modificam em cada período a depender dos propósitos dos atores e das escolhas de seus repertórios de terror. (CENTRO NACIONAL DE MEMORIA HISTÓRICA, 2015, p. 218)

2.2.1 A economia da guerra

Tal qual seu nome, Buenaventura era reconhecida como um lugar tranquilo e pacífico, mesmo com o abandono do Estado (LÓPEZ; GALVÁN, 2018, p. 10). Como mencionou Louidor et al. (2020, p. 17, tradução própria): “resulta impossível compreender Buenaventura por fora de condições e lógicas estruturais que marcaram a história passada e recente da região Pacífica”. No levantamento bibliográfico e inserção no tema buscou-se situar a conformação da Região Pacífica e de sua população. Entre os três assuntos recorrentes: a descrição do isolamento e marginalização da região durante a configuração do Estado nação e seu histórico de colonização, dominação e escravização; a invenção do Pacífico como região de potencial desenvolvimento econômico; e a relação da população negra, afro-colombiana, afrodescendente e indígena, seus modos de vida e de luta na região. (GARCIA et al., 2002, 2009; HOFFMANN, 2003, 2007, 2015; ESCOBAR, 2004, 2010; RESTREPO, 2011, 2013; LOUIDOR et.al, 2020).

Primeiro, entende-se que há uma dualidade de visão sobre o Pacífico colombiano, que sai de um lugar esquecido pelo Estado para a imagem de uma potência econômica. Restrepo (2011, p. 240-242) menciona, a partir da análise de documentos do período colonial, que a região era descrita na época como "inóspita" e os negros como "não humanos". Por outro lado, Requene (2015, p. 101) ressalta que como a Região foi excluída dos centros de domínio colonial, as pessoas de origem de países do continente africano, escravizadas ou livres, tiveram a possibilidade de construir suas identidades raciais a margem dos modelos hegemônicos e desenvolver formas autônomas de se apropriar do território.

Esse imaginário “inóspito” do Pacífico à época fez com que pessoas escravizadas pelos espanhóis em um contexto de extrativismo fossem levadas para a região. A partir do período republicano, com as guerras do século 19 e a abolição legal da escravização mudou-se o cenário extrativista no Pacífico. O que sobrou foi o abandono estatal na região que deixou de ter a mesma utilidade e por isso "é apagada do mapa no século XIX" (RESTREPO, 2011, p. 243, tradução própria). A partir dessas mudanças, há uma proeminente reorganização na qual a população se desloca para diferentes espaços, se apropriando do território, principalmente

próximo aos rios e praias, e alia suas práticas, tradições e conhecimento para o estabelecimento de seus sistemas sociais, econômicos e culturais. (RESTREPO, 2011; ESCOBAR, 2014; REQUENE, 2015).

Segundo, destaca-se o Pacífico como potência de desenvolvimento. Desde a década de 80, a Região se tornou cenário estratégico do capital. É neste período que “se inventa o Pacífico colombiano como entidade desenvolvível” junto com a noção de biodiversidade que atraiu o olhar e interesse suscitando inúmeras disputas entre diferentes atores (RESTREPO, 2011, p. 244-248, tradução própria). Projetos e planos de desenvolvimento²⁴ como o Plano Integral de Desenvolvimento da Costa do Pacífico Colombiano (Plandeicop), em 1983, e o Plano Pacífico, em 1992, entre outros, passaram a estabelecer investimentos na Região e no Distrito. Apesar de conterem formalmente propostas de crescimento econômico e social, aumento da qualidade de vida, transformação da desigualdade social, conservação da biodiversidade e reconhecimento das populações étnicas, os megaprojetos se expressaram no decorrer dos anos em investimento em infraestruturas no Distrito (MELO, 2021, p. 50; DNP, 1983; 1992; ZAMBRANO; MONDRAGÓN, 2010, p. 125-134; PARDO, 2016).

Em um processo de expansão do neoliberalismo, acordos de apoio econômico permitiram o desenvolvimento de zonas industriais, da pecuária, de atividades extrativistas de mineração e extração de madeira em Buenaventura (PÉREZ, 2008; VILLAMIZAR, 2017, p. 46, apud BECERRA et al., 2019). É nesse contexto que se instaura a lei de “terras vazias” de 1959, que permitiu que grandes empresas recebessem concessões governamentais²⁵. Enquanto o Estado-nação se consolidava, a intensificação da produção e exportação de matérias-primas fizeram com que várias multinacionais e indústrias extrativas fossem estabelecidas (Ibidem, 2019, p. 64). Na perspectiva de Bello (2003), esses processos sinalizam o conflito da sobreposição das dinâmicas de acumulação e expansão do capital às práticas e economia local.

Exemplo disso na cidade foi o fim da estatal *Empresa Puertos de Colombia* (*Colpuertos*), dando lugar a *Sociedad Portuaria* liderada por grupos de poder econômico. De acordo com Becerra et al. (2019), com a Lei 01 de 1991, que deu início ao processo de liquidação da *Colpuertos* foram estabelecidas mudanças²⁶ de impacto social e econômico. Além

²⁴ Ver tabela dos Planos, políticas e projetos para o Pacífico (1958-2018) em Melo (2021, p. 50).

²⁵ Uma delas foi *Cartón Colombia* que teve uma concessão (1970-1993) do Estado para exploração florestal do Pacífico Sul, que incluía o que atualmente é o Conselho Comunitário Bajo Calima e o do Alto e Medio Dagua em alguns trechos. Sem regulação e num período anterior ao reconhecimento dos direitos ao território coletivo das comunidades negras e indígenas gerou-se uma exploração intensiva e industrializada de madeira (DÍAS, 2013).

²⁶ O novo modelo de gestão do setor portuário gerou uma diminuição na demanda por mão de obra não qualificada. Os trabalhadores portuários foram de 10.000 em 1990 para 4.200 em 1996²⁶. As condições de trabalho foram

disso, a *Colpuertos* era a principal fonte de emprego na cidade de Buenaventura, o fim em 1993 e a criação da Sociedade Portuária Regional de Buenaventura gerou um aumento na taxa de desemprego e, portanto, nas condições de pobreza e exclusão (BECERRA et al., 2019). O Centro Nacional de Memória Histórica (2015) menciona que a mudança deixou um “Porto sem comunidade” e trouxe impactos para a população que encontrava na *Colpuertos* uma possibilidade de mobilidade social, construção de redes e formação profissional. (PARDO, 2016, p. 26; CNMH, 2015).

Outro destaque é que nos anos 90 quando foi promulgada a Constituição de 1991, se abriu caminhos para o capital empresarial e para a emergência de movimentos sociais, políticos e culturais (PARDO, 2016, p. 25). Dois anos depois da constituição, em 1993, como resultado da pressão e da lutas de movimentos negros e indígenas, houve a promulgação da Lei 70 de 1993, e, posteriormente, outros decretos, que reconheceram o direito à propriedade coletiva de acordo com as práticas tradicionais das comunidades negras das regiões rurais do Pacífico colombiano que ocupam “terras vazias”²⁷ (COLOMBIA, 1993).

Essa regulamentação do processo de titulação instituiu os *Consejos Comunitarios Territoriales*²⁸, que são as instâncias que se ocupam da administração dos territórios ancestrais, como meio para o reconhecimento jurídico de territórios étnicos. Ou seja, para que se solicite a titulação coletiva, é preciso uma organização jurídica por meio dos conselhos comunitários. O Decreto 1745 de 1995 foi o que regulamentou esse processo, e a lei estabeleceu que as comunidades negras por meio dos *Consejos Comunitarios* seriam as unidades territoriais e administrativas dos territórios coletivos. (MELO, 2015, p. 57; HOFFMANN, 2007, p. 21; MINISTERIO DEL INTERIOR, 2017).

Em terceiro e conectado aos anteriores, falar do Pacífico colombiano e de Buenaventura é também se atentar que junto a esta construção está a luta pelo reconhecimento das comunidades negras e indígenas em relação ao direito à vida, ao território e às territorialidades (JARAMILLO-MARÍN et al., 2019, p. 112). A configuração demográfica do Pacífico se

precarizadas, com o salário médio caindo 3,5 vezes²⁶, e as contratações tornaram-se temporárias para obras essenciais da atividade portuária (BECERRA et al., 2019).

²⁷ Terras vazias aqui refere-se a terras sem o status de propriedade, estando suscetíveis ao controle do Estado. Hoffman (2015, p. 166) aponta que este termo é questionado por organizações que o compreendem como uma negação da presença da população negra e de seus direitos.

²⁸ Além dos resultados positivos que essa abertura política gerou, é preciso observar as demandas de modos de organização formais, e das exclusões que a legislação realiza descrevendo quem contempla e quem não. Esse avanço veio seguido do aumento da violência por atores armados interessados no controle territorial no final da década de noventa e início dos anos 2000 (RODRIGUES, 2014, p. 21).

destaca por ser “o único espaço regional cuja maioria absoluta é formada por populações negras” (HOFFMAN, 2015), assim como em Buenaventura onde mais de 90% da população se autorreconhece como negro (a) ou afrodescendente (COMISIÓN DE LA VERDAD, 2022; LOPEZ; GALVÁN, 2018).

Toda essa inserção na relação entre a Região e o Distrito serve a um propósito. Ambos se inserem em um contexto particular do conflito armado que tem afetado desproporcionalmente as populações negras e no qual interagem diferentes agentes numa economia da guerra. Giraldo (2001) defende que o conflito armado colombiano não atinge identidades preexistentes em grupos sociais específicos e que essa é uma “identificação nacional” do conflito, que o diferencia de outros países que têm de forma mais nítida uma motivação, por exemplo, religiosa ou política e age contra grupos específicos. Reconhece-se neste trabalho que o conflito alcança a todos apesar de gênero, idade, orientação sexual, classe, raça, mas isso não significa excluir grupos historicamente afetados neste processo. Mesmo afetando direta ou indiretamente a todos, a população negra, afro-colombiana e indígena é atingida de modo diferencial e sistemático, o que fez com que Almario questionasse se isso se relaciona à uma limpeza étnica (ALMARIO, 2004, p. 76).

Para Almario (2004), a guerra colombiana se expandiu coincidindo em territórios étnicos, sejam indígenas ou negros, onde se exacerbam imaginários e dispositivos do racismo, etnocídio e terror, que também encontram ambiente fecundo na consciência coletiva da população. “A guerra não fez mais do que pôr em cena o que é uma tragédia não superada nem exorcizada por nossa cultura política e pelo inconsciente social: a negação e eliminação do outro” (Ibidem, 2004, p. 79, tradução própria). Neste sentido, o conflito armado exagera as desigualdades de gênero e raciais que já existem e permeiam os âmbitos econômicos, políticos, sociais e culturais. Isto implica em como as pessoas se vinculam à guerra ou aos atores armados, os impactos que sofrem dela, o modo de violência a que são acometidas, o tipo de atenção que recebem do Estado, de organismos internacionais e de outras instituições (PATIÑO, 2009, p.129; MEERTENS, 2000, p. 47; VENTUROLI, 2009).

Em seu livro “Genealogia do Racismo”, Foucault (2012) defende que o racismo é um mecanismo fundamental de poder exercido nos Estados modernos e atua de dois modos. A primeira configuração é a separação de quem deve ser deixado para viver ou morrer. Pois, “uma vez que o Estado funciona sob a base do biopoder, a função homicida do próprio Estado só pode ser assegurada pelo racismo” (FOUCAULT, 2012, p. 207). Uma das formas de executar isso é a “fragmentação” como forma de gerar desequilíbrio (2012, p. 206). Para Foucault (2012,

p. 206), a segunda função do racismo, inserido no biopoder, é o estabelecimento de uma relação positiva na qual se entende que: "se você quer viver o outro deve morrer". Chamada de positiva porque ao matar o que é considerado inferior se viverá melhor. Por sua vez, a noção de "necropolítica" e "necropoder" de Mbembe (2018) contribui para questionar os processos relatados pelas interlocutoras da diversidade de maneiras em que buscam "provocar a destruição máxima de pessoas e criar *mundos de morte*, formas únicas e novas de existência social nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o estatuto de *mortos-vivos*".

Para Lozano (2016, p. 117) a indiferença do Estado e da sociedade frente ao que ocorre sugere se inserir na mesma lógica do biopoder. Pode-se refletir a partir do que as interlocutoras indicam dos interesses estratégicos em Buenaventura com a construção de quem deve viver/morrer e de uma luta em rumo a "pureza", na qual se elimina o que os grupos dominantes consideram como inferior. Qual a resposta se perguntarmos para quem se dirige às políticas que colocam em risco de morte à população? O Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) de municípios com população negra, afrodescendente, *raizal* e *palanqueira*, no relatório do DANE (2019) infere que a população NARP²⁹ tem um índice 30,6% maior da pobreza nacional para este domínio. (DANE, 2018, 2019)

O Censo por si só já vem de um processo de críticas à defasagem relacionada à população estimada e a população recenseada, principalmente nos anos de 2005 e 2018. O Movimento Social Afro-colombiano chama de "genocídio estatístico" (CNOA, 2019; CONPA, 2019 apud ÁLVAREZ, 2021; DANE, 2018). A diferença entre os números do Censo de 2015 na Colômbia são significativas, com uma redução de 30,8% da população NARP censada a nível nacional. Em 2005 eram 4.311.757 censadas e em 2018 foram 2.982.224.

Em agosto de 2022, a Corte Constitucional da Colômbia ordenou ao DANE um estudo para determinar as causas do genocídio estatístico que apagou 1,3 milhões de pessoas afrodescendentes entre os dois censos, e deu o prazo de dez meses para resposta. A medida busca garantir que no próximo censo a população seja identificada corretamente e foi impulsionada a partir da apresentação de uma tutela por parte de organizações sociais, entre elas a *Asociación Nacional de Afrocolombianos Desplazados* (Afrodes), que afirmaram a

²⁹ Referente a municípios com igual ou maior que 50% de população que se autodeclara negra, afro-colombiana, raizal e palenqueira (NARP), de acordo com os resultados dos dados do CNPV 2018, divulgados pelo DANE (2021). A sigla NARP, segundo DANE (2019) refere-se à população negra, afro-colombiana, raizal e palanqueiras e inclui três grupos étnicos: do Arquipélago de San Andrés e Providencia; Panaqueros (as) de San Basílio e Negros (as), mulatos (as), afrodescendentes e afro-colombianos (as).

vulnerabilidade de direitos fundamentais devido a esse apagamento, além de impactar o desenho de políticas públicas.

Considerando uma biopolítica do Estado e a noção de necropolítica de Mbembe (2018), pode-se questionar se as estratégias empregadas na escolha de quem é deixado para morrer estão ligadas às diferentes formas de agir contra a população negra e indígena. Para Lozano (2006, p. 116, tradução própria), “nas últimas décadas, essa biopolítica deslocou-se para a necropolítica, pois não se trata mais apenas de *deixar morrer*, mas de efetivamente *fazer morrer*”. Almario (2004) enfatiza que uma tendência do conflito armado no Pacífico é a “sincronia-tático-estratégica”, com diferentes tipos de violência e atores. Essas lógicas são entendidas pelo autor como um elemento desestruturante tanto do capital social e simbólico de comunidades inteiras por gerar eventos vitimizantes que afetam as relações, produzem a desumanização, a desterritorialização e culminam em “gente desterritorializada e territórios sem gente” (Ibidem, 2004, tradução própria).

2.2.2 Violência sexual e de gênero

Desde o ano 2000, com o incremento da violência no Distrito menciona-se o corpo da mulher como objeto de disputa de forma mais proeminente. Em Buenaventura, os riscos e modalidades de violência de gênero contra as mulheres no marco do conflito armado estão associados a participação em organizações sociais, comunitárias ou políticas e o trabalho de liderança e promoção de direitos humanos; ao papel de cuidadoras pela constante ameaça de recrutamento forçado de crianças e adolescentes; a presença dos grupos armados, e do descumprimento de normas impostas por eles (DEFENSORIA DEL PUEBLO DE COLOMBIA, 2011).

O CNMH (2015, p. 291-292) relata que essas modalidades de violência têm uma intenção por parte de grupos armados de enviar mensagem, punir pela atuação em processos organizativos e lideranças comunitárias, e ativar mecanismos de *despojo*³⁰ violento que não buscam destruir exclusivamente as vítimas, mas a destruição física, moral, psicológica e cultural. (Ibidem, p. 293). Múltiplos atores constituíram-se como máquinas de guerra com dispositivos de controlar a população civil, visando tanto os territórios como os corpos (percebidos como estigmatizados, incômodos, apropriáveis, corrigíveis, higienizáveis, disciplináveis, disponíveis). (ACOSTA-OIDOR et al., 2022; CNMH, 2017)

³⁰ Desapropriação

Outro lugar onde ocorrem essas violências é a própria casa. Meertens (2006, p. 123) já apontou a necessidade de validar novos âmbitos de análise e incorporar a esfera da vida privada como parte integral e central dos estudos das dinâmicas da guerra, pois o conflito armado não para na porta de entrada das casas ao estar em família. Ele atravessa, e nela o corpo da mulher tem sido um instrumento de guerra, dominação e conquista. Meertens (2000, p. 49) entende que no lar é onde estão as reproduções de violência: traumas, efeitos psicológicos da viuvez e do deslocamento, de vinganças, culpa, que se reverte nas relações familiares. Para ela:

As mulheres também são “vítimas diretas da violência, pois são elas as responsáveis pela sobrevivência da família em qualquer circunstância: como viúvas, chefes de família, parentes de presos políticos ou desaparecidos e, sobretudo, como pessoas deslocadas à força. Por último, as violências mal denominadas "privadas", as menos visíveis, mas mais permanentes, as que se desenvolvem nos âmbitos domésticos, não podem ser excluída de uma análise política mais geral (MEERTENS, 2000, p. 48, tradução própria³¹).

Para Lozano (2016, p. 111), as explicações para a violência contra as mulheres negras no contexto do Pacífico colombiano rodeiam por duas posturas: a feminista que considera consequência do patriarcado e que entende a violência intrafamiliar no âmbito privado. O que para a autora não é suficiente, sendo esta do interesse tanto do Estado, ao entender como “expressões de práticas culturais violentas das comunidades negras” quanto de igrejas. A outra postura implica em revelar a rede de poder que atua sobre a população negra, colocando em relação o desenvolvimento, a modernidade e a evangelização que mascaram a desterritorialização da população, a destruição da natureza, e a transformação da subjetividade. Para ela:

A análise da violência contra as mulheres deve superar os âmbitos do privado-familiar e do romântico-passional para ser entendida como uma estratégia de guerra em que o corpo das mulheres é convertido em instrumento de intimidação contra as comunidades que resistem aos processos desenvolvimentistas que pretendem expropriá-las de seus territórios (LOZANO, 2016, p. 113, tradução própria³²).

³¹ Las mujeres también son víctimas «directas de la violencia, por ser ellas las encargadas de la supervivencia de la familia bajo cualquier circunstancia: como viudas, jefes de hogar, familiares de presos políticos o desaparecidos, y sobre todo, como desplazadas forzadas. Por último, las violencias mal llamadas "privadas", las menos visibles pero las más permanentes, las que se desenvuelven en los ámbitos domésticos, no se pueden excluir de un análisis político más general. (MEERTENS, 2000, p. 48)

³²El análisis de la violencia contra las mujeres debe superar los ámbitos de lo privado-familiar y de lo romántico-pasional para ser entendido como estrategia de guerra en la que el cuerpo de las mujeres es convertido en instrumento de intimidación contra las comunidades que se resisten a los procesos desarrollistas que pretenden expropiarlas de sus territorios (LOZANO, 2016, p. 113).

Entende-se que a violência cometida por pessoas com quem se relacionam não deve ser vista de modo isolado, como relegadas ao âmbito privado, e nem separada do conflito armado (LOZANO, 2016). As consequências da violência sexual atravessam a saúde física, às emoções, a família e as relações de vizinhança. Os afrontamentos e práticas de confronto frente a desigualdade de gênero e violência sexual têm sido documentados considerando o silêncio e esquecimento como estratégia de sobrevivência, a confrontação aos vitimários e defesa do corpo-território, os saberes e a espiritualidade para enfrentar a dor e construir solidariedade, o fortalecimento dos laços familiares e comunais para motivação de seguir vivendo e se protegerem, o aborto, a reconstrução da sexualidade e erotismo, a narração de si para além do ser vítima, a participação em organizações e a construção de memória (CENTRO NACIONAL DE MEMORIA HISTÓRICA, 2017). Dos dispositivos legais de proteção³³, o governo colombiano adotou algumas medidas para a desigualdade de gênero e violência contra a mulher no contexto do conflito armado. Destaco algumas delas conforme o quadro abaixo.

Quadro 1. Dispositivos legais de proteção das mulheres no conflito armado colombiano

Normas	Descrição
Sentença T-025 de 2004	A sentença abrange direitos que estão sendo vulnerados e declara “o estado de coisas institucional”. Entre eles, o direito à vida digna, à igualdade e a proteção especial devida às pessoas da terceira idade, as mulheres chefes de família e as crianças. (CORTE CONSTITUCIONAL DE COLOMBIA, 2004)
Lei 1257 de 2008	Adota normas de sensibilização, prevenção e sanção ligadas as formas de violência e discriminação contra as mulheres para garantir uma vida livre de violência e o acesso aos procedimentos administrativos e judiciais para sua proteção e atenção. Estabelece direitos essenciais como o da assessoria gratuita e especializada do Estado, assessoria jurídica e assistência técnica. (COLOMBIA, 2008)
Auto 092 de 2008	Adota medidas para a proteção das mulheres vítimas do deslocamento forçado pelo conflito armado. A corte insere a violência sexual como uma das formas de vitimização a que as mulheres estão expostas (CORTE CONSTITUCIONAL DE COLOMBIA, 2008)
Auto 004 de 2009	Refere-se a proteção dos direitos fundamentais de pessoas e povos indígenas deslocados forçosamente pelo conflito (CORTE CONSTITUCIONAL DE COLOMBIA, 2009)
Lei 1448 de 2011	Dita medidas de atenção, assistência e reparação integram às vítimas do conflito. Destaca-se, por meio desta lei, a criação do <i>Sistema Nacional de Atención Reparación Integral a Víctimas</i> e a inclusão de um enfoque diferencial. (COLOMBIA, 2011; GARCÍA-SALAZAR; COTES-CANTILLO, 2019)
Lei 1719 de 2014	Formulação de medidas para garantir o acesso à justiça das vítimas de violência sexual pelo conflito armado e a reforma do Código Penal tipificando condutas da violência sexual, como escravização forçada, aborto forçado, prostituição forçada, exploração sexual, nudez forçada, entre outras (COLOMBIA, 2014)

³³ O Sistema Único de Informação Normativa descreve uma lista das normas para a proteção e defesa dos direitos das mulheres, das jurisprudências da Corte Constitucional e da Corte Suprema de Justiça, do Conselho de Estado e da Corte Interamericana de Direitos Humanos (SUIN-JURISCOL, [s.d.]).

Auto 009 de 2015	Continuidade a ordem no Auto 092, no marco da sentença T-025 de 2004, de repasse dos casos de violência sexual à <i>Fiscalía</i> , e reiterou as falhas institucionais na atenção, investigação, julgamento e sanção dos atos de violência sexual já identificados.
------------------	---

Fonte: SUIN-JURISCOL (s/d)

O estabelecimento de leis, decretos e as resoluções internacionais reconheceram as mulheres como vítimas do conflito armado e as mulheres negras e indígenas como enfrentando efeitos diferenciais neste cenário. Como fruto da pressão de organizações civis, outra característica das políticas de atenção às vítimas é o reconhecimento delas e de seus papéis de reconstrução, ainda que aliado a noção de cuidado (GARCÍA-SALAZAR; COTES-CANTILLO, 2019, p. 232).

Apesar disso, a impunidade é retratada, por exemplo, quando em 2008, a Corte Constitucional da Colômbia por meio dos Autos 092 de 2008 e 009 de 2015, enviou casos de violência sexual para serem investigados pela *Fiscalía*. No sétimo informe da *Mesa de Seguimiento* desses autos, em 2020, foi apontado que 91,5% dos 183 casos em 2008 e 97% dos 444 casos de 2015 seguiam sem serem investigados e/ou julgados (SISMA MUJER, 2020). O informe “*La guerra inscrita en el cuerpo*” do CNMH, no capítulo sobre a relação entre justiça e bem-estar emocional dedicou-se a abordar a impunidade da violência sexual contra as mulheres, e descreve os riscos e conflitos ao fazer uma denúncia, o acesso à justiça e a reparação (CENTRO NACIONAL DE MEMORIA HISTÓRICA, 2017, p. 384-394).

Outro marco ocorreu em 2011 por meio do Acordo 006 de 2011 no qual se adotou a Política Pública de Igualdade de Oportunidades para as Mulheres do Distrito (PIO). Em 2009, chegou ao Distrito o Programa Integral contra a Violência de Gênero. A partir do impulso de organizações de mulheres, o Acordo também levou a criação da Secretaria das Mulheres, Igualdade de Gênero e Igualdade de Direitos do Distrito em 2019. Entre as atribuições da Secretaria está a de liderar e orientar os programas e projetos para o cumprimento da PIO e demais leis de proteção às mulheres; e o de atuar com mulheres e organizações nas estratégias, planos e execução dos recursos destinados a intervenção social, de acordo com o enfoque territorial, étnico, de gênero, de diversidade sexual, geracional, de vítimas, de pessoas com deficiência, de forma a garantir a igualdade de oportunidades (COLOMBIA, 2008; CONSEJO DISTRITAL, 2019).

Buenaventura conta com entidades do Estado que atuam em diferentes frentes, como a *Fiscalía*, *Defensoría del Pueblo*, *Comisariías de Familia*, *Casas de Justicia*, *Secretarías*. De acordo com o Informe “Violência contra as mulheres no Distrito de Buenaventura”, da *Defensoria Del Pueblo de Colombia* (2011), é no escopo institucional que se instala a maior

fragilidade da proteção pela ineficiência, baixa capacidade institucional para atender as demandas, conexão entre entidades do Estado e grupos armados ilegais que gera a infiltração e troca de informações ao denunciar e a revitimização.

2.2.3 *Desarraigo*

O deslocamento forçado é o tipo vitimizante mais frequente na Colômbia. E há tensões em torno do conceito, do uso institucional³⁴ e da capacidade de contemplar a experiência de modo integrado. Diferentes autores criticam o uso seja por restringir quem inclui no arcabouço jurídico nacional ou por não refletir a complexidade do fenômeno, ocultando perspectivas, visto que para além de deixar seu lar e chegar a outro, existe um emaranhado complexo relacionado à experiência antes, durante e depois que deve ser considerado ao discutir o assunto (OSLENDER, 2004, p. 39; QUIÑONEZ, 2015; FIGUEROA, 2018).

A partir do trabalho de Hurtado (2018, p. 16), se apresenta a crítica dos sociólogos Santiago Arboleda Quiñonez e Aurora Vergara Figueroa que analisaram o deslocamento histórico da população afro-colombiana como uma experiência de *destierro*. Quiñonez (2008) entende que o termo “deslocamento forçado” é uma categoria que somente explica que essa mobilidade é involuntária, sendo própria da linguagem do ordenamento jurídico internacional dos direitos humanos. O autor critica que a condição de deslocado é transitória, com marca temporal de começo e fim, além de ter se transformado em uma categoria para rotular quem necessita ingressar nas políticas assistenciais.

Figueroa et al., (2018) a partir de um estudo de caso do massacre de 2002 em *Bellavista, Bojayá*, no departamento Chocó, esboça uma crítica aos termos migração e deslocamento forçado e propõe o uso de *destierro* como uma categoria teórica analítica para se aprofundar os aspectos anteriores aos eventos, as desigualdades racial, de classe e de gênero, e o que pessoas atingidas demandam (FIGUEROA, 2018, xviii). Para ambos autores, o termo “deslocado” deixa de fora as fraturas sociais, o *desarraigo* e a morte que estão imbricadas neste processo. Por isso, o uso da noção de “*destierro*” como uma alternativa para refletir a relevância dos conhecimentos construídos por afro-colombianos, e destacar a condição histórica na qual a população foi submetida ao ser arrancada abruptamente de suas raízes e territórios (QUIÑONEZ, 2018, p. 472; FIGUEROA, 2014, 2018; HURTADO, 2018, p. 30-31).

³⁴ Na Colômbia, a definição institucional do termo foi instituída com a Lei 387 de 1997 que estabeleceu medidas para prevenção, atenção, proteção, consolidação e estabilização socioeconômica de quem é vítima

Para Louidor et al. (2006, p. 204) essas fraturas sociais têm sido chamadas de exílio, *destierro*, entre outros nomes, e todas referem-se a partida, ruptura, fratura, num marco ambivalente. Em seu livro “*Articulaciones del desarraigo en América Latina: el drama de los sin hogar y sin mundo*”, o pesquisador haitiano analisou as condições socio-históricas do fenômeno do *desarraigo* que se consolidaram na América Latina, especialmente por meio de migrações forçadas e propôs uma sociologia do *desarraigo* como perspectiva para o contexto latino-americano. Ele alerta que o conceito de *desarraigo* está relacionado, mas não deve ser confundido com os processos de migração (interno ou externo, voluntário ou forçado, transitório ou definitivo), pois se relaciona mais com o conjunto de situações que advém do deslocamento, seja este forçado ou não. (LOUIDOR et al., 2016, p. 176-182)

O autor buscou construir uma categoria científica para compreender três realidades do fenômeno: o pano de fundo histórico-estrutural, as experiências subjetivas ambivalentes dos migrantes em seus fluxos migratórios e a necessidade de incluir o “*rearraigo*”. Destaca que mais do que pensar o retorno às raízes, a busca de origens ou a reconstrução de memória, o *rearraigo* é um elemento importante, pois contempla outras camadas para além da pessoa retornar, mas a de criar condições para os *desarraigados* recuperarem seu lugar no mundo e na sociedade, com soluções duradouras para a migração forçada e a reparação integral das vítimas. (LOUIDOR, 2016, p. 206)

Ainda que autores já mencionados discutam o deslocamento forçado como experiência de *destierro* e *desarraigo* para comunidades afro-colombianas, Hurtado (2018, p. 16) critica que apesar de reconhecerem a dimensão do racismo, não há uma análise da dimensão de gênero. Assim, traz uma demanda teórica e metodológica de compreender como as mulheres negras têm vivenciado a experiência do deslocamento forçado e do *destierro*. Para a autora, na produção acadêmica nas Ciências Sociais que se dedica a população negra e ao deslocamento pouco se inclui a violência contra as mulheres negras. Sendo que a maioria dos estudos focados no deslocamento da população negra o discute como problema histórico do conflito armado, mas dá pouca atenção à dimensão de gênero na experiência. (WADE, URREA e VIGOYA, 2008 apud HURTADO, 2018, p. 16). A partir dessas noções, se buscou ao abordar o deslocamento interno forçado articulado ao *desarraigo* e *rearraigo*, a partir da proposta de Louidor (2016), mas, com uma interpretação deste fenômeno que considere o que as interlocutoras relacionam e os processos organizativos incorporam.

3 APROXIMAÇÃO DO TEMA

Neste capítulo busco compartilhar o itinerário acionado para inserção no tema. Primeiro, faço uma aproximação das noções de raça e gênero para situar o ponto de partida. Em seguida, estabeleço um diálogo com estudos empíricos e literaturas que discutem os processos organizativos de mulheres na Colômbia e, por último, os movimentos sociais.

3.1 Raça e gênero: de quais mulheres?

O interesse de iniciar entrelaçando noções e categorias nasce no contato com as interlocutoras em um movimento de seguir os fios em suas falas sobre o “ser mulher negra/afro-colombiana”. É a partir daí que se aciona a busca em refletir a respeito de noções e categorias de gênero e raça para as lideranças e organizações. Neste eixo, apresento o ponto de partida para a categoria raça e gênero, que segue em contínuo debate por diferentes enfoques e perspectivas, e as contribuições para a discussão de diferentes autoras.

Como categoria sociológica, gênero é empregado teoricamente a partir de uma tradição que se inicia com Simone de Beauvoir (1967, p. 9) e o entendimento exposto de que “ninguém nasce mulher: torna-se mulher”. A antropóloga Gayle Rubin³⁵ foi quem introduziu a categoria sexo-gênero na teoria e nas discussões feministas. Na produção de estudos sobre gênero e mulheres há uma trajetória de discussões feministas como a do feminismo dos anos 70, o feminismo cultural norte-americano, e os aportes teóricos e debates do feminismo pós-moderno e pós-colonial, cada uma situada em um tempo-espço determinado com suas contribuições, legados e críticas. (CANAVATE, 2009)

A noção de gênero foi introduzida pelas feministas acadêmicas norte-americanas como categoria analítica. Entre as críticas desse uso estão a normatividade, a configuração binária, a origem do gênero na linguagem e a colonização do discurso feminista em contextos onde gênero não tem sentido (CANAVATE, 2009, OYĚWÙMÍ, 2002, 2021). Das muitas contraposições, percebe-se ainda certa confusão ao usar gênero como categoria analítica referente à mulher. Como uma categoria relacional, inclui mulheres cis e trans, homens cis e trans, e não-binários.

Oyëwùmí (2021, p. 39) apresenta a importância de se afastar da categorização das mulheres como um grupo “homogêneo, bioanatomicamente determinado”, pensado como desempoderado e vitimizado, pois essa perspectiva não se alinha ao entendimento de que as

³⁵ Dois textos da autora protagonizam as reflexões: “O tráfico de mulheres”, de 1975, e “Pensando o sexo”, de 1984.

relações de gênero são sociais, fundamentadas historicamente e vinculadas à cultura, num tempo e espaço determinado com agentes que interagem e integram esta construção, quando esta existe na sociedade³⁶. Por sua vez, Rita Segato (2014) discorda da posição de que gênero não era organizador de sociedades pré-colonização, como Oyěwùmí e Lugones (2011, 2008) refletem, entendendo que essa não é uma invenção colonial. Para Lozano (2016, p. 54), a partir de Espinosa et al. (2015), se trata mais de abandonar as análises baseadas em um gênero universalista e reconhecer que está refletida nas experiências históricas e formas de interpretação e problematização do mundo das mulheres ocidentais, pois o gênero “não pode ser, não é, o eixo articulador das opressões”.

“E eu não sou uma mulher”? é o título do livro de bell hooks (2009), centrada na experiência afro-americana, que apresenta a pergunta da abolicionista Sojourner Truth durante uma intervenção na *Women's Rights Convention* em Akron, nos Estados Unidos, em 1851. Retoma-se a pergunta de Truth para discutir algumas das articulações sobre onde estão as mulheres negras na categoria gênero. Em consonância com Lugones (2014), em “Rumo ao feminismo decolonial”, a modernidade colonial divide o mundo em duas partes, os humanos e os não-humanos. Lozano (2016) entende a ineficiência do gênero dicotômico para dar conta da relação racializada colonial, moderna e capitalista. Para ela:

As mulheres negras não são do mesmo gênero que as mulheres brancas, dado que o gênero se aplica somente para quem se enquadram no cânone do humano. Assim, a mulher negra não tem gênero, tem raça, e a mulher branca não tem raça, tem gênero. (LOZANO, 2016, p. 53, tradução própria³⁷)

Para revisitar a categoria raça, retomo que apesar da história da ciência já ter invalidado a interpretação de raça como categoria biológica, reafirmando que os seres humanos pertencem a mesma espécie biológica, na sociedade a raça ainda opera como uma categoria social e política (MELO, 2015). Uma das propostas debatidas na América Latina é a de Aníbal Quijano (1999,

³⁶ Um dos debates levantados e em contínuo desenvolvimento pelo feminismo decolonial é o de que gênero não estrutura as relações sociais em todas as sociedades (LUGONES, 2014; OYĚWÙMÍ, 2021; LOZANO, 2016). Em seu livro “A invenção das mulheres”, que aborda a sociedade iorubá, Oyěwùmí critica a biologização ligada à perspectiva ocidental da diferença social, que não é universal e não existe para todas as sociedades, como é o caso da que ela apresenta no livro. Para ela, essa suposição da teoria feminista concede uma universalidade à assimetria de gênero e remota as bases biológicas ao invés das culturais (OYĚWÙMÍ, 2021, p. 30)

³⁷ Las mujeres negras no son del mismo género que las mujeres blancas dado que el género se aplica solo para quienes entran en el canon de lo humano. Es así que las mujeres negras³⁷ no tienen género, tienen raza y las mujeres blancas no tienen raza, tienen género. (LOZANO, 2016, p. 53)

2005). O autor entende o conceito de raça como uma invenção moderna criada por um padrão mundial eurocêntrico que consolidou uma concepção hierarquizada e produziu diferenciações entre quem é inferior ou superior, racional ou irracional, primitivo ou civilizado. Ele entende o uso de raça atrelada ao fenótipo como recente, talvez ligada a relação entre conquistadores e conquistados, e incorporada como classificação da população como justificativa para a colonização (QUIJANO, 2005, p. 117).

A proposta de *colonialidade de poder* de Quijano centraliza a dimensão racial e o racismo como modos de operar a dominação e a construção de subjetividades. O autor articula que essa colonialidade produziu um padrão de poder estruturado em relações de dominação, exploração e conflito entre atores sociais que influenciam quatro dimensões da vida: do “trabalho, seus recursos e produtos; do sexo, seus recursos e produtos; da autoridade e de sua violência específica; da intersubjetividade e do conhecimento” (QUIJANO, 2005, p. 130; LUGONES, 2008, p. 78-79; LOZANO, 2016, p. 38-39). Dentro desta noção de Colonialidade do Poder, há outras como a Colonialidade do Ser e a Colonialidade do Saber. Mais do que entender cada uma, é preciso observar que os aportes partem do entendimento da colonialidade como um elemento que estrutura o padrão mundial de poder capitalista e se conforma na imposição de uma classificação racial da população, operando em dimensões materiais e subjetivas da existência (QUIJANO, 2014, p. 285).

Por sua vez, a categoria *etnicidade* pode ser diferenciada de raça, como apontou Wade (1997). O autor as distingue analiticamente entendendo que as duas não podem ser separadas de forma radical porque se referem a identidades estabelecidas na interação entre o identificar-se a si mesmo e identificar o outro, a nível individual e coletivo. Para ele, raça marca o fenótipo e etnia as características culturais. Wade relatou que na Colômbia as identidades étnicas e raciais estão frequentemente entrelaçadas e apresentou o exemplo de quando as pessoas negras da Costa Pacífica costumam adicionar que são “mais negras” ou “verdadeiros negros”, o que reflete para além da diferença de cor ao discurso colonialista de que quanto mais negro menos civilizado (WADE, 1997, p. 15-18). Para Wade (1997), o conceito de raça é útil entendendo que empregar outros termos pode mascarar os significados de quem depende das identificações raciais. “Para combater o racismo, tem que dar nome a estes significados e não os esconder debaixo do disfarce de outros termos” (1997, p. 18, tradução própria).

Dito isso, María Lugones (2008, p. 82), a partir do conceito de colonialidade do poder, propôs a Colonialidade de Gênero, subordinada à hierarquia de classificação racial. Lugones entrelaçou dois marcos teóricos, os de gênero, raça e colonização e o conceito de colonialidade

de poder de Quijano para chegar a sua proposta de “sistema moderno-colonial de gênero” (2008, p. 77), expandindo o enfoque do autor. Ela buscou um modelo para analisar a imposição colonial e seu impacto destrutivo, tornando visível a instrumentalidade do sistema de gênero na subjugação de homens e mulheres não brancos em todos os âmbitos de suas vidas. Sua proposta também questiona a lealdade a esse sistema para criar caminhos que tornem possível rejeitá-lo e promover transformações.

Ao colocar a categoria gênero no centro do projeto colonial, ela acredita ser possível analisar o mecanismo pelo qual se estruturam as assimetrias de poder e de que forma o patriarcado, o capitalismo e a classificação racial se articulam (PARDO, 2018; LOZANO, 2016, p. 42-45). Nessas categorias, Lozano (2016, p. 46) localiza a premissa do feminismo decolonial de fusão indissolúvel das opressões. Para as interlocutoras desta pesquisa ser mulher negra é indissociável. Não é algo possível de deixar na porta ao entrar e sair de suas casas: o “ser negra”, nem o “ser mulher”. Lugones (2008, p. 82, tradução própria) descreve que somente percebendo gênero e raça como uma fusão indissolúvel se consegue ver as *mulheres de cor*. Para ela:

Isso implica que o termo «mulher», sem especificação da fusão, não tem significado ou tem um significado racista, uma vez que a lógica categorial historicamente tem selecionado apenas o grupo dominante, as mulheres burguesas brancas heterossexuais e, portanto, tem escondido a brutalização, o abuso, desumanização que a colonialidade do gênero implica.³⁸

Isso se relaciona com uma das perguntas durante o processo de produção dessa pesquisa. Se as interlocutoras são mulheres negras, em sua maioria empobrecidas, afinal, por que não articular a interseccionalidade? O conceito³⁹ cunhado por Kimberlé Crenshaw (1989) e inaugurado no artigo *Desmarginalizando a intersecção de raça e sexo: uma crítica feminista negra da doutrina antidiscriminação, teoria feminista e políticas antirracistas*, publicado em 1989, buscava associar sistemas múltiplos de subordinação, observando a sobreposição de categorias para compreender o que ocorre na vida de uma pessoa quando o marcador de gênero se encontra combinado com outros. Interseccionalidade é definida como:

³⁸ Esto implica que el término «mujer» en sí, sin especificación de la fusión no tiene sentido o tiene un sentido racista, ya que la lógica categorial históricamente ha seleccionado solamente el grupo dominante, las mujeres burguesas blancas heterossexuales y por lo tanto ha escondido la brutalización, el abuso, la deshumanización que la colonialidad del género implica (LUGONES, 2008, p. 82)

³⁹ Vale lembrar que a discussão é anterior ao conceito, mas o termo se popularizou a partir de seus trabalhos.

(...) uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002, p.177)

Outro ponto considerado é o emprego da interseccionalidade em contextos de graves violações de direitos humanos. Adriana Piscitelli (2008), em seu artigo *Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras* apresentou um panorama de teorias feministas que recorrem à interseccionalidade e as relacionou à feminização da migração. Piscitelli (2008, p. 278-282) descreveu suas ressalvas em relação à generalização da abordagem da interseccionalidade. Ela argumenta que:

(...) em uma perspectiva antropológica, essa formulação apresenta uma séria fragilidade: ela funde a ideia de diferença com a de desigualdade. As leituras críticas sobre interseccionalidade consideram essa leitura de Crenshaw expressiva de uma linha sistêmica, que destaca o impacto do sistema ou a estrutura sobre a formação de identidades. Nesse sentido, problematizam outros aspectos dessa formulação. Questionam o fato de que gênero, raça e classe são pensados como sistemas de dominação, opressão e marginalização que determinam identidades, exclusivamente vinculadas aos efeitos da subordinação social e o desempoderamento (Prins, 2006). Outro problema apontado nessa abordagem é que nela o poder é tratado como uma propriedade que uns têm e outros não, e não como uma relação. (PISCITELLI, 2006, pp. 267)

Já Patrícia Hill Collins no artigo “*Intersectionality as Critical Social Theory*” defendeu que ainda falta a interseccionalidade um engajamento dialógico em uma posição de relacionalidade com a perspectiva decolonial do saber (COLLINS, 2019). Para esta pesquisa, a sobreposição não parecia corresponder a realidade social abordada. Como descreve Lugones (2005, p. 67; 2014, p. 942), a interseccionalidade foi útil para alguns fins, entre eles o entendimento a noção do cruzamento das opressões entre mulheres brancas e não brancas, mas o conceito provisório como cunhou Crenshaw, ainda reconhece as categorias de opressão de modo fragmentado. Nas propostas do feminismo decolonial “a opressão de gênero não é separável nem secundária à “raça” não é separável nem secundária à opressão de gênero, mas coconstitutiva”⁴⁰ (ALVARADO, 2016, p. 21, tradução própria).

⁴⁰ “la opresión de género no es ni separable ni secundaria de “raza” no es ni separable ni secundaria a la opresión de género, sino co-constitutiva” (ALVARADO, 2016, p. 21)

Lozano (2016, p. 49-50) descreveu o modo que a interseccionalidade tem sido adotada institucionalmente pelo Estado em suas políticas públicas, por organizações e instituições internacionais, em seus informes, manuais, projetos, e programas, além é claro nas Ciências Sociais. A autora sugere observar a posição dos atores no sistema de gênero-moderno colonial em relação com outros para compreender as opressões em sua totalidade, e não fragmentadas como se fossem experiências distintas. Essa reflexão posta neste início integra o questionamento de por qual caminho se poderia seguir para analisar o que se empreende nesta pesquisa. Tendo como orientador o trabalho de Lozano (2016), se questionou quais seriam os enfoques mais úteis para analisar a violência contra as mulheres negras. Percorreu-se os caminhos trilhados por ela para responder tal inquietação optou-se por seguir o que as interlocutoras apontam e Lugones (2005) entende como fusão.

(...) a passagem é da lógica da interseccionalidade para a lógica da fusão, da trama, da emulsão. Essa lógica defende a inseparabilidade lógica de raça, classe, sexualidade e gênero. Enquanto a lógica da interconexão deixa intacta a lógica das categorias, a lógica da fusão a destrói (LUGONES, 2005, p. 66, tradução própria⁴¹).

Para efeito dos debates que são desenvolvidos nesta pesquisa, e reconhecendo as noções e significados atribuídos ao gênero e a raça como em constante processos de modificação, nos interessa os modos que as interlocutoras os reconhecem e os identificam. Parte-se do entendimento de gênero e raça na lógica de fusão e do entendimento dessa categoria como lógicas relacionais inseridas numa estrutura de poder.

3.2 Processos organizativos na Colômbia

Em Buenaventura, a partir do levantamento histórico do CNMH (2015), pode-se identificar três fases dos processos organizativos no Distrito. A primeira (1950-1999) relacionada ao reconhecimento étnico e direitos coletivos, a segunda (2000 a 2004) referente à defesa dos direitos humanos e enfrentamento diante do aumento da violência com o ingresso de paramilitares e a terceira (2005-2014) quando surgem diversas organizações lideradas por

⁴¹ (...) el paso es de la lógica de la interseccionalidad a la lógica de la fusión, de la trama, de la emulsión. Esta lógica defiende la inseparabilidad lógica de raza, clase, sexualidad y género. Mientras la lógica de la interconexión deja intacta la lógica de las categorías, la lógica de la fusión la destruye (LUGONES, 2005, p. 66)

mulheres e jovens em defesa dos direitos das vítimas, recuperação da memória e defesa do território (CNMH, 2015, p. 372-381).

No cenário nacional, nos anos 90 houve um aumento da produção acadêmica sobre as ações coletivas realizadas por movimentos e processos organizativos na Colômbia. Relaciona-se esse interesse aos esforços políticos desde a década de 80 realizados pela mobilização da sociedade civil na Constituinte de 1991, que declarou a Colômbia como um país multiétnico e pluricultural (QUINTERO, 2006) e também na pressão exercida para a sanção da Lei 70 de 1992, na qual o Estado reconhece as comunidades negras como um grupo étnico com direitos territoriais e culturais (RESTREPO, 2013).

Restrepo (2013, p. 15) distingue algumas dessas vertentes de estudos. Uma refere-se a um ‘enfoque afrogenético’ (cfr. Arocha 1998, 1999, Friedemann 1993, Meza 2010 apud Restrepo, 2013), na qual articula o legado africano e as criações culturais na construção de identidades políticas que se expressam nas estratégias da população se organizar para participação política e institucional frente aos estereótipos e invisibilização da população negra na Colômbia. Com uma percepção da construção de linguagens políticas mobilizadas nesses contextos, há estudos de como determinados grupos para superar as condições de subordinação e opressão social a partir da Constituinte de 1991 privilegiaram os entendimentos étnicos de suas identidades coletivas (GRUESO, 2013).

Outra vertente é a de pesquisas⁴² que se interessaram pelas políticas étnicas de organizações e instituições estatais em um contexto de reestruturação política, considerando a diferença étnica como recurso de capital político dos atores. A última corrente de estudos⁴³ que destaque é a que abordou as dimensões de identidade e performances étnicas inseridas na mobilização, rastreando organizações e as transformações nas políticas de representação da população negra no país. Restrepo (2013, p. 17) destacou duas divisões: as que condenam ou que celebram a etnização e propôs uma alternativa dessa dicotomia para considerar os limites e as possibilidades de intervenção política em nome da “diferença”.

Ao buscarmos pesquisas que incluem gênero, Irina Cuesta Astroz (2016) oferece um panorama dos processos organizativos de mulheres na Colômbia descrevendo o contexto e surgimento de organizações desde 1990, debruçando-se na normatividade internacional, no contexto latino-americano, e depois detalhando três momentos no país: Constituição de 1991, mobilizações para a paz, e o contexto de segurança democrática e negociações de paz. Ela

⁴² (cfr. Agudelo 2005, Cunin 2003, Barbary y Urrea 2004, Hoffman 2007 apud Restrepo, 2013)

⁴³ (cfr. Asher 2009, Ng’weno 2007, Escobar 2010, Oslender 2008, Pardo 2002, Offen 2003, Wade 2002, 2004 apud Restrepo, 2013)

argumentou que os processos organizativos de mulheres na Colômbia demonstram ao decorrer das últimas décadas diferentes características, desde os tipos de estruturas (mais ou menos formais), as motivações, as vinculações ao movimento feminista ou distanciamento dessas discussões, os modos de composição e formas de tomar decisões, como articulam seus interesses à conjuntura política e ao contexto local, os vínculos entre pessoas, instituições, organizações, Estado e outros atores (ASTROZ, 2016).

Maria Eugênia Ibarra Melo (2011) em seu artigo “*Acciones Colectivas de Mujeres por la Verdad, la Justicia la Reparación*” buscou responder como é a participação das iniciativas das mulheres pela paz no diálogo e negociação do governo com atores armados e como os papéis de gênero influenciam seus ativismos⁴⁴. A autora entendeu que um resultado da participação era o reconhecimento como atores sociais, sujeitas de direitos e lideranças comunitárias. Para Melo (2011 p. 148) nesse processo se constrói uma identidade como vítimas do conflito armado permeada por diferentes condições, como idade, grau de escolaridade, classe, raça e procedência.

Outro eixo de pesquisas abordou como no marco do conflito armado interno colombiano se produz violências específicas relacionadas ao gênero e as mulheres. Pode-se destacar duas dimensões que perpassam esses trabalhos: a vitimização e seus efeitos diferenciais para as mulheres e o foco nelas como protagonistas engajadas em processos organizativos (BELLO, 2015; GIRALDO, 2007; MEERTENS, 2000a, 2000b, PATIÑO, 2009; GIL, 2015; PARDO, 2018). Ter sido vítima e ser agente vem sendo mencionado por alguns autores. Observa-se as categorias empregadas por Jaramillo et al. (2019) de “geografias violadas” e “re-existências”. Essa oposição entre um e outro se expressa também em “vítimas de destruição” e “agentes de reconstrução” de Meertens (2000), e em “geografias do terror” e “espacialidade de resistência”, do geógrafo Ulrich Oslender (2002, 2008).

Para Jaramillo et al. (2019) o conceito de “geografias violadas” se refere às fraturas nas territorialidades da população e à paisagem desarticulada por um conjunto de lógicas de violência, terror e medo, exercidas por diferentes atores armados, agentes econômicos, grupos de poder e estruturas dominantes numa escala global. Assim, essas geografias estão ligadas tanto ao que é visível quanto invisível, como a violência direta e/ou as marcas nas memórias,

⁴⁴ Para isso, ela analisou as ações coletivas de duas redes, a *Ruta Pacífica* e a *Iniciativa de Mujeres Colombianas por la Paz* (IMP), a partir de 860 notícias. Entre as categorias de análise, os tipos de ações e as motivações, os repertórios de ação, os tipos de espaço onde as ações foram realizadas, e os atores e adversários, em acordo com as teorias de mobilização de recursos e da construção da identidade do ator (MELO, 2011).

paisagens e projetos. Jaramillo et al. (2019, p. 115, 116) partem das “geografias do terror”⁴⁵ de Oslender (2004) e defendem que elas provocam marcas nos corpos, afetos, memórias, capacidades cognitivas e organizativas, paisagens locais e projetos comunais. Ou seja, afeta quem são, onde estão e o que fazem, com o objetivo de “fazer morrer” (MBEMBE, 2018) o pensamento, a linguagem, a imaginação, o simbólico. Para, assim, construir:

(...) uma “nova” comunidade silenciada, ausente, fantasmagórica, amnésica e mutilada física, corporal e afetivamente; e que obriga essa nova comunidade a perder seus sentidos de lugar e suas referências espaciais e territoriais por meio de um grande plexo de mecanismos, entre outros: deslocamento forçado; desapropriação de territórios, saberes e práticas; quebrando a rotina e o vínculo afetivo na forma de se relacionar com os outros e com o meio ambiente” (JARAMILLO, et al., 2019, p. 115, 116, tradução própria)⁴⁶

Já reexistências se relaciona ao “conjunto de gramáticas de vida, expressas nos modos cotidianos de ser, estar e sentir no cotidiano”⁴⁷ (JARAMILLO, et al., 2019, p. 118). Dentro desta perspectiva, reexistências são as práticas não violentas agenciadas e mobilizadas por coletivos e organizações que desafiam as lógicas impostas pelas geografias violadas. Ao reconhecer a vitimização das mulheres é preciso também reconhecer a capacidade de agência, de organização e de mobilização desempenhada por elas. Isso permite reconhecer as vítimas não como sujeitas passivas, mas como sujeitas com possibilidades de ação. (GARCIA-JOHNSON; ACOSTA, 2016).

A socióloga Doris Lamus Canavate (2009, p. 129) situou os debates teóricos e políticos ao redor dos processos organizativos de mulheres negras na Colômbia, revisando categorias de análise, representações e discursos pelos quais tem sido abordado o racismo e a diferença cultural no país em relação às organizações. Em sua pesquisa, apresentou interpretações de

⁴⁵ Oslender examinou um conjunto de fenômenos geográficos associados ao terror, tais como: paisagens de medo, onde as práticas de violência se manifestam no espaço como forma de visibilizar a ameaça; mudanças bruscas nas práticas espaciais rotineiras, nas quais a população tem sua mobilidade prejudicada por restrições impostas, implícita ou explicitamente; mudanças no 'sentido de lugar', a partir de uma dimensão subjetiva; os processos de desterritorialização; e as estratégias espaciais de resistência, nas quais as pessoas, com seu conhecimento do território, organizam estratégias a confrontos, por exemplo, em sistemas de alerta ou rotas de fuga (OSLENDER, 2004, p. 40-44).

⁴⁶ Una “nueva” comunidad silenciada, ausente, fantasmal, amnésica y mutilada física, corporal y afectivamente; y que obliga a esta nueva comunidad a perder sus sentidos de lugar y sus referentes espaciales y territoriales mediante un gran plexo de mecanismos, entre otros: desplazamiento forzado; despojo de los territorios, saberes y prácticas; ruptura del lazo rutinario y afectuoso en la manera de relacionarse con los otros y el entorno”. (JARAMILLO, et al., 2019, p. 115, 116)

⁴⁷ Conjunto de gramáticas de vida, expresadas en formas cotidianas de ser, estar y sentir en la cotidianidad (JARAMILLO, et al., 2019, p.118).

diferentes autores para identidade, etnicidade, raça e racismo e eurocentrismo, e posturas críticas dos estudos culturais sobre esses mesmos temas. Ela parte desde os projetos hegemônicos de construção do Estado nação, no qual identidades particulares foram excluídas e os seus conhecimentos e práticas negados.

Para Canavate (2009) o ponto de partida dos termos raça e gênero é o reconhecimento da não existência de diferenças biológicas ou genéticas relevantes entre os seres humanos, que tem determinado uma superioridade moral ou intelectual para uns e inferioriza outros (2009, p. 110). Ainda assim, reconhece que os processos históricos políticos e culturais advindos da colonização têm determinado valores diferenciais das pessoas baseadas na aparência física, cosmovisões, conhecimentos, práticas culturais e religiosas. Canavate considera um desafio a construção de marcos de interpretações e práticas que visibilize as mulheres atravessadas por opressões para além de estarem inseridas nas discussões de gênero (2009, p. 110).

Em relação aos estudos sobre mulheres negras na Colômbia, ela critica a pouca literatura a respeito por meio de um conjunto de estratégias que provocam o apagamento epistêmico e político dessa população. Para Canavate (2009), a produção acadêmica que aborda as mulheres negras afro-colombianas é escassa, por vezes estereotipada, e aliada a teorização dos processos organizativos ser mais recente, desenvolver pesquisas com as mulheres negras afro-colombianas como atores sociais e políticas é produzir conhecimento de seus processos organizativos, econômicos e políticos. As constatações de ausência de estudos não se devem a falta de relevância do tema, mas está mais relacionado à exclusão do protagonismo delas nos processos organizativos e movimentos sociais no âmbito acadêmico e a como e quem tem produzido ciência (LOZANO, 2016; CANAVATE, 2009).

3.3 Movimentos sociais

Ao abordar o tema dessa pesquisa, vincula-se a análise de ação coletiva e dos movimentos sociais. Nas Ciências Sociais não há um enfoque único como categoria analítica, mas destacaram-se algumas correntes conhecidas como estadunidenses e europeias que se consolidaram a partir dos anos 70. Frente às insuficiências das teorias clássicas em relação ao surgimento de movimentos sociais que se fortaleceram nos anos 70 no norte global, diferentes teorias foram elaboradas. Pesquisadores buscavam novas ferramentas teóricas e analíticas para dar conta de uma realidade em constante transformação. Nessas estão: a Teoria da Mobilização de Recursos (TMR), a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (NMS) e a Teoria do Processo

Político (TPP). Apresentamos os conceitos chaves e a proposta de articular as categorias de autores que as integram para interpretar as ações coletivas e os modos de organizar-se coletivamente nos processos organizativos que compõe a pesquisa.

A Teoria da Mobilização de Recursos (TMR) teve como expoentes Mancur Olson (1965), Zald e McCarthy (1977) e propôs uma abordagem para os movimentos sociais de modo organizacional e não individual (GOHN, 1997, p. 50-51). A partir de noções de interação entre disponibilidade de recursos e estruturas, as TMR observaram os movimentos sociais como processos racionais movidos por uma lógica de custo-benefício (ALONSO, 2009; WABGOU et al., 2012, p. 33; GOHN, 1997). Olson (1992, p. 208) propôs que somente um benefício para o coletivo não é capaz de mobilizar integrantes para participação de ações coletivas, defendendo que há uma relação de custo-benefício individual. Ele defende que para grandes grupos funcionarem é necessário um *incentivo seletivo*, que pode ser positivo ou negativo. A postura da TMR de entender os movimentos como organizações foi criticada por não introduzir uma dimensão interpretativa, mas considerar as pessoas como recursos a serem estrategicamente mobilizados por organizações, sem se atentar a quem as compõe individualmente (SILVA et al., 2017).

Desde os anos 70, a partir de discussões entre as correntes norte-americanas e europeias e a dos NMS, uma nova corrente que envolvia as duas se estruturou: a Teoria do Processo Político (TPP)⁴⁸. Os adeptos de sua teoria, a partir das críticas a TMR, se dedicaram na década de 90 a operacionalizar suas análises em torno da dimensão interpretativa e cultural presentes na ação coletiva (SILVA et al., 2017). A TPP buscou romper com a ênfase econômica e focou na *estrutura de oportunidades políticas*, considerando o processo político das mobilizações e as bases culturais. Tem como expoentes Charles Tilly (1978), Doug McAdam (1999) e Sidney Tarrow (1997), e se voltou mais para as estruturas de incentivo e constrangimentos políticos que permeiam a escolha dos atores entre um conjunto de ações.

Dos conceitos que se destacam além dos mencionados, estão a *estrutura de mobilização e repertório de ação coletiva/confronto* que iremos apresentar posteriormente (ALONSO, 2009; GOHN, 1997, p. 15,70). Para Gohn (1997, p. 73) esse enfoque reintroduziu a psicologia social para compreensão dos comportamentos coletivos, retomando a conceituação de ator, as relações *face a face*⁴⁹ e a busca de especificar os elementos gerados em uma cultura, por isso considera a aproximação da TPP com a TNMS. O interacionismo simbólico de Erving Goffman

⁴⁸ Gohn (1997) empregou a noção de “Mobilização política”, ao invés de “Teoria do Processo Política”.

⁴⁹ É definida como “a influência recíproca dos indivíduos sobre as ações uns dos outros, quando em presença física imediata”. É toda interação que ocorre em qualquer ocasião quando há encontro. (GOFFMAN, 2004, p. 23).

e sua sociologia da vida cotidiana tem um papel estruturante, influenciando a ênfase nessas regras de interação (GOHN, 1997, p. 74).

A Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS) surgiu como resposta às formas de ação coletiva que emergiram a partir dos anos 70 diante da irrupção de movimentos estadunidense que deixaram de ser reconhecidos como exclusivamente em relação à classe. Outros problemas ganharam interesse como a cultura, o reconhecimento de identidades, o meio ambiente, a justiça e a promoção de direitos humanos, incorporando outros marcadores como gênero e raça (MELUCCI, 1999). Tem Melucci (1994) como expoente e atrelada a corrente interacionista teve como central em sua análise tanto a construção relacional na qual se insere a ação coletiva quanto na relevância de elementos culturais e a criação de identidade coletiva (MELLUCCI, 1995; PUERTA, 2006; LONDOÑO et al. 2020; CANAVATE, 2008).

As organizações e os movimentos sociais podem se diferenciar, mas é possível analisá-los a partir de teorias compartilhadas focando nos enquadramentos de ação coletiva. Entendo a ação coletiva como uma ação estratégica de um coletivo de pessoas que reivindicam um objetivo comum, independente se há outros objetivos individuais dentro da ação, podendo ser mais ou menos organizada e que tenha um oponente (TARROW, 2009; SILVA, 2010). Para Charles Tilly, a ação coletiva é:

Aquela realizada por um grupo de pessoas que compartilham uns interesses comuns, que se organizam em estruturas mais ou menos formais e que lançam ações mobilizadoras, todas sob uma determinada estrutura política que facilitará ou dificultará sua influência no poder dependendo de suas características. Em outras palavras, é uma ação conjunta que persegue interesses comuns e desenvolve umas práticas de mobilização concretas para alcançá-las em um sistema sociopolítico e econômico específico (TILLY, 1978, p.3 apud BARRERA; ARANGO, 2018, tradução própria)⁵⁰

Compreende-se que os processos organizativos analisados neste trabalho são fruto de uma estabilização e formalização da ação coletiva, como suporte sem que seja sua única forma de expressão. Tal qual afirma Charles Tilly, as organizações sociais “se converteram na maneira que as pessoas comuns levam adiante assuntos coletivos” (TILLY, 1997, p. 139).

⁵⁰ Aquella llevada a cabo por un grupo de personas que comparten unos intereses comunes, que se organizan en unas estructuras más o menos formales y que ponen en marcha acciones movilizadoras, todo ello bajo una determinada estructura política que facilitará o dificultará su influencia en el poder en función de sus características. Es decir, se trata de una acción conjunta que persigue unos intereses comunes y desarrolla unas prácticas de movilización concretas para alcanzarlos en un sistema sociopolítico y económico determinado. (Tilly, 1978, p.3 apud BARRERA; ARANGO, 2018).

Partir da estabilização e formalização da ação coletiva implica considerar que a partir dela é que se avança na construção de laços e na articulação de grupos sociais a longo prazo. Isso gera dinâmicas internas, ciclos ou padrões de desenvolvimento comum às organizações (SALAZAR, 2007). Por fim, se reconhece, em consonância com Gohn (2018) que entre essas teorias dos movimentos sociais mencionadas, há limitações, pois advém de um sentido universal dado a elas, a partir das construções elaboradas no contexto estadunidense e europeu. Gohn (2018, p. 26) acredita que:

As categorias ‘contentious politic’s’, ou suas estruturas de apoio como frames, repertórios; ou categorias mais culturalistas, como identidade, pertencimento, diversidade, diferença social; ou ainda as categorias marxistas, como luta, igualdade, conflitos, contradições etc., além das novas categorias dos indignados, ativistas da cibercultura, e outras de conteúdo moral ou simbólico, precisam ser confrontadas com as especificidades da realidade local. (GOHN, 2018, p. 26)

Há outras tentativas de relacionar os contextos locais, como focar em narrativas e abordagens decoloniais, num processo de decolonização do saber e do ser. Gohn (2018) menciona que o desafio coletivo é construir categorias teóricas que contemplem as especificidades de cada país, diferenciando-as dessas teorias que dão suporte a ação coletiva. Para esse trabalho, recorreremos à essas teorias, reconhecendo suas limitações e acionando-as para orientar a metodologia de análise dos enquadramentos interpretativos e articulando com as categorias que as lideranças atribuem sentido.

4 MARCO TEÓRICO

Para este trabalho adoto as Molduras Interpretativas de Ação Coletiva (MIACs), como propôs Snow e Benford (2000) por permitir observar, a partir das entrevistas, os elementos que configuram os esquemas de interpretação das lideranças das organizações, os identificando e organizando em enquadramento diagnóstico, prognóstico e motivacional. Dialogo com as contribuições de Tarrow (2009), Gamson (1992) e Melucci (1994, 1999) no uso do enquadramento (*frames*) nas análises de movimentos sociais. Para além dos MIACs, considero as categorias de oportunidades políticas e repertórios de ação coletiva propostas por Charles Tilly, somadas as oportunidades de contexto.

4.1 Enquadramentos

Para discutirmos as MIACs retomo a definição do conceito de *frame* de Goffman que aparece em seu livro “Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise”, em 1974, traduzido em 2012. O conceito veio de Bateson (1955), no campo da psicologia social, que definiu o *frame* como o conjunto de princípios de organização que governam acontecimentos sociais e nosso envolvimento subjetivo neles (GOFFMAN, 1986, p. 10-11). Goffman (1986) recuperou o conceito e o definiu como “o conjunto de orientações mentais que permitem organizar a percepção e a interpretação de fatos sociais significativos”. Ele empregou para nomear os esquemas de interpretação que tornam possível às pessoas ou grupos perceberem, identificarem e nomearem seu próprio mundo (GOFFMAN, 1986; SALAZAR, 2007, p. 45).

Ela é compartilhada por teóricos do movimento social, como Tarrow (2009), Snow e Benford (2000), Gamson (1992) e Melucci (1999), que propuseram modelos para a explicação dos movimentos sociais a partir de *frames*, ou na tradução quadros e/ou enquadramentos. São esses princípios conformadores dos quadros que permitem a definição da situação pelos atores. Snow e Benford (2000) entenderam que para Goffman os *frames* denotavam “esquemas de interpretação” que permitem aos indivíduos “localizar, perceber, identificar e rotular” situações dentro de seu espaço de vida e do mundo em geral. Os quadros ajudam a selecionar os eventos significativos e funcionam para organizar a experiência e guiar a ação, simplificando o “mundo lá fora” para potencializar a mobilização coletiva (2000, p. 614).

Entre esses autores foi Willian Gamson (1992) que primeiro empregou a noção de enquadramento interpretativo para os estudos das ações coletivas. Em suas pesquisas, percebeu que têm um conjunto de valores e símbolos presentes na sociedade que são reelaborados por lideranças e organizações na interação entre os membros e esses, por sua vez, motivam a

mobilização e atribuem sentido a ela. Esses elementos compartilhados também atuariam como referência para a identidade coletiva, fortalecendo laços e gerando vínculos de solidariedade. Para Gamson, uma análise de nível cultural mostra que o mundo político é enquadrado, que os eventos relatados são pré-organizados e não recebidos de forma bruta, pois as pessoas processam e codificam essa realidade recebida e o real exercício é decodificá-la (1992, p. 384).

Gamson (1992) sugeriu três componentes centrais dos quadros de ação coletiva: os de injustiça, de agência e de identidade. Os de injustiça são descritos como: “a indignação moral expressa na forma de consciência política” (GAMSON, 1995), um conjunto de crenças, valores e significados orientados à ação, que justificam e legitimam as atividades de uma organização ou movimento social” (GAMSON, 1995; SNOW, GAMSON, 1992). Nesta moldura, se entenderia que as organizações têm uma capacidade para configurar um conjunto de significados compartilhados que podem definir situações entendidas como injustas. Essa perspectiva defende que sem esse enquadramento seria improvável que as pessoas se mobilizassem, independente das oportunidades presentes (SALAZAR, 2006, p. 60).

Para Snow e Benford (2000, p. 614) as MIACs são conjuntos de crenças e significados orientados para a ação que inspiram e legitimam as atividades. Em seu modelo teórico definem como papel central dois conjuntos de características: as tarefas principais de enquadramento e os processos discursivos e de interação que atendem essas tarefas e geram as molduras interpretativas de ação coletiva (2000, p. 615). Em relação às tarefas centrais, Snow e Benford (2000) entendem que as lideranças construiriam um entendimento compartilhado de uma situação considerada problemática e que precisa ser transformada, definiriam os oponentes a quem responsabilizam e articulariam arranjos para incentivar outras pessoas a agirem para promover essa mudança.

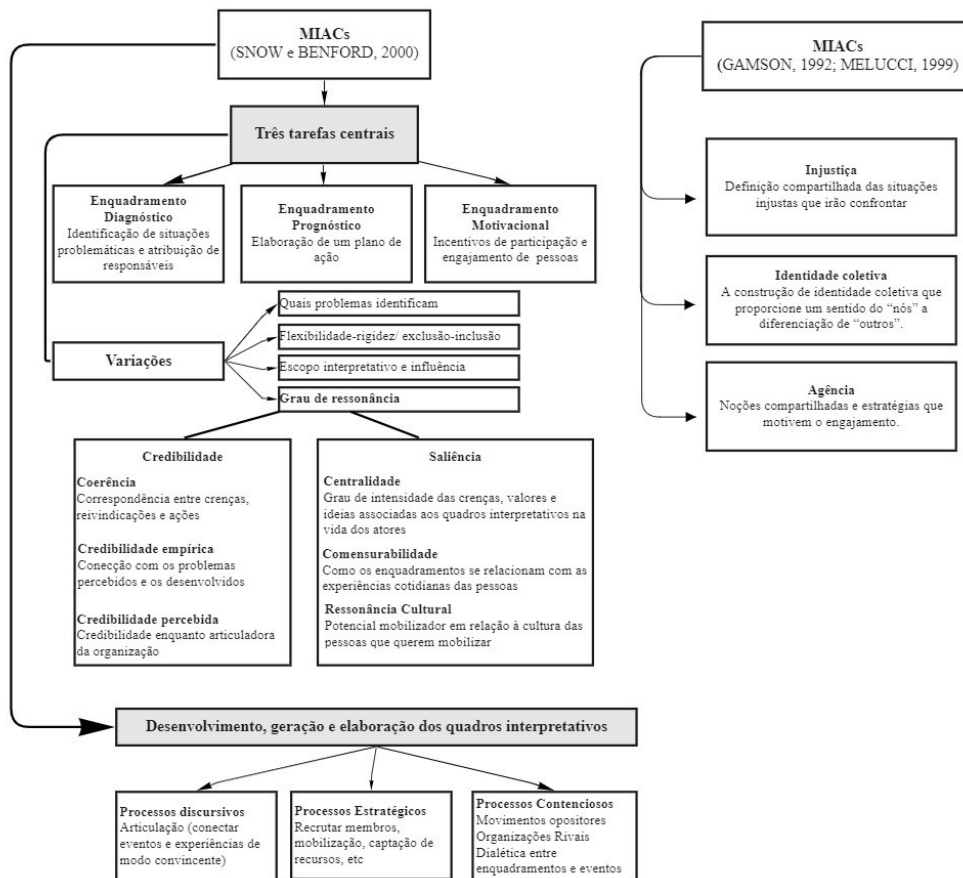
Observa-se que os “entendimentos compartilhados” dos processos de enquadramento estão muito próximos do que Melucci, na literatura das TNMS, atribui à identidade coletiva. Melucci (1999, p. 42-44) considera que a propensão de uma pessoa se implicar na ação coletiva está relacionada à capacidade diferencial para definir uma identidade, ou seja, ao acesso aos recursos que permitem participar no processo de construção de uma identidade coletiva. Para ele, “os atores coletivos produzem a ação coletiva porque são capazes de definirem a si mesmos e o campo de sua ação (relação com outros autores, disponibilidade de recursos, oportunidades e limitações)”. Sendo que esse “nós” se consolida nas relações e interações entre atores que se comunicam, negociam e tomam decisões, e nos investimentos emocionais que permitam que as pessoas se reconheçam coletivamente. Para ele, a construção de um “nós” está alinhada com os

fins (sentido da ação para o ator), os meios (possibilidades e limites da ação) e o âmbito da ação (onde a ação acontece). (MELUCCI, 1999)

O autor defende que em pesquisas que envolvem a formação de atores coletivos se deve considerar a natureza diversa e complexa dos atores, demandando verificar o como e o porquê se compartilha uma unidade que está espelhada no “movimento” ou na “organização” (Ibidem, 1999, 42). É mais do que perceber um movimento social como uma unidade, mas reconhecer as negociações e processos complexos de pessoas diferentes para chegar a um “nós” em prol de interesses comuns.

Nesse trabalho alio as duas propostas, entendendo suas semelhanças e discordâncias e como se complementam. O modelo de análise de Snow e Benford (2000) é mais detalhado. Percebeu-se a importância do destaque às identidades coletivas (Melucci, 1999), que foi articulada junto ao enquadramento motivacional. O enquadramento diagnóstico e o de injustiça, apesar das discordâncias entre os autores, engloba o contra o quê as interlocutoras lutam, e o enquadramento prognóstico foi aliado aos repertórios de ação coletiva.

Figura 13. Síntese das MIACs



Fonte: elaboração própria baseada nos autores

A partir da síntese apresentada neste quadro, retomo que as categorias analisadas no trabalho foram sintetizadas em cinco: (1) enquadramento diagnóstico, (2) prognóstico, (3) motivacional e de identidade coletiva, (4) oportunidades políticas e de contexto, somada as conformações de redes, (5) e os repertórios de ação coletiva. O perfil individual das lideranças foi observado, mas não incorporado na análise de modo detalhado. Como as interlocutoras informam a partir de suas trajetórias de vida, as entrevistas contêm informações e descrições que podem ser exploradas em outros trabalhos mais exaustivamente, mas para este foram relacionadas aos seus enquadramentos interpretativos das ações coletivas.

4.1.1 Tarefas centrais

Snow e Benford (2000, p. 614-615) organizaram nas tarefas centrais dos MIACs o enquadramento de diagnóstico, enquadramento de prognóstico e enquadramento motivacional. O *enquadramento de diagnóstico* refere-se ao processo de identificar as situações problemáticas, e é seguido pela definição dos responsáveis identificando a causa ou os culpados. A atribuição aos responsáveis⁵¹ pelos problemas é terreno de controvérsias ou conflitos.

Os autores criticam o que Gamson (1992) chama de “molduras de injustiça”, em contraposição ao enquadramento de diagnóstico, pois defendem que os estudos que o empregam partem de um lugar comum, no qual tudo poderia ser considerado injusto, independente de evidências empíricas. Eles defendem que a estrutura de ação coletiva nem sempre precisa incluir um componente de injustiça. (BENFORD; SNOW, 2000, p. 615). A partir de Gamson (1992) se entende que nem todo problema social se insere em um enquadramento de injustiça, pois podem não ser percebidos pelas pessoas mesmo as afetando, e é necessário que as pessoas se sintam afetadas. Isso porque esse entendimento compartilhado de injustiça influencia no engajamento à ação (SALAZAR, 2016; GAMSON, 1992).

O *enquadramento de prognóstico* refere-se à elaboração de um plano de ação, ao “como” irão mudar o problema identificado. Os autores apontam que pode existir uma correspondência entre os enquadramentos diagnóstico e prognóstico, considerando duas influências. Primeiro, ao definirem problemas e causas específicas há uma tendência de limitar

⁵¹ Eles mencionam uma pesquisa de Benford (1987) que analisou o movimento de desarmamento nuclear dos anos 80 e relatou que a atribuição a um responsável era um conflito dentro do movimento, pois os grupos se dividiram para atribuir ao problema da ameaça nuclear a causa, como o declínio da moralidade, descontrole no uso da tecnologia, indústria de defesa, capitalismo, estrutura geopolítica ou os Estados Unidos, a União Soviética, ou os dois. (BENFORD; SNOW, 2000, p. 616). Esse exemplo ilustra que a escolha de quem se atribuí a “causa” pode gerar discordâncias internas nas organizações.

as possibilidades de estratégia para enfrentá-la (BENFORD; SNOW, 2000). Outro apontamento dos autores, a partir de estudos de caso, é de que é neste enquadramento que as organizações podem se diferenciar umas das outras ao lutarem por uma mesma causa, por exemplo (BENFORD; SNOW, 2000, p. 616-617). Em Buenaventura, com a emergência de organizações, cabe refletir como os repertórios empregados se diferenciam ou se assemelham entre si, a partir dos enquadramentos diagnósticos e prognósticos.

Snow e Benford (2000) mencionaram que outros estudos⁵² demonstraram que quando o enquadramento prognóstico ocorre em contextos de presença de vários movimentos, nele pode-se incluir refutações da eficácia de soluções defendidas por outras organizações e isso também ser usado como uma justificativa para outra proposta de solução. Nesse *contraframing*⁵³, os autores acreditam que ativistas podem ficar mais na defensiva por um tempo e serem pressionados a uma elaboração prognóstica mais definida, já que partem da crítica ao modo de agir de outra organização (BENFORD; SNOW, 2000). Por último, o *enquadramento motivacional* que se refere ao incentivo de participação e engajamento de pessoas que possam executar as ações coletivas propostas para transformar as situações problemáticas diagnosticadas e, para os autores, inclui um vocabulário próprio ⁵⁴(SNOW E BENFORD, 2000, p. 616).

4.1.2 Fatores variáveis nos enquadramentos

Além dos três enquadramentos, os autores mencionaram quatro maneiras pelas quais podem variar: na identificação das situações problemáticas e atribuição de responsáveis; na medida que são flexíveis-inclusivas, flexivas-exclusivas, rígidas-inclusivas, rígidas-exclusivas em relação às ideias que incorporam e articulam; referente a variação do escopo interpretativo

⁵²(EVANS, 1997; KLANDERMANS 1992; CURTIS & ZURCHER, 1973 apud BENFORD; SNOW, 2000, p. 616)

⁵³ No Brasil, Marcelo Silva e Matheus Pereira (2020, p. 29) abordaram os movimentos sociais e *contramovimentos*, e seu caráter relacional do conflito social, acreditando que o uso dessa noção contribui para analisar as relações entre grupos de oposição que se organizam em torno de um mesmo tema, além do papel do Estado e as implicações de escolhas de quem escolhe para se aliar entre grupos que disputam entre si.

⁵⁴ Retomo o exemplo oferecido por eles, de um estudo sobre o movimento de desarmamento nuclear nos Estados Unidos que identificou quatro vocabulários de motivação na interação entre atores e movimentos sociais: vocabulários de gravidade, urgência, eficácia e dever. Ainda que perceberam que o vocabulário construído promoveu certo convencimento para novos integrantes inserirem-se nas ações, os usados para enfatizar a gravidade e a urgência da ameaça nuclear gerou uma sensação diminuída de eficácia, superada posteriormente a construção de um vocabulário de dever. Mas esses achados ainda carecem de mais pesquisas que especifiquem o que afeta a construção e adoção desses vocabulários e seu impacto (SNOW E BENFORD, 2000, p. 617). Não identificamos em todas as interlocutras esse vocabulário, mas percebeu-se o entendimento de que “é urgente, um dever, e eficaz agirmos” mobilizados em seus discursos.

e influência, considerando que quando os enquadramentos são amplos funcionam como "enquadramentos mestres"; e variam quanto ao grau de ressonância (SNOW E BENFORD, 2000, p. 618-119).

O grau de ressonância se relaciona com a eficácia da mobilização. Por isso, apresentamos os conjuntos de elementos entendidos como responsáveis por essa variação. Para os autores, a ressonância varia em relação à *credibilidade do quadro disponibilizado* e a *saliência*. O primeiro fator pode ser mensurado pela: *coerência* do quadro (correspondência entre crenças, reivindicações e ações articuladas, ou seja, na relação entre o que se acredita e o que se faz; *credibilidade empírica*, na qual mais do que buscar se certificar se o que se diz do diagnóstico e prognóstico é real, verificar se esses sentidos são reais para quem a organização busca mobilizar; *credibilidade percebida* sobre quem articula, considerando as características individuais dos atores. (SNOW E BENFORD, 2000, p. 620; SILVA et al., 2017, p. 156).

O segundo refere-se ao que se sobressai em quem a organização busca mobilizar. Os autores apresentam três fatores que compõem a *saliência*: centralidade, comensurabilidade e ressonância cultural. A *centralidade* se relaciona ao grau de intensidade das crenças, valores e ideias associadas aos quadros interpretativos na vida da pessoa, sendo que os autores indicam que se são centrais há mais chances de se mobilizarem. A *comensurabilidade* refere-se a como os enquadramentos se relacionam com as experiências cotidianas das pessoas, e quanto mais se aproximam de sua vida cotidiana maior a possibilidade de mobilização. Por sua vez, a *ressonância cultural* está ligada ao potencial mobilizador das molduras interpretativas em relação à cultura das pessoas que querem mobilizar (SNOW E BENFORD, 2000, p. 621).

Silva et al. (2017, p. 157) destacou que ao buscar uma aproximação com a cultura vigente para obter ressonância gera-se alguns dilemas para os movimentos sociais entre “promover interpretações que sejam de fácil aceitação, mas que tenham um menor potencial contestatório e de transformação, ou sustentar interpretações altamente inovadoras, aceitando o ônus de que tais mensagens dificilmente serão recebidas com simpatia pelos interlocutores”. Em uma síntese em um ensaio bibliográfico, Silva et al. (2017, p. 157) apresenta que a ressonância de uma MIAC varia conforme as características dos criadores do movimento (sua credibilidade, carisma, orientação estratégica, etc.) e das interlocutoras e as características das MIACs (consistência, relevância, vínculo com realidade dos integrantes).

4.1.3 Criando as Molduras Interpretativas de Ação Coletiva

Quando iniciamos essa discussão, apresentamos que, para Snow e Benford (2000), as MIACs tem dois papéis centrais. Após descrevermos os elementos que compõem a primeira (as tarefas), nos atemos ao segundo conjunto de elementos relacionados ao desenvolvimento, geração e elaboração dos quadros de ação coletiva. Eles podem contribuir para entender como lideranças conduzem os processos de enquadramento interpretativo e por quais categorias constroem suas molduras interpretativas (SILVA et al., 2017, p. 154). A partir das críticas de seus aportes iniciais, entenderam que os *frames* não se relacionam exclusivamente atendendo as três tarefas centrais, mas também por três conjuntos de processos: *discursivos*, *estratégicos* e *contestatórios* (2000, p. 623). Partem da ideia de examinar além do que entra no enquadramento o como são difundidos entre os movimentos, as culturas e o tempo (2000, p. 623).

Os *processos discursivos* se relacionam com as comunicações verbais e escritas dos membros do movimento durante ou em relação às ações desenvolvidas (SNOW E BENFORD, 2000, p. 623). Para os autores, os *frames* de ação coletiva são gerados por dois processos interativos e discursivos: articulação e amplificação. O primeiro envolve conectar eventos e experiências de modo convincente. O segundo envolve a seleção de desejos, eventos e crenças como mais relevantes que outras, pois ao fazerem isso simbolizam o frame maior que fazem parte. Ele exemplifica isso com os tipos de slogans usados em movimentos sociais. Entendemos que nessa compreensão, os processos discursivos acontecem na interação, no diálogo e no cotidiano das organizações, em contínua construção e negociação coletiva.

Os *processos estratégicos* referem-se aos processos mais utilitários, objetivos e direcionados desenvolvidos para alcançar um propósito específico (recrutar membros, mobilização, captação de recursos, etc.). O terceiro é os *processos contenciosos de enquadramento*, no qual os autores mencionam ser um consenso o entendimento de que no processo de elaboração dos quadros de ação há conflitos internos para definição dos sentidos compartilhados. Os autores mencionam três tipos apontados pela literatura: movimentos opostos (ou contra-enquadramentos, contra-movimentos, *counterframing* ou *countermovements*), organizações rivais, e a dialética entre *frames* e eventos (SILVA et al., 2017, p. 155; SNOW E BENFORD, 2000, p. 626; SILVA; PEREIRA, 2020)

4.2 Oportunidades políticas e de contexto

A estrutura de Oportunidades Políticas⁵⁵ refere-se às dimensões do entorno político que estimulam ou desestimulam a ação coletiva. É nos estudos de Peter Eisinger (1970, p. 11) e Michael Lipsky (1973, p. 25), mencionados por McAdam (1999), que se encontra o termo *estrutura de oportunidades políticas*. No primeiro autor, na sua análise de variações dos comportamentos de protestos em cidades norte-americanas. No segundo, na definição de estrutura de oportunidades política que explorava a ideia de que a incidência ao protesto estaria “relacionada com a natureza da estrutura de oportunidades políticas que oferece uma cidade”, definindo o conceito como “o grau de probabilidade que os grupos têm de ascender ao poder ou influenciar o sistema político” (McAdam, 1999). Dez anos depois, o conceito se tornou central para o modelo de processo político como os de Charles Tilly, McAdam e Tarrow (EISINGER, 1973; LIPSKY, 1973 apud MCADAM, 1999, p. 49; GIL, 2006).

Charles Tilly em 1978 propôs uma nova abordagem relacionada a como as mudanças estruturais afetam os modelos de ação coletiva, contribuindo para os estudos dos movimentos sociais com uma abordagem histórica. Tilly observou que o aumento de mobilizações estava relacionado a oportunidades eleitorais e as mudanças de regime na França de 1830. Para ele, o conflito era o eixo estruturador da vida social e entre muitos questionamentos⁵⁶ durante sua trajetória acadêmica buscou explicar como surgem e se desenvolvem as mobilizações coletivas em relação ao contexto político, estrutura de oportunidades políticas, e das relações de força entre as autoridades e quem as desafia, e seus repertórios de ação (ALONSO, 2012, p. 21-22; GOHN, 1997, p. 65; TILLY, 2022).

Os movimentos sociais são entendidos pelo autor como um grupo com uma agenda política que usa uma gama de estratégias culturalmente identificadas que são levadas a público, onde o Estado é objeto de demanda (TILLY, 2022, p. 40). Dentro desta perspectiva, a ação coletiva aumentaria quando as pessoas têm acesso a espaços e encontram oportunidade de usá-las. Enquanto diferentes estudos eram realizados com base nos aportes iniciais de Tilly, os pesquisadores foram direcionando críticas que influíram nas reformulações do conceito. Uma delas era a respeito de atribuir a consolidação dos movimentos sociais somente aos arranjos políticos. A proposta foi considerada muito estruturalista, tirando o controle dos atores envolvidos nessa dinâmica. Outra crítica foi a da classificação das estruturas de oportunidades

⁵⁵ Depois chamada apenas de oportunidade políticas, valorizando as estratégias dos movimentos sociais.

⁵⁶ (Ver TILLY, 2022, p. 14)

políticas como abertas ou fechadas, entendendo como insuficiente, pois, por exemplo, uma mesma estrutura poderia estar aberta à uma questão e fechada à outra. Essas estruturas não conseguem ser fixas em relação aos movimentos (EDWARDS, 2018, p. 87).

Inicialmente, Tilly acreditava que os movimentos sociais poderiam ser estudados em conexão com a política, e a estratégia, estrutura e sucesso alternariam em diferentes tipos de Estado (TARROW, 2009, p. 37). Tilly foi elaborando sua Teoria do Processo Político, que posteriormente ficou conhecida como Teoria do Confronto Político ao longo de três décadas (ALONSO, 2012). Com essas contribuições, a TPP foi ganhando uma abordagem que contemplasse os atores envolvidos e não somente um processo racional estratégico, incorporando conceitos de dimensão mais cultural (GOMES, 2019, p. 59).

Apesar das críticas, Tarrow (2009) entende que Tilly conseguiu trazer uma proposta para responder o porquê o confronto político se desenvolvia em momentos específicos da história, produzindo movimentos mais e menos amplos ou a repressão contra eles, e de que forma os movimentos se diferenciam em relação aos ambientes políticos. É assim que em “O poder em movimento”, Tarrow (2009, p. 38), defende como argumento central que as pessoas se envolvem em confrontos políticos frente a mudanças nos padrões de oportunidades e restrições políticas. Diante disso, realizam repertórios de ação coletiva de modo estratégico e criam novas oportunidades que podem ser acessadas por outros em ciclos mais amplos de confronto.

A respeito da definição, Tarrow (2009, p. 39) entendeu as oportunidades políticas como a que: “ênfatisa recursos externos ao grupo”. Ou seja, refere-se às dimensões do entorno político que estimula ou desestimula a ação coletiva, desvelando aliados e vulnerabilidades. Nesse processo, as restrições políticas são fatores e fontes de barreiras contra o confronto. Para o autor, esse conceito não deve ser entendido como um modelo invariável, mas de indícios de quando surgirá um confronto político, inserindo o movimento num ciclo causal que pode levar a uma interação sustentada com autoridades e movimentos sociais. (TARROW, 2009; SALAZAR, 2006; GIL, 2006). Diante de debates e críticas sobre o entendimento do que seriam as oportunidades políticas e a flexibilidade de sua definição, da imprecisão de sua utilidade, ou determinação de papéis fixos, o esquecimento da cultura e das estratégias de ação e sua utilização (GIL, 2006, p. 31), Tarrow (2009), estabeleceu dentro das variáveis do conceito quatro elementos: o grau de abertura à participação, as mudanças nos alinhamentos dos governos, disponibilidade de aliados influentes, divisão entre as elites e entre elas.

Essas dimensões propostas ampliam a incorporação da categoria analítica, o que influi em sua utilização para estudar mobilização mais atuais (TARROW, 1997, p. 156). Ou seja, uma organização pode ter suas ações incentivadas ou desestimuladas em relação à um cenário político, desde quem está no governo, relações influentes até a agenda internacional utilizada por organismos e instituições na mobilização de recursos que privilegia determinados temas. Em contraposição, os movimentos além de acessar oportunidades políticas existentes podem criá-las, como é o caso de novas leis ou políticas públicas formuladas a partir das ações coletivas de movimentos sociais. (TARROW, 2009; TILLY, 2022; ALONSO, 2009; 2012)

Gil (2006) propôs reconsiderar a redução a fatores estritamente políticos para a ação coletiva. A autora acredita que o contexto seria a chave para compreender de onde emergem os processos organizativos. Sua proposta amplia a rigidez com a política e insere os contextos particulares na análise. Assim, compreendemos que as ações coletivas estão relacionadas com as oportunidades políticas e de contexto, que influenciam o surgimento, o impacto e a duração. Por isso, Gil (2006) discutiu em seu artigo a relevância de considerar as oportunidades políticas, sem reduzi-las, mas incorporando outras dimensões para ampliar a categoria tornando possível responder o como e quando se gera a ação coletiva e os mecanismos que permitem que ela se realize em condições de contextos violentos, como é o caso desta pesquisa.

Para analisar as oportunidades políticas seria necessário um minucioso estudo sobre os episódios históricos que contribuíram para o surgimento das ações coletivas e os que influenciaram enfraquecendo as organizações. Neste trabalho nos atemos a observação do que é mencionado a partir das interlocutoras e o que elas revelam em suas memórias que influem nessas aberturas ou restrições da ação coletiva. A partir disso, utiliza-se as oportunidades políticas e de contexto, muito relacionada a construção de vínculos e a abertura política, para compreender pistas do que interfere no repertório de ações coletivas analisados.

4.3 Repertórios de ação coletiva

Quem assiste uma apresentação musical pode trazer à memória a relevância de um repertório, que tem uma escolha minuciosa de quais músicas serão tocadas dependendo de onde se estará, de quem será a plateia e do propósito da apresentação. A noção de repertório de Charles Tilly foi emprestada da música para se referir aos modos de agir e de fazer política. Ela contribui para identificar as estratégias desempenhadas pelo grupo em determinados espaços e

tempos e como os atores modificam seus repertórios de ação em performances a partir de com quem se relacionam (TILLY, 2022; ALONSO, 2012). Para ele:

Repertórios pertencem a conjuntos de atores em conflito, não a atores isolados [...] palavra repertório identifica um conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e postas em ação por meio de um processo relativamente deliberado de escolha. Repertórios são criações culturais aprendidas, mas eles não descendem de filosofia abstrata ou tomam forma como resultado da propaganda política; eles emergem da luta. (TILLY, 1995, p.29-30 apud ALONSO, 2012, p.25)

É nesse sentido que para Tilly (1997) os repertórios mudam de tempo em tempo, variando de lugar, pois se relacionam com o processo político e não necessariamente com os objetivos comuns de atores em confronto. Esse processo de incorporar variáveis contextuais na ação coletiva organizada mostra a relevância de não entender os processos organizativos de modo isolado, mas repleto de dinâmicas inseridas em um contexto e nos vínculos. Foi nas atualizações da noção de repertório por Tilly, após críticas a seu modelo estruturalista, que ele incluiu a noção de *performance*, relacionando-se também ao interacionismo simbólico de Goffman (2002). Para Alonso (2012), Tilly encaminha uma noção relacional desses conceitos:

Esta última abordagem tillyana dos repertórios privilegia, então, o improvisado, a capacidade dos atores de selecionar e modificar as performances de um repertório, para ajustá-las a programas, circunstância e tradição locais, isto é, ao contexto de sentido daquele grupo, naquela sociedade. O repertório só existe encarnado em performances confrontacionais. Tilly nunca arredou pé do postulado de que o eixo fundamental da vida social é o conflito, que ganha formas históricas peculiares. Qualquer invenção, uso, mudança de repertórios só podem ser entendidos neste esquadro histórico e relacional, que põe o confronto em primeiríssimo plano (ALONSO, 2012).

Isso gerou uma agenda de estudos das performances e “como a experiência presente, os sentidos e usos dos agentes em suas interações confrontacionais, transforma os repertórios” (ALONSO, 2012). Pesquisas têm aplicado este conceito no tema dos processos organizativos na Colômbia (WAGBOU et al., 2012; GIL, 2012). Jaramillo-Marín et al. (2019, p. 118) usam a noção de repertório, ainda que de modo mais livre, e acreditam que no contexto de Buenaventura diante de “dispositivos de morte” surgem repertórios de vida, carregados de “*performance*”. Ou seja, os repertórios de ação são modificados nas interações enquanto se realizam e contra quem. Com as lideranças e as organizações escolhidas para este trabalho, pode-se observar os repertórios que partem de conhecimentos individuais e compartilhados, repertórios históricos, quais são escolhidos e examinar os processos pelos quais emergem essas ações coletivas. (ALONSO, 2012; BARRERA; ARANGO, 2018; TILLY, 2010)

5 DESENHO METODOLÓGICO

A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa por meio de um estudo que buscou analisar os processos organizativos de lideranças em Buenaventura a partir das Molduras de Interpretação da Ação Coletiva (MIACs) e dos elementos que as configuram, e os repertórios de ação, as oportunidades políticas e de contexto. Optou-se por ser qualitativa, entendendo que com isso permite descrever, se aproximando dos sentidos que as pessoas atribuem às suas ações e complementando os dados quantitativos já existentes, que quantificam tanto a violência do conflito armado quanto a dos inúmeros estudos dos movimentos sociais nas abordagens dos repertórios de ação coletiva na Colômbia, com análises a partir da coleta de dados da imprensa. Neste sentido, entende-se que os dados quantitativos e qualitativos não se opõem, mas se complementam e interagem. Como explica, Deslandes et al. (1994), a pesquisa qualitativa oferece respostas a questões particulares.

(...) Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (DESLANDES, 1994, p. 21-22)

O desenho metodológico está composto pela fase exploratória, na qual foi feito o levantamento bibliográfico, esse foi um exercício contínuo durante todo o processo de pesquisa e foi se reconfigurando. Em seguida, realizou-se o trabalho de campo e as entrevistas semi-estruturadas e abertas com dez lideranças de sete organizações e a secretária responsável pela *Secretaria de las Mujeres, Equidad de Género e Igualdade de Derechos* do Distrito. Durante o trabalho de campo foi desempenhada uma leitura do contexto, reconhecendo as limitações presentes nesta etapa, e o acompanhamento presencial e observação dos seguintes eventos: Entrega do informe da *Red Mariposas de Alas Nuevas* à JEP; Palestra pedagógica de *Redmupaz*; Sessão da *Mesa Intersectorial contra las Violencias de Género*; Palestras “*Ciudadanía Incluyente*” promovidas pela *Secretaria de las Mujeres, Equidad de Género e Igualdade de Derechos* do Distrito e a Biblioteca do Banco da República pela comemoração do dia internacional da mulher trabalhadora.

Inicialmente, o recorte estipulado para a pesquisa era de organizações de vítimas, e lideranças que já vivenciaram o deslocamento interno forçado, porém com a entrada no campo, percebeu-se que eram múltiplas as violências a que estavam submetidas, ampliando o escopo

para além do deslocamento forçado. Portanto, foram realizadas entrevistas com lideranças que já foram vítimas do conflito armado colombiano ou trabalham com mulheres que foram vítimas e integram sete organizações.

Quadro 2. Lista de processos organizativos que integram a pesquisa

Nome	Data de fundação	Descrição	Abrangência
<i>Asociación de Mujeres y Hombres de Triana</i>	2005	A Associação foi criada para exigir a verdade, justiça, reparação e garantias de não repetição, defendendo a vida e dignidade de todas as vítimas na via Alejandro Cabal Pombo e construindo memória coletiva.	Triana, Zona Rural de Buenaventura
<i>Fundación de Desplazados del Pacífico Colombiano</i>	2007	Luta pela defesa do território e dos direitos das pessoas em situação de deslocamento interno forçado e demais violências do conflito armado colombiano.	Buenaventura
<i>FundaProductividad</i>	2000	Fundada para apoiar mulheres vítimas de violência de gênero, por meio do artesanato, processos culturais e de empreendimento.	Buenaventura
<i>Madres por la Vida</i>	2006	Tem o objetivo de recuperar e resgatar memória de pessoas ausentes, por meio de práticas tradicionais e ancestrais, e busca a luta pela verdade, justiça, reparação e garantias de não repetição referente às vítimas de assassinato, desaparecimento forçado e deslocamento.	Buenaventura
Organização ⁵⁷	2012	A organização luta contra a violência de gênero e sexual e busca promover respostas aos problemas locais e construir paz em seus lares e territórios.	Ladrilleros, Buenaventura
<i>Red Mariposas de Alas Nuevas de Alas Nuevas</i>	2010	Rede de mulheres e organizações que trabalham pela defesa dos direitos das mulheres e busca prevenir e combater as formas de violência de gênero e sexual.	Buenaventura
<i>RedmuPaz</i>	2015	Busca alcançar a transformação social gerando espaços e estratégias que promovam a participação ativa das mulheres nos espaços de decisão para transformar realidades que permitam melhores condições de vida.	Buenaventura

Fonte: autora, a partir das entrevistas.

As entrevistas semi-estruturadas foram realizadas com 10 interlocutoras, de 7 organizações. O roteiro (Ver [Apêndice A](#)) foi uma ferramenta que orientou o diálogo, mas não seguido de forma rígida. Para duas interlocutoras foram realizadas entrevistas abertas, pois frente ao encontro o método não foi adequado para a dinâmica das falas e de suas articulações. Houve limitações de tempo e disponibilidade, que não permitiu a realização de todas as

⁵⁷ Foi solicitado pela liderança não expor o nome da organização.

perguntas, mantendo as principais. O roteiro foi importante, porém não executável em sua integralidade e sendo adaptado durante cada entrevista e disponibilidade da interlocutora.

As entrevistas foram gravadas em áudio, e, posteriormente, transcritas na íntegra, somando 15:21:13 horas no total (Ver Apêndice B). Foram realizadas em local escolhido por cada uma. Existia a expectativa de fazê-las na residência delas para ter a oportunidade de se inserir em seus contextos e observar outras relações, mas isso só foi possível para as interlocutoras da *Organização 7* devido ao convite para ir até Ladrilleros, que fica a uma distância de 1h30 de barco de Buenaventura. Com *Fundaproduktividad*, as entrevistas foram realizadas na sede da fundação. As outras lideranças informaram que não se sentiam seguras ou confortáveis de conversarem em suas residências, pois os territórios estão “quentes”, uma alusão ao incremento da violência.

Todas as interlocutoras foram convidadas a participar do registo fotográfico, na qual a fotógrafa Isis Medeiros foi convidada para realizar (Ver Apêndice E). Foi informado a não obrigatoriedade dessa participação. Uma das dez entrevistadas não aceitou o registo fotográfico, as outras aceitaram e leram e assinaram o Termo de Autorização de Uso de Imagem. Para esses registros, foi questionado onde elas gostariam de realizar, como gostariam de ser vistas e se queriam trazer objetos ou referências para a foto. Duas escolheram um riacho, onde fizeram um ritual de limpeza espiritual. Uma escolheu sua casa e a praia. As demais entrevistadas escolheram a *Malecón Bahía de la Cruz*, no centro de Buenaventura, e queriam evidenciar a relação com o mar. Para apresentar uma síntese com os dados das interlocutoras as informações foram sistematizadas no Quadro 3. Os nomes com asterisco são fictícios para preservar a anonimidade das que solicitaram, sendo na maioria escolhido por elas.

Quadro 3. Dados das interlocutoras entrevistadas

Nome	Organização/Cargo	Idade	Cidade de nascimento	Residência atual	Filhos	Escolaridade	Estado civil
Dora*	Organização 7 (fundadora)	50 anos	Ladrilleros, zona rural de Buenaventura	Ladrilleros (zona rural)	1	Ensino Médio*	Casada
Celina Casquete Rosas	RedmuPaz (coordenadora)	56 anos	Buenaventura, Bairro Santa Fé (Comuna 5)	El Triunfo, (Comuna 12)	3	Graduação	Divorciada
Cinthia*	Red Mariposas (dinizadora) e Madres por la Vida (fundadora/fiscal)	60 anos	Amarales, Nariño	San Francisco (Comuna 7)	6	Técnico	União livre

Jade*	<i>Red Mariposas</i> (dinamizadora) e <i>Madres por la Vida</i> (fundadora)	57 anos	<i>Buenaventura</i>	<i>Matia Murumba</i> (Comuna 12)	6	Técnico	Viúva
Malaika*	<i>Red Mariposas</i> (dinamizadora) e <i>Madres por la Vida</i> (secretária)	41 anos	<i>Buenaventura, bairro El Ruiz</i> (Comuna 12),	<i>Bairro El Ruiz</i> (Comuna 12)	3	Técnico	Casada
Luz Dary Vida y Resistencia*	<i>Madres por la Vida</i> (fundadora/ representante legal)	62 anos	<i>Punta Ardita, Chocó, Valle del Cauca</i>	<i>Vereda de la Gloria</i> (zona rural)	4	Ensino Médio*	Casada
Margarida*	Organização 7 (presidente)	50	<i>Chocó, Valle del Cauca</i>	<i>Ladrilleros</i> (zona rural)	2	Ensino Médio*	Casada
Samaria*	<i>Asociación de Mujeres y Hombres de Triana</i> (fiscal)	59 anos	<i>El Jorge, Buenaventura, Comuna 2</i>	<i>Triana</i> (zona rural)	6	Ensino fundamental*	Viúva
Esmeralda*	<i>Fundación de Desplazados del Pacífico Colombiano</i> (presidente)	41 anos	<i>Bajo Calima, zona rural de Buenaventura</i>	<i>El Esfuerzo</i> (zona rural)	1	Ensino Médio*	Divorciada
Sandra Sinisterra	<i>FundaProductividad</i> (fundadora)	50 anos	<i>Buenaventura</i>	<i>Buenaventura</i>	4	Graduação	-

Fonte: autora, a partir das entrevistas

Afinal, no se assemelham? Do ponto de vista do local de nascimento, sete das dez interlocutoras nasceram no Distrito de Buenaventura, Valle del Cauca, sendo no total, 3 na área urbana e 5 na rural e martítima. Duas no *departamento* de Chocó e uma no de Nariño, todos no Pacífico colombiano. A faixa etária é de pessoas de 41 a 62 anos. O estado civil varia entre casada (4), divorciada (2), união livre (1) e viúva (2), com exceção de uma que não foi registrado esse dado. A respeito da escolaridade, uma concluiu o ensino fundamental, três o ensino médio, duas a graduação em sociologia, e duas concluíram mais de um curso técnico, considerando o que seria equivalente ao sistema educacional brasileiro.

As interlocutoras residem em duas *comunas* na área urbana: a 7, no bairro São Francisco; e a 12, nos bairros *Matia Murumba, El Ruiz*. Duas no corregimento de *Ladrilleros*, na *Bahía Málaga*; e três na zona rural, sendo em *Triana*, no *Consejo Comunitario Alto Médio Rio D'Agua*; e uma na *Vereda de La Gloria* e *El Esfuerzo*. Os processos organizativos apresentados estão compostos majoritariamente por mulheres negras, mas não somente. Em seus quadros de membros, há pessoas que se diferem quanto ao gênero e raça, e apenas *Redmupaz* é exclusivamente composta por mulheres. As lideranças entrevistadas são 10 mulheres cisgêneras, que se autorreconhecem como negras (9) e negra indígena (1). Entende-

se esse dado como reflexo da composição étnica da população do Distrito de Buenaventura, com 89% da população negra (EQUAL TIMES, 2017).

5.1 A pesquisadora na pesquisa e a inserção no campo

É preciso considerar meu lugar de falar enquanto uma mulher cisgênera, branca, estrangeira. Foi preciso questionar o que meu corpo expressaria na pesquisa e no trabalho de campo. Afinal, como me percebiam e como eu as vejo enquanto participantes na pesquisa? Quais os pontos de encontro e distâncias, e o que significavam essas identificações e distâncias para a produção do conhecimento? (MEERTENS, 2006). A tensão entre cumplicidade e desconfiança permeou oito das dez relações entre pesquisadora-interlocutoras. No exercício de compreender o que se comunicava de maneira não verbal, lembrei do que Meertens (2006, p. 116) comentou de que a condição de forasteira pode ter desvantagens pela incompreensão de sinais implícitos, ou vantagens por ser considerada distante daquele contexto, gerando maior abertura. No contato em 2016, percebi que ser estrangeira conferiu um grau de confiança maior, que permitiu compartilharem situações nas quais mencionavam que não falariam com quem as conhecem por receio das consequências das informações compartilhadas.

A inserção em abril de 2022 foi diferente. A seleção de quais lideranças e organizações participariam da pesquisa foi realizada em dois momentos: antes da ida ao campo e a no próprio campo. Fiz o contato prévio com duas organizações, *Madres por la Vida* e *Red Mariposas de Alas Nuevas Construyendo el Futuro*, que inicialmente compunham exclusivamente a unidade de análise. Com o agendamento confirmado, foi realizada a viagem que ocorreu no período de 8 de março a 5 de abril de 2022. Com uma gentil indicação, fui recebida por uma pessoa que me acompanhou durante todo o período. No dia em que cheguei, ela pediu para que a encontrasse em um evento em celebração ao dia da mulher no qual estava trabalhando. Ao chegar, reencontrei as lideranças das duas organizações pois também participavam da celebração, e conheci outras organizações como *RedmuPaz* e *Fundaproductividad*, convidadas posteriormente para integrar a pesquisa.

Apesar do contato ter sido positivo uma das limitações no campo foi o agendamento das entrevistas com as duas organizações pré-selecionadas. Nas duas primeiras semanas de tentativas, e sem sucesso no agendamento com constantes remarcações, foi necessário mudar a estratégia. Enquanto não sabia o que ocorria, participei de eventos da Secretaria que eram

abertos ao público, e me dediquei a caminhar pelo bairro que residia e pela zona urbana de Buenaventura. Foi um modo de conhecer o cotidiano e de encontrar as lideranças casualmente.

Fui orientada a desbravar a cidade por um lado, e por outras pessoas desencorajam afirmando “é perigoso”, “você mora lá? ”, “o transporte não entra no seu bairro porque é muito perigoso, cuidado”, “não se meta nessa rua porque ali é perigoso”, “fique atenta as fronteiras invisíveis”, diziam. Todos os dias, exceto fins de semana, recorria ao transporte coletivo para ir a Biblioteca Pública e ao *Malecón*. Durante o período de campo, o assédio sexual foi constante, ao tomar um café, ao ir ao mercado, ao caminhar na rua, ao pegar transporte público, durante a captação das fotografias — quando um homem perguntou quanto era o programa e em seguida se masturbou enquanto tirávamos as fotos.

Cada vez que isso ocorria, a sensação de impotência, medo e insegurança se instalava. E eu seguia com a inquietação de como atravessar a linha entre o medo para o exercício sociológico. Perguntas sobre até que ponto era necessário ir, ou até que ponto realmente era arriscado? Era real ou sensação? Caminhar por novos territórios marcados por geografias violadas trouxe a dificuldade de distinguir onde ter cautela, onde se arriscar, onde era seguro, em quem acreditar e onde e quando exercer o espaço da observação do cotidiano. O mecanismo de segurança para isso foi caminhar, falar e comunicar os ocorridos, assegurar o básico em questões de segurança e autoproteção, e contar com as pessoas que me acolheram, práticas essas exercidas pelas lideranças.

Para repensar o que faria em relação ao acesso às organizações, e ficando sem tempo, questionei se foi a abordagem, eu, o tempo ou compromissos que elas já tinham. Ademais do contexto, o que meu papel representava naquele espaço? A relação enquanto pesquisadora e entrevistadas é marcada por uma estrutura de poder, e ainda que se busque estratégias de minimizá-la ela permanece. Tanto do papel enquanto uma pesquisadora branca e de outro país quanto delas enquanto interlocutoras que possuem as informações e o poder de aceitar ou não concederem as entrevistas.

A percepção foi de que o meu corpo no campo gerou o questionamento do que realmente eu faria com essas informações e de quais vantagens de participar da pesquisa enquanto elas como investigadoras empíricas relataram não ter o reconhecimento de seus saberes legitimado pela academia. Nesse percurso, também fui me inserindo nas relações e descobrindo que para além também me inseri em meio a conflitos entre organizações e lideranças. Então, participar de uma entrevista poderia incitar ciúmes, desconfiança ou receio. Até ter ciência disso, a

unidade de análise do projeto se alterou. Para recalcular a rota do trabalho de pesquisa, e com o receio das limitações de tempo, ampliei a unidade de análise.

Acionei outras lideranças com quem tive contato em 2016, que integravam *Red Mariposas*. Dessa tentativa, cheguei a *Asociación de Mujeres y Hombres de Triana e Organización 7*, pois mesmo tendo-as conhecido enquanto coordenadoras de *Red Mariposas*, se dispuseram a falar das organizações que integram. Com colaboração da *Secretaria das Mulheres, Equidade de Gênero e Igualdade de Direitos do Distrito*, e de pessoas que acompanharam essa etapa, tive a recomendação de outras organizações. Foi neste momento que *RedmuPaz* foi acionada e *Fundación de Desplazados del Pacífico Colombiano* indicada por sua participação como representante na *Mesa de Víctimas* no enfoque de gênero. Por sua vez, a interlocutora não iria sozinha, então pediu para uma companheira participar e isso levou ao acesso a uma das fundadoras de *Madres por la Vida* e representante na *Mesa de Víctimas* do enfoque de desaparecimento forçado.

No dia 17 de março, a primeira entrevista foi realizada. Samaria foi até o bairro onde eu morava. Enquanto caminhava até chegar à casa, dava bom dia para todos, como se os conhecesse. Era extremamente simpática e seu caminhar não passava despercebido. Ela disse que essa era uma estratégia para ir em lugares que não conhecia. Nas últimas duas semanas do trabalho de campo as outras entrevistas foram realizadas. *RedMupaz* me convidou para participar de uma ação que desenvolveriam no dia 25 de março em uma Carvoaria que tinha sofrido um incêndio na semana anterior. Era no mesmo bairro onde eu morava, e onde via a fumaça todos os dias, mas apesar de ter sondado o que era, diziam que era perigoso. A atitude em relação a mim era de abertura e de me apresentar como se fosse parte delas. Pediram para eu falar com todos e auxiliiei para recolher as assinaturas de presença.

Com a chegada de Isis Medeiros, a fotógrafa, fomos para *Ladrilleros*, por meio da lancha que saí de Buenaventura, numa viagem de 1h30. Quem nos recebeu foi Margarida. Ficamos no *Hostel* que administra, e ela nos acompanhou apresentando o lugar, sua família, vizinhos. Após entrevistá-la, no dia seguinte fomos para a sede da organização para falar com Dora, que é a fundadora. Ao chegarmos, percebi que não poderia fazer a entrevista semi-estruturada frente à uma fala contínua da interlocutora. Então, deixei o que poderia emergir. Os primeiros 40 minutos foram um modo de chegar na pergunta sobre o que eu tinha para oferecer e como as ajudaria. Dora disse: “O que queremos é um toma lá dá cá. Você recebe seu diploma, mas esses territórios permanecem vulneráveis” (DORA, 2022, tradução própria). Após informar o tema da pesquisa, o meu papel e o compromisso ético, que integra a documentação de

consentimento para participar da pesquisa e informar que não envolveria ganhos financeiros, ela decidiu continuar a entrevista, após e apesar de mencionar experiências com a participação de pesquisa e projetos acadêmicos que não foram exitosos.

Nesse processo marquei uma conversa com a fundadora de *Red Mariposas* para pedir a autorização presencial, pois ela foi quem aceitou minha ida inicialmente, e outros contatos para a pesquisa. Depois de três remarcações, conseguimos. Ao chegar, sentamos na varanda do apartamento, expliquei a pesquisa, apresentei os documentos, convidei para entrevista, e pedi auxílio com os contatos. Ela comentou quem poderia dar entrevista, passou o telefone dos contatos e se prontificou a me atender com mais tempo em uma outra data, no entanto essa entrevista não aconteceu. Na ocasião, eu perguntei sobre um evento que tinha sido informada e ela disse que eu poderia ir e que seria na sexta-feira e informaria o horário depois. Porém, mencionou o dia equivocado e não respondeu sobre o horário. Outras pessoas me perguntaram se eu não iria ao evento na segunda-feira, supondo que já estava avisada. Com o dia correto, mandei novamente mensagem na segunda-feira, às 8h, e fui informada que o evento seria às 10h. Nesse dia, 21 de março de 2022, foi a apresentação do informe da *Red Mariposas Construyendo Futuro* para a *Justicia para la Paz*, que pude acompanhar e depois fui convidada para almoçar com as lideranças.

Na última semana do trabalho de campo as demais entrevistas foram realizadas. Escrever as implicações minhas na pesquisa é reconhecer que também me insiro nela e nas interações que ocorreram. O meu corpo e a própria pesquisa enunciam para as interlocutoras impressões, distanciamentos (racial, idioma, cultura, entre outros), proximidades (gênero) e interesses particulares (de um lado o de se inserir em seus contextos e ouvi-las para a realização de uma pesquisa, do outro o de visibilidade e, para algumas, a expectativa de ganhos financeiros). O meu modo de agir foi o de constante questionamentos do próprio método, a escuta e observação dos sinais que foram possíveis decodificar nas dificuldades de acesso às organizações iniciais, da abertura com outras, das relações institucionais.

No compromisso ético com as interlocutoras, foi explicado o projeto, lido o Parecer Consubstanciado e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e a Carta de anuência, após o consentimento foram assinados os documentos correspondentes.

5.2 As interlocutoras

São as lideranças que informam sobre os processos organizativos que participam. Suas trajetórias individuais revelam as coletivas e o contexto sociopolítico. Por isso, primeiro apresento brevemente quem são elas por entender que são suas trajetórias que se conectam à razão de existir das organizações e o modo que realizam as ações coletivas. Buscou-se destacar o que as entrevistadas deram ênfase nos relatos. Nesse sentido, apresento um ponto a se considerar. O *sample* de *Sujeito de Sorte*, de Belchior, com Emicida e participação de Majur e Pablo Vittar, em AmarElo, tem o trecho: “permita que eu fale, não as minhas cicatrizes. Se isso é sobre vivência, me resumir a sobrevivência é roubar o pouco de bom que vivi” (EMICIDA, 2021). Essa estrofe expressa a linha que essa dissertação caminha: com cuidado para que elas não sejam resumidas as dores que vivenciaram; para que essas violências não sejam romantizadas em jornadas heróicas, mas coloquem em foco as vivências em relação, que incluem situações de sobrevivência e de violações de direitos humanos, mas não se resumem a elas.

Isso porque as interlocutoras articulam situações de violência em conjunto com suas ações coletivas e práticas de reexistência, enfatizando seus papéis enquanto atores sociais, políticas e culturais. Ao falar de experiências individuais e coletivas não se busca generalizá-las, tampouco transmitir que as lideranças e as organizações são uma unidade. Pelo contrário, escutá-las demonstrou o processo em como se constrói identidades coletivas organizacionais para a realização das ações, e isso envolve negociações, conflitos, rupturas. Trago essa ressalva para apresentar essas informações, relembando a importância de abarcar não só o vítima-liderança, mas que são pessoas que integram uma rede relacional e nela há mundos diversos e o relevante para esta pesquisa é como se constrói o que é o coletivo, a partir de tais individualidades.

5.2.1 Jade

Jade é a caçula de seis e única que nasceu em Buenaventura. Seus pais se conheceram em *Manizales* e em busca de emprego se mudaram para o Distrito. Aos 5 anos, o pai abandonou a família. Nessa época, ajudava a mãe a vender *arepas* para o sustento familiar. Se diz muito travessa na infância e se orgulha de ter nascido nesse território e ajudado a construí-lo com suas mãos. Se casou aos 17 anos. Em 31 de outubro de 1986, se mudou para *Cartago* por causa do emprego que o marido conseguiu como motorista. Em 3 de janeiro de 1987, nasce e morre seu filho. Cinco dias depois, quando teve alta, o seu esposo comemorava com três amigos em casa,

mas acabou a bebida. Ao sair para buscar mais, chegou a notícia de que foi assassinado na grande via de Cartago. Nesse mesmo dia, pegou seus filhos e foi para Buenaventura, para a casa de sua mãe, levando o corpo do marido no caixão.

Antes, trabalhava com o cuidado de sua casa e dos filhos, sendo o esposo o responsável pelo sustento financeiro. As condições de vulnerabilidade social e econômica eram altas neste novo contexto de deslocamento forçado, lidando com a fome e a falta de emprego. “Eu sempre digo que minha história se partiu em duas porque pela primeira vez vi meus filhos chorarem de fome porque não tinha sequer uma rapadura para dar”⁵⁸ (JADE, 2022, tradução própria). Os conflitos familiares a levaram a alugar uma casa e buscar um trabalho. Começou em um restaurante no qual entrava às 8h e saía às 22h. Vivendo dois lutos, seguia com a inquietude do porquê mataram seu esposo e com uma preocupação.

Quando trouxe meu marido, enquanto chegava o carro para levá-lo embora, meu filho mais velho tinha quatro anos e disse: quando eu crescer vou matar como mataram meu pai. Fiz um exercício com o meu filho e falei para ele, sempre falei para o meu filho: “Que seja Deus todo poderoso que tire a vida, mas não outro ser humano. Você nunca vai pegar uma arma, nunca.”⁵⁹ (JADE, 2022, tradução própria)

Entre idas e vindas, foi morar com o irmão. Posteriormente, ele comprou um terreno e estava construindo uma pequena casa para ela. Ao ter sua casa roubada, se mudou no dia 28 de novembro de 1990 para a nova, localizada no bairro *Matías Murumba*, na Comuna 12, onde vive até hoje. Desde que se mudou começou a exercer a liderança. A preocupação de transformar a realidade que seu filho comentou era uma das motivações iniciais.

Oito anos depois, em 1 de fevereiro de 1998, seu irmão, que era motorista, foi assassinado na estrada de Buenaventura. Nos anos 2000, o conflito começou a ser percebido nos territórios por meio de geografias de violência. No ano seguinte, em 23 de março de 2001, às 22h da noite, atores armados chegaram no bairro, incendiaram casas e impuseram o terror. Nos dias 24 e 25 ela e a comunidade ficaram confinadas devido aos tiroteios. No dia 26, chegaram as autoridades e junto com elas ocorreu o deslocamento massivo da população.

⁵⁸ Yo digo que siempre me parte la historia en dos, porque por primera vez vi a mis hijos llorar de hambre porque no tenía una panela para dar”. (JADE, 2022)

⁵⁹ Cuando trajo a mi esposo mientras llegaba el carro para llevarlo, mi hijo tenía cuatro años y decía: “cuando yo sea grande voy a matar así mismo como mataron a mi papá”. Le hice un ejercicio a mi hijo y yo le decía, siempre le dije a mi hijo: “que sea el Dios todo poderoso que quite la vida, pero no otro ser humano. Tú nunca vas a empuñar un arma, nunca”. (JADE, 2022)

Jade retornou para a sua casa cerca de dez dias depois, após um vizinho entrar em contato para perguntar o que deveriam fazer. Os vizinhos colocaram uma porta na sua casa, que até então não tinha, compraram apitos e fortaleceram o sistema de alerta da comunidade. Jade começou a fazer *mingas* e a “limpar o território” outra vez, com a estratégia de sempre estar em grupo. Junto a isso, uma organização internacional começou um trabalho para fortalecer os bairros *Juan XXIII*, *San Francisco*, *Matías Murumba*. É nessa ocasião que conhece outras companheiras, Cinthia e Luz Dary, com quem mais tarde conformaria a organização *Madres por la Vida*.

Enquanto em *Matías Murumba* seu processo organizativo se fortalecia, da porta para dentro a violência chegava a sua casa. Começou a se relacionar com uma pessoa em uma união livre e teve seu quarto filho nesse período. Esse homem cometeu contra ela diferentes tipos de violência. A que a marcou fisicamente ocorreu no dia 26 de dezembro de 2001, quando o agressor mordeu seu nariz arrancando a cartilagem. Foram sete anos de cirurgias e dez anos sem olhar no espelho. “Meu marido mordeu meu nariz e eu continuei dormindo com ele, morando no mesmo teto. Tudo isso são cicatrizes. Todos me julgavam, mas ninguém me dizia: não, isso é um processo”⁶⁰ (JADE, 2022, tradução própria).

Das violências sofridas por Jade, até então não tinha denunciado e a Red Mariposas entra no cenário. Em 2009, a fundadora de *Red Mariposas* chegou ao Centro de Saúde em que ela trabalhava e perguntou o que tinha lhe passado no nariz e a convidou para uma reunião. Jade desde então integra a Rede e fez a denúncia no mesmo ano. O reconhecimento do Estado veio em 2012, quando recebeu uma reparação econômica de 11 milhões de pesos colombianos e os dois filhos 5.500 milhões. Reconhecida, mas não reparada: “bom, o meu marido nunca me repararam porque a vida dele e o que fizeram na minha vida nunca [repararam] nem um centímetro com o que me deram”⁶¹ (JADE, 2022, tradução própria).

Em 2014, chegou a ser presidente do bairro por perceber que a única forma das mulheres fazerem incidência política era estando em espaços decisivos. Neste ano foi ameaçada e novamente viveu um deslocamento forçado. Se mudou para Cali, onde ficou em um albergue. Lá ela não podia exercer a liderança comunitária que realizava. Entre muitos eventos, seu filho

⁶⁰ A mí mi marido me mordió esta nariz y yo seguí durmiendo con él, viviendo el mismo techo. El cual todos estos son cicatrices. Todo el mundo me juzgaba, pero nadie me decía: no, esto es un proceso. (JADE, 2022)

⁶¹ Bueno a mi esposo nunca me lo repararon porque la vida de él y lo que hizo en mi vida nunca ni siquiera un centímetro de lo que me dieron. (JADE, 2022)

morreu no dia 3 de agosto de 2014 em um acidente de carro, que ela acredita que foi um assassinato. Depois de se afastar um ano das atividades enquanto vivia a dor do luto e da perda, retornou para Buenaventura fazendo o acompanhamento de vítimas. O conflito armado deixou em Jade o que ela chama de marcas inesquecíveis da guerra: o assassinato do esposo, o deslocamento forçado, o assassinato do irmão e do filho, ameaças contra ela e a violência intrafamiliar.

5.2.2 Cinthia

Cinthia, 60 anos, nasceu em Amarales, no *departamento* de Nariño. É mãe de seis filhos e tem 8 netos. Sua mãe teve três filhas e quando estava grávida da última, o genitor abandonou a família. Se mudaram para Buenaventura quando tinha 9 anos e as irmãs 7 e 11. Alugaram um quarto numa casa compartilhada com muitas famílias. Terminou o ensino fundamental na cidade. Aos 14 anos, conheceu seu companheiro que é de Cauca. Aos 15, engravidou e desde aí se tornaram um casal em união livre. Depois de passar por vários bairros juntos, voltaram para *El Capricho*, onde tiveram mais três filhos, se mudaram para *Inmaculada* até chegarem no dia 12 de abril ao bairro *San Francisco*, onde ela reside há 35 anos.

Exercer a liderança veio vinculada a igreja católica. Era catequista na paróquia da comunidade, e é proclamadora da leitura. Começou a fazer incidência no bairro para buscar melhorias nas ruas, na educação das crianças e promover a conscientização do meio ambiente e cuidado com o território. Junto com os vizinhos, davam bolsas recicláveis para não usarem sacolas, recolhiam o lixo, pintavam os postes, as casas, faziam *mingas*, festas patronais, jornadas de limpeza. A partir dessa experiência, foi se motivando a participar de processos de liderança. Entrou em um programa internacional da *CHF International* que realizava a inserção em alguns bairros. Iam de casa em casa, monitoravam as mulheres, realizavam jornadas lúdicas, reformaram o campo de futebol do bairro. Para Cinthia era um modo de: “nos apropriamos de novo do que estava se perdendo”⁶² (CINTHIA, 2022, tradução própria).

Sentindo as problemáticas no território, começou a saber dos assassinatos, desaparecimentos forçados e da chegada dos grupos armados. Em 2006 sofreu um deslocamento forçado. Com a chegada de grupos armados ilegais no território, deixou sua casa e foi para o bairro *Urbanización Bahía*. Foi reconhecida como vítima e recebeu a assistência para a alimentação e moradia. Ao saber que começaram a ocupar as casas que estavam vazias decidiu voltar para

⁶² Apropriándonos de nuevo de lo que estábamos perdiendo (CINTHIA, 2022).

San Francisco. No dia 5 de abril de 2007, seu filho foi assassinado por paramilitares. Cinthia não sabe a razão. Invadiram sua casa e o mataram diante da família. Cinthia enfrentou o assassino e ele atirou nela, mas não saiu nenhuma bala. Os outros homens o convenceram de ir embora, pois não tinha necessidade de matá-la. Após o assassinato de seu filho, enfrentou um mundo diferente.

“Com a dor da angústia, de tudo o que estava vivendo, me engajei em compartilhar com outras companheiras essa situação, essa dor porque não era só a de Cinthia, mas a de muitas pessoas que vivem em nosso território. Então, isso me permitiu estar hoje neste espaço de incidência, de participação e sobretudo fazendo a defesa dos direitos humanos em face das diferentes violências de gênero⁶³. (CINTHIA, 2022, tradução própria)

A incidência no território é atribuída a “algo que nos leva” e os processos históricos de reexistências da população afro-colombiana em “levamos no sangue” que apesar da dor “sabe resistir”. A incidência é descrita como forma de sair da dor e enfrenta-la. Depois de cinco meses da morte de seu filho chegou o convite para participar de um evento em Bogotá. Se aproximou de Jade e com o contato com outras organizações voltaram com a ideia de criar o que hoje é *Madres por la Vida*, na qual ocupa o cargo de *fiscal*. Além disso integra *Red Mariposas de Alas Nuevas*, faz parte da Mesa de Vítimas e é a representante legal de *Fundación de Desplazados y Víctimas*. Fez parte da *Consultiva del distrito de Buenaventura*, da *Consultiva e Mujeres* e integra o *Consejo Local de Planeación de Buenaventura* como conselheira e a *Red Nacional de Mujeres Defensoras de Derechos Humanos*.

5.2.3 Malaika

Malaika é uma mulher que se reconhece como negra indígena, com duas raízes indígenas, uma amazônica e outra Chocoana. Nasceu em Buenaventura onde reside até hoje no Bairro El Ruiz, na Comuna 12. Foi criada com três tios até os 8 anos. Na infância não podia dizer o nome de seu pai, pois era filha de uma relação fora do casamento. Quando tinha

⁶³ Com el dolor, de la angustia de todo lo que estaba viviendo, pues me enfrasqué en compartir con otras compañeras esa situación, ese dolor porque no solamente es el de Cinthia, sino de muchas personas que viven en nuestro territorio y sobre todo en nuestra comunidad. Entonces eso me permitió estar hoy en día en estos espacios de incidencia, de participación y sobre todo haciendo la defensa de los derechos humanos hacia las mujeres por las diferentes violencias basadas en género. (CINTHIA, 2022)

cinco anos, seu pai foi assassinado e até hoje ela não sabe o porquê. Aos 8, voltou a morar com sua mãe. O bairro El Ruiz é descrito por ela como muito vulnerável e empobrecido, mas como sua família é colona do território fizeram parte da construção das ruas e do que hoje é o bairro. Com a família, aprendeu desde pequena a espiritualidade e a ancestralidade. “Então foi isso que eles me deixaram como herança. Sempre se diz que é preciso deixar uma herança para os filhos. Nos deixaram a educação, mas também ancestralidade”⁶⁴ (MALAIKA, 2022, tradução própria).

Como sua irmã participava do grupo juvenil da igreja católica, começou a frequentar e foi lá que diz que aprendeu a ser catequista, a gostar de dança e do trabalho social. Contou que na adolescência tentaram sequestrá-la três vezes, uma delas foi o sacerdote que queria levá-la para outro país, e a saída para protegê-la foi mandá-la para Cali por um tempo. Em Buenaventura, conheceu um jovem e se apaixonou por ele, mas não sabia que ele tinha feito parte de uma aposta de quem a teria como namorada primeiro. Aos 16 anos, foi enviada para Cali e seguiu com o namoro a distância. Retornou aos 18 anos grávida. Após dar à luz, novamente precisou se deslocar para a Cali pelo incremento da violência.

A vida com o pai de seus filhos foi frustrante. No primeiro ano com o filho, o genitor não contribuiu com nada, apesar da família paterna dar tudo o que as crianças necessitavam. Quando nasceu sua segunda filha, aos 21 anos, terminou o relacionamento. De volta a Buenaventura, aos 23 anos, enquanto estudava seu curso técnico conheceu um professor, que depois de alguns anos se tornaria seu esposo. Malaika fez técnico em informática, técnico de logística portuária e técnico em hotelaria e turismo, ama ler e estudar. Ela vem de uma trajetória de participação social. Integrou o grupo juvenil, depois o Processo de Comunidades Negras (PCN), e hoje é responsável pelo eixo de psicoespiritualidade na *Red Mariposas de Alas Nuevas* e secretária em *Madres por la Vida*.

5.2.4 Luz Dary

Luz Dary *Vida y Resistencia*^{*65} nasceu em *Punta Ardita*, no departamento de Chocó. Em 1998, com 28 anos, deixou seu lugar de nascimento devido ao deslocamento forçado gerado pelo conflito armado entre a guerrilha e o exército. Tem dois irmãos desaparecidos forçosamente, um em novembro de 1998 e outro em abril de 2000. Chegou em Buenaventura, no bairro *San Francisco*, mas se mudou para a *Vereda de La Gloria* e viu inúmeras

⁶⁴ Entonces eso fue lo que ellos me dejaron de herencia. Siempre se dice que hay que dejarle algo herencia a los hijos. Nos dejaron la educación, pero también la ancestralidade. (MALAIKA, 2022)

⁶⁵ Nome escolhido pela interlocutora.

necessidades. Conta que viveu tempos difíceis neste período por ter que começar em um lugar que não conhecia, mas o trabalho de base contribuiu nesse processo. Foi eleita vice-presidente da *Junta Comunal* e começou a fazer atividades para que a população conhecesse que pertenciam a Buenaventura e tinham os mesmos direitos. A primeira ação foi buscar água potável, depois a de trazer iluminação pública.

Em 2004, foi vítima de um estupro coletivo cometido por paramilitares do *Bloque Calima*. Entraram em sua casa armados para violentar sua filha de, na época, 10 anos, e para defendê-la, ocupou o lugar da criança. Por seis anos, ela não compartilhou com ninguém o que tinha acontecido. Ao integrar *Red Mariposas* teve a oportunidade de ser acolhida, romper o silêncio e fazer a denúncia (EL DIARIO, 2014). Também trabalhou com esse tema na rede, mas hoje busca articular as demandas dos desaparecimentos forçados como forma de não se revitimizar no processo. É fundadora de *Madres por la Vida* e uma das representantes na Mesa de Vítimas no enfoque de desapareção forçada.

5.2.5 Esmeralda

Esmeralda* é presidenta da *Fundación de Desplazados del Pacífico Colombiano*. Nasceu em Bajo Calima⁶⁶, em Buenaventura, e em 2003 foi deslocada forçosamente. Pouco antes, seu pai também precisou sair forçosamente porque estavam recrutando um de seus filhos, e se não saíssem os matariam. Quando Esmeralda chegou em Buenaventura seu pai já estava instalado em um quarto pequeno. No entanto, com ela vieram cinco famílias na mesma situação e ficaram nesse espaço dormindo no chão enquanto o pai dividia o pouco que tinha. Na escassez, insegurança alimentar e com medo, lembrava de quando no campo tinha tudo, suas terras para cultivar o alimento, a pesca, as relações, mas agora era preciso pagar por alimento, água, energia.

Tinha dia que tinha as duas refeições, tinham dias que era só uma refeição, mas foi uma coisa muito triste, uma coisa muito, muito difícil. Enquanto eu tinha tudo no campo, tinha minha casa, tinha minha terra para semear, pegar a vara ou a tarrafá para ir ao rio pescar, e aqui a gente tinha que pagar água, energia, transporte. Enquanto lá era pegar

⁶⁶ Convive atualmente com uma crise humanitária e de violação de direitos que se expressa em 50% da população em situação de deslocamento forçado em 2022 (RADIO NACIONAL DE COLÔMBIA, 2022)

a canoa, buscar, se não chovia, a água, e ir buscar o seu *pancoger*⁶⁷. Foi algo muito triste e muito difícil e onde perdi familiares.⁶⁸ (ESMERALDA, 2022, tradução própria)

Antes, a alimentação básica vinha do próprio território, mas as terras receberam muita fumigação como parte de uma política pública de combate ao narcotráfico, e se tornou difícil cultivar. Das situações que Esmeralda mencionou estão os aspectos prévios ao deslocamento, entre elas a vulnerabilidade social dos lugares de chegada e as afetações por diferentes agentes que vão tirando o sustento, a segurança alimentar, rompendo os vínculos e as relações e gerando a pobreza.

Na nossa terra nos prejudicam com muita fumigação, muita fumigação, onde já é difícil semear a alimentação básica (...) e tudo isso nos está matando! Eles estão nos levando à uma pobreza extrema onde a fome está nos matando e nos levando a fazer muitas coisas. (...) Mas também temos que colocar uma partezinha onde os mesmos do Estado, o mesmo governo nos está tirando do nosso território também, e isso está nos levando à uma pobreza extrema. Viemos deslocados de um lugar, chegamos numa parte onde eles nos acolhem e eles vêm e nos tiram dessa parte de novo. De novo pelo território, eles necessitam das terras para realizar seu desenvolvimento⁶⁹. (ESMERALDA, 2022, tradução própria)

Para Esmeralda, a política pública de combate ao cultivo ilícito tira a possibilidade de alimentação básica, como é o *pancoger*, além de matar o território traz a fome. A interação entre os agentes que controlam o território, o corpo e a exclusão econômica gera deslocamento forçado. Ela menciona que há também a reativização nos territórios em que chegam. Em um contexto de vulnerabilidade econômica e social é que ela e cerca de 100 pessoas foram contempladas com uma residência no bairro *El Esfuerzo*, na *Comuna 12*, por um projeto de *Solidariedad Internacional*.

Ao chegar neste novo lugar, seu irmão criou a Fundação buscando lutar pelos direitos das pessoas deslocadas forçosamente e ela atuava como secretária. Seu interesse em ser líder

⁶⁷ Pancoger refere-se aos cultivos que integram as necessidades básicas alimentícias para o consumo de uma população.

⁶⁸ Había día que habían las dos comidas, había días que había una sola comida, pero fue algo muy triste, algo muy, muy duro. Cuando en el campo yo lo tenía todo, tenía mi vivienda, tenía mis tierras para sembrar, coger la vara o la atarraya, irce al río a pescar, donde acá nos tocaba pagar el agua, la energía, el transporte. Cuando allá era coger su canoa, ir a buscar, si no llovía, el agua, ir a buscar su pan coger. Fue algo muy triste y muy duro y donde me tocó perder familiares. (ESMERALDA, 2022)

⁶⁹ En nuestra tierra nos han dañado con mucha fumigación, mucha, donde ya el pancoger para nosotros es difícil sembrarlo (...) ¡y todo eso nos va matando! Nos están llevando a una pobreza extrema donde el hambre nos está matando y nos está llevando a hacer muchas cosas. (...) Pero también hay que ponerle una partecita donde nos están sacando los mismos del Estado, el mismo gobierno donde nos está sacando de nuestro territorio también, y eso nos está llevando a una pobreza extrema. Venimos desplazados de un lugar, llegamos a una parte donde nos acogen y vienen y nos sacan nuevamente de esa parte. De nuevo por el territorio, necesitan las tierras para hacer su desarrollo (ESMERALDA, 2022)

nasceu ao chegar no bairro e ver as condições e problemas que enfrentavam junto a violência contra as mulheres. Ela deseja que outras pessoas recebam o apoio e acompanhamento que na época não recebeu. Quando chegou não sabia de seus direitos. Hoje se considera uma “briguenta” porque briga com as instituições e tem raiva quando vê que estão negando o direito das pessoas. A estratégia tem sido se agarrar nas mesmas leis que a institucionalidade usa e reivindicar direitos e políticas públicas, tornando-se uma advogada empírica.

5.2.6 Dora

Dora, 50, é a fundadora da Organização 7. Contou com orgulho que nasceu por parteira e que seu umbigo⁷⁰ está enterrado atrás da casa onde reside em Ladrilleros, zona rural de Buenaventura. É a primeira de quatro irmãos, e mãe solo de um filho de 32 anos. Descreve que foi criada em um ambiente muito escravista, com a avó trabalhando em um hotel como funcionária da limpeza em condições insalubres. Estudou o ensino fundamental em Ladrilleros o Ensino Médio para adultos em Cali, capital de Valle del Cauca, concluído em 2000. Trabalhou prestando serviços domésticos nesse período para enviar a sua mãe dinheiro, pois estava com seu filho, e para se sustentar enquanto estudava. Aos fins de semana, trabalhava em uma fábrica e nos finais de ano e na Semana Santa voltava para *Ladrilleros* para vender cocadas ou fazer tranças.

Quando tinha 19 anos, seu cônjuge saiu à noite para comprar pão para o café da manhã seguinte e voltou no outro dia, mas casado com outra pessoa. Ele alegou que se ele não se casasse, matariam Dora e a criança. Mesmo não querendo seguir a relação, a avó de Dora dizia que não podia terminar porque ele era o pai de seu filho. Quando a avó morreu em 2 de agosto de 2002, com 107 anos, ela terminou o relacionamento e ele foi viver com a esposa e não exerceu a paternidade. Dora conta que sua vida tem sido como de telenovela sobretudo no amor, mas que ao menos tem sorte nos jogos. Depois do genitor, conheceu outra pessoa com quem se relacionou. Um namorado que não bebia e gostava de ler, descreveu, mas descobriu após 11 anos juntos que a traía com a esposa de seu irmão.

Há quatro anos Dora está em um novo relacionamento. Ela acredita que enquanto o namorado a via como uma líder a respeitava, mas, durante a pandemia, o filho que fazia

⁷⁰ Plantar a placenta e o umbigo é um dos rituais mencionados no nascimento de uma criança. Esse semear é feito ora debaixo de uma árvore, da casa, ou próximo a comunidade, dependendo do gênero da criança e do objetivo. Direcionada pela *comadrona* (parteira), os rituais podem incluir certas substâncias animais e vegetais que representem qualidades para o recém-nascido (Losonczy, 1990; Lozano, 2016).

faculdade em Cali voltou a morar com ela e nos desafios dessa relação, percebe que ele não a respeita. Acredita que ao ver o filho tratá-la assim, o namorado também mudou o modo de vê-la. No decorrer da entrevista, afirma que não foi agredida fisicamente e se responsabiliza: “não me agrediu porque não tenho dado motivo ou saio”⁷¹ (DORA, 2022, tradução própria). Mas, também diz: “eu tenho sentido a violência na minha própria carne. Não sei o que fazer. Não sei o que fazer porque fui a polícia pedir apoio (...)”⁷². Dora questionou os processos burocráticos, a demora e a desconfiança de registrar uma denúncia.

No campo profissional, uma visita em 2007 mudou sua perspectiva. Um professor do Ensino Médio foi até Ladrilleros e a procurou contando que traria mais turistas e incentivando que ela se organizasse para atendê-los. Desde então, começou a trabalhar com turismo oferecendo serviço de guia turística e hospedagem. Com a pandemia, relatou a perda de autonomia financeira dela e de outras mulheres, pois a maioria dos homens trabalha na pesca e construção e com o incremento de construção no período de pandemia eles têm mais possibilidades de trabalho. “Agora temos ficado praticamente à mercê deles”⁷³ (DORA, 2022).

Foi dela que partiu a ideia de criar uma organização, pois percebia a violência contra as mulheres aumentando nos finais de semana, dias em que relatou que os homens bebiam e se drogavam mais. Um marco para isso foi o caso de uma mulher que levou uma facada na cabeça e após ter recebido o atendimento médico e o agressor ter sido preso e solto em menos de 24 horas, ambos seguiram juntos. Os julgamentos e as críticas contra a vítima por parte dela e de suas companheiras levaram a refletir a necessidade de se unirem. “Então, por que não assumimos a tarefa de nos protegermos entre nós? Porque hoje é ela, amanhã pode ser qualquer uma de nós, e daí nasceu”⁷⁴ (DORA, 2022, tradução própria).

Ainda no processo de conformação da organização, soube de um grupo de estudantes da *Universidad Javeriana* de Bogotá que faziam estágio em Ladrilleros e decidiu aproveitar a oportunidade para pedir ajuda. Ela e outras foram até o hotel e entraram numa sala para conversar com as alunas. “Que vocês levem que aqui vivem mulheres e que estão nos matando”, lembrou seu pedido. Nessa ocasião, aprendeu sobre os tipos de violências para além da física. No entanto, ao não ter o retorno do grupo e somado ao desânimo e ao medo das informações compartilhadas, a primeira geração da organização foi se diluindo. Novamente, um segundo

⁷¹ Pero no me ha atacado porque no le he dado motivo o me retiro (DORA, 2022)

⁷² He sentido la violencia en carne propia. No sé qué hacer. No sé que hacer porque fui a la estación de policía a pedir apoyo (...). (DORA, 2022).

⁷³ Ahorita nos hemos quedado a merced prácticamente de ellos” (DORA, 2022)

⁷⁴ ¿Entonces, por qué no nos damos a la tarea de protegernos entre nosotras mismas? Porque hoy es ella, mañana puede ser cualquiera de nosotras. Y de ahí nació (DORA, 2022).

grupo foi conformedo e com uma outra estratégia a de fazer atividades, rifas e se unirem numa dinâmica para que os outros pensem que estão organizando passeios para elas. Ainda assim, o grupo também se diluiu. Agora, na terceira geração, já está formalmente constituída e seguem com a mesma estratégia.

Dora compartilhou que o deslocamento forçado é a alternativa para o que tem vivenciado, comparando com uma bomba relógio prestes a explodir. O desânimo veio após inscrever cinco projetos e nenhum passar, sem auxílio financeiro, e a luta pelo título coletivo de Ladrilleros há tantos anos sem avanços junto a violência aumentando. Durante os cinquenta anos de guerra, acredita que o território nunca antes foi tão violentado como hoje em dia. Com duas bases militares em um raio de oito quilômetros e uma estação de polícia, afirma que “os que mandam são os outros e os que colocam as leis em ordem são outros a sua maneira” (DORA, 2022, tradução própria). Enfatiza que as pessoas estão passando fome e o que deseja é que a paz volte e se tenha sustentabilidade alimentar. Também diferencia o urbano do rural, relatando que apesar de terem assassinatos, extorsões, sequestros não estão igual a cidade de Buenaventura, não passaram por deslocamento forçado ainda, nem por *casas de pique*, mas vivem a repetição.

5.2.7 Margarida

Margarida nos recebeu no *hostel* onde trabalha e indicou para ficarmos em Ladrilleros. No primeiro dia, caminhou e nos acompanhou compartilhando a história do lugar. No dia seguinte, fomos a sua casa para fazer a entrevista. Sentadas do lado de fora, muitas pessoas passavam e a chamavam para conversar, resolver algo, entregar um recado. Com sua voz suave, contava sua história e inicialmente aparentava estar desconfortável e explicou que geralmente ela é quem escuta.

Nasceu em Chocó e há 25 anos mora na zona rural e marítima de Ladrilleros. É presidente da Organização 7, casada e tem dois filhos. Ela saiu de sua cidade de nascimento com seu marido para trabalhar com turismo. Trabalhou em hotéis até a morte de sua mãe, há 12 anos, que marcou também a saída do trabalho exploratório e as experiências de discriminação e racismo que vivenciava nesses espaços, onde entrava às 5h e saía às 23h. Após se demitir, se dedicou ao trabalho independente em um restaurante da família, a cuidar da casa, do esposo e do filho caçula que é uma pessoa com deficiência.

Gosta da natureza e da tranquilidade e relatou que é o que mais disfruta e a motiva a viver ali, principalmente por ver seu filho caminhando livremente por Ladrilleros, andando de bicicleta para lá e para cá. Há oito anos participa da organização e faz parte da segunda geração. A ideia foi se juntarem para serem apoio uma para as outras. Entende que mesmo sendo uma comunidade muito pequena, há muita violência verbal e física, e apesar de se conhecerem ninguém sabe o que acontece da porta para dentro de cada casa.

Quando entrou na organização se entendia como uma mulher muito calada, caseira, e tímida, mas fez questão de enfatizar essas características no passado. Antes não compartilhava seus problemas nem com sua família, mas agora sente que consegue dizer e pedir conselhos. Se considera uma pessoa disponível a escutar e critica que geralmente tratam com luxo os profissionais e consideram outros muito brutos porque não sabem ler, nem escrever. Se considera criada na universidade da vida e perguntou: qual vale mais?

Sentiu o impacto de fazer parte quando teve problemas pessoais e se sentindo sozinha contou com a amizade e o acolhimento de outras. Participou de formações com a *Red Mariposas*, que integrou por três anos. Ia às reuniões, aprendia com as formações e foi quando conheceu “os direitos das mulheres, os direitos dos homens, a história do povo negro”. Considera que isso serviu muito para motivação dela e das outras companheiras. Além disso, buscou aplicar à sua vida familiar o que aprendia de seus direitos nesses espaços formativos: “Antes eu não sabia que tinha tantos direitos e que posso exigí-los. Sempre diziam que o homem tem o direito de fazer o que... (silêncio) porque para isso se está a mulher, mas, não, eu já tenho meus direitos e se eu não quero fazer tal coisa não tem que me obrigar (MARGARIDA, 2022, tradução própria). Margarida conta que sempre dizem para ela se separar, mas que ela tem um filho com deficiência e este filho depende dos dois, por isso acredita que sairia perdendo.

5.2.8 Celina

Celina é a caçula de nove irmãos. É chefe de família e mãe de três filhas (uma de 36 anos e duas de 27). Participa da *Iglesia Congregación Mita*, uma igreja protestante de origem portorriquenha. Tem a religião como muito importante em sua vida, e diz que os princípios e crenças religiosas a ajudam como mulher e principalmente como mãe. Por volta dos 30 anos

começou a exercer sua liderança na comunidade, sendo *Madre Comunitária*⁷⁵ por dez anos, no bairro Santa Fé, na Comuna 5. Fez parte da *Junta de Acción Comunal*⁷⁶ e justifica o início de sua atuação nos processos sociais e comunitários ao fato de ser mãe. Ela não imaginava exercer um papel de liderança, e justifica dizendo que não acreditava em si e tampouco ouvia quem dizia que ela era uma líder, mas hoje declara que já aceitou que tem esse papel, seja na comunidade ou dentro de sua família, e se sente bem com isso.

Celina se formou em sociologia pela *Universidad del Pacífico*, trabalhou no programa do *Instituto Colombiano de Bienestar* e com o que aprendeu, replicou com as crianças de seu bairro. Atualmente, atua como agente educativa comunitária. Em 2015, Sandra Sinisterra, por meio do *FundaProductividad*, a convidou para participar do “Iniciativas participativas democráticas”, do Ministério do Interior, que capacitava mulheres no direito e participação política. Como resultado do projeto se criou a *Redmupaz* em 2017. Celina reconhece que o trabalho da organização é um processo longo, lento, com altos e baixos. Até tem vontade de desistir às vezes, mas o apoio das filhas e das mulheres que fazem parte da organização não deixam e vê-las motivadas proporciona para ela a certeza de que tudo vale a pena.

5.2.9 Sandra

Sandra Sinisterra, 50, é mãe de cinco filhos, artesã, socióloga⁷⁷ e fundadora de *Fundaproductividad*. Desde criança gostava de artesanato. Lembra que pegava as pipas dos irmãos para tirar os palitos e transformá-los em agulhas porque não tinha como comprar. “O artesanato faz parte de mim. Eu sinto que me ajudou a crescer, que me tornou uma mulher mais forte, uma pessoa resistente e resiliente. Então, pra mim, é vida!” (SANDRA, 2022, tradução própria). Já adulta, após ter sido despedida do emprego por estar grávida do segundo filho, começou a vender seus artesanatos e se sustentar com ele. Dizia para outras que o que ela fazia elas também poderiam e assim começou a ensinar o que sabia.

⁷⁵ Mães ou pais comunitários são agentes educativos responsáveis pelo cuidado das crianças na primeira infância no programa de *Hogares Comunitarios de Bienestar*. Esse programa nasceu em 1986 e foi regulamentado em 1989 (ICBF, s/n)

⁷⁶ É uma organização social, civil e comunitária, sem ânimo de lucro, de caráter privado, composta por habitantes de um bairro ou território, que se organizam para solucionar problemas de sua comunidade.

⁷⁷ No seu TCC fez uma pesquisa sobre a participação política das mulheres. Ver SINISTERRA, G.; MILENA, S. Participación política de la mujer. Buenaventura: Universidad del Pacífico, 2015.

Em 1999, participou de um evento que explicou o que uma fundação fazia. Isso despertou nela o interesse de criar uma e contou com o apoio de pessoas que a orientaram neste processo. Foi assim que em 27 de janeiro de 2000 fundou *FundaProductividad*. Um amigo conseguiu o primeiro espaço para a sede, no mesmo prédio onde estão hoje. O início coincide com o aumento da violência no Distrito nos anos 2000.

Uma das situações marcantes para ela foi que na época ministrava cursos de artesanato nos bairros, e um deles era no bairro Muro Yusti, na *Comuna 4*, até que uma das alunas foi vítima de desaparecimento forçado. Depois desse “golpe”, como ela chama, decidiu seguir os conselhos de não ir mais nos bairros e fortalecer o espaço da fundação para as aulas. As marcas de violência não cessaram. Há alguns anos recebeu ameaças relacionadas ao trabalho de *Fundaproductividad*, e isso a fez trabalhar por um tempo de forma mais silenciosa. Nesse período sua filha de 23 anos faleceu. Com essa perda, recebeu o apoio dos filhos que incentivaram Sandra a voltar com as atividades. Quando retornou, eles estavam desempenhando funções na Fundação para apoiá-la.

Sandra conta que teve anos em que não ganhou nenhum dinheiro e as pessoas incentivam que ela fosse para outros países onde pudesse ser reconhecida, mas recusou. Acreditava que era preciso perseverar e segue até hoje apaixonada pelo artesanato e pelo que fazem. Agora seu desejo é entrar na política e internacionalizar os produtos da fundação. Ela tem recebido reconhecimentos de diferentes níveis. Em 2010, recebeu a medalha pelo apoio aos processos de mulheres. Em 2011, foi reconhecida como mulher do ano, pela organização *Mujeres BIT* e em 2012 pelo governo do Valle del Cauca (2012), que a selecionou entre 500 mulheres. Também recebeu o reconhecimento especial pela direção de *FundaProductividad* por *Redmupaz*.

5.2.10 Samaria

Samaria*, 59 anos, nasceu em Buenaventura. Quando seus pais se separaram em sua adolescência se mudou para a *Carretera Alejandro Cabal Pombo*, que hoje é o *Consejo Comunitario Alto Medio Rio D'Agua*, zona rural do Distrito. Terminou o ensino fundamental e parou de estudar. Sua mãe a alertou que se ela não estudasse a levaria para trabalhar em casa de família, e foi isso que fez. Depois de ter ficado um mês em jornadas excessivas e exploratórias, voltou para Triana e pediu para começar a trabalhar com a sua família na

mineração artesanal de ouro. Neste trabalho conheceu seu namorado e começaram a morar juntos aos 18 anos, quando teve seu primeiro filho.

Pelo ciúme excessivo dele e depois de entender que não mudou com o nascimento da criança, terminou o relacionamento e foi morar com a sua irmã. Começou a namorar novamente e teve um filho deste relacionamento. Nesta época, sua irmã começou a trabalhar no ramo de restaurantes e Samaria a ajudava. A irmã construiu uma casa para ela e outra ao lado no mesmo terreno para Samaria, em Zaragoza, pois os filhos estavam crescendo e demandavam mais espaço. Seus filhos já tinham 7 e 4 anos quando conheceu seu marido que era mestre de construções e juntos tiveram quatro filhos. Ele sugeriu que se mudassem de Zaragoza para Triana, pois o colégio ficava mais perto e ele tinha uma casa que era herança de sua mãe.

Começou a perceber as geografias de medo e terror no território nos anos 90. Na virada do século, ocorreu uma série de massacres no Distrito e na estrada que liga Buenaventura-Cali. Em agosto de 2000, os massacres foram nos *corregimientos* de Triana e Zaragoza, onde assassinaram 7 pessoas. Uma delas, seu esposo. “Eles diziam você é paramilitar, e deixavam um letreiro grande [escrito] morte a rata, a sapa e ao guerrilheiro. E se supõe que aqui na Colômbia não tem pena de morte, mas isso como se chama?”⁷⁸ (SAMARIA, 2022, tradução própria).

Além da perda do esposo, o massacre gerou o deslocamento forçado e a reconfiguração familiar na qual seus seis filhos foram separados, e ela ficou com dois. Foi para Buenaventura, Cali, Yumbo, mas vez ou outra voltava para Triana para ver a sua casa que se deteriorava com o tempo e para assinar papéis, pois era tesoureira de *Madres Comunitarias*. Após ter feito o processo de registro de vítima no conflito armado, Samaria recebeu cerca de 10 milhões de pesos colombianos como forma de reparação do Estado, mas afirma:

“Eu não vou chamar de reparação porque ele era quem sustentava a casa e além disso eram seis filhos, isso é muito irrisório, não é nada. Se chama reparação, mas nunca repara nada. Não se acaba somente com a vida da pessoa, mas como aqui era um lugar turístico, se acabou com o turismo, com a cultura do povo, com o social, com o vínculo familiar. É assim que se rompe com o vínculo, e isso não tem preço”⁷⁹. (SAMARIA, 2022, tradução própria)

⁷⁸ Ellos decían usted es paramilitar y dejaba en letrero grandote Muerte a Rata, a Sapa y a Guerrillero. Y se supone que aquí en Colombia no hay pena de muerte pero entonces eso como se llama? (SAMARIA, 2022)

⁷⁹ Yo no le voy a llamar reparación porque él era el que sostenía el hogar y además eran seis hijos, ahí es que yo lo veo muy irrisorio, eso no es nada. Se le llama reparación a eso, pero nunca repara nada. No es solamente que se acaba con la vida de la persona, sino que ahí, como eso era sitio turístico, se acabó el sitio turístico, se acabó con la cultura del pueblo, con lo social, con el vinculo familiar. Es así que rompe con el vínculo y eso no tiene precio. (SAMARIA, 2022)

Anos depois, após ser beneficiada por um projeto de reforma de casas, voltou para Triana, mas os filhos já tinham crescido e nem todos quiseram morar juntos pois já tinham se estabelecido em outros lugares. Mesmo tendo retornado dizia que faltava algo.

Em 2005, conformou a *Asociación de Mujeres y Hombres de Triana*, criada inicialmente por mulheres chefes de família e viúvas. Hoje ocupa o cargo de *fiscal*, e já integrou *Red Mariposas*. Foi uma das convidadas para a Mesa de Negociação entre o governo e as FARC em Cuba. Atualmente, está envolvida com as ações de recuperação de práticas cotidianas e do compartilhar dos saberes da medicina tradicional para novas gerações.

5.3 Análise de categorias

Esta etapa foi a que exigiu mais tempo para o tratamento e análise dos dados das entrevistas. O suporte foi a análise de conteúdo categorial para sistematização das informações e interpretação teórica. Entendendo-a como descreve Bardin (2016, p. 48) como:

(...) um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (Bardin, 2016, p. 48).

Optei por orientar-me pela análise categorial, pois esse método permite visualizar as categorias como espécie de gavetas temáticas, no qual o trabalho é criá-las a partir do que emerge do texto, considerando que todo conteúdo seja enquadrado. Em termos operacionais, o método foi adaptado de modo que fosse possível aplicá-lo à análise qualitativa das entrevistas, mas busquei me orientar pelo modelo proposto por Bardin (2011) que é estruturado em três fases: pré-análise; exploração do material, categorização ou codificação; e tratamento dos resultados, com inferências e interpretação dos dados. O que foi realizado foi a organização do material das transcrições, a leitura inicial, a codificação e a criação das categorias de análise, e as interpretações resultantes (BARDIN, 2011, p. 129).

Para a pré-análise, as transcrições das entrevistas foram realizadas integralmente, reunindo um material com cerca de 300 páginas. Com esses arquivos, foi realizada uma leitura do texto em conjunto com o áudio para captar emoções, pausas, silêncios e expressões, buscando averiguar as impressões que ele causava e que poderiam direcionar a análise. Na fase

de exploração do material e categorização, os dados foram codificados por temas por meio do programa MAXQDA 2020. Ao ler e ouvir, fiquei atenta ao que emergia no texto para não estar de modo fixo em categorias pré-determinadas. Apesar de se prever certa estrutura das categorias, presentes no roteiro e no marco teórico, a leitura se ateve apenas ao que emergia do texto. O objetivo foi uma associação livre para observar e servir como referência para a organização do sistema de categorias.

Em seguida, fiz uma leitura sistemática para criar categorias, buscando reunir as do marco teórico e as empíricas. Foi realizada uma leitura do texto, linha por linha, codificando por meio do *software* MAXQDA 2020 num processo de dedução. Foram identificadas algumas “caixas” nos discursos. Assim, os trechos das entrevistas primeiro foram codificados em núcleos temáticos, depois agrupados nas categorias analisadas (MIACs, repertórios de ação e oportunidades). Para chegar nessa definição final (Ver Figura 28), o processo foi refeito várias vezes buscando encontrar similaridades, contraposições num jogo de quebra-cabeça com a tarefa de organizar as informações. Já as subcategorias que se relacionavam às cinco categorias analisadas, foram criadas a partir do que sobressaiu nas entrevistas. A preocupação de se atentar ao que as interlocutoras informavam do coletivo contribuiu para não perceber as organizações de modo isolado, mas a partir delas, de suas histórias, encontros, desencontros e sentidos. A última fase, a análise dos resultados, será descrita nos capítulos seguintes.

6 AS LUTAS DAS ORGANIZAÇÕES

Neste capítulo as sete organizações selecionadas são descritas: *Red Mariposas de Alas Nuevas de Alas Nuevas Construyendo el Futuro*, *Madres por la Vida*, *Asociación de Mujeres y Hombres de Triana*, *Fundación de Desplazados del Pacífico Colombiano*, *FundaProductividad*, *RedmuPaz* e a Organização 7 (que o nome foi ocultado a pedido da liderança). Foram sistematizadas experiências de organizações que surgem de 2000 a 2015 em Buenaventura, a partir das informações compartilhadas nas entrevistas com lideranças e o levantamento de documentos e publicações observando as MIACs, os repertórios de ação coletiva e oportunidades políticas e de contexto. Apresenta-se o perfil das organizações e nos próximos capítulos as análises, relacionando-os.

6.1 *Red Mariposas de Alas Nuevas Construyendo el Futuro*

Foi fundada em 2010 em Buenaventura e inicialmente se chamava *Red Mariposas de Alas Rotas*⁸⁰. Se descrevem⁸¹ como uma rede de mulheres e organizações afrodescendentes, indígenas e mestiças, grande parte vítimas do conflito armado interno, do racismo e do colonialismo, e que busca erradicar todas as formas de violência contra mulheres em Buenaventura a partir de um enfoque antirracista, antipatriarcal, étnico, diferencial, interseccional e de gênero.

Suas ações são baseadas em quatro pilares: acompanhamento, psicoespiritualidade, incidência política, produtividade e formação. Oferecem orientação, assessoria técnica, acompanhamento de vítimas de abuso sexual, e formação na atuação e na defesa dos direitos das mulheres. No início tinham 25 coordenadoras e, atualmente, as interlocutoras mencionaram que contam com seis. Foi mensurado um alcance de mais de 2000 pessoas de diferentes zonas do Distrito desde sua fundação, sendo desse total cerca de 100 jovens e 100 pessoas da população LGBTQIA+, e 40 *sabedoras*⁸² (MALAIKA, 2022).

⁸⁰ Esse nome foi dado após realizarem uma entrevista com a filha de Samaria, que participava da organização, e perguntarem ao final como ela se sentia. A resposta foi como uma borboleta de asas quebradas.

⁸¹ Nas publicações acadêmicas produzidas desde e sobre a rede se descrevem como “um coletivo de mulheres afrodescendentes, indígenas, e mestiças, (PENARANDA; SULEWSKI, 2018, p. 26, tradução própria), um grupo de “*patidescalzas*”, para erradicar as formas de violências contra as mulheres em Buenaventura.

⁸² As *sabedoras* são autoridades encarregadas de compartilhar conhecimentos de povos tradicionais, seus saberes e conhecimentos ancestrais.

6.1.1 Oportunidades

A *Red Mariposas* é composta por um conjunto de organizações que interagem com diferentes atores do local ao global. ACNUR é um dos principais vínculos da comunidade internacional, o que sinaliza a relação de ações coletivas alinhadas à uma agenda de paz voltadas a fortalecer as capacidades locais com enfoque que inclua gênero, raça e etnia e de soluções frente a violência e o conflito armado e a ausência ou ineficiência do Estado (MELO et al. 2021, p. 50). Outra agenda recente é a das demandas da população LGBTQIA+. Em uma notícia publicada no site da rede mencionam o fortalecimento de ações de construção de paz para pessoas LGBTQIA+ em articulação com a *Red Nacional de Mujeres, Colombia Diversa, Cristian Aid* e a *Consultiva Distrital de Mujeres*. (RED MARIPOSAS AKINA, 2022)

Em 2015, recebeu o reconhecimento internacional por meio do Prêmio Nansen para os Refugiados do ACNUR. Jade (2022) atribui o prêmio ao trabalho de incidência territorial ter aumentado o número de denúncias. Coincide com a publicação de um informe especial “*Buenaventura, Colombia: Realidades Brutales, publicado pelo Consejo Noruego para Refugiados* (NRC) e ACNUR, que demonstra a prática generalizada da violência sexual.

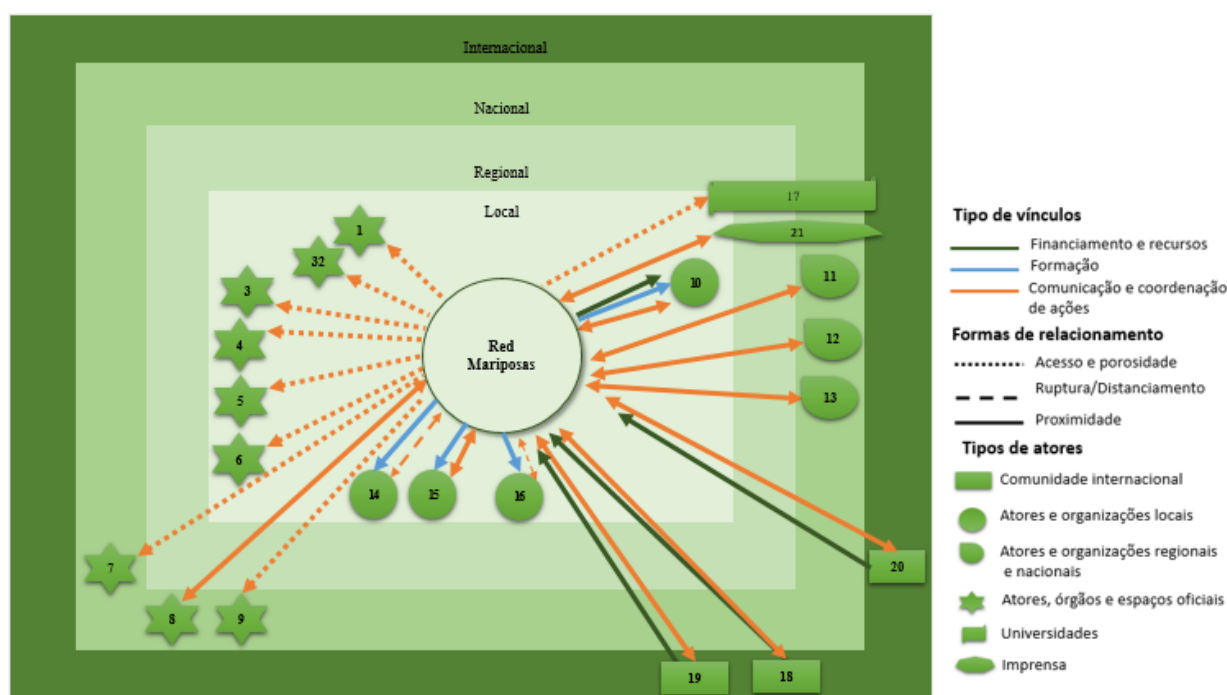
O prêmio foi uma oportunidade que ampliou o reconhecimento, alcance, visibilidade e aliados. *Red Mariposas* ocupou um espaço na imprensa com matérias nacionais e internacionais veiculadas. Das 35 notícias coletadas (Ver [Anexo C](#)) para a pesquisa, percebe-se que depois de 2015, e do ciclo de notícias sobre a premiação, outras reportagens divulgaram pronunciamentos, denúncia, repúdio, história de vida e mobilizaram o “*comadronas*”, “*parteras*”, “*sabedoras*”, “*patidescalzas*” nas narrativas. Neste mesmo ano, enviaram uma representante para a terceira delegação de vítimas do conflito armado para participar da Mesa de Negociação entre o Governo e as Farc-EP.

A relação política e institucional com atores e instâncias oficiais é descrita pela fundadora em um artigo como feita para “fortalecer e responsabilizar o Estado, com o fim de que os responsáveis formais da proteção cumpram com suas responsabilidades” (PENARANDA; SULEWSKI, 2018, p. 37, tradução própria). Ressalta-se que as interlocutoras atuam na base da organização. Estas relações podem ser mais amplas e são um recorte do que foi mencionado e do levantamento de informações por publicações acadêmicas de autoria e co-autoria da fundadora e da Página no *Facebook* da Rede.

Quadro 4. Atores identificados em *Red Mariposas de Alas Nuevas Construyendo el Futuro*

Atores, espaços e instâncias oficiais	Atores e organizações civis (ONGs, movimentos sociais, redes, associações internacionais, grupos de interesse privado)
<ol style="list-style-type: none"> 1. <i>Consultiva Distrital de Mujeres</i> 2. <i>Mesa Intersectorial de Violencia Basada en Género y para la Salud Mental</i> 3. <i>Alcaldía</i> 4. Secretaria das Mulheres, Equidade de Gênero e Igualdade de Direitos 5. <i>Unidad para las Víctimas (UPV)</i> 6. <i>Fiscalía</i> 7. Estado (de modo geral) 8. <i>Comisión para el Esclarecimiento de la Verdad</i> 9. <i>Jurisdicción para la Paz (JEP)</i> 	<ol style="list-style-type: none"> 10. Pessoas vítimas de violência de gênero e sexual, integrantes da Rede, população civil. 11. <i>Red Nacional de Mujeres Colombia</i> 12. <i>Colombia Diversa</i> 13. <i>Fundación Pares</i> 14. <i>Madres por la Vida</i> 15. <i>Asociación de Mujeres Hombres de Triana</i> 16. Organização 7 17. Universidades 18. ONU Mulheres 19. ACNUR 20. <i>Christian Aid</i> 21. Imprensa

Fonte: autora, a partir das entrevistas e levantamento bibliográfico

Figura 14. Mapa de atores de *Red Mariposas de Alas Nuevas Construyendo el Futuro*

Fonte: elaboração própria a partir de entrevistas e levantamento bibliográfico

A fonte de captação de recursos se concentra nas entidades internacionais. A depender dos agentes, o acesso à recursos por meio de organizações e instituições sinaliza exigências e estruturas mais institucionais. Chamo a atenção para a crítica à institucionalidade na relação com organizações internacionais feita pelas duas interlocutoras a respeito das exigências desconectadas do trabalho de base de uma linguagem técnica.

Para além disso, a análise mostra que predominam as relações de acesso e porosidade com espaços oficiais. A Comissão da Verdade, por sua vez, tem uma relação de proximidade, interagindo com a organização e produzindo conteúdos em conjunto. Até o momento do trabalho de campo, as entrevistadas demonstraram uma ruptura ou distanciamento entre a *Red Mariposas*, *Madres por la Vida* e a Organização 7. As universidades foram adicionadas com acesso/porosidade, devido aos comentários e críticas à essa relação, mas percebe-se que a Rede tanto produz conteúdo científico quanto integra relações acadêmicas.

6.1.2 Repertório de ações coletivas

Seus repertórios de ações coletivas consistem no acompanhamento de vítimas para ter acesso a atenção médica, psicossocial, psicoespiritual e psicojurídica. As ações de acompanhamento psicoespiritual referem-se ao entendimento de que para atender as demandas das pessoas assistidas é preciso promover uma cura colocando as emoções como centro no processo de acompanhamento e atendimento. *Comadreo*, marchas, informes, denúncias públicas, ações simbólicas, espaços de formação e incidência política fazem parte de seu acionar. Penaranda e Sulewski (2018, p. 39, tradução própria) mencionam que para “atrair a atenção dos grupos armados” são realizadas ações coletivas de confronto como protestos e marchas em vias públicas (Ibidem, p. 39). Os **protestos** são, segundo elas, uma forma de quebrar o silêncio e ultrapassar o muro do medo que é instalado em cenários de violência, uma forma de pressionar autoridades locais e institucionais, reivindicando os seus direitos.

A Rede tem o *comadreo* como central em suas ações. A prática ancestral além de fortalecer os vínculos é descrita como uma das formas de autoproteção neste cenário (PENARANDA; SULEWSKI, 2018). É uma estratégia que trata da recuperação da relação de parentesco tradicional em comunidades negras, pois ser “*comadre*” ou “*compadre*” é um vínculo de parentesco equiparado aos laços sanguíneos (LERMA, 2016; PENARANDA; SULEWSKI, 2018). É empregada estrategicamente para chegar em diferentes zonas de Buenaventura durante a incidência das lideranças nos territórios. Frente a desconfiança e vulnerabilidade, buscam criar um sentido no encontro, com respeito, confiança, solidariedade e confidencialidade.

Outra ação é a **formação** por meio da Escola Política e Pacífica. Entre os diferentes módulos mencionados pelas lideranças e compartilhado em publicações online na [página](#) de *Facebook* da Rede estão: a liderança, espiritualidade feminista, feminismo comunitário negro

e indígena, cura e terapia psicoespiritual, novas masculinidades, direitos sexuais e reprodutivos, cuidado de si e cuidado mútuo, e incidência política. Os módulos são ministrados por dinamizadoras no âmbito rural e urbano de Buenaventura, e também é uma das fontes de recurso financeiro para quem ministra as oficinas. As atividades de formação são apresentadas como espaço para “compartilhar conhecimentos práticos que permitam reconhecer que são valiosas, desnaturalizar as violências e conhecer seus direitos” (PENARANDA; SULEWSKI, 2018).

Os **informes e denúncias** também integram o repertório. No dia 21 de março de 2022, pude acompanhar a entrega do informe “*Antirracismo como mujeres dentro de resistência*” da *Red Mariposa* para a *Jurisdicción Especial para la Paz*⁸³ (JEP). Entre os objetivos apresentados com o informe estavam o de visibilizar no marco do conflito armado colombiano as experiências de racismo na guerra para 20 mulheres negras de Buenaventura; recordar as lógicas de dominação e opressão de neocolonização e desumanização; mostrar a continuidade cíclica das violências do sistema colonizador europeu. Com o informe, anunciaram buscar reflexões para as tomadas de decisões em relação às vítimas e aos opressores racistas, evidenciar o racismo para ajudar a combatê-lo, e, por último, a reparação das vítimas reconhecendo o sistema que violenta as mulheres negras. Após a entrega do documento pediram para formarem um círculo e encerraram com a canção Colibrí (Bri-bri), na qual sugerindo passos para frente e para trás, e de mãos dadas, simbolizaram a união e equidade das pessoas presentes em um mesmo centro buscando a paz.

Para além das ações mencionadas, a luta contra o racismo ganhou uma ferramenta digital. O lançamento⁸⁴ no dia 6 de outubro de 2022 do **aplicativo** *Colômbia Antirracista*, disponível para android e IOS, foi uma aposta para visibilizar o racismo e promover o questionamento de sua reprodução para superá-lo e desaprendê-lo. No evento, a fundadora compartilhou que a proposta é consolidar a visibilização do racismo, mas oferecer também uma ferramenta para facilitar a descoberta de onde se esconde o racismo (RED MARIPOSAS ALAS NUEVAS, 2022). Esta ação reflete uma inclusão delas mesmas enquanto “oponentes”, pois o público-alvo é a sociedade civil. Apresentado esse contexto, proponho uma leitura das MIACs.

Figura 15. Enquadramento MIAC *Red Mariposas de Alas Nuevas Construyendo Futuro*

Diagnóstico	Prognóstico	Motivacional/Agência	Oportunidades
-------------	-------------	----------------------	---------------

⁸³ A JEP é um componente de justiça do Sistema Integral de Verdade, Justiça, Reparação e Não Repetição, criado pelo Acordo de Paz entre o Governo Nacional e as FARC-EP. Tem a função de administrar a justiça transicional e ouvir os crimes cometidos no âmbito do conflito armado (JEP, [s.d.]).

⁸⁴ Resultado de articulação com a Comissão da Verdade e do acompanhamento realizado pela *Red Nacional de Mujeres* (RED MARIPOSAS ALAS NUEVAS, 2022).

<p>Saliência</p> <ul style="list-style-type: none"> • Violências (racistas, patriarcais, militaristas, classistas e capitalistas) contra às mulheres <p>Outros</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conflitos territoriais • Desenvolvimento excludente 	<ul style="list-style-type: none"> • Defender, influir e garantir os direitos das mulheres • Erradicar o racismo e a violência de gênero • Influir na formulação e garantia de políticas públicas <p>Repertório</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Comadreo</i> • Incidência política e institucional • Informes • Formação • Denúncias públicas • Acompanhamento de vítimas • Assessoria técnica • Protestos, marchas • Aplicativo 	<p>Identidade coletiva</p> <ul style="list-style-type: none"> • Enfoque antirracista, antipatriarcal, étnico, diferencial, interseccional e de gênero • Cultura, tradição e ancestralidade • Liderança/Organização <p>Incentivos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reconhecimento como atores sociais e políticas • Conformação de vínculos • Conhecimento e crescimento pessoal • Oportunidades individuais • Transformações das situações injustas <p>Desvantagens</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conflitos internos e entre organizações • Insegurança e ameaças • Investimento de tempo • Não reconhecimento 	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Consultiva Distrital de Mujeres</i> • <i>Mesa Intersectorial Contra la Violencia de Género</i> • Prêmio ACNUR • Conformação de redes e vínculos • Mesa de Negociação entre o Governo e as Farc-EP <p>Restrições</p> <ul style="list-style-type: none"> • Violência e repressão • Conflitos interorganizacionais • Desarticulação organizacional
--	---	--	--

Fonte: autora, a partir de entrevistas e levantamento de dados

Da relação entre as cinco categorias analisadas na pesquisa, percebe-se que o diagnóstico de *Red Mariposas* é definido e especializado nas violências de gênero. Isso se expressa no acesso às oportunidades e nos modos de agir. O diagnóstico também é amplo se alinha com outros *master frames* conectados ao global, o que amplia as possibilidades de conformação de redes e vínculos. Tendo a estratégia psicoespiritual e ancestral no centro dos modos de agir, articulam esses saberes e práticas em cada um dos repertórios mencionados.

6.2 *Madres por la Vida de Buenaventura*

É uma organização conformada principalmente por mães e pessoas cujos familiares foram vítimas de homicídio, desaparecimento e deslocamento forçado. Buscam promover e defender os direitos humanos, construir memória das pessoas ausentes, recuperar tradições, realizar o acompanhamento de familiares e de vítimas por meio de ações de prevenção, defesa e atenção às violações de direitos das famílias afetadas, exigindo reparação, restituição, verdade, justiça e não repetição. Tem quatro eixos de atuação: o deslocamento forçado, violência de gênero e sexual, desaparecimento forçado, e psicoespiritualidade.

Criada em 23 de novembro de 2006 e formalizada em 2020, foi fundada por Cinthia, Jade e Luz Dary. A organização iniciou com 25 famílias e atualmente conta com 84, alcançando

cerca de 300 pessoas. Cada uma das três fundadoras ficou responsável por trazer membros. Iam de casa em casa, acionando suas redes e convidando. Depois fizeram reuniões e compartilharam como seria a organização, os objetivos, a importância de ter pessoas lutado por suas causas. A abrangência de *Madres por la Vida* é dividida principalmente por bairros, como os de *San Francisco* (Comuna 7), *Matias Murumba*, *El Ruiz* e *La Glória* (Comuna 12), onde residem uma liderança, o que pode variar expandindo ou diminuindo a depender de lideranças ativas. No entanto, respondem ao acionar de pessoas independentemente da localização.

6.2.1 Oportunidades

Três momentos sinalizados pelas interlocutoras influenciam a conformação da organização e se relacionam com oportunidades e conformação de vínculos. CHF⁸⁵, uma organização internacional, ao promover um projeto em bairros visando a recuperação dos vínculos de vizinhança põe em contato as três fundadoras que não se conheciam previamente, mas atuavam no projeto. O segundo momento decisivo foi o convite para a *Semana por la Paz* em Bogotá em 2006, no qual duas participaram se aproximaram e decidiram criar uma organização. No ano seguinte, em setembro de 2007, participaram novamente, compartilhando suas experiências e ouvindo as outras organizações, e decidiram mudar o nome de ASOMAVIDA, com o incentivo de *RedePaz*⁸⁶, para levar uma unidade de *Madres por la Vida* para o Distrito. “A *RedePaz* nos coloca como *Madres por la Vida* de Buenaventura”⁸⁷ (LUZ DARY, 2022).

O vínculo com a *RedePaz* teve um papel relevante na consolidação inicial da organização, sendo reconhecida por seu alcance e por ter recursos como advogados, políticos e acadêmicos. Com essa aliada, receberam formação política e jurídica e acesso à recursos acadêmicos. Atualmente, a nível nacional estão vinculadas à *Nydia Erika Bautista*, com apoio de recursos, acompanhamento e assessoria jurídica; Codhes, no apoio de recursos para realização de ações pontuais; e no âmbito internacional interagem com a Embaixada da Irlanda e a ACNUR. Ao buscar identificar com quem *Madres por la Vida* interage, relembro que este

⁸⁵ A CHF International realizou o programa Reconciliar que atuou em quatro bairros e implementou atividades numa abordagem de desenvolvimento comunitário participativo.

⁸⁶ RedePaz é uma rede nacional de iniciativas cidadãs pela paz e contra a guerra. Articula experiências e práticas de agentes sociais que se realizam do local ao nacional. Nasce a partir da articulação de 400 delegadas (os) no *Encuentro Nacional de Iniciativas contra la Guerra y por la Paz*, em novembro de 1993. (REDEPAZ, [s.d.]

⁸⁷ RedePaz nos pone a nosotros como Madres por la Vida de Buenaventura (LUZ DARY, 2022).

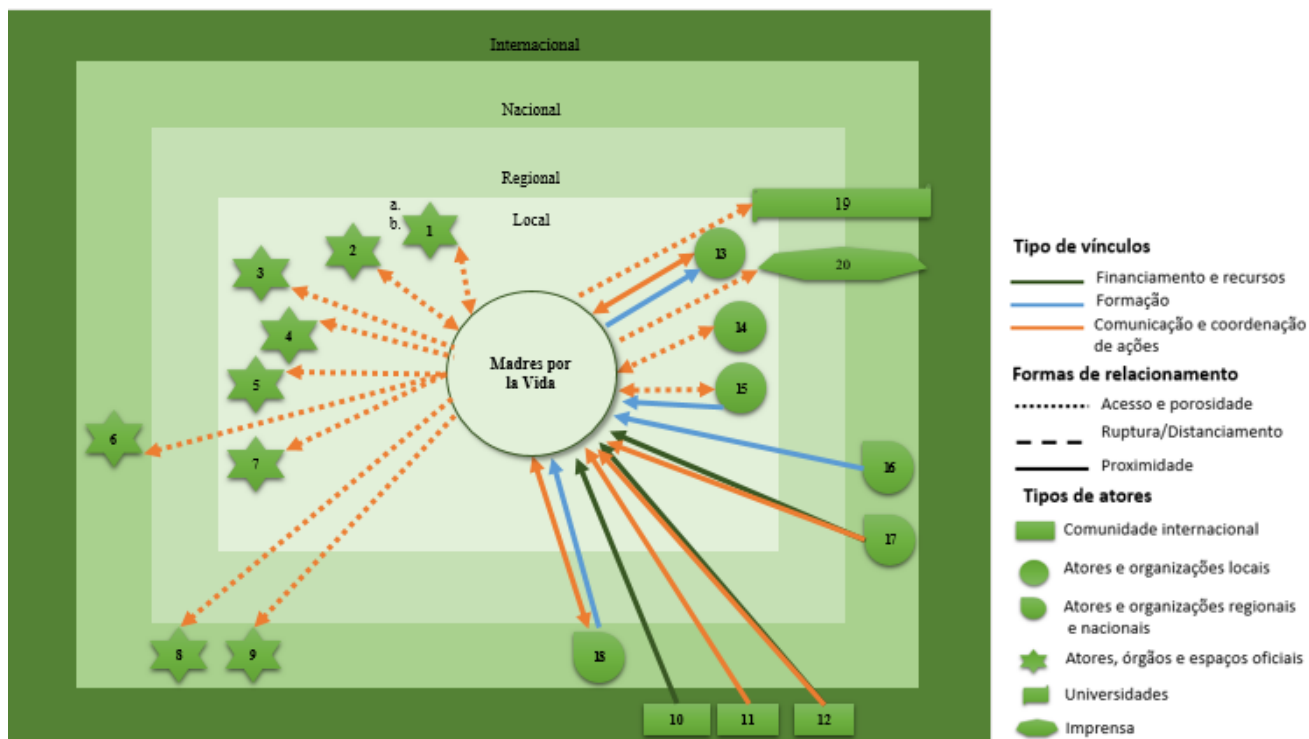
é um recorte e uma interpretação a partir do acesso obtido para a pesquisa, e não busca ser uma representação integral.

Quadro 5. Atores identificados em *Madres por la Vida*

Atores e instâncias oficiais	Atores e organizações civis
1. Mesas (a. <i>Consultiva Distrital de Mujeres</i> , b. <i>Mesa de Víctimas</i>) 2. <i>Fiscalía</i> 3. <i>Alcaldía</i> 4. <i>Secretaría de las Mujeres, Equidad de Género e Igualdad de Derechos en el Distrito de Buenaventura</i> 5. <i>Unidad para las Víctimas (UPV)</i> 6. <i>Jurisdicción para la Paz (JEP)</i> 7. <i>Unidad de Búsqueda de Personas Dadas por Desaparecidas (UBPD)</i> 8. Centro Nacional de Memória Histórica (CNMH) 9. Estado (de modo geral) 10. Embaixada da Irlanda 11. ACNUR 12. <i>Brigadas Internacionales de Paz</i>	13. Familiares e amigos de vítimas de desaparecimento forçado, assassinato, deslocamento; população civil 14. Peticionários 15. <i>Red Mariposas de Alas Nuevas</i> 16. <i>RedePaz</i> 17. Fundação <i>Nydia Erika Bautista</i> 18. Codhes 19. Universidade 20. Imprensa

Fonte: elaboração própria a partir das entrevistas

Figura 16. Mapa de atores *Madres por la Vida*



Fonte: elaboração própria a partir das entrevistas

O que essas informações revelam é um alto número de menções a atores, espaços e redes com quem *Madres por la Vida* interage. Perceba que relações de acesso e porosidade estão presentes nas interações com todos os atores e espaços oficiais, mas também com *Red*

Mariposas e os peticionários da medida cautelar solicitada em conjunto para o *Estero San Antonio*, que iremos abordar ao falar dos repertórios. Desse último, em relação à medida cautelar, percebeu-se na entrevista o receio do não reconhecimento do protagonismo de quem executou estes esforços para elaboração do mapeamento e a insegurança com o grupo peticionário, com a *Unidad de Búsqueda*, com a *Unidad de Protección Nacional*, e instituições, motivo pelo qual o mapeamento completo ainda não foi entregue.

Non é entregar, é como vão reconhecer que fomos nós. Segundo: insegurança. Insegurança com o grupo peticionário, com a Unidade de Busca, com a UNP, a Unidade de Nacional de Proteção (...). Que proteção pedimos? Que eles nos forneçam o transporte (...), o respeito, reconhecimento de que as mulheres da população bovanerese que não são de alta linhagem fizeram o que a institucionalidade não pôde fazer. De que nós no território conhecemos e sabemos como fazer a busca. Nós não necessitamos que ninguém se vanglorie, necessitamos que busquem, que busquem! Temos os mesmos colegas que foram peticionários como inimigos. (MALAIKA, 2022, tradução própria)⁸⁸

Esse trecho expõe o acesso e porosidade com a academia e a institucionalidade e outros atores e organizações, e o reconhecimento da eficácia das ações enquanto mulheres em Buenaventura realizando o que nem a academia, nem as instituições ousaram fazer. Em relação aos recursos, foi mencionado que são as organizações e entidades internacionais que as apoiam financeiramente.

6.2.2 Repertórios de ações coletiva

Em seus repertórios estão o acompanhamento psicossocial, o *comadreo*, os *plantões*, os rituais de luto, a colcha da memória, murais, e a busca de pessoas desaparecidas articuladas em ações de defesa do território e de incidência político-institucional. As lideranças mencionam que as práticas levadas a diante foram desenvolvidas fazendo, aprendendo e observando o que funcionava, tendo como base o ir até os territórios onde as pessoas estão.

Uma em especial é mencionada com destaque, o *comadreo*. Esta ferramenta comunicativa e estratégica de integração é reconhecida por seu êxito e vem de um saber ancestral que se expressa no acompanhamento entre as pessoas. Ao estar em uma organização conformada por pessoas vítimas de diferentes tipos de violência, a dor é algo compartilhado.

⁸⁸ No es entregarla, sino es cómo van a reconocer que esa fuimos nosotras. Segundo: inseguridad. Inseguridad con el grupo petionario, con la Unidad de Búsqueda, con la UNP, la Unidad de Protección Nacional (...) ¿Qué protección pedimos? Que nos brinden el transporte (...), el respeto, reconocimiento de que mujeres de la población bonaverense que no son de una alta alcurnia hicimos lo que la institucionalidad no puedo hacer. De que nosotras en el territorio conocemos y sabemos cómo hacer la búsqueda. Nosotras no necesitamos que nadie se vanagloria, nosotras necesitamos que busquen, que busquen. Tenemos los mismos compañeros que fueron petionarios de enemigos. (MALAIKA, 2022)

Com o *comadreo*, mencionam estratégias cotidianas coletivas para caminhar com a dor e acolher, escutar e acompanhar cada pessoa, de modo que seja possível curar a si e ao outro.

Outro repertório são os **rituais de luto** e velório que confrontam a lógica que impedia a realização dos velórios nas casas. O primeiro foi realizado em 2008, diante do desaparecimento do líder comunitário, Sr. Sixto, no Rio Naya, perguntaram a família o que gostariam de fazer, a mãe respondeu que queria a novena e o ritual de luto. A ação coletiva nasceu da demanda das pessoas, ao ser realizada foi reconhecida como positiva, e se mantém até hoje. “E a família se sentiu bem. Nos demos conta que era bom (JADE, 2022) ⁸⁹.

Desde aí surge como ação o *ritual de corpo ausente*, que envolve a comunidade para fazer o velório na casa. No ritual simbolizam o corpo ausente com um objeto como uma caixa branca e por meio de *alabaos* e rituais ancestrais se permitem viver o luto e celebrar a memória. Os *alabaos*, canções que entoam para os familiares, acompanhantes e para a alma de quem faleceu, é uma homenagem, a partir da ancestralidade, que permite construir memória e acionar sentidos para o presente e para quem se despede dos seus entes queridos. As interlocutoras entendem os rituais de luto como uma forma também de minimizar os lucros funerários e de enviar uma mensagem.

Houve um tempo em que em Buenaventura não se podia ver os mortos. Tinha que ir a uma funerária ou iam enterrar porque não podia velar. E começamos a resgatar tudo isso que estava se perdendo⁹⁰ (CINTHIA, 2022, tradução própria).

(...) o que começamos a construir? O que a violência havia tirado de nós, o velar nossos mortos dentro de casa. E queríamos dizer aos violentos, que ainda que eles nos matassem, nos assassinassem, nos fizessem o que fizessem, esse direito de grandeza que tínhamos, os negros e as negras, não iriam tirar. Porque para nós, negros e negras, quando se morria não se ia para o cemitério, mas se semeava como a semente⁹¹. (LUZ DARY, 2022, tradução própria)

Perceba que ao falar do oponente que impede esses rituais o nomeia como “os violentos” sem atribuir um agente específico, mas a quem pratica violência. Os rituais de luto reúnem tradições religiosas católicas e de matrizes africanas. Na busca em tentar resgatar o que estava se perdendo, a organização reconstrói outros rituais combinando elementos e acionando-os, mas

⁸⁹ “Y la familia se sintió bien. Nos dimos cuenta que era bueno” (JADE, 2022)

⁹⁰ Hubo un tiempo en que en Buenaventura no se podían ver a los muertos. Tenía que ir a una funeraria o lo iba a enterrar porque no podía velar. Y empezamos a rescatar todo eso que se estaba perdiendo (CINTHIA, 2022)

⁹¹(...) qué empezamos a construir? Lo que la violencia nos había quitado, el velar a nuestros muertos dentro de su casa. Y queríamos decirle a los violento que aún cuando nos mataran, nos asesinaran, nos hicieran lo que nos hiciera, ese derecho de grandeza que teníamos, los negros y las negras, no lo iban a quitar. Porque para nosotros, los negros y las negras, cuando se morían no iban a ir al cementerio, sino que la sembrábamos como la semilla (LUZ DARY, 2022)

também construindo símbolos e significados no tempo presente, e não só a valorização do que e de como era no passado.

Outro elemento presente em repertórios de confronto é a **colcha de memória**, que começou a ser elaborada em 2007 e se transformou em um símbolo da organização. Mencionada como um grande tesouro, a colcha é a expressão de memória, costurada com diferentes pedaços de tecido. Cada retalho tem a história de vida de uma pessoa que foi vítima de desaparecimento forçado ou assassinato. Familiares pintam, escrevem, deixam mensagens de recordações, ou ilustram elementos como a palma de coco para aludir ao umbigo semeado no território.

Figura 17. Colcha da Memória



Foto: (CAICEDO ANGULO, 2021)

A colcha significa: “reivindicar o bom nome da história, daquele que hoje não está aqui, seja assassinado, seja desaparecido, e dessa mulher que chega” (LUZ DARY, 2022)⁹². Quando realizam rituais públicos de reivindicações ou eventos especiais abrem a colcha e invocam *alabaos*, poesia, e elementos da tradição oral em homenagem à memória de cada um. Em entrevista à Comissão da Verdade, Luz Dary detalhou o significado da colcha:

Madres por la Vida quando estende a colcha a estende como uma homenagem, como a homenagem que se faz a Iemanjá no mar. (...) Porque se você começa a pegar cada retalho, começar a olhar as leituras, começar a dizer porque essa pessoa ou essa mulher quis pintar uma flor. O que eu quero te dizer? Será a flor do aniversário? Será a flor que você não pôde dar? Será aquela flor que você precisa depositar para fazer o ritual

⁹² Reivindicar el buen nombre de la historia, de ese que hoy día no está, sea asesinado, sea desaparecido, y de esa mujer que viene (LUZ DARY, 2022).

e levá-lo para o cemitério? Tem umas conotações tão grandes. (COMISIÓN DE LA VERDAD, [s.d.], tradução própria)⁹³

O *plantão* é uma ação coletiva realizada para fazer pública uma reivindicação em contextos de violência. Consiste em trazer as fotos de pessoas desaparecidas e ocupar espaços de decisão política. Também é uma forma de buscar reencontrar seus entes desaparecidos, dando visibilidade a cada um. Ele tem sido realizado em datas especiais, como o dia das vítimas, a entrega de informes nacionais e os eventos para pressionar as autoridades políticas e de forma conjunta com outras organizações. (CNMH, 2015; CARACOL RADIO, 2013)

Os **murais** são ações estéticas no território, com caráter pedagógico, de homenagem e de confronto. Em alusão ao dia internacional da desaparecimento forçado⁹⁴, 30 de agosto, *Madres por la Vida* em 2021 fez murais com silhuetas das pessoas desaparecidas no conflito armado pela cidade. A ação foi acompanhada por alabaos⁹⁵ e rituais de modo simbólico para honrar a memória dos desaparecidos. Para as interlocutoras, os murais são sagrados, e também um modo de dar visibilidade, honrar a memória das vítimas, confrontar os oponentes e mobilizar pessoas. “Porque os murais para nós são tão sagrados. Dizemos que: vivos foram levados e vivos os queremos (LUZ DARY, 2022, tradução própria)⁹⁶.”

⁹³ Madres por la vida cuándo extiende la colcha, la extiende como una homenaje, como el homenaje que se le hace a Yemanjá en el mar. (...) Porque si tu empieza a cojer cada trapo, empieza a mirar las lecturas, empieza a decir porque esta persona o esta mujer quiso pintar una flor. ¿Qué te quiero decir? Será la flor de los cumpleaños, será la flor que no si pudo dar, será esa flor que necesita para depositar y hacer el ritual y llevarlo al cementerio? Tiene unas connotaciones tan grandes. (COMISIÓN DE LA VERDAD, [s.d.])

⁹⁴ A *Unidad para las Víctimas* e a *Secretaría de las Mujeres Equidad de Género e Igualdad de Derechos* publicaram notícias sobre os murais em comemoração ao dia internacional das vítimas de desaparecimento forçado. A ação se concluiu com o mural, mas também se realizou uma marcha para celebrar a data. (BUENAVENTURA, 2021; UNIDAD PARA LAS VÍCTIMAS, 2021)

⁹⁵ Os alabaos são rituais reconhecidos pela comunidade negra e afro-colombiana do Pacífico, e reconhecidos como patrimônio imaterial da nação em 2014. Nele, com cantos, se despedem dos mortos e prestam homenagem a eles.

⁹⁶ Porque los murales para nosotros son tan sagrados. Decimos que: vivos se los llevaron y vivos los queremos. (LUZ DARY, 2022)

Figura 18. Mural *Madres por la Vida*

Fonte: Isis Medeiros (2022)

A **incidência político-institucional** é refletida nas denúncias, informes, e a ocupação de cargos como representantes em espaços de decisão como a *Mesa de Participación Efectiva de las Víctimas*. Um exemplo da articulação com instâncias políticas e institucionais pode ser percebida em relação à busca de pessoas desaparecidas no Estero. Desde 2020, *Madres por la Vida* e *Fundación Nydia Érika Bautista*, apoiadas por outras organizações, buscam impedir uma obra de dragagem da empresa Invías, que consiste na escavação para aprofundar pontos navegáveis para navios de maior porte entrarem no porto, no *Estero de San Antonio*.

O *Estero* é conhecido por ter se convertido em uma fossa utilizada por diferentes atores, e já mencionado por paramilitares na *Justicia y Paz* como um dos lugares onde mais colocaram corpos de vítimas depois de as assassinarem (ESPECTADOR, 2021; VERDAD PACÍFICO, 2021). Mas nunca foram realizadas buscas especializadas no local. As organizações realizaram uma cartografia⁹⁷ do território e identificaram 75 pontos de interesse forense, apontando cemitérios clandestinos em rios e áreas aquáticas, em zonas de megaprojetos, e relacionados às *casas de pique* (locais de tortura).

⁹⁷ Ver: EL ESPECTADOR. Los mapas de la desaparición forzada en Buenaventura. Disponível em: <<https://www.elespectador.com/reportajes/los-mapas-de-la-desaparicion-forzada-en-buenaventura/>>. Acesso em: 2 ago. 2022.

. Para o enfrentamento e tendo como oponente um agente do desenvolvimento econômico, a empresa Invías, foram realizadas **denúncias públicas** à *Jurisdicción Especial para la Paz (JEP)*. Em setembro de 2020, foi publicado um comunicado público sobre o risco das obras, assinado por 11 organizações (MOVICE, 2020). Diante desse contexto, as organizações desenvolveram o informe “*Desapariciones forzadas en Buenaventura: Dignificar las vidas negras y la lucha de las mujeres*” para a *Jurisdicción Especial para la Paz (JEP)* em outubro de 2020. Solicitaram à JEP uma medida cautelar com o intuito de parar as obras e que realizassem as buscas pelos desaparecidos.

O documento apresenta lugares de exumação de corpos e cemitérios clandestinos em Buenaventura na tentativa de evitar que se construa infraestrutura em cima deles (ACNUR, 2021). Em 28 de novembro, uma outra carta assinada por 27 organizações solicita ações e respostas e descreve as ações realizadas coletivamente como a solicitação à JEP, dia 18 de outubro. Foi realizada uma visita solidária ao local, em 27 de novembro, para o reconhecimento do *Estero* como vítima do conflito armado, onde realizaram homenagens e reconhecimento ao ecossistema natural que foi obrigado a receber corpos humanos durante décadas; ações artísticas e simbólicas em memória das vítimas (VERDAD PACÍFICO, 2020). Em 17 de dezembro de 2021, a *JEP* decretou medidas cautelares sobre o *Estero de San Antonio*, em audiência pública.

Figura 19. Audiência de Medidas Cautelares – 2021



Foto: Imagem capturada de vídeo disponível no Youtube (JEP COLÔMBIA, 2021)

Os repertórios de ação coletiva de *Madres por la Vida* têm uma base cultural, na qual articulam a ancestralidade, o saber tradicional e práticas cotidianas. Cada tipo de ação demonstrou ser modulada a depender de onde e contra quem lutam. Os repertórios de confronto reúnem as tradições orais, os símbolos como a colcha, e/ou os plantões e unem esforços para o

retorno às práticas tradicionais e a defesa de direitos. Para observar os enquadramentos interpretativos da organização, ver o Quadro 6.

Quadro 6. MIAC *Madres por la Vida*

Diagnóstico	Prognóstico	Motivacional/Agência	Oportunidades
<p>Saliência</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mudança nas práticas cotidianas • Desaparição forçada, assassinatos seletivos e deslocamento forçado <p>Outros</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cultura patriarcal racista • Conflitos territoriais • Ameaças • Violência de gênero e sexual • Recrutamento de crianças e adolescentes 	<ul style="list-style-type: none"> • Recuperação de práticas culturais e ancestrais. • Defesa dos direitos das vítimas <p>Repertórios</p> <ul style="list-style-type: none"> • Plantões • Colcha de memória • Rituais tradicionais e ancestrais (luto) • Missas • Incidência política • Denúncias coletivas • Informes • <i>Comadreo</i> • Formação • Denúncias públicas 	<p>Identidade coletiva</p> <ul style="list-style-type: none"> • Corpo-território • Raça e gênero • Cultura, ancestralidade e espiritualidade • Organização e liderança (<i>Patidescalzas, comadronas</i>) <p>Incentivos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reconhecimento como atores sociais e políticas • Conformação de vínculos • Oportunidades individuais • Transformações das situações injustas <p>Desvantagens</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conflitos entre organizações • Investimento de tempo 	<p>Oportunidades</p> <ul style="list-style-type: none"> • Eventos (<i>Semana por la Paz</i>, Genebra, Brasil, Holanda) • <i>Consultiva Distrital de Mujeres</i> • Mesa de Vítimas • Conformação de redes e vínculos • Medida Cautelar <p>Restrições</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conflitos interorganizacionais • Falta de reconhecimento • Falta de recursos • Violência e repressão

Fonte: elaboração própria a partir das entrevistas

Os diagnósticos contêm tipos vitimizantes e as práticas cotidianas, mas, ainda que os mencione como eixo da organização, os repertórios de ação coletiva e a relação com as oportunidades políticas estão mais vinculadas ao desaparecimento forçado, e a especialização delas em torno do tema. Ao mencionar “oportunidades individuais” no enquadramento motivacional me refiro à elementos como benefícios sociais do reconhecimento enquanto liderança, participação em eventos enquanto representantes da organização e o conseguir encontrar respostas individuais (como quem foi o responsável por um tipo de violência contra elas) por meio da organização, visto que se tem uma constante incidência no território e acesso às pessoas que podem ter informações. No caso da atribuição de responsáveis, as lideranças apontam o Estado, os atores armados, o desenvolvimento excludente e a população civil.

6.3 Organização 7

Foi fundada em 2012 como uma resposta comunitária de mulheres negras rurais de Ladrilleros, zona rural e mar à violência de gênero e sexual. Buscam defender os direitos das mulheres e promover a igualdade de oportunidades e de gênero, o fortalecimento das relações de vizinhança, o retorno às práticas ancestrais, a autonomia financeira e a defesa do território. A cerca de 1h30 de lancha da zona urbana de Buenaventura, Ladrilleros, zona rural e marítima, é um lugar turístico e de riqueza biodiversa. Integra a *Bahía de Málaga*, que é constituída por cinco *veredas* distribuídas em 12 assentamentos e 6 Conselhos Comunitários: *Puerto España*, *Miramar*; *La Barra*; *Ladrilleros*; *Juanchaco* e *Ensenada de Málaga*. Esses conselhos surgiram nos anos 90 no marco da Lei 70, no entanto Ladrilleros não conseguiu o reconhecimento do território coletivo, uma busca que a fundadora espera há mais de 20 anos, mas relatou permear conflitos de interesses da população e privados (GARCÍA, 2013; DORA, 2022).

Foram três gerações de grupos até ser a Organização 7, hoje formalmente constituída com registro na Câmara de Comércio. Inicialmente, se uniram após um caso de violência contra uma mulher por parte de seu esposo. Buscaram se autoprotegerem ao invés de se julgarem frente ao aumento da violência. Atualmente, contam com 23 participantes. Para participar da organização é preciso pagar a inscrição de 70 mil pesos colombianos e se comprometer a seguir as 11 regras do Estatuto. Após a conformação se vincularam à *Red Mariposas de Alas Nuevas Construyendo Futuro*, época em que participaram de formações e eventos e se tornaram dinamizadoras de oficinas.

O repertório de ações coletivas consiste principalmente no *comadreo* para fortalecimento dos vínculos entre elas e para promover espaço de diálogo, valorização e autocuidado. De forma pontual participam ou realizam ações de formação. A fundadora mencionou a necessidade de reforçar os valores e práticas ancestrais, o cuidado com o território, a preservação ambiental e a necessidade de gerar autonomia financeira (DORA, 2022). No processo de conformação, em contato com outras pessoas e organizações, perceberam a violência⁹⁸ naturalizada, o desconhecimento dos tipos de violência de gênero e seguem enfrentando o aumento da violência com a perda de autonomia financeira das mulheres e a

⁹⁸ A pesquisa de Bello-Urrego (2022a, p. 8), que discute os corpos, poder e cultura no Pacífico colombiano, ao se aproximar da organização 7 propôs a relação entre a presença de diferentes atores no território e o sentido de ser mulher em Ladrilleros e em Juanchaco. Na conclusão de sua pesquisa, defende que os momentos de ruptura nos sentidos do corpo das mulheres negras coincidem com interesses econômicos e políticos no território, como empresários, grupos econômicos, atores armados e o controle das rotas de economias ilegais (BELLO-URREGO, 2022a, 2022b).

ineficiência no acolhimento institucional e a impunidade. A violência também foi associada ao papel de liderança.

Cada vez que elegíamos uma presidente, ela era maltratada pelo companheiro. Isso era. E então começamos a investigar o porquê. Não a maltratava antes. E o que era? Os outros colegas do marido lhe diziam "ah, faz sua mulher sair de lá".⁹⁹(DORA, 2022, tradução própria)

O primeiro edital que participaram foi o do *Programa de Pequeñas Donaciones* (PPD)¹⁰⁰. A experiência gerou novos aprendizados a respeito do tempo, das demandas administrativas e do gerenciamento de pessoas. O projeto consistiu na recuperação de biodiversidades das fontes hídricas por meio da criação de um caminho ecológico que permitia tanto a população local quanto visitantes conhecer espécies e reforçar a importância da preservação ambiental, fortalecendo o papel das mulheres no território. Entre os resultados apresentados pelo PPD neste projeto estão a construção do *Sendero Ecológico e Mitológico "La flor del duente"*, a capacitação para guias; a participação dos diálogos do plano de manejo do *Parque Nacional Natural Uramba Bahía Málaga* enquanto integrantes do Conselho Comunitário de Ladrilleros. (PPD COLOMBIA, [s.d.]).

Para além dos benefícios este projeto trouxe uma frustração pois tinham a expectativa de que ele pudesse gerar recursos financeiros. No entanto, após o lançamento na Semana Santa em 2017, receberam dois turistas e posteriormente não conseguiram gerar a autonomia financeira (PPD COLOMBIA, 2018). As interlocutoras mencionaram que a participação no PPD gerou o interesse de outras pessoas ingressarem na organização. No entanto, ao perceberem que não receberiam recursos financeiros não permaneceram. O que se alia a capacidade de avaliar a eficácia das ações coletivas da organização por parte de potenciais membros.

Em relação ao **acesso às oportunidades e vínculos**, Dora e Margarida mencionam a dificuldade de aprovação em editais de projetos municipais, nacionais e internacionais e a luta pelo reconhecimento do território coletivo por meio da Lei 70. Dos vínculos, percebeu-se porosidade nas relações com pessoas e organizações que buscam ampliar a visibilidade, pois priorizam o que possa ser efetivo na prática. Em relação ao convite para participar do relatório da Comissão da Verdade, por exemplo, criticam o narrar sem agir.

⁹⁹ Cada vez que elegíamos una presidente era maltratada por el compañero. Eso era. Y entonces nos pusimos a investigar por qué. No la maltrataba. ¿Y qué era? Los demás compañeros del marido le decían "ay, hace salir su mujer de ahí". (DORA, 2022)

¹⁰⁰ integra o programa global do *Fondo para el Medio Ambiente Mundial* (FMAM), implementado pelo PNUD.

Eles nos convidaram para Cali. E todo mundo esperando que a Comissão da Verdade nos oferecesse uma estratégia de solução. Sim, porque é isso que estamos procurando, mas acontece que lá escreveram um relatório. Não, até perdi a vontade de falar. Eu disse não. O que queremos não é isso. O que queremos é: estamos pedindo ajuda. Então, por favor, um direito internacional humanitário. Como é possível que em duas bases militares, de onde você veio, te estuprem? (DORA, 2022, tradução própria)¹⁰¹

Em relação ao Estado mencionam que não há confiança. Já dos vínculos com outras instituições e as acadêmicas, entendem que o trabalho da academia não dialoga com o território e não retorna com ações práticas. Com atores acadêmicos, mantêm uma relação de acesso e porosidade, na qual esperam que o trabalho desenvolvido apresente benefícios coletivos ou individuais. Buscam o reconhecimento de Ladrilleros como território coletivo, com base na Lei 70, e mencionam o Estado como um oponente para conseguir o título, a corrupção e os conflitos internos no Conselho Comunitário. Abaixo estão listados os atores que foram identificados a partir das entrevistas.

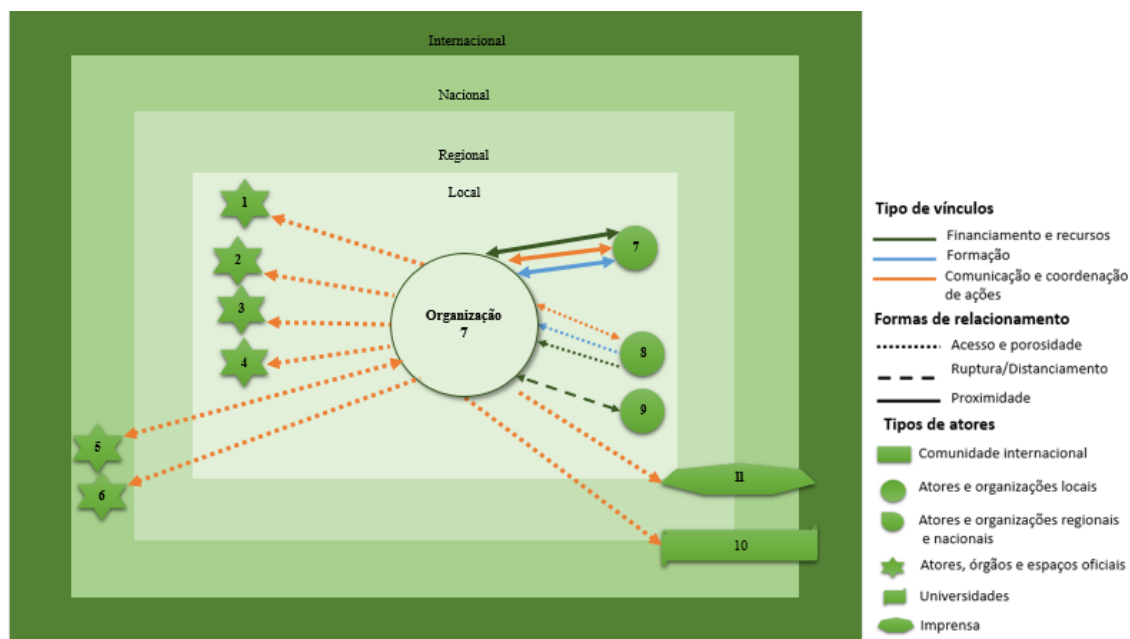
Quadro 7. Atores identificados na Organização 7

Atores e instâncias oficiais	Atores e organizações civis
<ol style="list-style-type: none"> 1. <i>Junta Comunal</i> 2. <i>Conselho Comunitário</i> 3. <i>Alcaldía</i> 4. <i>Gobernación</i> 5. <i>Fiscalía</i> 6. <i>Comisión para el Esclarecimiento de la Verdad</i> 	<ol style="list-style-type: none"> 7. Mulheres vítimas de violência de gênero 8. <i>Red Mariposas de Alas Nuevas</i> 9. Organização 2 10. Universidades 11. Imprensa

Fonte: elaboração própria a partir das entrevistas

¹⁰¹ Nos han invitado a Cali. Y todo mundo esperando que la Comisión de la Verdad nos ofrezca una estrategia de solución. Sí, porque eso es lo que estamos buscando, pero resulta que allá lo redactan en un informe. No, a mí se me quitó hasta las ganas de hablar. Yo dije no. Nosotros lo que queremos no es eso. Nosotros lo que queremos es: estamos pidiendo un auxilio. Así que, por favor, un derecho internacional humanitario. ¿Cómo es posible que, en dos bases militares a usted, ahí por donde ustedes vinieron, la violen? (DORA, 2022)

Figura 20. Mapa de atores Organização 7



Fonte: elaboração própria a partir das entrevistas

Percebe-se que predomina o acesso com porosidade. Iremos detalhar posteriormente os desafios e conflitos entre organizações, na qual se tem como centro a relação com *Red Mariposas*. Mencionam a organização 2 na qual também se teve um conflito após receberem um recurso e serem cobradas para votarem em um candidato político que ela apoiava. Depois de negarem, foram excluídas desta relação. Para a proposta das MIACs e categorias analisadas, elaborei uma leitura com base na entrevista e levantamento de informações a respeito de sua atuação, conforme abaixo:

Quadro 8. MIACs Organização 7

Diagnóstico	Prognóstico	Motivacional/Agência	Oportunidades
<p>Saliência</p> <ul style="list-style-type: none"> • Violências de gênero e sexual • Igualdade de oportunidade e de gênero <p>Outros</p> <ul style="list-style-type: none"> • Impactos ambientais • Não reconhecimento do território coletivo 	<ul style="list-style-type: none"> • Defesa de direitos de gênero e contra violência sexual e do território • Promover autonomia financeira <p>Repertórios</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Comadreo</i> • Formação • Viagens para fortalecimento de vínculos e autocuidado 	<p>Identidade coletiva</p> <ul style="list-style-type: none"> • Corpo-território • Raça e gênero • Liderança • Defesa de direitos <p>Incentivos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reconhecimento como atores sociais, culturais e econômicas • Comadreo e fortalecimento dos vínculos • Transformações das situações injustas 	<ul style="list-style-type: none"> • Conformação com <i>Red Mariposas de Alas Nuevas</i> • PPD • Conselho Comunitário • Lei 70 <p>Restrições</p> <ul style="list-style-type: none"> • Violência • Conflitos inter-organizacionais

<ul style="list-style-type: none"> • Pobreza • Conflitos territoriais • Mudança nas práticas cotidianas • Cultura patriarcal e racista 	<ul style="list-style-type: none"> • Preservação ambiental • Psicoespiritualidade 	<ul style="list-style-type: none"> • Benefícios individuais <p>Desvantagens</p> <ul style="list-style-type: none"> • Exposição à violência • Frustração (eficácia/êxito) • Conflitos internos 	<ul style="list-style-type: none"> • Corrupção e conflitos de interesse da sociedade civil
--	---	--	---

Fonte: elaboração própria a partir das entrevistas

A proposta das MIACs ds Organização 7 demonstra que a participação por si só aparenta ser uma ação coletiva, que insere as integrantes em uma rede de apoio e cuidado, ainda que não isenta de conflitos. Para isso, há um movimento de reconhecer-se individualmente e valorizar a cultura, a ancestralidade, a liderança, mas também o empreendedorismo, e outros papéis que lhes são constantemente negados e as impõe situações de vulnerabilidade social e econômica. Demonstrou ser a organização menos inserida em outras relações, trazendo para si o papel de acompanhamento e cuidado, que confere para integrantes tanto o respeito e status na comunidade quanto maior risco e vulnerabilidade à violência.

6.4 *Asociación de Mujeres y Hombres de Triana*

Conformada em 2007, a Associação tem a finalidade de exigir verdade, justiça, reparação e garantias de não repetição para todas as vítimas da via *Alejandro Cabal Pombo*. Um massacre em 26 de agosto de 2000 atribuído aos paramilitares do *Bloque Calima*, tendo como mandante Ever Veloza, o "H.H", deixou sete vítimas em Triana. Sete anos depois, a associação se formalizou com 53 mulheres e atualmente conta com cerca de 40 pessoas. A abrangência principal é na zona rural, em Triana, e relacionada às dinâmicas de outros cinco *corrigimientos*¹⁰² que compõe o que hoje é o *Consejo Comunitario Mayor de Comunidades Negras de la Cuenca Alta y Media del Río Dagua (CC-AMDA)*.

No contexto de criação da organização: a violência, as atividades extrativas e o desenvolvimento e as práticas de reexistência e ações coletivas. Os massacres foram o fator de expulsão massiva da população nos anos 2000. A partir de 2005, as estratégias de atores armados foram se modificando para transmitir uma falsa impressão de segurança (CNMH,

¹⁰² Não tem o caráter de município, então a jurisdição está atrelada ao município de Buenaventura.

2015, p. 384). Esse foi o mesmo período em que parte da população deslocada dos *corregimientos* retornou e ano em que se inicia a conformação da Associação. Samaria contou que na época não entendiam o porquê de tanta violência até que ao retornarem anos depois perceberam a chegada do megaprojeto de construção da via dupla Alejandro Cabal Pombo.

Por ser um território de comunidades negras foi preciso que aprovassem a construção do megaprojeto. A pesquisa de Hinestroza (2019) se dedicou a identificar a percepção dos habitantes do Conselho Comunitário *Alto y Medio Rio Dagua* do impacto socioambiental nos processos de consulta prévia¹⁰³ ao megaprojeto. A autora demonstrou um padrão estratégico entre agentes legais e ilegais, pois dos 39 Conselhos Comunitários do Distrito em quase todos onde se pretendia desenvolver megaprojetos econômicos se precedeu uma onda de violência para desestabilizar os territórios e influenciar a decisão de abertura aos projetos ao realizarem o processo consultivo (HINESTROZA, 2019, p. 72).

Além disso, a interlocutora descreve Triana como um lugar turístico, de mineração artesanal e de exploração de madeira, sendo que ela, sua mãe, irmã, avó, e avô, e o marido, trabalharam na mineração artesanal, como atividade praticada para o sustento familiar. Ela atribui aos “de fora” o corte de madeira em grande escala e relembra do impacto causado pela empresa *Cartón Colombia* que lucrava enquanto para os “nativos”, em suas palavras, o corte de madeira era feito a depender da necessidade e seguindo os ensinamentos ancestrais de cuidar do território.

Em um relatório compartilhado para a Comissão para o Esclarecimento da Verdade (CEV), a Associação inclui o território como vítima dos impactos no ecossistema (PINZÓN; BARRERA, 2021, p. 280). As relações entre “os outros” e “nós” demonstraram estar em movimento. Por exemplo, a população que trabalha nas minas de grande escala ou as atividades de comércio em torno dela e as relações diretas e indiretas com esses atores. Frente ao megaprojeto da via dupla, e do sentido atribuído como beneficiando “o outro”, a interlocutora criticou: “não temos ninguém trabalhando na estrada”¹⁰⁴ (SAMARIA, 2022). Em 2016, ela também compartilhou que quando iniciaram as obras, sua filha levou o currículo e conseguiu um emprego próximo a Zaragoza, mas durante o trabalho enfrentou uma violência sexual por um paramilitar.

Pode-se inferir que tanto os processos de consulta prévia quanto o manejo dos recursos naturais e as atividades extrativas podem ser terrenos de conflito socioambientais entre atores,

¹⁰³ A consulta prévia é um direito a partir do Decreto 1320 de 1998, que regulamenta que seja realizada quando se explora recursos dentro dos territórios coletivos (MINISTERIO DEL INTERIOR, 1998).

¹⁰⁴ No tenemos ninguno trabajando en la carretera. (SAMARIA, 2022)

incluindo a população frente às expectativas contraditórias dos benefícios e custos deles. Em uma linha do tempo construída pela associação (Ver Apêndice C), com nome de “*Recorrido de la muerte – Carretera Alejandro Cabal Pombo*”, a *Red Colombiana de Lugares Memória* apresenta, a partir da narrativa compartilhada pela comunidade, os eventos vitimizantes e ações coletivas de 2000 a 2017. Pelo desenho disponibilizado percebeu-se que a reconstrução de fatos relevantes não está restrita à Triana, mas também às comunidades afetadas ao redor.

6.4.1 Oportunidades

O que gerou a mobilização formal da Associação anos depois do massacre teve início em 2007 a partir de uma Audiência Pública em Buenaventura¹⁰⁵. A audiência foi lembrada como a primeira oportunidade, frente ao cenário de violência, de terem as demandas ouvidas e que permitiu relatar e denunciar o massacre e violências em Triana. A pressão das vítimas e de distintas organizações, principalmente o PCN, na audiência e em outras que se seguiram neste ano, compartilhando informes do que ocorria e solicitando atenção à situação resultou no Auto 005 de 2009 da Corte Constitucional da Colômbia, que ordenou ao Estado atender a situação humanitária, reconhecendo a gravidade enfrentada pelas comunidades afro-colombianas em Buenaventura. Entre elas o alto índice de violência rural e urbana associada ao conflito territorial e a persistência do conflito armado. (BONILLA, 2011, p. 84; CORTE CONSTITUCIONAL DE COLOMBIA, 2009).

A articulação dos relatos na audiência a partir de suas perspectivas gerou o contato e ativação de parcerias. Foi nela que a Associação conheceu o *Movimiento de Víctimas de Crímenes de Estado (Movice) capítulo Valle*¹⁰⁶ e a *Fundación Guagua*¹⁰⁷, que se tornaram aliados. *Movice* incentivou a associação a ter um espaço de reunião e se organizar formalmente. A *Fundación Guagua* começou a acompanhar oferecendo formações que junto a parceria com *Nomadesc* e *Movice* discutiam temas de direitos humanos e de memória histórica. Dos aliados, adiciona-se a *Asociación para la Investigación y la Acción Social (Nomadesc)*¹⁰⁸, o *Sindicato*

¹⁰⁵ A *Comisión de Derechos Humanos del Senado de Colombia* recebeu cerca de 150 casos de denúncia (IPS NOTÍCIAS, 2007), entre elas as da Associação.

¹⁰⁶ O *Movice* criado em 2005 reúne mais de 200 organizações de vítimas de desaparecimentos forçados, execuções extrajudiciais, assassinatos seletivos e pessoas deslocadas, além de organizações acompanhantes e defensores de direitos humanos, em 15 *departamentos* do país. (MOVICE, [s.d.])

¹⁰⁷ *Fundación Guagua* atua desde 2000 na defesa dos direitos humanos das pessoas e vítimas do conflito interno colombiano no *departamento* do Valle del Cauca e sul-ocidente.

¹⁰⁸ *Nomadesc* é uma ONG nacional de direitos humanos (NOMADESC, 2015)

de *Trabajadores y Empleados Universitarios de Colombia* (Sintraunicol)¹⁰⁹, de caráter nacional, e dos internacionais Unison¹¹⁰ e War on Want¹¹¹. A partir das entrevistas e de consulta a documentos e redes sociais da Associação foi possível identificar os atores abaixo.

Quadro 9. Atores identificados em *Asociación de Mujeres y Hombres de Triana*

Atores, órgãos e espaços político-institucionais	Atores e organizações civis (ONGs, movimentos sociais, redes, associações internacionais, grupos de interesse privado)
1. Audiência Pública 2. Estado (de modo geral) 3. Prefeitura	4. Conselho Comunitário 5. Comunidade de Triana (Familiars e amigos de pessoas vítimas na via Cabal Pombo, atores locais) 6. <i>Red Mariposas de Alas Nuevas</i> 7. <i>Comite Mujeres Corteras de la Caña</i> 8. <i>Madres por la vida</i> 9. <i>Fundescodes</i> 10. <i>MOVICE Capitulo Valle</i> 11. <i>Fundación Guagua</i> 12. PCN (Rede) 13. <i>Nomadesc</i> 14. <i>Sintraunicol</i> 15. <i>Codhes</i> 16. <i>Unison</i> 17. <i>War on Want</i> 18. Universidades 19. Imprensa/Mídia

Fonte: elaboração própria a partir de entrevistas e levantamento bibliográfico

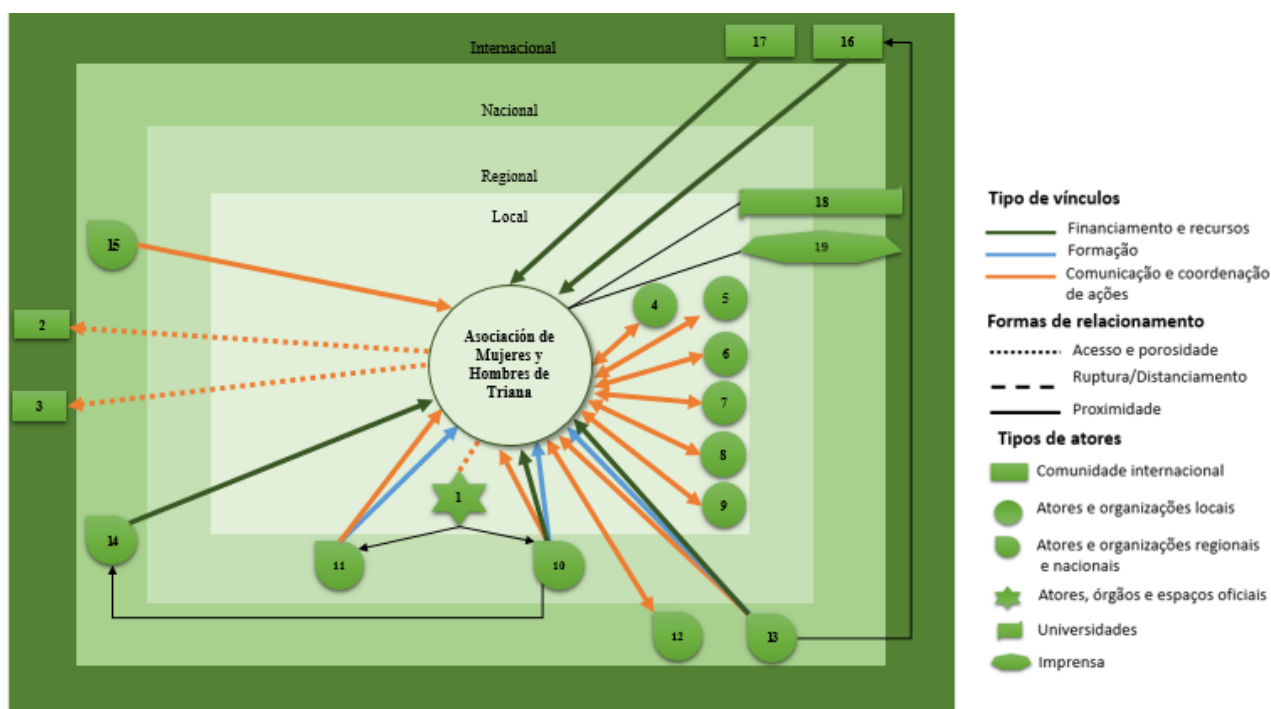
Já na Figura 21 buscou-se ilustrar essas relações entre organizações, atores e espaços político institucionais e organizações ligadas a sociedade civil ou interesses privados, considerando a abrangência¹¹² local, nacional, regional, e internacional.

¹⁰⁹ Sindicato a nível nacional formado por trabalhadores de universidades da Colômbia. (HURTADO, 2018)

¹¹⁰ UNISON é um sindicato do Reino Unido que representa funcionários que prestam serviços públicos e privados. (UNISON, [s.d.])

¹¹¹ É um movimento global do Reino Unido que atua com movimentos sociais de base, sindicatos e organizações de trabalhadores para combater a pobreza e defender os direitos humanos. (WARORWANT, [s.d.])

¹¹² Foi considerado como essas se descrevem em seus sites e plataformas, mas há uma confluência de escalas em algumas delas. Exemplo disso é *Movice*, que atua em diferentes regiões da Colômbia, mas é a unidade que contempla o Valle del Cauca que interage com a organização, e por isso foi enquadrada em “regional”.

Figura 21. Vínculos da *Asociación de Mujeres y Hombres de Triana*

Fonte: elaboração própria a partir de entrevistas e levantamento bibliográfico

Perceba que o acesso e porosidade referem-se à mecanismos e atores formais como a audiência, a prefeitura e o Estado (mencionado por tanto ser quem deve garantir os direitos quanto o responsável por violá-los). O financiamento e aporte de recursos é atribuído às organizações internacionais e às duas nacionais. “Esses aportes quase são feitos por meio internacional. Porque aqui não, nada até agora. Não podemos dizer que isto a prefeitura me deu. Sempre internacional”¹¹³ (SAMARIA, 2022, tradução própria).

Da conformação de suas redes, percebe-se que a Associação se vincula a essas organizações e instituições que aportam acompanhamento, formação, recursos, visibilidade e geraram incentivo para a execução de suas ações coletivas. Elas demonstram um papel relevante na institucionalização e formalização da organização. Seja direcionando o acionar: “(...) nos disseram: vamos trabalhar, vamos de casa em casa, fazer as reuniões. Bom, vocês são as vítimas, vamos ver o que vamos fazer afinal”¹¹⁴ (SAMARIA, 2022, tradução própria); no acompanhamento e orientação, como quando a Associação percebeu a necessidade de ter um

¹¹³ Esos aportes casi los hace por medio de internacional. Porque por acá no, nada hasta ahora. Nosotros no podemos decir esto me lo dio la alcaldía. Siempre internacional. (SAMARIA, 2022)

¹¹⁴(...) nos dijeron: vamos a ponernos a trabajar, vamos de casa en casa, hacer las reuniones. Bueno, ustedes las víctimas a ver qué vamos a ponernos a hacer al fin” (SAMARIA, 2022)

espaço próprio para as reuniões e foi incentivada por *Movice* para ver se não tinha ninguém que cedesse um terreno para construir a casa e fazer as reuniões.

As organizações nacionais impulsionaram a conformação formal da Associação em 2007, pois desde 2005 já existiam, e assumiram um papel de formação e de conectá-las aos outros aliados, como *Movice* que fez a ponte com *Sintraunicol* e *Nomadesc* com *Unison* de Londres. As capacitações recebidas demonstraram contribuir para além da formação política, a construção de uma noção compartilhada e mobilizada politicamente como vítimas do massacre da *Carretera Alejandro Cabal Pombo*.

Os objetivos de “exigir a verdade, justiça, reparação e garantias de não repetição” que atualmente estão descritos na página¹¹⁵ online da Associação dialogam com o *Sistema Integral de Verdad, Justicia, Reparación y No Repetición* (SIVJNRN), composto por diferentes mecanismos¹¹⁶ judiciais e extrajudiciais, que foram implementados a partir do Acordo de Paz entre o Governo Nacional e as FARC, em cumprimento ao compromisso de colocar as vítimas no centro do acordo e garantir seus direitos (MINISTERIO DE JUSTICIA, [s.d.]). A visibilidade é descrita como um resultado dessas relações que possibilitam espaços de divulgação online, nacionais e internacionais:

Tem sido muito importante ter toda esta ajuda e esta visibilidade porque antes as pessoas não sabiam, nem se lembrariam, nem saberiam do que aconteceu no dia 26 de agosto de 2000 em Triana, na via, com a nossa Associação¹¹⁷ (SAMARIA, 2022, tradução própria).

É preciso ressaltar que as oportunidades vinculadas aos repertórios de ação da Associação se conectam a uma agenda internacional de defesa de direitos humanos que trabalha ações coletivas em datas comemorativas. Outra abertura política foi em 2015, quando a terceira delegação de vítimas do conflito armado, um grupo de 12 pessoas, viajou a *La Habana*, Cuba, para participar da mesa de negociação entre o Governo e as Farc-EP. Entre elas, uma integrante da associação representando a *Red Mariposas de Alas Nuevas de Alas Nuevas*.

¹¹⁵ ASOCIACIÓN MUJERES Y HOMBRES DE TRIANA. Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/Mujeresyhombrestriana>>. Acesso em: 23 ago. 2022.

¹¹⁶ Está composto pela Comissão para o Esclarecimento da Verdade, Convivência e Não Repetição (CEV), Jurisdição Especial para a Paz (JEP) e Unidade de Busca de Pessoas Desaparecidas no marco do conflito armado (UBPD).

¹¹⁷ “ha sido muy importante tener toda esta ayuda y esta visibilidad porque antes la gente no sabía, ni se acordaría, ni sabría qué pasó el 26 de agosto del 2000 en Triana, en la carretera, con la Asociación de nosotras” (SAMARIA, 2022)

Ao interpretar a relação com outras foi mencionado que todas as redes de organizações que participam são convidadas para as ações e eventos realizados pela Associação, assim como elas participam quando são convidadas por outras também. Portanto, sintetiza-se que as oportunidades políticas e de contexto que foram possíveis captar e analisar referem-se à Audiência Pública, a participação na mesa de acordo com as FARC, a relação com outras organizações e a uma agenda internacional, já as restrições relacionam-se à períodos de violência e repressão.

6.4.2 Repertório de ações coletivas

As ações realizadas não estavam programadas, mas surgem como resposta aos incentivos externos de aliadas que geraram a busca da resposta para “o que vamos fazer?”. Elas também ocorrem em consonância com uma agenda, como o dia 26 de agosto, data do massacre, e o dia internacional dos direitos humanos. Sendo que alguns eventos maiores reúnem um conjunto de repertórios de ação. As primeiras ações foram missas comemorativas e em memória às vítimas. Depois, as celebrações de vida e de morte apontadas como rituais ancestrais, que demonstram reunir também ritos e símbolos católicos.

A *Caravana por la Vida y la Memoria de la vía Cabal Pombo* ou *Encuentro por la vida, el territorio, la Memoria y la Dignidad de las víctimas de la Cabal Pombo* é uma ação realizada desde 2010, em alusão a 26 de agosto de 2000. Os encontros são anuais e algumas edições estão disponíveis em vídeos no Canal de Youtube da Associação Nomadesc, que apoia junto com Movice. A desordem pública foi mencionada como um dos impedimentos para a continuidade desse repertório. Busquei descrever cada encontro que foi possível listar nas buscas, a partir das falas e imagens nos vídeos disponibilizados e os cartazes de divulgação.

Quadro 10. Lista dos encontros anuais (2010-2022)

Ação (link)	Ano	Apoio	Descrição
La Caravana por la vida Y la memoria de las víctimas de la vía Cabal Pombo	2010	<i>Movice -Valle del Cauca, Asociación Nomadesc, Sintraunicol – Valle, Unison</i>	Fizeram uma rota em 14 pontos onde ocorreram os assassinatos, instalando em cada estação uma cruz branca e plantando uma árvore, reivindicando o direito à vida, agindo contra o esquecimento e exigindo verdade, justiça e reparação. Na celebração, refletiram sobre os resultados dos cinco anos de vigência da Lei de Justiça e Paz.

<u>Por la vida y la memoria víctimas de la vía Cabal Pombo</u>	2011	<i>Nomadesc</i>	Nesta edição, realizaram uma celebração e a inauguração da Casa da Memória, espaço para honrar as vítimas. Buscam terminar a galeria da memória.
<u>5to Encuentro por la vida, la memoria y la dignidad de la vía Cabal Pombo</u>	2014	<i>Nomadesc, Movice, Unison, The Ignacio Martín-Baró Fundación, CODEV</i>	O evento reuniu diferentes atos políticos e culturais exigindo a verdade, justiça e reparação para não repetição. Trabalharam o resgate a prática cultural de parteiras, e o batismo das crianças.
<u>6to Encuentro por la vida, el territorio, la Memoria y la Dignidad de las víctimas de la Cabal Pombo</u>	2015	<i>Nomadesc, Movice, Unison, The Ignacio Martín-Baró Fundación</i>	A celebração reuniu as práticas tradicionais culturais e a inauguração do muro da memória na Casa da Memória. Apesar dos processos de paz, afirmam seguir a impunidade, e por isso seguem comemorando anualmente como forma de repudiar os crimes e de pedir a não repetição. No cartaz, a frase de uma das integrantes: “Ser parte do grupo de homens e mulheres de Triana significa rir em meio a dor, compartilhar em meio a necessidade, falar em meio do silêncio imposto e obrigatório, confiar em meio a incerteza e acima de tudo recordar em meio ao esquecimento”.
<u>7ma Caravana por la Vida y la Memoria de la vía Cabal Pombo</u>	2016	<i>Nomadesc, Fundescodes, Movice, Congreso de los Pueblos Valle del Cauca, CODEV, Unison, The Ignacio Martín-Baró Fundación</i>	Neste encontro, reivindicaram a parte cultural e recuperação da medicina ancestral e realizaram o compartilhamento geracional desse conhecimento. Numa conjuntura do Acordo de Paz, reconhecem a paz nos territórios. Conectados com o dia internacional dos direitos humanos, seguiram trabalhando a memória das vítimas, recordadas uma por uma, e o pedido para a verdade, justiça e reparação. Nessa edição, realizaram a <i>Minga por la Memória</i> , com apoio de <i>Fundescodes</i> , e contaram com a presença de delegados canadenses, das Nações Unidas e da <i>Red de Hermandad</i> .
<u>Celebración de la Palabra- Víctimas de la vía Cabal Pombo</u>	2019	<i>Nomadesc, Movice</i>	Nesta celebração foi feita uma missa e o ato de memória refletiu um processo de manter a memória viva e resistência frente ao esquecimento dos ocorridos na via Cabal Pombo, exigindo a não-repetição.
<u>9no encuentro por la vida, el territorio, la memoria, la cultura y la dignidad de las víctimas de la vía Cabal Pombo</u>	2021	<i>Nomadesc, Universidad Intercultural de los Pueblos</i>	Na celebração da memória após 21 anos focaram no resgate cultural e práticas ancestrais e realizaram uma campanha para receber doações em prol da Casa da Memória, impactada por fortes chuvas.
<u>X Encuentro por las víctimas de la vía Cabal Pombo en Buenaventura</u>	2022	<i>Nomadesc, Universidad Intercultural de los Pueblos</i>	Depois de 22 anos relatam a continuidade da violência, e ressaltam a importância de fazer o exercício de memória recordando, dignificando, e buscando a não-repetição, resgatando as práticas comunitárias interrompidas pela violência. No cartaz, o slogan: “Resistimos ao esquecimento e a impunidade dos crimes de estado”.

Fonte: elaboração própria com base em informações de Nomadesc (2011, 2015, 2016, 2021, 2019, 2022) e Movice (2010)

Entre os repertórios de ação, destaca-se a **Casa da Memória de Triana**. É um espaço que surgiu a partir da necessidade de terem um local próprio para as reuniões da Associação. A construção da casa teve início em 2009. Foi inaugurada em um encontro em alusão ao dia 26 de agosto, e fundada com recursos próprios, doações internacionais e por meio de rifas e trabalho voluntário. É espaço para dignificar a memória das vítimas, recriar práticas ancestrais (medicina tradicional, música, cultura) e para visibilizar o massacre que ocorreu ali. A casa é um dos 30 lugares de memória da *Red Colombiana de Lugares Memória*, a partir do mandato institucional da Comissão para o Esclarecimento da Verdade, Convivência e Não Repetição, criada no marco do acordo para fim do conflito armado.

Figura 22. Casa da Memória de Triana



Fonte: Red Colombiana de Lugares de Memória (s/d)

Ao levantar informações da Associação e seus aliados utilizando mecanismos de buscas pelo nome da associação foram encontrados, referente ao período de janeiro de 2015 a agosto de 2022, 46 menções em diferentes **cartas e documentos de denúncia, repúdio e manifestos** (Ver Anexo B) assinados pela associação junto à aliadas. Entre os assuntos: os processos de paz, repúdio a tipos de violência e decisões políticas, nacionais e internacionais, e solicitação de mudanças de nomeações e ocupações de cargo. A **incidência política** é uma estratégia acionada para participação das decisões em diferentes âmbitos, que reúne repertórios e acessa

oportunidades. Após essa apresentação, e a partir da entrevista e informações levantadas, descreve-se uma proposta de enquadramento das Molduras Interpretativas da Ação Coletiva da Associação.

Quadro 11. Enquadramento MIAC *Asociación de Mujeres y Hombres de Triana*

Diagnóstico	Prognóstico	Motivacional/Agência	Oportunidades políticas e de contexto
<p>Saliência</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Massacre ● Mudança nas práticas cotidianas, culturais, ancestrais e religiosas <p>Outros</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Impactos ambientais ● Impactos laborais ● Conflitos territoriais ● Violência sexual 	<ul style="list-style-type: none"> ● Recuperação e reconstrução de práticas culturais, ancestrais e religiosas ● Construção de memória ● Defesa de direitos <p>Repertórios</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Formação ● <i>Comadreo</i> ● Rituais tradicionais (celebrações de vida e da morte) ● Compartilhar saberes tradicionais (plantas medicinais) ● Murais ● Marchas e paralizações ● Participação em espaços de confluência ● Casa da memória ● Encontro em memória das vítimas ● Denúncias e informes públicos 	<p>Identidade coletiva</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Ancestralidade ● Território ● Vítimas ● Liderança/Organização ● Desenvolvimento excludente <p>Incentivos</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Oportunidades individuais ● Reconhecimento como atores sociais e políticas ● Crescimento pessoal e formação política e social ● Visibilidade internacional ● Transformações das situações injustas ● Recuperação de tecido social <p>Desvantagens</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Falta de reconhecimento da comunidade 	<p>Oportunidades</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Audiência Pública ● Mesa de negociação entre o Governo e as Farc-EP ● Eventos ● Participação de redes ● Agenda internacional de direitos humanos ● Auto 005 de 2009 da Corte Constitucional da Colômbia <p>Restrições</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Violência e repressão

Fonte: elaboração própria a partir de entrevistas e levantamento bibliográfico

A associação oferece uma leitura da complexidade de conflitos e problemas que a afeta, mas os repertórios e oportunidades mencionadas estão mais vinculados ao diagnóstico de vítimas do massacre e suas implicações nas práticas cotidianas. Os enquadramentos prognósticos, diagnóstico e motivacional demonstraram ter um alinhamento definido e articulado. Isso se expressa em ações coletivas que agrupam repertórios, como nos encontros anuais em que reivindicam direitos, as ações de recuperar o que foi interrompido e criar novas práticas. Ao dizer práticas cotidianas relaciono as mencionadas neste caso: as relações de

vizinhança, os jogos tradicionais, troca de saberes a respeito das plantas medicinais¹¹⁸, música, as práticas religiosas, os rituais ancestrais (de nascimento e de morte, e o de enterrar o umbigo).

6.5 *Fundación Desplazados del Pacífico Colombiano*

É uma organização sem fins lucrativos formalizada em 2006. Surge a partir do encontro de um grupo que estava em situação de deslocamento interno forçado, após a organização *Solidariedad Internacional* realizar um projeto de moradia para cerca de 100 dessas pessoas, que receberam uma casa no bairro *El Esfuerzo*, na *Vereda de la Gloria*¹¹⁹, em Buenaventura. O contexto de conformação atravessa a realidade da atual presidente que em 2003 foi vítima de deslocamento forçado e recebeu uma das casas. Com a mudança, e em um novo território, o grupo percebeu a necessidade de se organizar coletivamente para conhecer e garantir seus direitos, pois além da situação de vulnerabilidade lidavam com pessoas que cobravam para que tivessem acesso aos direitos.

Antes de se organizarem, a liderança afirma que: "cada um escolhia pensando no seu lado, não nos entendíamos, não havia um dialeto, não sabíamos como reivindicar nossos direitos, para onde ir"¹²⁰(ESMERALDA, 2022, tradução própria). Na conformação da Fundação criaram um conselho administrativo, composto por presidente, vice-presidente, representante legal, fiscal e secretária. Entenderam que as demandas não se restringiam à uma problemática exclusiva do bairro, por isso recrutaram membros em outros. A princípio eram 70 afiliados e chegaram a ter 276 após o recrutamento no Distrito. Depois de dois assassinatos de companheiros, chegou a ameaça contra o presidente da Fundação na época, e ele saiu do país. Foi quando Esmeralda, sua irmã, assumiu o cargo de presidência.

¹¹⁸A pesquisa das autoras descreve as representações do uso de medicina tradicional em contraposição às medicinas oficiais para coletivos das comunidades negras do Alto e Medio Rio Dagua, em Buenaventura. Seu trabalho situa o contexto, a relação com os territórios e sua conformação, os aprendizados e relevância para a população de compartilhar esses saberes e preservá-los. (BONILLA; CAICEDO, 2015)

¹¹⁹ A *Vereda de la Gloria* agrupa três setores: o principal, *Rivera*, e *El Esfuerzo*. Desde 2007, se constituiu como Conselho Comunitário de Comunidades Negras.

¹²⁰ *Cada quien escogía por su lado, no nos entendíamos, no había un dialecto, no sabíamos cómo reclamar nuestros derechos, a dónde ir* (ESMERALDA, 2022).

Figura 23. Esmeralda (*Fundación Desplazados del Pacífico Colombiano*)

Foto: Isis Medeiros

Frente ao que a liderança elencou como problema, buscam a modificação da situação do deslocamento forçado e da violência de gênero com repertórios de ação que consistem na participação e promoção de **formações** sobre os direitos das vítimas e de igualdade de gênero e de oportunidades; a reivindicação e defesa dos direitos de pessoas vítimas do deslocamento forçado por meio de **acompanhamento, denúncias e paralizações**; e a **incidência em espaços de decisão políticos-institucionais**.

Uma maneira de amplificar a luta foi conformar redes. A *Asociación Nacional de Afrocolombianos Desplazados* (Afrodes) foi a primeira aliada e desempenhou um papel de formação oferecendo capacitações e visibilidade. Nas capacitações recebidas descobriram que como vítimas tinham direitos, e esses estavam sendo vulnerados. A decisão de se associarem considerou a representatividade e alcance que tinha no cenário local, nacional e internacional. “Nós vimos que o *Afrodes* estava a nível internacional, então a voz deles podia ser mais escutada do que a nossa”¹²¹ (ESMERALDA, 2022, tradução própria).

¹²¹ “Nosotros miramos de que Afrodes estaba a nivel internacional, pues que la voz de ellos podía ser más escuchada que la de nosotros” (ESMERALDA, 2022)

A Fundação então participou de uma ocupação na *Unidad para las Víctimas (UPV)* junto com *Afrodes* e outras organizações e impediram os funcionários de trabalhar por mais de 10 dias, pois não estavam tendo acesso aos recursos que teriam direito. Como resultado, conseguiram um acordo com o governo e com a *UPV* e foi feito o reconhecimento e início do repasse da ajuda humanitária às pessoas. Cada liderança teve um dia para levar uma lista com os nomes dos afiliados em suas organizações que receberiam o auxílio.

Com a criação da Lei 1448 de 2011 e a conformação da Mesa de Víctimas, a presidente foi eleita representante no enfoque de gênero que proporcionou: “mais empurrão, mais ânimo para as pessoas vítimas e para seguir trabalhando por essas pessoas”¹²² (ESMERALDA, 2022, tradução própria). Outras organizações também chegaram como aliadas voltadas para o trabalho com as mulheres: *Corporación SISMA Mujer*¹²³, *Taller Abierto*¹²⁴, no âmbito nacional, e uma outra organização internacional é mencionada que não foi identificado o nome.

E aí fomos empoderando mais as mulheres. Fomos nos empoderando mais e agora as nossas vozes não eram unicamente escutadas aqui em Buenaventura, porque antigamente não tínhamos voz nem voto, mas a partir dessas organizações de fora, que vieram para empoderar, nossas vozes eram ouvidas para além de Buenaventura. (ESMERALDA, 2022, tradução própria)¹²⁵

As organizações aliadas ofereceram capacitações de leis e direitos, como a lei 1257 de 2008 e do Auto 092/08 no qual a Corte Constitucional da Colômbia adotou medidas para proteção das mulheres vítimas do deslocamento forçado pelo conflito armado (CORTE CONSTITUCIONAL DE COLOMBIA, 2008). Além dessas se promulgou a Lei 1448 de 2011, a lei de vítimas e restituição de terras, que estabeleceu um conjunto de medidas, dentro de um marco de justiça transicional que busca garantir a verdade, justiça e reparação com garantias de

¹²²“más empujón, más ánimo para las personas víctimas y para seguir trabajando por esas personas” (ESMERALDA, 2022).

¹²³ *Sisma* é uma organização colombiana feminista que surge em 1998 e busca promover o empoderamento individual e coletivo de mulheres. Trabalha com enfoque psicojurídico e de direitos humanos para fortalecer processos sociais (SISMA MUJER, [s.d.]).

¹²⁴*Taller Abierto*, segundo a apresentação no site da organização busca “gerar e fortalecer o empoderamento de mulheres e jovens de setores populares por meio do desenvolvimento de processos psicossociais e pedagógicos pautados na perspectiva de gênero-interculturalidade-direitos; contribuindo assim para a auto-organização, autogestão e dignidade da vida das comunidades populares”. (TALLER ABIERTO, 2022)

¹²⁵ *Y ahí nos fuimos empoderando más las mujeres. Nos fuimos empoderando más y ya únicamente nuestras voces ya no eran únicamente escuchadas aquí en Buenaventura, porque en el tiempo anterior nosotros no teníamos ni voz ni voto, pero a raíz de esas organizaciones de afuera, que vinieron a empoderar, ya nuestras voces eran escuchadas más allá de Buenaventura.* (ESMERALDA, 2022)

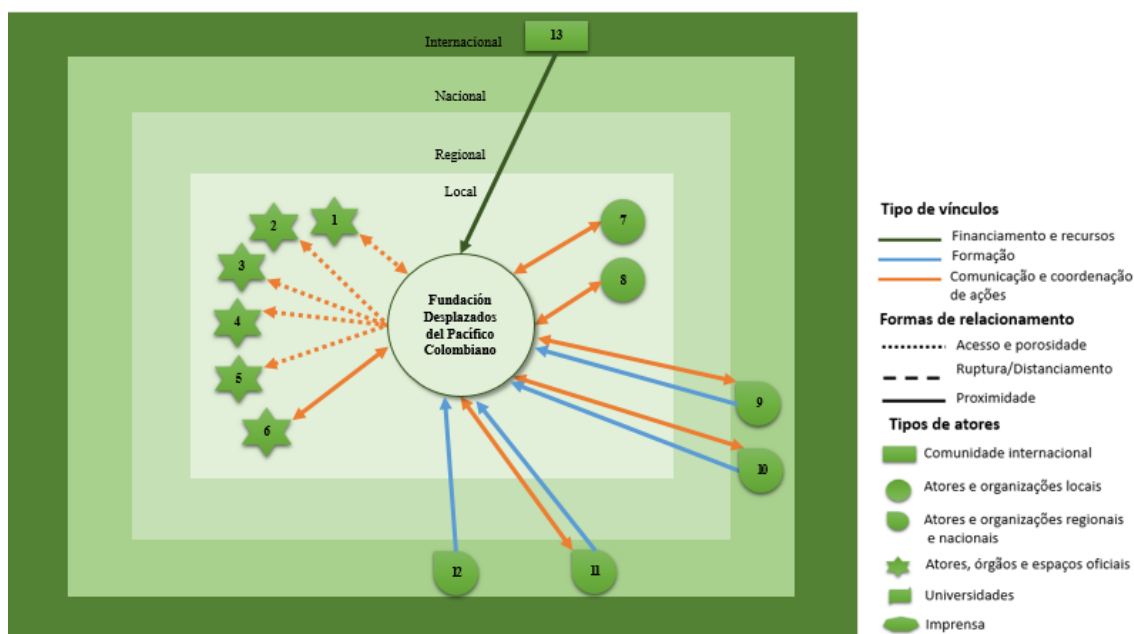
não repetição (COLOMBIA, 2011). A partir da entrevista, foram descritas as relações que foram mencionadas e percebidas (Quadro 12) e os tipos de relações na Figura 23.

Quadro 12. Atores identificados em *Fundación Desplazados del Pacífico Colombiano*

Atores, órgãos e espaços político-institucionais oficiais	Atores, espaços e organizações civis (ONGs, movimentos sociais, redes, associações internacionais, grupos de interesse privado)
1. <i>Mesa Participación Efectiva de las Víctimas</i> 2. <i>Alcaldía</i> 3. <i>Unidad para las Víctimas</i> 4. <i>Fiscalía</i> 5. Estado (de modo geral) 6. <i>Secretaría de las Mujeres, Equidad de Género e Igualdad de Derechos en el Distrito de Buenaventura</i>	7. População em deslocamento forçado do bairro <i>El Esfuerzo</i> , e de outros do Distrito. 8. <i>Mesa de Fortalecimiento</i> 9. <i>Madres por la Vida</i> 10. PCN 11. <i>Afrodes</i> 12. <i>Taller Abierto</i> 13. <i>Sisma Mujer</i> 14. Organização internacional ¹²⁶

Fonte: elaboração própria a partir da entrevista

Figura 24. Mapa de redes da *Fundación Desplazados del Pacífico Colombiano*



Fonte: elaboração própria a partir da entrevista

A relação com aliadas demonstrou estar ligada inicialmente as capacitações com um papel de formação política, jurídica e social, e a visibilidade e apoio nas ações coletivas, na qual

¹²⁶ *não se identificou o nome

participam para ganharem mais forças em lutas comuns e em *master frames*. Em um segundo momento, relaciona-se a captação de recursos para ações e visibilidade. Não foi mencionado outras redes que contribuem com recursos, além de uma organização internacional. Por fim, propõe-se a leitura das MIACs no Quadro 13.

Quadro 13. MIAC Fundación Desplazados del Pacífico Colombiano

Diagnóstico	Prognóstico	Motivacional /Agência	Oportunidades
<p>Saliência</p> <ul style="list-style-type: none"> •Deslocamento forçado •Violência de gênero e sexual (população civil, atores armados) <p>Outros</p> <ul style="list-style-type: none"> •Desarraigo •Desintegração familiar •Empobrecimento •Insegurança alimentar •Cultura patriarcal e racista 	<ul style="list-style-type: none"> •Defesa dos direitos das vítimas de deslocamento forçado •Defesa dos direitos das mulheres, de gênero e contra as formas de violência sexual <p>Repertórios</p> <ul style="list-style-type: none"> •Formação e empoderamento •Paralisações •Incidência política e institucional 	<p>Identidade coletiva</p> <ul style="list-style-type: none"> •Raça e gênero •Corpo-território •Construtoras de paz <p>Incentivos</p> <ul style="list-style-type: none"> •Reconhecimento como atores sociais e políticas •Empoderamento •Conformação de vínculos •Garantia de direitos para população deslocada <p>Desvantagens</p> <ul style="list-style-type: none"> •Insegurança 	<p>Oportunidades</p> <ul style="list-style-type: none"> •<i>Mesa Participación Efectiva de las Víctimas</i> •Lei 387 de 1997 •Auto 092 de 2008 •Lei 1257 de 2008 •Redes e vínculos <p>Restrições</p> <ul style="list-style-type: none"> •Violência como repressão

Fonte: autora

Da relação entre as MIACs e categorias analisadas pontuo que antes da Fundação se conformar, quando um grupo de pessoas recebeu de *Solidariedad Internacional* as casas, se gerou conflitos com a população vizinha que não foi contemplada. Após sua criação, a Fundação construiu uma linguagem comum e entendimentos compartilhados entre a base, criando consensos capazes de mobilizar a modificação dessas situações por meio de ações coletivas e engajar as pessoas, incluindo a população vizinha, no bairro *La Gloria*. Eles perceberam a eficácia e as vantagens para todos, a partir daí o conflito se dilui.

Outro ponto a destacar é que mesmo se voltando para a defesa dos direitos das vítimas do deslocamento forçado, posteriormente a Fundação agregou as violências contra as mulheres e de gênero, a partir do que percebiam na incidência no território, do vínculo estabelecido com *Taller Abierto* e *Sisma Mujer*, e da abertura política com leis e suas oportunidades políticas.

6.6 Corporación Red Social de Mujeres Unidas Generadoras de Paz - Redmupaz

É uma organização sem fins lucrativos que busca alcançar a transformação social promovendo a participação ativa das mulheres em espaços de decisão para transformar realidades que permitam melhores condições de vida. Foi criada em 2015 por Celina Rosa como resultado de um projeto do *Ministério do Interior* que capacitava mulheres no direito e participação política. Em 2020, foi constituída formalmente. Iniciaram com 60 integrantes. Atualmente, tem 30 mulheres ativas.

Entre os repertórios de ação estão as palestras educativas, lúdicas, pedagógicas e encontros. Dos desafios relatados estão: fazer entender as violências cometidas contra as mulheres para elas mesmas, a insegurança, e o financeiro que é um limitador. Se reúnem de acordo com as demandas ou a partir de convocatórias e convites. As **palestras pedagógicas, lúdicas e educativas** são o modo de agir para compartilhar os direitos e aproximar as políticas públicas da população, por meio da informação e diálogo.

Figura 25. Palestra pedagógica em Carvoaria



Foto: autora

Ao acompanhar uma delas, realizada no dia 25 de março, em uma Carvoaria que tinha enfrentado um incêndio na semana anterior, observou-se que as integrantes, todas uniformizadas, chegaram ao local, compartilharam o caderno de assinatura, distribuíram máscaras e levaram roupas, sapatos e alguns alimentos para doação. Mais de 50 trabalhadoras (es) da Carvoaria participaram.

Figura 26. Carvoaria em Buenaventura



Foto: Isis Medeiros (2022)

A palestra iniciou com uma oração. Depois, se baseou em explicar a rota de atenção relacionada às vítimas de violência de gênero e explicar o violomentômetro e os tipos de violência contra as mulheres. Elas perguntaram quem sabia que agora Buenaventura tinha uma Secretaria das Mulheres, e ninguém sabia. Então, informaram como chegar, o que fazia e como podiam levar suas demandas até lá. Nos discursos, as trajetórias de vida e atuação foram ponte para conectar-se com o público.

Da oportunidade política mencionada pela liderança está a participação de *RedmuPaz* no processo de criação da *Secretaría de las Mujeres, Equidad de Género e Igualdad de Derecho* que se deu em 2019. No processo e luta para que tivesse a Secretaria em Buenaventura, a mudança de prefeito em 2019 foi uma importante abertura política para conseguirem a aprovação, quando uma mulher ocupou o cargo de prefeita por um curto período de tempo. Antes da Secretaria, a relação com outros atores consistia em participar de diferentes eventos de promoção de direitos, formação pedagógica e crescimento pessoal.

Entre as aliadas estão: *Fundaproductividad*, a *Secretaría de las Mujeres, Equidad de Género e Igualdade de Derechos del Distrito* e a *Alcaldía*. Em 2021, interagiram com a Comissão da Verdade participando do processo de narrar as violências a partir da resistência e resiliência que gerou o informe final. Os atores mencionados foram agrupados no Quadro 14, que mostra um esboço dessas relações que foram percebidas e interpretadas, mas salienta-se

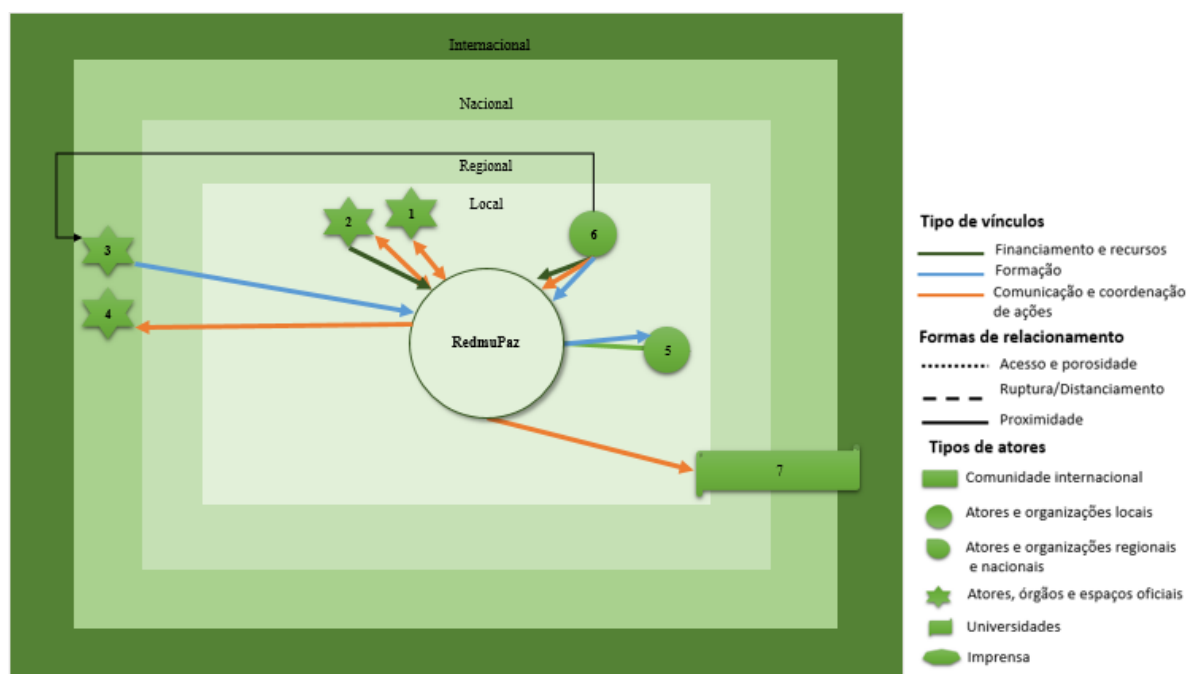
que *RedmuPaz* e o vínculo com *Fundaproductividad* permite interações em diferentes escalas e atores.

Quadro 14. Atores identificados *RedmuPaz*

Atores e instâncias oficiais	Atores e organizações civis
1. Prefeitura	5. Pessoas em situação de vulnerabilidade social
2. <i>Secretaria de las Mujeres, Equidad de Género e Igualdade de Derechos del Distrito</i>	6. <i>Fundaproductividad</i>
3. Ministério do Interior	
4. Comissão para o Esclarecimento da Verdade	

Fonte: elaboração própria a partir de entrevista

Figura 27. Mapa de atores *RedmuPaz*



Fonte: autora, a partir das entrevistas

No caso de *Redmupaz* percebe-se menos vínculos mencionados, sendo *Fundaproductividad* sua principal aliada. A seta sinaliza que é a partir desta que se insere em um projeto do *Ministério do Interior* e posteriormente conforma a organização. Há também uma relação de proximidade com espaços e atores oficiais como a *Secretaria de las Mujeres, Equidad de Género e Igualdade de Derechos del Distrito* e a Prefeitura, diferente da maioria. O acesso à recursos vem por meio de editais, convocatórias e projetos que participam. Proponho a leitura das MIACs no quadro a seguir.

Quadro 15. MIAC *Redmupaz*

Diagnóstico	Prognóstico	Motivacional/Agência	Oportunidades
<ul style="list-style-type: none"> • Guerra • Vulnerabilidade social e econômica 	<ul style="list-style-type: none"> • Ocupar espaços de decisão • Capacitar pessoas no acesso aos seus direitos e às políticas públicas <p>Repertórios</p> <ul style="list-style-type: none"> • Incidência política e institucional • Formação • Eventos 	<p>Identidade coletiva</p> <ul style="list-style-type: none"> • Construtoras de paz <p>Incentivos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reconhecimento como atores sociais e políticas • Conformação de vínculos • Transformações das situações injustas <p>Desvantagens</p> <p>Insegurança pela exposição à violência</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Mudança de prefeitos em Buenaventura em 2019 • Ministério do Interior • Conformação de vínculos e redes <p>Restrições:</p> <p>Violência como repressão</p>

Fonte: elaboração própria, a partir de entrevista

Para a proposta das MIACs, percebe-se que *RedmuPaz* se identifica como construtoras de paz que atuam desde si e expandem para suas famílias e território, buscando exercer pedagogias que fortaleçam as capacidades individuais e contribua com o crescimento de cada pessoa para possibilitar uma transformação coletiva, seja pelo acesso e conhecimento aos direitos ou o apoio à projetos individuais e coletivos. Ao atender a população em situação de vulnerabilidade, aliam ações sociais e assistenciais como doações, além de estar aliado com a religião e o entendimento de compromisso cristão. Esta pode ser uma forma estratégica de prestar assistência e de gerar interesse para ouvirem as propostas e informações levadas por elas. Não se mencionou atribuição a oponentes específicos para além da “guerra”, assim como os problemas identificados são amplos.

6.7 *Fundaproduktividad*

No bairro *Pueblo Nuevo*, na zona urbana de Buenaventura, está a sede da *Fundaproduktividad*, a *Fundación Social Para la Productividad*, uma entidade sem ânimo de lucros que reúne artesãs e artesãos de Buenaventura para formação e comercialização de produtos feitos a mão desde 2000. Trabalham com a população indígena, afrodescendente e mestiça do Pacífico Colombiano, e já são cerca de 180 famílias associadas, cerca de 1000 pessoas alcançadas em 22 anos de atuação. (FUNDAPRODUCTIVIDAD, [s.d.]

Foi fundada por Sandra Sinisterra, que descreveu como objetivo apoiar vítimas de violência de gênero por meio de artesanatos e processos culturais e de empreendedorismo, buscando o sustento e desenvolvimento econômico e social delas e de suas famílias. A iniciativa teve início em 1999, na casa da fundadora. Motivada a intervir nas violências de gênero contra as mulheres e para promover autonomia financeira para ela e outras, começou a ensinar artesanato. Em 27 de janeiro de 2000, criou oficialmente *FundaProductividad*.

Figura 28. Sandra Sinisterra na sede de *Fundaproduktividad*



Foto: Isis Medeiros

Por uma parceria, conseguiram um escritório no bairro *Pueblo Nuevo*, que aos poucos foi montado com o apoio de amigos e integrantes e se tornou espaço de encontro, formação e de comercialização de produtos. Iniciaram com aulas na sede e com a incidência em bairros. O aumento da violência, e o desaparecimento forçado de uma aluna, tornaram as ações em bairros inviáveis. Começaram a participar de projetos e por meio deles e de doações comprando o que era necessário para estruturar o espaço.

Em 2006 e 2007 incluíram o tema de defesa dos direitos das mulheres e participaram de ações coletivas de outras redes de organizações em manifestações e ações de confronto. Com a Lei 1257, de 2008, que decretou normas de sensibilização, prevenção e sanção de formas de violência e discriminação contra as mulheres para garantir os direitos humanos e uma vida livre de violências, a fundadora mencionou que encontrou um dos propósitos da Fundação, pois o que deu sentido ao que realizavam foi saber que esse trabalho é uma ferramenta na luta contra

as violências de gênero e sexual ao possibilitar autonomia financeira às famílias (COLOMBIA, 2008).

Os repertórios de ação de *Fundaproductividad* são voltados a fortalecer empreendimentos, formação em artesanato, apoio na comercialização de produtos, criação de feiras e eventos, luta pela igualdade de gênero e de oportunidades e incidência política. Ao promoverem diferentes eventos na cidade para incentivar os empreendimentos, mobilizar a “cultura do Pacífico colombiano”, se reconhece e se valoriza os saberes tradicionais. Nas publicações online levantadas (Ver Anexo A) que mencionam *Fundaproductividad*, no período de 2017 a 2022, compartilham os eventos como “empoderamento da mulher afro pela estética”, e o “*viche* como patrimônio cultural”.

Uma das conquistas que a Fundação faz parte é o reconhecimento do *viche* como uma bebida ancestral do Pacífico. O *viche* é um destilado de cana de açúcar, que se assemelha no paladar à cachaça brasileira, e é produzido de maneira artesanal, com seu modo de fazer sendo repassado de geração a geração e tem cerca de 85% das mulheres como produtoras (GOBERNACIÓN DEL VALLE, 2019). Em 2019, *Fundaproductividad* participou da criação da *Mesa intersectorial por la defensa del viche/biche* para proteção, conservação do patrimônio e tradições ancestrais da costa do Pacífico (CORTE CONSTITUCIONAL, 2019) e com o intuito de possibilitar a exportação.

Em 2021, o Congresso da República decretou a Lei 1258 de 2021 que reconhece, impulsiona e protege o *Viche* e seus derivados como bebidas ancestrais, artesanais, tradicionais e patrimônio coletivo das comunidades negras afro-colombianas da Costa do Pacífico colombiano (MINISTERIO DE CULTURA, 2021; COLOMBIA, 2021). A partir disso, a Fundação tem uma de suas afiliadas, Lucía Solis, como a primeira que registrou a sua marca de *viche* como bebida ancestral. A relação construída junto a outras organizações demonstra que para além de acessar oportunidades políticas, *Fundaproductividad* tem trabalhado para criá-las.

Quero e desejo que a partir da Fundação possamos iniciar um processo de internacionalização dos produtos, dos conhecimentos (...). Queremos seguir ajudando mais. Queremos que a comunidade internacional olhe para Buenaventura e olhe para suas organizações, que quando cheguem a Buenaventura para fazer projetos, procurem as organizações mais que a institucionalidade. A institucionalidade tem que ser feita porque é a dona da casa, mas quem realmente está fazendo o trabalho nos bairros são as organizações, porque a gente se insere e porque sabemos. (SINISTERRA, 2022, tradução própria)¹²⁷

¹²⁷ *Quiero y deseo que desde la Fundación podamos empezar un proceso de internacionalización de los productos, de los conocimientos (...). Queremos seguir ayudando más. Queremos que la comunidad internacional mire Buenaventura y mire sus organizaciones, que si llegan a Buenaventura hacer proyectos busquen las*

Figura 29. Lucía Solís e garrafas de viche de sua marca registrada



Fonte: Semana Rural (2021), com foto de Fundación ACUA

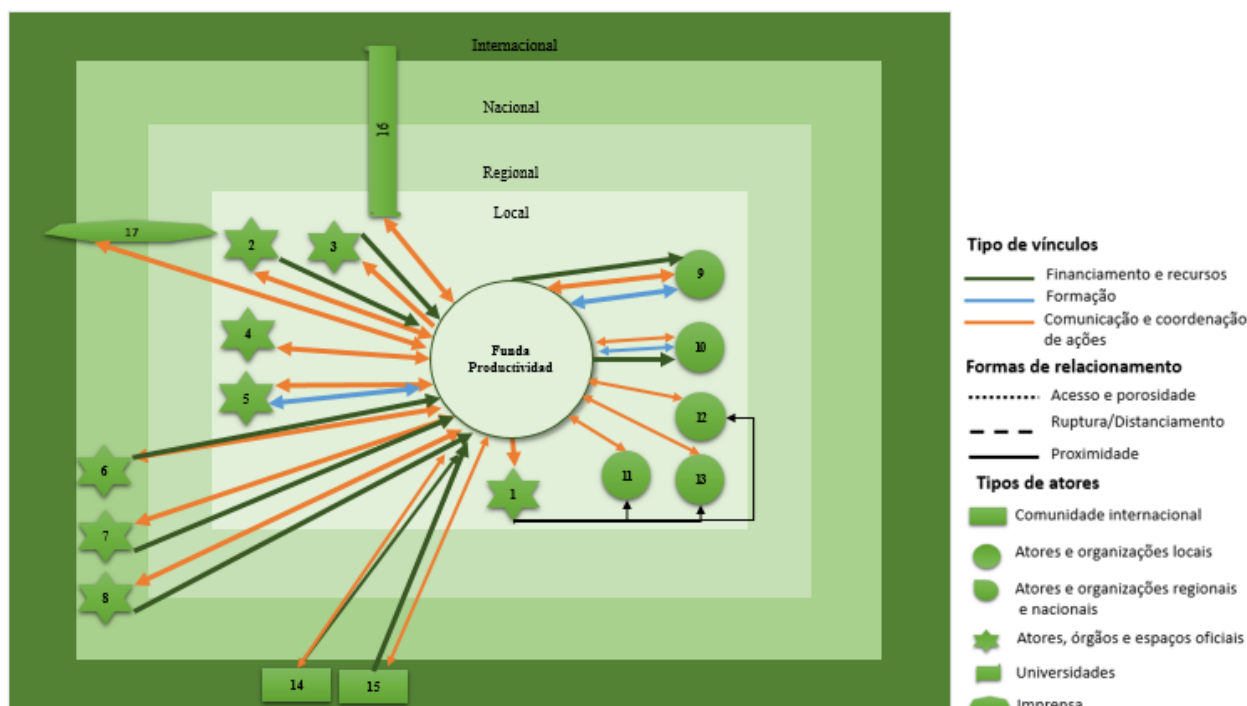
A partir dos dados da entrevista e das informações disponíveis no site da Fundação, foi possível identificar interações com os atores abaixo.

Quadro 16. Atores identificados *Fundaproductividad*

Atores e instâncias oficiais	Atores e organizações civis
<ol style="list-style-type: none"> 1. <i>Mesa Intersectorial de Protección y Promoción del Viche</i> 2. <i>Alcaldía</i> 3. <i>Gobernación</i> 4. <i>Fiscalía</i> 5. <i>Secretaria de las Mujeres, Equidad de Género e Igualdade de Derechos del Distrito</i> 6. <i>Ministerio da Cultura</i> 7. <i>Ministerio do Turismo</i> 8. <i>Artesanías Colombia</i> 	<ol style="list-style-type: none"> 9. <i>Emprendedoras (es) e artesãs (ãos)</i> 10. <i>Redmupaz</i> 11. <i>ASOPARUPA</i> 12. <i>Afro-Ácua</i> 13. <i>Fundación Sociedad Portuaria Buenaventura</i> 14. <i>Alianza por la Solidaridad</i> 15. <i>ONU Mulheres</i> 16. <i>Universidades</i> 17. <i>Imprensa</i>

Fonte: elaboração própria a partir de entrevista

organizaciones más que la institucionalidad. La institucionalidad debe hacerse porque sea el dueño de casa, pero quienes realmente estamos haciendo el trabajo en los sectores somos las organizaciones, porque nos metemos y porque sabemos. (SINISTERRA, 2022)

Figura 30. Mapa de atores *FundaProductividad*

Fonte: elaboração própria a partir de entrevista

Ao analisar com quem *FundaProductividad* interage, percebe-se uma relação de proximidade com atores e órgãos oficiais, principalmente relacionado à participação de convocatórias e execução de projetos. Foram mencionadas as contribuições da prefeitura, do governo estadual, dos Ministérios e de projetos realizados com a comunidade internacional, como ONU Mulheres. *Artesanía Colombia* e *Alianza por Solidaridad* são mencionadas no apoio a manutenção da sede da Fundação. Não foi possível identificar as organizações locais que se relacionam além de *RedmuPaz* (que surge com o incentivo da fundadora). Apresento no Quadro 17 a proposta de MIACs de *FundaProductividad*.

Quadro 17. MIAC *FundaProductividad*

Diagnóstico	Prognóstico	Motivacional/Agência	Oportunidades
<ul style="list-style-type: none"> ● Falta de oportunidades de trabalho e vulnerabilidade social <p>Outros</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Violências de gênero e sexual ● Conflitos territoriais 	<ul style="list-style-type: none"> ● Promover e fortalecer processos culturais e de empreendimento <p>Repertório:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Formação ● Incentivo e comercialização de produtos artesanais ● Feiras e eventos ● Incidência em espaços políticos e institucionais 	<p>Identidade coletiva</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Saber tradicional <p>Incentivos</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Reconhecimento dos processos culturais e saberes tradicionais ● Conformação de vínculos ● Autonomia Financeira <p>Desvantagens</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Insegurança pela exposição à violência 	<ul style="list-style-type: none"> ● <i>Mesa Intersectorial de Protección y Promoción del Viche</i> ● Conformação de redes e vínculos ● Lei 1257 de 2008 ● Lei 1258 de 2021 <p>Restrições:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Violência como repressão

Fonte: elaboração própria a partir das entrevistas

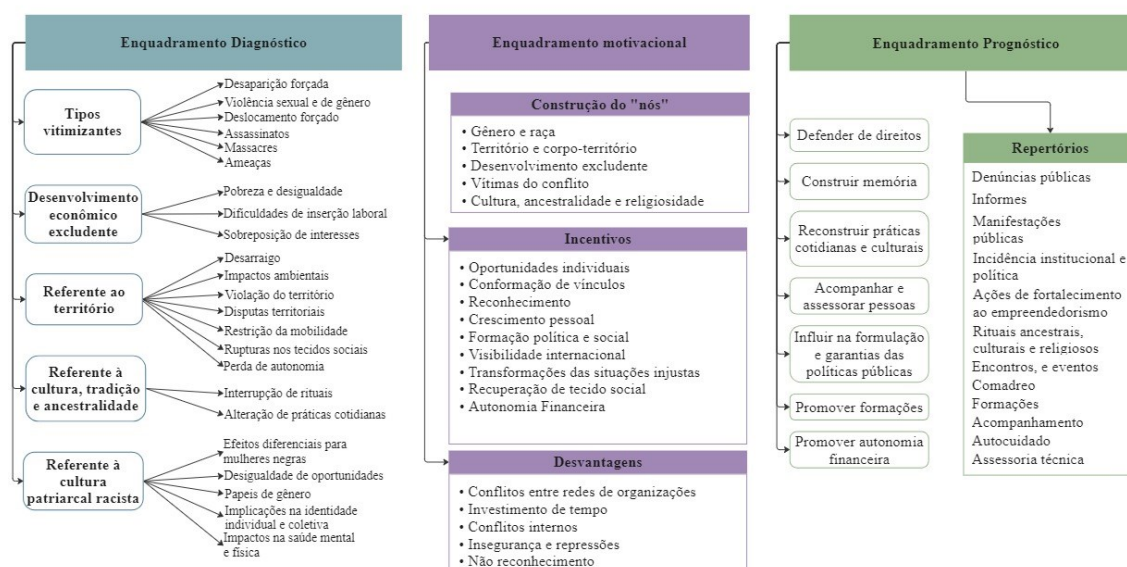
Em síntese, o prognóstico da Fundação está baseado em fomentar os processos culturais e de empreendimentos da população indígena, afro e mestiça do Pacífico colombiano. A atuação consiste desde a formação em artesanato ao apoio na criação de empresas, comercialização de produtos e participação e produção de eventos. A partir de oportunidades políticas como a Lei 1257 de 2008, se atribuiu um sentido mais definido do propósito da fundação, aliado a defesa dos direitos das mulheres. Buscam o reconhecimento e valor de cada uma frente a processos em que são diminuídas e a geração de bem-estar e autonomia financeira para famílias. *FundaProductividad* nutre um acesso estratégico à atores nacionais e internacionais por meio de projetos e parcerias que compartilham uma agenda em comum.

7 AS MOLDURAS INTERPRETATIVAS

Até aqui foi possível perceber que as organizações analisadas se consolidam em torno de diversos contextos, interesses, valores e modos de ver o mundo que estão relacionados a como percebem as “problemáticas” ou “injustiças”, como as modificam e o que motiva esse engajamento. Proponho uma leitura desse quadro geral e reforço que parte de uma interpretação a partir dos elementos observados na análise, sem a pretensão de representá-lo de modo integral.

As análises individuais já foram descritas mais detalhadamente, portanto este capítulo dedica-se a fornecer uma articulação dos resultados encontrados nos enquadramentos das MIACs e nos repertórios de ação coletiva, conectando os nós sem buscar uma interpretação que generalize. A Figura abaixo é resultado da análise categorial deste trabalho e da forma que foram organizadas as informações, conectando o marco teórico aos elementos que o campo apresentou.

Figura 31. Proposta de Molduras Interpretativas das Ação Coletivas



Fonte: elaboração própria a partir das entrevistas

De imediato, compartilho que a inferência é que as organizações se vinculam a um enquadramento mestre (master frame) de direitos e de identidade, que demonstra se consolidar em torno do território, gênero e raça, das vitimizações no conflito armado e da crítica às forças

do capitalismo por meio da noção de “desenvolvimento excludente”. Um enquadramento principal, ou *master frame*, abarca infinitos movimentos e organizações com interpretações compartilhadas na luta na qual se inserem e tem a mesma função, mas a diferença é a escala que é mais ampla, são mais genéricos e conectam padrões e acontecimentos no mundo, e por consequência mais flexíveis e inclusivos, permitindo que outros elaborem suas demandas a partir de um esquema básico de resolução de problemas (BENFORD; SNOW, 2000, p. 140).

Não foi uma surpresa que o diagnóstico apresentou tipos de violência no marco do conflito armado colombiano. Um pressuposto inicial era de que os tipos vitimizante eram os problemas centrais. No entanto, identificou-se que não são os únicos elementos, mesmo tendo saliência principalmente em organizações que demonstram uma especialização voltada para um tipo de violência específico, como é o caso de violência sexual e de gênero por *Red Mariposas de Alas Nuevas* e a Organização 7; os massacres na *Asociación de Mujeres y Hombres de Triana*; assassinatos e desapareção forçada em *Madres por la Vida* ou o deslocamento forçado em *Fundación de Desplazados del Pacífico Colombiano*.

Para chegar até essa interpretação busquei reorganizar as codificações por núcleos temáticos. Inicialmente, estavam agrupadas por tipos vitimizante. Nas revisões categoriais pôde-se perceber outros sentidos embutidos que organizei em cinco grupos: referente às demandas relacionadas ao território (*desarraigo*, impactos ambientais, violação do território, disputas territoriais, mobilidade, ruptura nos tecidos sociais, e perda de autonomia), à cultura patriarcal e racista (efeitos diferenciais para as mulheres negras no marco do conflito, desigualdade de oportunidades, papéis de gênero, implicações na identidade individual e coletiva de quem se é, o que se sente e o que se pensa, impactos na saúde mental e física); às irrupções na cultura, tradição e ancestralidade (interrupção de rituais e alteração nas práticas cotidianas); o desenvolvimento econômico excludente (pobreza e desigualdade, dificuldades de inserção laboral, sobreposição dos interesses); e os tipos vitimizantes.

Não busquei segmentar os “problemas”, pois estão intrinsecamente vinculados, mas identificou-se que a identidade de pessoas “vítimas” e os diagnósticos e prognósticos relacionado a um tipo de vitimização estão mais presentes nas articulações jurídicas, políticas e institucionais salientando o que esses espaços reconhecem. Os outros problemas identificados adquirem uma maior relação a como as pessoas são impactadas em suas vidas cotidianas. Nos próximos itens apresento as interpretações que respondem ao primeiro objetivo específico desta pesquisa, o de reconhecer as MIACs, identificar os elementos que as compõe, e como se estruturam nas organizações.

7.1 Enquadramento diagnóstico

O objetivo foi sistematizar e relacionar as experiências e situações que as sete organizações estabelecem como “problemas”, compondo um enquadramento diagnóstico, que é a primeira das três tarefas centrais propostas por Snow e Benford (2000) ou de injustiça como Gamsons (1995) propôs, e a quem atribuem a responsabilidade (quando apresentaram um responsável). Primeiro, retomo o quadro geral, sintetizado os diagnósticos, e depois destacarei três: as violências raciais e de gênero; ao território; e o desenvolvimento excludente.

Quadro 18. Enquadramento diagnóstico das organizações

Organização	Saliência	Outros	Oponentes
<i>Asociación de Mujeres y Hombres de Triana</i>	<ul style="list-style-type: none"> ● Recuperação e reconstrução de práticas culturais, ancestrais e religiosas ● Construção de memória ● Defesa de direitos 	<ul style="list-style-type: none"> ● Violência sexual ● Impactos ambientais ● Impactos laborais ● Conflitos territoriais 	<ul style="list-style-type: none"> ● Narcotráfico ● Paramilitares ● Estado ● Guerrilha ● Delinquência organizada ● Desenvolvimento econômico ● Mineração em grande escala
<i>Fundación de Desplazados del Pacífico Colombiano</i>	<ul style="list-style-type: none"> ● Deslocamento forçado ● Violência de gênero e sexual 	<ul style="list-style-type: none"> ● <i>Desarraigo</i> ● Desintegração familiar ● Empobrecimento ● Insegurança alimentar ● Cultura patriarcal e racista 	<ul style="list-style-type: none"> ● Estado ● Atores armados ● Desenvolvimento econômico ● Política de combate à fumigação ● Cultura patriarcal e racista
<i>Madres por la Vida</i>	<ul style="list-style-type: none"> ● Desaparição forçada, assassinatos seletivos e deslocamento forçado ● Mudança nas práticas cotidianas 	<ul style="list-style-type: none"> ● Cultura patriarcal racista ● Conflitos territoriais ● Ameaças ● Violência de gênero e sexual ● Deslocamento forçado ● Recrutamento de crianças e adolescentes 	<ul style="list-style-type: none"> ● Atores armados ● Paramilitares ● Cultura patriarcal e racista ● Estado ● Desenvolvimento econômico excludente e megaprojetos
Organização 7	<ul style="list-style-type: none"> ● Violências de gênero e sexual ● Igualdade de oportunidades e de gênero 	<ul style="list-style-type: none"> ● Impactos ambientais ● Não reconhecimento do território coletivo ● Pobreza ● Conflitos territoriais ● Mudança nas práticas cotidianas ● Cultura patriarcal e racista 	<ul style="list-style-type: none"> ● Narcotráfico ● Paramilitares ● Estado ● Atores armados ● Delinquência organizada ● Grandes empresas e hotéis ● Moradores ● Turistas ● Mineração em grande escala

			<ul style="list-style-type: none"> • Conselho Comunitário de <i>Ladrilleros</i>
<i>Red Mariposas de Alas Nuevas de Alas Nuevas Construyendo Futuro</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Violências (racistas, patriarçais, militaristas, classistas e capitalistas) contra às mulheres 	<ul style="list-style-type: none"> • Conflitos territoriais • Desenvolvimento excludente 	<ul style="list-style-type: none"> • Narcotráfico • Paramilitares • Atores armados • Estado • População • Cultura patriarcal racista, heterossexual e cisnormativa
<i>RedmuPaz</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Guerra • Vulnerabilidade social e econômica 		<ul style="list-style-type: none"> • Guerra • Cultura machista
<i>FundaProductividad</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de oportunidades de trabalho • Desigualdade social 	<ul style="list-style-type: none"> • Violências de gênero e sexual • Conflitos territoriais 	

Fonte: elaboração própria a partir das entrevistas

Snow e Benford (2000) apresentaram que entre as quatro variações que os marcos de enquadramento podem apresentar está o grau de ressonância. Durante as entrevistas, diversos tipos de problemas e injustiças foram relatados pelas interlocutoras, mas nas organizações há uma delimitação. No Quadro acima, buscou-se retomar uma perspectiva geral do que se sobressai nos problemas e injustiças diagnosticadas, e a menção e reconhecimento de outros problemas e dos oponentes mencionados.

7.1.1 Violências raciais e de gênero

O corpo ocupa um papel central nas situações referenciadas. Nas trajetórias individuais das lideranças entrevistadas, o racismo as **violências de gênero e sexuais** são mencionadas, vivenciada por elas ou por integrantes das organizações, e as últimas compõe o enquadramento diagnóstico dos **tipos vitimizantes**. Ao chegar em Buenaventura, acompanhei no dia 8 de março de 2022 o evento em celebração ao dia da mulher trabalhadora, promovido pela *Secretaría de las Mujeres, Equidad de Género e Igualdad de Derechos* em conjunto com diferentes organizações, e houve uma manifestação em via pública. Tinham assassinado e desmembrado o corpo de Lina Liceth de 22 anos no dia 1 de março (BUENAVENTURA EN

LINEA, 2022). “Que nos oigan. *Tocaron a Lina, nos tocaron a todas!*”, eram as palavras de ordem proferida por crianças, adolescentes, adultos e pessoas idosas, de diferentes gêneros.

Figura 32. Manifestação em memória de Lina



Fonte: autora (2022)

Para o CNMH (2015) o desmembramento é um repertório violento com uma carga simbólica. Para além do assassinato, o desintegrar o corpo de uma mulher pode ter o intuito de aniquilar o individual e o coletivo. Assim não é matar uma pessoa, mas o projeto de matar uma comunidade. Os impactos refletem no corpo, na identidade e nas relações familiares e comunais.

Como se vê, o extermínio da população não é mais suficiente (Segato, Rita Laura, 2006), agora os atores armados procuram dominar a população através da exibição permanente de sua força e poder ilimitado que permite minar a resistência e a resposta capacidade das pessoas, atacando e enfraquecendo suas crenças, seu modo de existir e as relações que sustentam seu mundo, no qual a mulher desempenha um papel fundamental. (CENTRO NACIONAL DE MEMORIA HISTÓRICA, 2015, p. 295, tradução própria¹²⁸)

¹²⁸ Como puede evidenciarse, el exterminio de la población ya no es suficiente (Segato, Rita Laura, 2006), ahora los actores armados buscan lograr la dominación de la población a través de la permanente exhibición de su fuerza y poder ilimitado que permita socavar la resistencia y la capacidad de respuesta de la gente, atacando y debilitando sus creencias, su forma de existir y las relaciones que soportan su mundo, dentro del cual las mujeres cumplen un papel fundamental. (CENTRO NACIONAL DE MEMORIA HISTÓRICA, 2015, p. 295)

As interlocutoras nomeiam que seus corpos se transformaram em instrumentos de guerra: “é que nos veem como despojo de guerra”¹²⁹; “um objeto, uma bola de futebol para os homens, um despojo de guerra”¹³⁰. Como se expressa no caso de uma das interlocutoras que foi vítima de um estupro coletivo cometido por paramilitares do *Bloque Calima* em 2004. Já mencionamos¹³¹ a violência contra às mulheres aliada a perda de autonomia econômica e a forma de repressão por parte do cônjuge. Outros relatos mencionam ameaças, violência, racismo e sexismo relacionadas ao ser líder e defensora dos direitos humano.

(...) É muito mais perigoso porque uma coisa é ser líder e outra é ser defensor de direitos, e nós somos as duas, defendemos direitos e somos líderes. (MALAIKA, 2022, tradução própria)¹³²

(...) No *El Ruiz*, o grupo armado estuprou uma menina e eu vi. (...) Então, essas coisas também me atravessam porque é, é, é alguma coisa, um, um sinal direto para mim, porque foi perto da minha casa. E quem fez isso estava olhando para a minha cara, do jeito que você está olhando para mim, me entende? Então, como mulher, isso me atravessa porque eles estão me enviando um sinal. A mim me dizem “negra filha da puta, negra sapa, já verá de que raça”. É verdade, eu sou esta mulher negra, sapa, como nos chamavam na escravidão. (JADE, 2022, tradução própria)¹³³

E nós, os líderes, temos que ficar calados para poder sobreviver porque vivemos em lugares onde, apesar dos acordos, o conflito ainda prescreve. Estão os atores armados, e ainda piores. E então é o que ela diz, você tem que seguir, minha filha. Se eu não dou a menina bonita para eles, então eles me levam. (...) Pois, eu dou graças a Deus pela sabedoria que Ele colocou em mim, porque já me fizeram vários ultimatos. E o último dos ultimatos era para eles me estapassem, me picassem e me fizessem desaparecer. (LUZ DARY, 2022, tradução própria)¹³⁴

Fica muito difícil quando todos os dias um escuta que mataram um líder, é como quando você pega uma borboleta e corta suas asas. Bom, vão matar todas as borboletas. Então, quem vai voar? No entanto, a borboleta está botando os ovos para que nasça uma borboleta para continuar o trabalho.¹³⁵ (SAMARIA, 2022, tradução própria)

¹²⁹ *Es que nos ven como botín de guerra* (JADE, 2022).

¹³⁰ *Un objeto, un balón de fútbol para los hombres, un balón de guerra* (ESMERALDA, 2022).

¹³¹ Mencionado por Organização 7.

¹³² (...) *es mucho más peligroso porque una cosa es ser líder y otra cosa ser defensor de derechos. Y nosotras somos las dos, defendemos los derechos y somos líderes.* (MALAIKA, 2022)

¹³³ (...) *en El Ruiz el grupo armado violó a una muchacha y entonces yo lo vi. (...) Entonces, esas cosas también me atraviesan, porque es, es, es algo, una, una señal directa para mí, porque fue cerca de mi casa. Y el que lo hizo me estaba viendo la cara fijamente, como tú me estás viendo. ¿Me entiendes? Entonces como mujer me atraviesa eso porque me están mandando una señal. (...) A mí me dicen “negra hijo de puta, negra sapa, ya verá de qué raza”. Es cierto, soy esa mujer negra, sapa, como nos decían en la esclavitud.* (JADE, 2022)

¹³⁴ *Y nosotros, los líderes, tenemos que quedarnos callados para poder sobrevivir porque vivimos en los lugares donde todavía, a pesar de los acuerdos, prescribe el conflicto. Están los actores armados y peores todavía. Y entonces es lo que ella dice hay que seguir mi hija, si la niña bonita no la doy, entonces yo me quitan. (...) Pues yo le doy gracias a Dios primero por la sabiduría que Él ha puesto en mí, porque a mí se me hicieron varios ultimátums. Y el último de los ultimátums era para que me violaran, me picaran y me desaparecieran.* (LUZ DARY, 2022)

¹³⁵ *Nos queda muy duro cuando todos los días uno oye que matan a un líder, como cuando usted coge una mariposa y le está dando a cortar las alas. Bueno, te van a matar todas las mariposas. Entonces, quién va a volar? Pero sin embargo, la mariposa está poniendo los huevos para que nazca una mariposa para seguir el trabajo.* (SAMARIA, 2022)

Das cometidas por pessoas com quem estavam em uma relação foram relatados três casos de violência de gênero contra as mulheres. Jade teve seu nariz arrancado numa mordida em dezembro de 2001. Quando menciona que seu marido a agredia, na próxima frase descreve o trabalho comunitário. Ao retornar, relembra o retorno da guerra.

Esse macho começa a me bater, a me maltratar. Comecei a fazer incidências, a falar com os vizinhos, a fazer *mingas*. (..) E eu comecei o meu caminho e meu marido a me bater, a me bater. Em 2000, a guerra volta (JADE, 2022, tradução própria).¹³⁶

Defendo a proposta de não ver a violência intrafamiliar isolada do conflito armado, mas conectada como sugere Lozano (2016), pois é um alinhamento presente nos discursos das interlocutoras que ao mencionarem os tipos de violência fazem conexões com a guerra, a liderança, os impactos de um desenvolvimento econômico excludente que reproduz trabalhos exaustivos e pouco rentáveis para elas dificultando a autonomia financeira, e os obstáculos de acesso às políticas públicas. Neste sentido, Lozano (2016, p. 116) sugere ir além do entendimento da violência como a expressão de uma cultura violenta e do machismo dos homens negros, pois essa noção é estratégica e sistemática para esvaziar os territórios da população ancestral e os culpar.

Elas mencionam o controle do corpo, a perda de autonomia, os impactos na saúde mental e o trauma. Percebe-se pistas nos discursos como a subordinação de gênero, na qual há sentimentos de culpa, medo, mas também articulam em conjunto os processos de reexistir a esse tipo de violência. Das demandas mencionadas à violência sexual e de gênero estão a necessidade de conscientização dos direitos; atendimentos adequados, que não reproduzam e culpabilizem as vítimas; a responsabilização legal dos responsáveis para que não fiquem impunes¹³⁷; a promoção de autonomia financeira que possibilite a saída de situações de violência de gênero¹³⁸; a criação e recursos para espaço de acolhimento das vítimas¹³⁹. A definição de um oponente neste enquadramento parte das experiências das lideranças que mencionam a cultura patriarcal e racista, pessoas com quem se relacionam, paramilitares e atores armados, o Estado. Todas inserem a violência de gênero e sexual enquanto um tipo de

¹³⁶ Este macho empieza a golpearme, a maltratarme. Empecé a hacer incidencias, a hablar con los vecinos, a hacer mingas. (..) Y empecé mi andar y mi esposo a golpearme, a golpearme. En el 2000 vuelve la guerra (JADE, 2022).

¹³⁷ Mencionado por Organização 7, *Madres por la Vida, Red Mariposas, Fundación Desplazados del Pacífico Colombiano*.

¹³⁸ Mencionado por *Fundaproductividad, RedmuPaz*.

¹³⁹ Mencionado por Organização 7 e *Red Mariposas*.

violência no marco do conflito armado, mas não deixam de relacionar com a cultura patriarcal, racista e classista¹⁴⁰.

Saliento também que a **cultura patriarcal e racista** é mencionada ora como oponente e ora com ponto o problema/injustiça. Todas as interlocutoras que mobilizam o tema mencionam se inserir nesse sistema demonstrando os esforços de transformar nelas e em suas famílias aspectos que se relacionam com essa cultura. Aliada a ela, apontaram o apagamento do protagonismo das mulheres negras, de implicações no autorreconhecimento e em identidades individuais e coletivas, da desvalorização dos modos de pensar, ser e saber e como isso impacta o cotidiano.

Da noção de gênero e raça que estabelece o que é próprio de um ou de outro, as interlocutoras mencionaram o não reconhecimento delas enquanto construtoras de paz e do território, e expressam as reivindicações contra os papéis delegados a elas como mulher, filha, mãe, esposa, o espaço doméstico e o sexo, associados à posição que ocupam na sociedade, a raça, a divisão social do trabalho, a sexualização de seus corpos. Buscando, assim, o reconhecimento do protagonismo delas e de outras no papel de construção no território.

A noção da mulher relacionada ao imaginário social como possuindo atributos diferenciados para essas tarefas parte de estrutura presente na sociedade patriarcal pela qual se “produz uma visão hierárquica e dualista de mundo, na qual os homens seriam superiores por sua racionalidade e as mulheres tidas como inferiores e associadas por eles aos sentimentos e a emoção” (KUHNEN, 2014, p. 2). Ressalta-se que nesse sistema, inserem-se todas as pessoas e não só homens, na reprodução dos sentidos e em suas atribuições.

(...) nossa cultura sempre nos ensinou que quem tem que estar no seu lugar é a mulher. (MARGARIDA, 2022, tradução própria)¹⁴¹

Isso permitiu que as mulheres nos empoderássemos, que víssemos que não servíamos somente para lavar e passar, mas do que as mulheres eram feitas e que as mulheres, sim, têm uma liderança, mas que o machismo, o sexismo e o racismo não nos permitiam exercer por causa do patriarcado. (MALAIKA, 2022, tradução própria)¹⁴²

¹⁴⁰ Esta é mencionada por *Madres por la Vida e Red Mariposas*.

¹⁴¹ (...) nuestra cultura siempre nos ha enseñado que la mujer es la que tiene que estar en su lugar. (MARGARIDA, 2022)

¹⁴² Eso permitió que las mujeres nos empoderamos, que no solamente servíamos para lavar y a planchar, sino que las mujeres, sí, teníamos un liderazgo, pero que el machismo y el sexismo y el racismo no nos permitían ejercer por ese patriarcado que existía. (MALAIKA, 2022)

Lozano (2016) ressalta que é preciso considerar as atividades no lar das mulheres negras do Pacífico não exclusivamente como trabalho doméstico, mas também como espaço produtivo, na qual desenvolvem diferentes tipos de negócios, pois acaba sendo invisibilizado estatisticamente enquanto desempenham um papel de trabalho relevante no Pacífico. “*Lo cierto es que el hogar es un lugar de “no-trabajo” para los hombres en tanto son muy pocos los espacios de no-trabajo para las mujeres*”. Para a autora, o trabalho coletivo foi a forma que mulheres e homens negros historicamente encontraram para a construção de seus mundos frente ao sistema de escravização e o contexto do Pacífico colombiano (LOZANO, 2016, p. 159; RESTREPO, 2011).

Outro ponto em comum entre três¹⁴³ interlocutoras é a **crítica da reconfiguração das categorias étnico-raciais** como um modo do Estado enfraquecer a população. Na Colômbia, a população étnica¹⁴⁴ foi reconhecida na Constituição de 1991. Além da população indígena, há a população *Gitana* ou *Room*, e a população negra, afro-colombiana, *raizal* e *palanqueira* (NARP), categorias que influenciaram na formação de uma linguagem institucional que se tornou a porta de acesso ao reconhecimento e a recursos para as pessoas e organizações a partir da lei 70.

Se por um lado, há quem defenda a criação dessas categorias como um modo de enfrentamento ao modelo branco hegemônico de classificar, nomear e organizar as pessoas por contemplar os diferentes processos sociais e culturais, há disputas em torno das classificações e entre quem classifica (WADE, 2017). A crítica delas é a fragmentação, diferente da classificação indígena que abarca diferentes etnias dentro de uma unidade, considerado por elas como uma estratégia mais funcional para articular com o governo. Esse entendimento fica mais evidente ao observar os trechos abaixo:

Todos somos o mesmo porque temos sofrido o mesmo de uma ou outra forma, mas que no meu país, na minha Colômbia, exista esse *raizal*, *palenqueros*, negros e afro-colombianos entre nós, mas frente ao governo vamos escolher uma posição política que nos una a todos e assim o governo não nos fragmentará mais do que nós já estamos porque se continuarmos com esses quatro vamos continuar divididos, cada um puxando de um lado. Se todos queremos nos chamar de negros, negros! Se queremos nos chamar de afro-colombiano, ainda que eu não goste porque o afro está entrando todo mundo,

¹⁴³ Luz Dary, Malaika e Jade (*Madres por la vida* e *Red Mariposas de Alas Nuevas*)

¹⁴⁴ O informe da Comissão da Verdade caracteriza essa diferenciação: comunidades negras são apresentadas como as descendentes de pessoas escravizadas que chegaram e se estabeleceram em diferentes territórios do país; população *raizal* é a nativa das ilhas de San Andrés, Providencia e Santa Calalina, descendentes de europeus e de pessoas escravizadas africanas, sendo que no censo de 2018 se registrou que representam 0,05% da população nacional; população afro-colombiana é composta por pessoas nascidas na Colômbia, mas com raízes e ascendência étnica e cultural africana.

mas, então, isso. Que nos reconheçamos negros de verdade, se não gostamos de “negro” que inventemos outro que nos inclua a todos. (MALAIKA, 2022, tradução própria)¹⁴⁵

Porque eles [indígenas] sempre trabalham a união. Para gente falta um pouco de união porque a Lei 70 nos divide. Não podem me dizer que se você é afrodescendente ou negro, que o outro é *palenquero*, que o outro é *raizal*, que o outro é o que seja. Não! Somos todos negros! Quando eles nos colocam tudo isso, nos dividem e nos fazem brigar entre nós. (...) O mesmo Estado que não é estúpido, divide as comunidades (...). É uma estratégia do Estado apoderar-se, porque quando ele entregou as terras para os negros, o que nós fizemos? Nós lhe deixamos a riqueza. E nós estamos sentados na mina de ouro. Essas terras que tem essa menina onde hoje ela não pode exercer sua identidade, de ser mulher negra. (LUZ DARY, 2022, tradução própria)¹⁴⁶

As interlocutoras reconhecem a fragmentação da população negra a partir dessas classificações como estratégia para enfraquecer o “nós”. Para elas, isso dificulta os processos de diálogo e lutas de modo único como gente negra. O desejo de uma categoria que contemple a todos e facilite a luta tem uma similaridade com a de um movimento percebido por pesquisadoras (es) que é o de se afastar de posições fixas e ligar-se às identidades de diáspora¹⁴⁷, caminhando para além do ser “negra (o)” o uso do afro, inserido dentro de um grupo mais amplo que pode facilitar os engajamentos e combates do racismo em diferentes âmbitos, conectando a discussão global (GONZALEZ et al. 2020; GUERREIRO, 2009 apud REIS, 2011, p. 121).

Quando Malaika mencionou a necessidade de unidade, na qual diferentes grupos étnicos-raciais reconhecem suas diferenças, mas atuam conjuntamente diante de autoridades

¹⁴⁵ *Todos somos lo mismo porque todos hemos sufrido de una u otra manera lo mismo, pero que, en mi país, en mi Colombia, exista ese raizal, palenqueros, negro y afro-colombianos para nosotros. Pero ante el gobierno escojamos una postura política en donde nos una a todos y así el gobierno no nos fragmente más de los que estamos, porque si seguimos con esos cuatro vamos a seguir divididos, cada uno jalando por un lado. ¡Si todos nos queremos llamar negros, negros! Si todos los que queremos llamar afro-colombiano, aunque no me gusta porque los afro se está metiendo todo el mundo, pero, entonces, eso. Que nos reconozcamos negros de verdad, si no nos gusta la clase de negro, que nos inventemos otra que nos incluya a todos* (MALAIKA, 2022).

¹⁴⁶ *Porque ellos [indígenas] trabajan siempre las juntanzas. A nosotros nos falta un poco la juntanza porque la Ley 70 nos divide. A mí no me pueden decir que si usted es afrodescendiente o es negro, que el otro está palenquero, que el otro es raizal, que el otro es de lo que sea. ¡No! Somos negros todos! Cuando nos ponen todo eso nos ponen a dividir y nos ponen a pelear entre nosotros. (...) El mismo Estado que no es pendejo, divide a las comunidades. (...) Es una estrategia del Estado para coger, porque cuando ya él les entregó las tierras a los negros, ¿qué hicimos? Le hemos dejado la riqueza. Y nosotros estamos sentados en la mina de oro, esas tierras que tiene esa niña allá donde hoy día no puede hacer su ejercicio de identidad, de ser de mujer negra* (LUZ DARY, 2022).

¹⁴⁷ *Lélia Gonzalez propôs o uso da categoria amefricana. Para ela, o termo “permite ultrapassar as limitações de caráter territorial, linguístico e ideológico, abrindo novas perspectivas para um entendimento mais profundo dessa parte do mundo onde ela se manifesta: A AMÉRICA como um todo (Sul, Central, Norte e Insular)”. Essa noção coloca a exploração de classe e discriminação racial como elementos básicos da luta comum de pessoas pertencentes a uma etnia. Para além da especificidade geográfica, Gonzales entende que a categoria contempla “todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas) que é afrocentrada”. (GONZALEZ et al. 2020, p. 135)*

como um só, também comenta que não gosta da categoria “afro” porque todo mundo se insere nela. Esse comentário dá pistas do conflito entre aliar a luta global ou local.

Por último, elenco os efeitos diferenciais do conflito armado. Chamo a atenção do impacto da guerra nas reconfigurações familiares. Esta é mencionada relacionada ao assassinato das pessoas com quem se relacionavam e do deslocamento forçado, por vezes juntos, que as levaram a serem as pessoas responsáveis integralmente pela sobrevivência familiar e a lidarem com as reconfigurações familiares — mencionada como não reparável, pois não é possível recuperar o tempo e as consequências de fraturas nos vínculos familiares. Outra situação são as mudanças dos projetos de vida frente a necessidade de articular transformações devido à guerra.

(...) ao assinar os acordos o que queríamos? Ter uma paz. O que queríamos?! Quando eu digo que o rosto de uma mulher é o rosto da paz é por isso porque quem sofre as consequências desta guerra somos nós, as mulheres. Eles nos colocaram nesse papel sem necessidade. Sem contar para nós tivemos que nos tornar advogadas sem ser advogada, a deixarmos de ser, a nos capacitarmos e nos esforçarmos para poder traçar uma meta diferente. (LUZ DARY, 2022, tradução própria)¹⁴⁸

Quando se menciona que as consequências da guerra têm sido sofridas pelas mulheres, situa o contexto em que entre as vítimas do conflito armado, os homens são a maioria assassinada e coincide com o que Samaria mencionou: *“é que os homens são os que estão matando”*¹⁴⁹. Expõem as irrupções que as mulheres enfrentam nesse contexto ao não poderem ser quem são, mas terem que mudar seus projetos de vida para enfrentamento à essas violências, a capacitar-se e aprender as leis. Nos interessou neste item oferecer uma aproximação de como as interlocutoras expressam seus sentidos sobre os diagnósticos relacionados a gênero e raça, o que compartilham entre si, e a construção de um conhecimento sobre suas histórias e realidades em que se inserem. Como o CNMH (2017, p. 18) enfatiza, as narrações e memória das mulheres que foram vítimas devem aportá-las como sujeitas históricas, construtoras de realidade social, de explicações e de interpretações sobre o que se passou com elas.

¹⁴⁸ (...) al firmar los acuerdos que queríamos? Tener una paz. ¿Que queríamos?! Cuando yo le digo el rostro de mujer el rostro de la paz es por eso porque quien ha sufrido las consecuencias de esta guerra ha sido nosotras, las mujeres. A nosotros nos metieron en este papel sin tener necesidad. Sin contarnos a nosotros tuvimos que volvernos abogadas sin ser abogada, a dejarnos de ser, a capacitarnos y a esforzarnos para poder trazar una meta diferente. (LUZ DARY, 2022)

¹⁴⁹ Es que los hombres son los que están matando. (SAMARIA, 2022)

7.1.2 Violências ao território

Em cinco das sete organizações analisadas, as relações com o território são centrais nos seus diagnósticos e defesas de direitos e de identidade. Reforço que as ações coletivas e as organizações analisadas estão estabelecidas em um lugar, e este influi em suas ações reciprocamente. As lideranças atuam em ruas, bairros, Conselhos Comunitários, no Distrito, na Região, no país e em outros países, e se diferem em termos de abrangência saltando escalas a depender dos vínculos que estabelecem e das oportunidades que acessam. Outro ponto é que esses lugares são afetados diferencialmente.

Uma situação mencionada é a dos **impactos ambientais**. Esses foram descritos como resultados de um desenvolvimento econômico excludente que se sobrepõe a lógica e práticas cotidianas e ancestrais, e contrariam o cuidado, preservação e proteção do ecossistema, sem incluir a população para um desenvolvimento para todos, além da ausência da conscientização da preservação ambiental para a população. Como vimos em Triana e a relação com a mineração e a atividade extrativa de madeira em larga escala e seus impactos para o ecossistema.

Outros problemas referem-se as **disputas territoriais** que tem como oponentes mencionados empresas, o narcotráfico, os atores armados, o desenvolvimento, o Estado e os conflitos internos entre a população¹⁵⁰. Dessas disputas, se geram os tipos vitimizantes reconhecidos no marco do conflito armado, e inseridos no enquadramento diagnóstico. No discurso das interlocutoras, a virada dos anos 2000 é mencionada como quando perceberam a guerra no território pelos repertórios de terror.

Já tinha chegado em 2000 a placa *AUC - Bloque Pacífico*. Me lembro tanto disso. Em 2000, estava dormindo, me levantei e na primeira loja que encontrei dizia: *Bloque Calima*. O que aconteceu? O que perdi? Nas escolas, nas lojas, nas esquinas: *Bloque Calima*. Chegaram os paramilitares ao território. Eu não sabia o que era *Bloque Calima*. Eu sabia que a guerra havia voltado ao meu território (JADE, 2016, tradução própria)¹⁵¹

¹⁵⁰ Por exemplo a crítica de três interlocutoras a respeito do acesso e porosidade na relação com os Conselhos Comunitários, apontando os conflitos de interesses delas com quem os conforma.

¹⁵¹ “*Ya había llegado en el 2000 el letrero AUC - Bloque Pacífico. Me acuerdo tanto de eso. En el 2000, estando yo durmiendo me levanto y en la primera tienda que encuentro dice: Bloque Calima ¿Qué pasó? ¿De qué me perdí? En las escuelas, en las tiendas, en las esquinas: Bloque Calima. Llegaron los paramilitares al territorio. Yo no sabía qué era “Bloque Calima”. Yo sabía que había vuelto la guerra a mi territorio*”. (JADE, 2016)

Os agentes, entendidos como oponentes, demonstraram certo alinhamento em suas estratégias, que podemos perceber no marco temporal ao mencionar os tempos das violências e inserção de projetos econômicos, aliado também ao reconhecimento étnico-racial na década de 90 pelo Estado (ALMARIO, 2004, p. 82). Mas, diferente dos anos 2000, mencionam que no período do pós-conflito já não conseguem identificar quem são os atores.

Hoje já não sabemos quem é quem (...). Sempre digo que o conflito que Buenaventura tem é um conflito sociopolítico e econômico e obedece aos mesmos poderes, mais além do conflito armado e do narcotráfico. Hoje em dia tem que fazer uma caracterização. Caracterizar o paramilitarismo que está se formando em diferentes grupos. Antes eu falava que o paramilitar existe e é isso, mas hoje... (LUZ DARY, 2022, tradução própria)¹⁵²

Eles entre eles mesmo se matam por sua rota e tudo isso, mas vai saber qual é qual. Porque agora, depois do pós-conflito, quem era das FARC um mês é ELN, outro mês são *para* (paramilitares), outro mês são... onde ofereçam um salário melhor lá ficam. Você não sabe quem é quem. (DORA, 2022, tradução própria)¹⁵³

Para as interlocutoras, o modo como atuam sugere um alinhamento nessa economia da guerra numa "sincronia-tático-estratégica" (ALMARIO, 2004). Neste item, para além dos tipos vitimizantes que configuram uma situação problemática diagnosticada, o que se destacou nas análises é um relato comum da irrupção das práticas cotidianas e do *desarraigo* (LOUIDOR, 2016). Por isso, optou-se por enfatizar o *desarraigo* para além de mencionar cada tipo de violência.

O **deslocamento forçado** configura uma situação problemática vivenciada pelas interlocutoras (Ver Apêndice E) ou reconhecido como presente na trajetória de integrantes das organizações, com exceção de Organização 7, e é o que tem maior número de vítimas na Colômbia. No entanto, o campo mostrou que o fenômeno não pode ser interpretado sozinho. O deslocamento não é um processo isolado, nem seus impactos, nem a dinâmica que o ocasiona. Uma das características observadas é que antes se instaura tipos de violências (assassinato de familiares e amigos, violência sexual, massacre, desaparecimento forçado, a ameaça) que interagem com a atuação de forças relacionadas ao desenvolvimento, o Estado e a presença de atores armados.

¹⁵² *Hoy ya no sabemos quién es quién (...). Siempre digo el conflicto que tiene Buenaventura es un conflicto sociopolítico y económico y obedece a los mismos poderes más allá del conflicto armado y de el narcotráfico. Hoy en día hay que hacer una caracterización. Caracterizar el paramilitarismo que se está formando en grupos diferentes. Antes yo decía el paramilitar existe y es esto. Pero hoy en día.....* (LUZ DARY, 2022)

¹⁵³ *Ellos entre ellos si matan por su ruta y todo, pero van a ver cuál es cuál. Porque ahora, después de lo del posconflicto, los que eran de la FARC un mes son ELN, otro mes son para, otro mes son... donde le ofrecen mejor paga allá si quedan. Uno no sabe quién es quién.* (DORA, 2022)

O impacto observado relaciona-se com a perda de capital social e rompimento do tecido social, mudanças nas dinâmicas culturais, nos modos de viver, em quem se é, na perda de autonomia, aumento da pobreza e insegurança alimentar, reconfigurações familiares, responsabilidade da sobrevivência familiar, perdas materiais (recursos financeiros, capital, terras, casas, animais, etc.), mudanças no âmbito laboral, revitimização, direitos do território violados, e efeitos psicológicos e simbólicos.

Nas trajetórias individuais (Ver Apêndice D), o **assassinato e desaparecimento** de familiares é um dos elementos prévios ao deslocamento forçado. Para observar a relação desse tipo vitimizante com a irrupção de práticas, retomo o modo que vinculam a proteção ao território ao ensinamento ancestral¹⁵⁴.

Plantar o umbigo de recém-nascido é um dos rituais ancestrais mencionados no nascimento de uma criança. Esse semear é feito ora debaixo de uma árvore, da casa, ou próximo a comunidade, dependendo do gênero da criança e do objetivo. Direcionada pela *comadrona*, os rituais podem incluir certas substâncias animais e vegetais que representem qualidades para o recém-nascido (Losonczy, 1990; Lozano, 2016). Se acredita que essas substâncias atribuem características para a criança, como o coelho pela rapidez, tenacidade e fertilidade. Ao enterrar o cordão umbilical, vincula-se a criança ao território comunitário.

Meu umbigo está enterrado aqui. Isso também se fazia. A criança nasce e o umbigo tem que enterrar em uma palma de *chontaduro*, de coco, de banana, do que seja, para que ele saiba e entenda (...). Isso é como um selo que se põe. Então você pode morar nos EUA, na Holanda, onde quer que seja, onde está o seu umbigo? Na zona rural de comunidades negras. (SAMARIA, 2022, tradução própria)¹⁵⁵

Quando um desaparece, acontece que eu não posso cortar porque estaria cortando a vida até podermos encontrar. Então é por isso que eu sempre digo que é a pior tortura que pode haver. (LUZ DARY, 2022, tradução própria)¹⁵⁶

O desaparecimento forçado irrompe a tradição ritualística que impede as famílias de realizar seus rituais de luto, pois enquanto não se encontra o corpo desaparecido não se realiza o ritual de morte onde o umbigo foi enterrado. As celebrações de vida e celebrações de morte,

¹⁵⁴ Mencionado por *Madres por la Vida, Red Mariposas, Organización 7 e Asociación de Mujeres y Hombres de Triana*.

¹⁵⁵ *Mi ombligo está enterrado acá. Eso también lo hacía. El niño nace y el ombligo tienen que enterrar en una palma de chontaduro, de coco, de plátano, de lo que sea, para que él sepa y entienda (...). Eso es como un sello que le pone. (...) Así sea que pueda vivir en EUA, Holanda, donde sea, ¿donde está su ombligo? En la zona rural de comunidades negras.* (SAMARIA, 2022)

¹⁵⁶ Cuando se desaparece uno, se queda que yo no la puedo cortar porque estoy cortando la vida hasta podemos encontrar. Entonces por eso siempre digo que es la peor tortura que puede haber. (LUZ DARY, 2022)

conflui em uma mistura de saberes junto ao catolicismo, onde também se realizam as missas. Essa prática é descrita por vezes no passado, e alertada de que tudo isso se está perdendo. Portanto, percebe-se que o impacto dessa violência é também simbólica para quem compartilha desse entendimento.

Em relação ao deslocamento forçado, as consequências como o *desarraigo*, perda de autonomia e as rupturas do tecido social se sobressaem. As interlocutoras mencionaram terem construído seus modos de vida, e esses foram e são modificados. O que conheciam se distancia delas abruptamente. Tiram seu território, interrompem seus modos de vida e um novo cenário desconhecido emerge, sem a presença, geralmente, dos vínculos comunitários, das relações estabelecidas e próximas e frente a um novo lugar, cultura e dinâmica. Isso pode ser percebido pelos relatos abaixo:

Você tem que correr ou viver ou morrer. Viver ou morrer. Então, quando eu me desloco do meu território, tiram muito da minha autonomia. Então já não vou mais fazer o mesmo que era no meu território, ao chegar em outro território que vai me receber. Não sei os movimentos daquele território enquanto já conhecia a dinâmica do meu território, e às vezes se perde a sua forma de trabalhar, a sua forma de viver. (CINTHIA, 2022, tradução própria)¹⁵⁷

Se vive umas consequências muito duras quando se vive o deslocamento porque é começar em uma terra que não te pertence e mudar a sua cultura, sua dinâmica e tudo o que se é. Mas quem vem das bases, desde as bases o que se faz é a liderança empírica. Então, quando se gosta disso segue seu processo, não importa o lugar que você chegue.¹⁵⁸(LUZ DARY, 2022, tradução própria)

É tanto a fome e a necessidade que vai se perdendo, mais além do deslocamento, vai se rompendo o tecido social e se reestruturando a malha. Em vez de construir a rede, ela vai se desbaratinando todos os dias.¹⁵⁹(LUZ DARY, 2022, tradução própria)

Cinthia nomeou como “autonomia” quando antes ela se movia por seu bairro e conhecia as dinâmicas territoriais, sociais, econômicas e culturais, exercia sua liderança, participava das atividades na igreja católica; e ao se inserir em um novo lugar não tem o mesmo capital social,

¹⁵⁷ *Tú tienes que correr o vivir o morir. Vivir o morir. Entonces, cuando yo me desplazo de mi territorio, a mí me quitan mucho de autonomía. Entonces ya no voy a hacer lo mismo que era en mi territorio, al llegar a otro territorio que me va a recibir. No sé los movimientos de ese territorio como cuando yo ya conocía la dinámica de mi territorio. Y a veces uno pierde su forma de trabajo, su forma de vivir* (CINTHIA, 2022).

¹⁵⁸ *Se vive en unas secuelas muy duras cuando uno vive el desplazamiento porque empieza uno a una tierra que no le pertenece y a cambiar su cultura, su dinámica y todo lo que uno es. Pero uno, como viene de las bases, desde las bases de lo que se hace el liderazgo empírico. Entonces uno cuando le gusta eso, se sigue su proceso, no importa en el lugar que uno llegue.* (LUZ DARY, 2022).

¹⁵⁹ *Es tanto el hambre y la necesidad que se va perdiendo más allá de la del desplazamiento, se va rompiendo el tejido social y se va reestructurando la malla. En vez de construir la red, se va desbaratando cada día.* (LUZ DARY, 2022).

o conhecimento, a estrutura, o apoio, as relações, nem o status. Esses efeitos estão imbricados na subjetividade das interlocutoras, de quem são, de seus saberes, e das possibilidades de reexistir. Para Louidor (2016, p. 226, tradução própria) no *desarraigo*, comunidades e indivíduos vivenciam “a ruptura com laços e tecidos anteriores, bem como profundo sofrimento existencial no novo ambiente, às vezes trágico, em decorrência da perda de seu antigo lugar na sociedade. A partir das interlocutoras, percebe-se esse distanciamento de um lugar onde estavam envolvidas em processos organizativos ou práticas cotidianas para a chegada em outro, ainda desconhecido, onde essas relações se diferenciam: consigo, com o outro, com o território.

Não obstante algumas, após o deslocamento forçado, não de forma imediata, reconstruíram seus vínculos, construíram novas redes sociais e modos de vida. Luz Dary e Esmeralda são as únicas interlocutoras que não retornaram para os locais de origem anteriores ao deslocamento forçado. A permanência delas nos territórios reflete ao que Louidor (2016, p. 18) vincula ao *rearraigo*, indo além de pensar o retorno às raízes. Para criar novas condições, a participação em organizações desempenhou um papel de conformação de redes e vínculos onde se tornou possível construir um outro lugar no mundo e na sociedade (LOUIDOR, 2016, p.206). Fazer parte de organizações conferiu vantagens na inserção no território, acesso à um capital cultural e social e elaboração de novos significados e sentidos.

Para Giraldo (2001), o deslocamento forçado está produzindo profundas “mudanças e reestruturações nas culturas locais e nacionais, e nesta inserção há a reinvenção das identidades culturais e políticas”. A liderança Luz Dary (2022) indica a mudança na cultura junto com a estratégia de recorrer às organizações de base que desempenham uma liderança empírica. Destaca-se que nesse processo de *rearraigo*, se constrói novos significados e não somente uma busca pelo lugar anterior. Nas organizações a construção de uma identidade coletiva vincula-se à habilidade de conectar os valores, visões e símbolos que não só se refiram à ancestralidade ou ao tradicional, mas à reconfiguração delas com novos atores e espaços.

Em síntese, em torno do deslocamento interno forçado e do *desarraigo*, percebe-se a menção aos aspectos anteriores ao deslocamento forçado (no qual a diversidade de repertórios de violência é percebida), a confluência entre tipos de vitimização que indica como o fenômeno se articula com uma geografia da violência, com os massacres, assassinatos, confinamento, perda de bens e ameaças e na interação de agentes econômicos e armados, legais e ilegais. E como forma de modificar essas situações, a própria participação nas organizações, para além das ações coletivas, apresentam benefícios na construção de condições de *rearraigo*. O diagnóstico reúne diversas situações de violações de direitos das pessoas e do território que

impactam suas práticas cotidianas e simbólicas. Mas a saliência é percebida em *Madres por la Vida, Fundación de Desplazados del Pacífico Colombiano, e Asociación de Mujeres y Hombres de Triana*.

7.1.3 Desenvolvimento excludente

O desenvolvimento excludente se configura um problema para as lideranças entrevistadas. A noção de “desenvolvimento” não se refere apenas aos megaprojetos econômicos, percebeu-se que a empregam para abordar também a situação socioeconômica da população. Quando foi apresentado a relação de Buenaventura e da Região Pacífica, foi mencionado o discurso da biodiversidade e do desenvolvimento econômico (RESTREPO, 2011; ESCOBAR, 2014). O que é posto como desenvolvimento difere-se do que essa noção significa para cinco¹⁶⁰ das sete organizações.

Nos relatos também sobressaem as diferenças do rural/urbano, fora/dentro, e tipos de violência a depender de quem ou com o quê interagem. Na zona rural e marítima de Ladrilleros, relatam lidar com a rota do tráfico de drogas, interesses de grandes empresas de hotéis e aliciamento de menores no território. Em Triana, mencionou-se os impactos negativos da construção da via dupla e do desenvolvimento e da mineração extrativa em larga escala, junto com um discurso que marca os “dali” e os “de fora”. Na zona urbana, os megaprojetos e o desenvolvimento excludente e a falta de acesso ao mercado de trabalho para os “locais” em contraposição aos “de fora”. Percebam que o desenvolvimento excludente é um elemento que se repete no modo como as organizações identificam as injustiças que enfrentam no território.

Eu sempre falei a palavra desenvolvimento para quem e para quem, né? (...). Então, desenvolvimento não é para nós. Para quem é tampouco sei para quem são. Em todo caso, nós não cabemos lá.¹⁶¹(SAMARIA, 2022, tradução própria)

Não caber no modelo de desenvolvimento econômico de Buenaventura parte de considerar que a economia da guerra, que envolve diferentes agentes, mobiliza pessoas que lucram. Frente ao megaprojeto da via dupla em Triana e do sentido que atribuem ao

¹⁶⁰ Não há menção ao desenvolvimento na entrevista com Redmupaz e Fundaproductividad

¹⁶¹ Yo siempre he dicho la palabra desarrollo para quién y para quienes, no? (...). Entonces, el desarrollo no es para nosotros. Para quién es tampoco sé para quién son. En todo caso, nosotros no cabemos allí. (SAMARIA, 2022)

megaprojeto como beneficiando “o outro”, a interlocutora criticou a falta de oportunidades de trabalho e a exploração da força de trabalho. Em Ladrilleros, mencionaram a falta de emprego: “não tem opções de empregabilidade”¹⁶² (DORA, 2022, tradução própria); e a exploração de negócios entendidos como de fora: “a humilhação, a discriminação é normal, e eles dão um salário basicamente miserável e se trabalha a hora que eles querem”¹⁶³ (MARGARIDA, 2022, tradução própria). E na zona urbana, criticaram a não contratação de pessoas que são dali: “aqui ninguém nos paga nada para os nossos filhos, mas lá no [hotel] Torre Mar tem um pouco de trabalhadores e quantos milhões eles ganham? mas os daqui nada”¹⁶⁴ (JADE, 2022, tradução própria).

Então, hoje em dia esses são os resultados dessa guerra que temos. Que não apenas obedece ao narcotráfico, mas favorece o abandono social do Estado. Que existe um cais de contêineres como na Sociedade Portuária, mas as pessoas estão se movendo na miséria (...). Em Buenaventura entra tudo o que se pode dizer, mas o que fica para Buenaventura é a pobreza e aí ela para no que é a política pública. (...) Eu não estou dizendo ao senhor governo para não fazer seu desenvolvimento, mas o desenvolvimento não pode afetar a vida cotidiana da comunidade, nem o direito de encontrá-los [os desaparecidos].¹⁶⁵ (LUZ DARY, 2022, tradução própria)

A noção de desenvolvimento excludente foi mencionada ora como problema, ora como oponente, mas as modificações de situações têm menos organizações com prognósticos definidos em torno dela. A única organização que atua de modo central com a autonomia financeira como proposta é *FundaProductividad*, que não mencionou o desenvolvimento durante a entrevista. Os problemas relacionados com o território, o desenvolvimento e a qualidade de vida, e as violências compõe um enquadramento diagnóstico das organizações, a partir de como as lideranças e integrantes interpretam suas realidades, conferindo sentidos particulares que se conectam com as trajetórias individuais da base da organização e encontram reforço no coletivo.

¹⁶² *No hay opciones de empleabilidad* (DORA, 2022).

¹⁶³ *La humillación, la discriminación es normal no más, y le dan un sueldo básicamente miserable y van trabajando a hora que ellos quieran* (MARGARIDA, 2022).

¹⁶⁴ *Aquí a nosotras nos pagan por nada a nuestros hijos, pero ahí en [hotel] Torre Mar hay un poco de trabajadores y ¿cuántos millones ganan? Pero el de aquí no* (JADE, 2022).

¹⁶⁵ *Entonces son los resultados de hoy en día de esta guerra que tenemos. Que no solamente obedece al narcotráfico, pero favorece a un abandono social del Estado. Que existe un muelle de contenedores como en la Sociedad Portuaria, pero la gente moviéndose en la miseria ya (...). A Buenaventura le entra todo lo que se quiere decir, pero que a Buenaventura lo que queda es la pobreza y ahí ella se para en lo que es la política pública. (...) Yo no le estoy diciendo al señor Gobierno no haga su desarrollo, pero el desarrollo no puede afectar la vida cotidiana de la comunidad, ni tampoco el derecho de encontrarlos* (LUZ DARY, 2022).

7.2 Enquadramento motivacional e identidade coletiva: quem e porquê lutam?

O que leva alguém a se vincular à uma organização ou criá-la e se engajar em ações coletivas? No esforço de articular tanto o enquadramento motivacional de Snow e Benford (2000) quanto a identidade coletiva de Melucci (1999), volto a atenção para as organizações para analisar como elaboram suas identidades coletivas. Elas encontram terreno fértil na cultura da população que pretendem mobilizar e permite expressar uma mensagem contra os oponentes. Isso ajudou a identificar o que incentiva e desmobiliza o acionar das integrantes e descrever elementos que compõe a identidade coletiva (OLSON, 1992).

Para responder ao porquê as pessoas se mobilizam, primeiro sintetizei o que foi mencionando como motivador e desmotivador. Com uma postura mais estratégica e racional, da Teoria da Mobilização de Recursos, Olson (1992, p. 208) enfatizou as relações de custo-benefício individual, entendendo que o bem coletivo não seria capaz de mobilizar sozinho integrantes e por isso eram necessários *incentivos seletivos* (positivos e negativos). A análise do conteúdo categorial permitiu visualizar esses incentivos e os custos dessa participação a nível individual.

Quadro 19. Incentivos e desincentivos da participação em organizações

Incentivos individuais	Desincentivos
<p>Positivos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reconhecimento • Status de ser liderança (vinculado aos cargos) • Autonomia financeira • Participação em eventos, viagens • Descoberta de responsáveis por vitimizações • Acesso à diferentes conhecimentos • Mudanças nos modos de se expressar, se reconhecer e sentir • Conformação de vínculos e redes de sociabilidade; • Confiança • Modificação das situações consideradas injustas • Visibilidade <p>Negativos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Exclusão da organização • Restrição do acesso à benefícios • Perda de status 	<ul style="list-style-type: none"> • Alto investimento de tempo • Conflitos internos na organização e/ou entre organizações • Exposição à violência • Falta de reconhecimento • Má gestão de recursos

Fonte: elaboração própria a partir de entrevistas

Dois casos permitem compreendê-los melhor. A Organização 7 tem um estatuto com 11 regras que refletem os valores compartilhados criados a partir de problemas identificados entre elas. Ao defender que a participação em si já pode ser considerada como uma ação coletiva, nota-se o respeito, proteção e acesso à bens coletivos como formas de incentivo positivo. Como negativo está a exclusão do grupo (e da rede de apoio), restrição ao acesso à recursos que cheguem até a organização e o pagamento de multas por faltas não justificadas ou descumprimentos de regras.

Cada um dos parágrafos é um ponto porque algo aconteceu. Tínhamos uma companheira que era da igreja evangélica e ela não gostava de se juntar com todo mundo. E isso, era como toda racista, todo classista, [dizia] 'que você cheira mal'. Bem, então por causa disso, implementamos esse ponto. Há outro ponto, esse é o primeiro. Amar e respeitar todas as companheiras. (...) O terceiro, (...) o que é dito aqui fica aqui. Se por algum motivo, 'ah, é porque fulano comentou que falou lá na reunião', se impõe uma multa e não pode estar na seguinte reunião. Se você está devendo três multas e chegou um benefício, um mercado, mesmo que você tenha muita necessidade, você não é beneficiária. A última, porque são 11 pontos, diz que temos que aprender, ou seja, ler e aprender e colocar em prática muito bem a Lei 70 de 93.¹⁶⁶ (DORA, 2022, tradução própria)

Outros incentivos seletivos foram percebidos em situações em que o compromisso com a organização pode incluir sacrificar projetos de vida (viagem, tempo com a família, recursos financeiros) em prol das ações coletivas e da organização. As duas lideranças de *Red Mariposas* compartilham uma percepção de que se necessário deve-se abrir mãos de projetos de vida pessoais, tendo como expectativa que quando se tenha projetos na organização que resultem em oportunidades, como viagens, sejam recompensadas. Já *FundaProductividad* mencionou que as ações precisam produzir melhorias para quem as realiza e não somente para quem as recebe, o que também é um incentivo positivo. Permeia a ideia de crescimento a começar por quem integra, como pode-se perceber no relato abaixo.

(...) nós calçamos sapatos, comemos, também temos uma vida e não podemos nos dedicar única e exclusivamente a resolver a vida dos outros, mas a nossa está se acabando. Então, não estou mais endossando esse tipo de liderança. Eu digo é que se somos líderes, temos que crescer junto com quem você ajuda, porque senão você se cansa ou os outros não vão acreditar que isso é verdade porque não veem esse

¹⁶⁶ Cada uno de los parágrafos es un punto porque sucedió algo. Teníamos la compañera que era de la iglesia evangélica y ella no le gustaba juntarse con todo el mundo. Y eso como toda racista, toda clasista, que usted me huele feo. Bueno, entonces debido a eso, implementamos ese punto. Hay otro punto, ese es el primero. Queremos respetar a todas las compañeras. (...) El tercero, (...) lo que se habla aquí se queda. Si por cualquier motivo, 'ay, es que fulana comentó que allá en la reunión dijeron'. Se le clavo una multa y pa' la próxima no puede estar en la siguiente reunión. Si debe las tres multas y llegó un beneficio, un mercado, pues así que tenga mucha necesidad, no es beneficiaria. La última, porque son 11 puntos, dice que tenemos que aprender, o sea, leer y aprender y poner en práctica muy bien la Ley 70 del 93 (DORA, 2022).

crescimento em você. Se você for estiver bem, tudo ao seu redor vai ficar bem, mas se você não estiver bem, é complicado¹⁶⁷. (SANDRA, 2022, tradução própria)

Nas análises de movimentos sociais, as críticas aos incentivos seletivos referem-se a considerar que as pessoas só se inseririam em uma organização diante da possibilidade de algum benefício. Isso exclui quem mesmo com um interesse compartilhado ou incentivo pode não se organizar em prol de uma ação coletiva (LAZZARETTI, 2014; SILVA, 2018). Observou-se os custos e benefícios nas sete organizações, e ainda que existam eles sozinhos são insuficientes para explicar o porquê as pessoas se engajam. Todas interlocutoras ao responderem a motivação da criação ou participação dos processos organizativos mencionaram ser uma forma de reagir à violência, e a motivação foi vinculada a percepção do resultado na transformação na vida das pessoas.

O que me motiva a continuar trabalhando é porque vejo que a luta, sim, vale a pena, que sim vale a pena lutar por um grupo de pessoas que teve que sair do seu território, deixar seu território, um grupo de pessoas que chegou aqui sem saber onde bater à porta, um grupo de pessoas que tem tido seus direitos violados. Um grupo de mães e pais que tiveram que deixar suas casas, suas terras. Então, isso me motiva mais a seguir adiante para poder ajudar aquelas pessoas que realmente precisam¹⁶⁸. (ESMERALDA, 2022, tradução própria)

Isso é o que me dá mais satisfação. Ou seja, como que “uau”, você conseguiu o que contigo não fizeram. E eu pensava em como me sentia naquele momento e como aquela mulher irá se sentir. Não sei se posso te explicar sozinha, mas agora se tem uma companhia e tem alguém que se interessa por mim, enquanto eu... estive sozinha. e essa satisfação quando me dizem obrigado, por mais que me reconheçam as instituições, por mais que Colômbia me reconheça, por mais que o mundo inteiro me reconheça, é essa mulher que fazemos o acompanhamento.¹⁶⁹ (JADE, 2022, tradução própria)

¹⁶⁷ (...) nosotros nos calzamos, nosotras comemos, nosotras también tenemos una vida y no podemos única y exclusivamente dedicarnos a resolverle la vida a los demás, pero la nuestra se está acabando. Entonces ese tipo de liderazgo yo ya no lo estoy avalando. Yo digo es que si somos líderes, lideresas, tenemos que ir creciendo a la par del que tú ayudas, porque de lo contrario tú te cansas o ya las demás personas no van a creer que eso es verdad porque no ven en ti ese crecimiento, que si tú estás bien, todo lo demás a tu alrededor va a estar bien, pero si tú no estás bien, es complicado (SANDRA, 2022).

¹⁶⁸ Lo que me motiva a seguir trabajando es porque veo que la lucha sí vale la pena, que sí vale la pena luchar por un grupo de personas que les ha tocado salir de su territorio, dejar su territorio, un grupo de personas que han llegado aquí sin saber donde tocar la puerta, un grupo de personas que le han vulnerado sus derechos. Un grupo de madres padres donde les ha tocado dejar sus casas, su tierra. Entonces, eso me motiva más seguir adelante para poder ayudar a esas personas que en realidad lo necesitan (ESMERALDA, 2022).

¹⁶⁹ Eso es lo que más satisfacción me da. O sea, como que wow tú lograste lo que contigo no hicieron. Y yo pensaba cómo me sentía yo en ese momento y cómo se sentirá esa mujer. No sé si te lo puedo explicar yo sola, pero ahora hay una compañía y hay alguien que se interesa por mí, mientras que yo.. me tocó sola. Y esa satisfacción cuando me dicen gracias, más que me reconozcan las instituciones, más que me reconozca Colombia, más que me reconozca el mundo entero, es esa mujer que hacemos el acompañamiento (JADE, 2022).

Digamos que como seres humanos temos um momento em que temos que retribuir um pouco do que temos recebido. Então, digamos que o tempo que dedicamos às nossas mulheres é para compensar. Nasci em um lar relativamente estável, como dizem, com princípios e valores. Então, de uma forma ou de outra, consegui seguir em frente. Mas há companheiras que não, precisam muito dessa ajuda, desse empurrão¹⁷⁰. (ROSAS, 2022, tradução própria)

Então, eu não senti essa tristeza e solidão de criar filhos sozinha. Não, mas apesar de eu ter sido cuidada, valorizada, nunca deixei de ajudar porque acredito que se cuidaram de mim e ainda assim às vezes me senti muito aflita. Você pode imaginar aquelas que ninguém cuidou, como se sentem? Como será difícil? Eu sempre busco ser eu, sempre tento dar aquele apoio e aquele abraço¹⁷¹. (MALAIKA, 2022, tradução própria)

Eu sei que sinto muito, já sofri muito, mas através dessa dor que me faz mais forte, sim, de fato me tornei forte. E demonstrar a essas mulheres que a gente não pode ficar só na dor, mas também seguir em frente porque se a gente ficar na dor ninguém vai, ninguém vai falar por nós e nós não falamos. Então isso me permite hoje estar onde estou¹⁷². (CÍNTIA, 2022, tradução própria)

Percebe-se a motivação atrelada às emoções, ao engajamento de quem não recebeu apoio e agora oferece para que outras não se sintam da mesma maneira, as que se sentem o dever e responsabilidade mesmo não tendo sido impactadas pelos mesmos problemas, aliado ao crescimento pessoal que têm e desejam que outras mulheres também tenham. Entre os valores internos compartilhados pelas organizações estão a solidariedade, o respeito, a tolerância, a responsabilidade e o compromisso.

Silva et al. (2017, p. 159) apresentou que teorias mais contemporâneas têm buscado resgatar o papel das emoções nos processos de mobilização social frente a crítica aos enquadramentos interpretativos que dão crédito apenas ao racional e estratégico. Na análise das entrevistas, nota-se um vocabulário que inclui as emoções (satisfação, alegria, esperança, orgulho, empatia, nostalgia, tristeza, dor, medo, solidão, raiva, frustração, indignação), a eficácia das ações (no qual vale a pena por ver os resultados positivos), a necessidade e o dever (uma responsabilidade coletiva), e o de urgência (senso de gravidade no qual se demanda agir agora). (SNOW E BENFORD, 2000, p. 617).

¹⁷⁰ *Digamos que como seres humanos tenemos un momento en que nos toca devolver un poquito lo que nos han dado. Entonces, digamos que el tiempo que le dedicamos a nuestras mujeres es como para compensar. De pronto yo nací en un hogar relativamente, como se dice, estable, con principios y valores. Entonces, de una u otra manera yo pude avanzar. Pero hay compañeras que no, requieren mucho esa ayuda, ese empuje* (ROSAS, 2022).

¹⁷¹ *Entonces yo no he sentido esa tristeza y soledad de criar unos hijos solos. No, pero a pesar de que yo he sido cuidada, valorada, nunca he dejado de ayudar porque yo creo que yo digo si a mí me cuidaron y yo a veces me sentía como muy afligida. ¿Ustedes se imaginan las que nadie ha cuidado? ¿Cómo se siente, cómo será difícil? Yo siempre trato de ser yo siempre trato como de dar ese apoyo y ese abrazo* (MALAIKA, 2022).

¹⁷² *Yo sé que yo siento mucho, yo he sufrido mucho, pero a través de este dolor que me hace más fuerte, sí me he hecho fuerte. Y demostrarle a esas mujeres que no podemos quedarnos solamente en el dolor, sino también seguir adelante porque si nos quedamos en el dolor nadie va, nadie va a hablar por nosotras y nosotros no hablamos. Entonces eso me permite hoy en día estar donde estoy.* (CINTHIA, 2022)

É preciso fazer sentido ou criar um que se conecte. Isso permite enfatizar que as ações coletivas não são apenas resultados de expressão de valores e objetivos, mas com uma orientação intencional dentro de um sistema de oportunidades e restrições. Por isso, as organizações adquirem um papel de produzir um “nós” que se expressa na construção de sentido que mobiliza as pessoas, criando representações, crenças, valores, e práticas que as absorvam e conectem as emoções e os interesses individuais aos coletivos e vice-versa (MELUCCI, 1995; SALAZAR, 2006, p. 152).

O compartilhamento de simbologias e estratégias discursivas conferem um sentido de coletividade e contribuem para motivar a medida que as integrantes se identificam com eles. As interlocutoras se reconhecem como "construtoras da paz", “construtoras do território”, “construtoras de saber”, “artesãs”, “comadres”, como líderes que atuam a começar por elas, suas famílias e expandindo para a comunidade. Tanto em *Madres por la Vida* quanto *Red Mariposas* há uma orientação sobre o “sentir”. Sendo que na primeira organização se apresenta a noção de ser *patidescalza*.

Esse *patidescalza* é de *Madres por la Vida*. Isso foi dito por Luz Dary. Por que? Porque para nós, se você anda descalça sente o frio, sente, sente a pedra, sente, sente o vidro, sente, é do sentir (...) As *patidescalza* é do sentimento. Sentimos tudo o que atravessa a mulher porque nós já vivemos isso. E conseguimos essa empatia dela e a entendemos. (...) Eu sou porque outras existem. Existimos e reexistimos. Existimos e resistimos, para dizer a palavra reexistir. Se existe, claro, porque não só existimos, mas resistimos a tudo isso que também me atravessou e por isso somos *patidescalza* porque sentimos o sentimento. Não é porque somos pobres, não, é o sentimento, o de ser¹⁷³. (JADE, 2022, tradução própria)

Há muitos elementos no entendimento de ser *patidescalza*, mas pode-se inferir que quem as pessoas são não está atrelado às violências de modo central, pois antes elas existem, depois reexistem num contínuo inventar seus modos de ser e existir. Os símbolos culturais mobilizados pelas organizações também não surgem do nada, mas requerem a intervenção para se converter em uma moldura interpretativa. De modo isolado os símbolos podem estar presentes por décadas, mas só integram as MIACs ao mobilizá-los e criar conexão. Percebe-se

¹⁷³ *Esa patidescalza es de Madres por la Vida. Esa la dijo Luz Dary. ¿Por qué? Porque nosotras, si tú andas descalza siente el frío, siente, siente la piedra, siente, siente el vidrio, siente. Es del sentir. (...) Las patidescalza es de sentimiento. Sentimos todo lo que le atraviesa la mujer porque nosotros lo hemos vivido. Y conseguimos esa empatía de ella y la entendemos. (...) Yo soy porque otras existen. Existimos y reexistimos. Existimos y resistimos por decir la palabra reexistir. Si existe, claro, porque no solo existimos, sino que resistimos a todo esto también me atravesó a mí y por eso somos patidescalza, porque sentimos el sentimiento. No es porque seamos pobres, no, es el sentimiento, el del ser.* (JADE, 2022)

que para as cinco organizações, a identidade coletiva se elabora em torno da história ancestral de luta da população negra e afro-colombiana. Eles variam no modo de combinar, dependendo de quem compõe a organização, quem lidera as ações, quem participa, dos oponentes que enfrentam, do acesso a novos públicos pelas ações coletivas e as oportunidades políticas e de contexto que se inserem (TARROW, 1997, p. 232).

Para além de mobilizar integrantes, a identidade coletiva implica em como o “outro” as percebem. A imprensa e a visibilidade têm um papel neste sentido, quando reforça, por exemplo no caso de *Red Mariposas*, o “comadronas” e o “comadreo”. No caso de *Redmupaz* o “construtoras de paz”, e em *Madres por la Vida* a noção de ser *patidescalza*. Para exemplificar, o *comadreo*¹⁷⁴ é uma prática reconhecida como ancestral. O modo que foi incorporada pelas organizações (*Madres por la Vida*) fez dela uma ferramenta estratégica e comunicacional difundida e adicionada nos modos de agir de outras (*Red Mariposas*, Organização 7).

Apresento uma situação que demonstra esta percepção entre organizações e atores. Luz Dary relatou que quando *Fundación de Desplazados del Pacífico Colombiano* estava promovendo alterações no bairro *El Esfuerzo* e conseguindo recursos, houve atrito e competição entre o bairro *La Glória* até, segundo ela, entenderem que podiam usufruir dos benefícios da mesma luta. Quando a organização já estava mais organizada formalmente foi possível perceber uma linguagem em comum que se aproximou das pessoas do bairro *La Glória*:

Já se começa a olhar o panorama mais diferente porque todos já estávamos falando de uma linguagem, de uma convivência sã, mas também do futuro, do que queríamos viver e como poderíamos aprender a conviver com essas outras pessoas que estavam lá e que não vinham para nos perturbar ou nos tirar, mas nos entregar ferramentas para poder sobreviver¹⁷⁵. (LUZ DARY, 2022, tradução própria)

Essa linguagem que identifica os atores modificando a imagem de “pessoas para tirar os recursos das pessoas” a “quem entrega ferramentas para ajudar a todos a sobreviver”, vem da capacidade de mobilização de *Fundación de Desplazados del Pacífico Colombiano* e na elaboração de suas molduras para alinhar os interesses individuais e coletivos, e conseguir

¹⁷⁴ O comadreo não é exclusivo dessas organizações, mas foi mobilizado em suas identidades. *Madres por la Vida* menciona que foi quem trouxe essa estratégia de agir, a partir da percepção das incidências no território, e levou para *Red Mariposas*, quando se integrou a ela.

¹⁷⁵ *Ya se empieza a mirar el panorama más diferente porque ya todos estábamos hablando de un lenguaje, de una sana convivencia, pero también a futuro, de lo que queríamos vivir y cómo podíamos aprender a convivir con estas otras personas que estaban ahí y que no venían a estorbar ni a quitarnos, sino a entregarnos herramientas para poder sobrevivir.* (LUZ DARY, 2022)

mobilizar recursos, recrutar pessoas, e se aliar a outras redes de organizações. As identidades coletivas são construídas nas interações, pelas relações e nos modos de se comunicar e negociar. Não responde somente a um processo racional e estratégico, mas afetivo e simbólico, que torna possível se autorreconhecerem, autovalorizarem e tecer laços de solidariedade.

Na inserção às organizações, as lideranças aludem às vinculações afetivas e também simbólicas, nas quais sentiram confiança, se sentiram respeitadas em suas individualidades e reconhecidas. “Eu gostei da Rede, me trouxe confiança”¹⁷⁶, “é preciso estar em um espaço de confiança e de igualdade”¹⁷⁷. Dito isso, interpretar a identidade coletiva e o que motiva à ação, a partir da perspectiva das molduras interpretativas, implica em reconhecer que as identidades não são homogêneas, mas negociadas e em contínua construção e reformulação.

As lideranças também observam, para se engajarem na organização e em outras, o alcance, a credibilidade do que buscam modificar, avaliando a coerência do que se acredita e o que se faz, e a credibilidade de quem está à frente das articulações, pois isso influi na percepção dos resultados de eficácia das ações. (SNOW E BENFORD, 2000, p. 620; SILVA et al. 2017, p. 156). A avaliação da eficácia demonstrou também estar relacionada a quem compõe a rede social, com quem interagem, e o acesso à recursos.

A formação merece uma atenção especial na construção de um “nós”. Como já mencionamos, ela é um processo que contribui para o reconhecimento de agências. Sendo que num primeiro momento as organizações receberam formações de redes e organizações de defesa de direitos humanos. E em seguida, replicaram essas formações. Entre os temas que elas mencionaram estão: artesanato, gênero e raça, direitos (das vítimas, do território, identidades), território (conhecimentos sobre o território que habitam), e ancestralidade (compartilhamento de saberes intergeracionais, reconhecimento do conhecimento ancestral).

Esses espaços formativos também são resultados de esforços coletivos para criar uma unidade na organização e para acessar oportunidades. Algumas atribuem o reconhecimento de si ao “empoderamento” que tiveram de seus papéis como atores sociais e políticas. Como mencionam: “E essa é a raiva deles de que um grupo de organizações tenha se empoderado e de que estejam exigindo hoje em dia”¹⁷⁸ (ESMERALDA, 2022, tradução própria); “o que o Estado não está fazendo, nós mulheres estamos fazendo através do empoderamento que temos

¹⁷⁶ *Me gustó la Red me brindó confianza* (MALAIKA, 2022).

¹⁷⁷ *Toca estar en un espacio de confianza y de igualdad* (DORA, 2022).

¹⁷⁸ *Y esa es la rabia de ellos de que un grupo de organizaciones se hayan empoderado y de que estén reclamando hoy en día* (ESMERALDA, 2022).

tido”¹⁷⁹ (LUZ DARY, 2022, tradução própria); “nós vemos o reflexo da ganancia quando essa mulher se empodera e assume sua capacidade de liderança desde seus lares”¹⁸⁰(JADE, 2022, tradução própria); e “então, empoderar outras para que também sejam líderes, coletividade”¹⁸¹(MALAIKA, 2022, tradução própria). Esse empoderamento em todas as menções analisadas refere-se ao acesso ao reconhecimento sobre quem são e de seus direitos, como detalhado abaixo:

Comecei a me empoderar com a [lei] 1257, o Auto 092 e comecei me empoderando. E por conta disso eu também comecei a levar mulheres (...) E quando eu comecei a levar muitas mulheres para se capacitarem, as mulheres começaram a se empoderar e a saber que elas tinham um valor e que precisavam que fossem umas mulheres respeitadas.¹⁸² (ESMERALDA, 2022, tradução própria)

Para a noção de empoderamento, tantas vezes usada excessivamente no cotidiano, recorreremos a autores que discutem o empoderamento no plano de ações coletivas. Para Friedmann (1996, p. 8) empoderamento é uma estratégia, na qual ao aumentar o poder permite aumentar a eficácia do exercício da cidadania. Para Perkins (2010), o empoderamento tem sido definido como um processo que ocorre coletivamente, envolve participação ativa, reflexão crítica, conscientização e compreensão da influência das estruturas e interesses econômicos e políticos e acesso e controle sobre decisões e recursos importantes. Ele entende que mais que um processo também pode ser pensado como resultado de mudanças de perspectivas para pessoas, organizações e comunidades.

Neste sentido o autor entende que o empoderamento opera em múltiplos níveis, considerando o individual, grupos e organizações, e comunidades inteiras. No primeiro caso, ao participar de organizações comunitárias desenvolve-se maior controle percebido sobre questões resultando em habilidades de mobilização de recursos. No segundo caso, as organizações influem no processo de tomadas de decisão coletiva, resultando no desenvolvimento organizacional, em redes e maior inserção política. Para o último, entende-se comunidades e pessoas se envolvem em ações coletivas para acessar recursos, resultando em

¹⁷⁹ *Lo que el Estado no está haciendo, lo estamos haciendo nosotras las mujeres a través del empoderamiento que hemos tenido* (LUZ DARY, 2022).

¹⁸⁰ *Nosotros vemos reflejado la ganancia cuando esta mujer se empodera y asume con esa capacidad su liderazgo desde los hogares* (JADE, 2022).

¹⁸¹ *Entonces, empoderar a otras para que también sean lideresas, colectividad* (MALAIKA, 2022).

¹⁸² *Empecé a empoderarme la 1257, el Auto 092 y me empecé empoderando. Y a raíz de eso también empecé a ir llevando mujeres (...) Y cuando empecé a llevar muchas de las mujeres a capacitarse, empezaron las mujeres a irse empoderando y a saber que ellas tenían un valor y que necesitaban que fueran unas mujeres respetadas.* (ESMERALDA, 2022)

um maior impacto político, coalizões, pluralismo e diversidade de recursos acessíveis (PERKINS, 2010, p. 210).

No processo discursivo (comunicações internas e nas ações coletivas) de *articulação*, que conecta eventos e experiências de modo convincente (SNOW E BENFORD, 2000, p. 623), percebe-se que em seis das sete organizações está o compartilhar seus relatos de vida para aproximar-se das pessoas, gerar identificação, criar espaço de escuta, acolhimento e mobilização. Essa estratégia ocorre tanto na mobilização interna entre membros e possíveis membros quanto na interação em espaços de confluência política e atores institucionais, no modo como apresentam suas demandas.

Pelo menos quando eu comecei com isso de liderança, comecei a colocar exemplos da minha vida real. Eu dizia: olha, aconteceu isso comigo. Eu quase não falava e quando passei o do meu filho comecei a contar a história do meu filho, do que eu tinha vivido na minha infância, como era quando estávamos com a minha mãe, comecei a contar minha história, minha vida. Então, através disso tinha que ter uma história e eu a contava¹⁸³. (CINTHIA, 2022, tradução própria)

Dos elementos que se destacaram na análise do enquadramento interpretativo relacionado à identidade coletiva estão referências de: 1. Gênero e raça, 2. Território e corpo território, 3. Desenvolvimento excludente, 4. Vítimas, 5. Cultura, ancestralidade e religiosidade. Ao partir de uma construção coletiva, ressalto que essas noções compartilhadas são processos onde se prevê contradições e discordâncias até a mobilização do consenso que possibilite agrupar o que une para produzir mudanças por meio das ações coletivas e das organizações.

Nenhum desses elementos necessariamente configuraria um entendimento compartilhado por si só. Assim como mesmo se tratando de organizações majoritariamente de mulheres negras, gênero e raça não precisaria ser uma referência na identidade coletiva. O reconhecimento de si mesmas e de outras, das noções de desenvolvimento e território é resultado do encontro, da linguagem compartilhada e suas negociações que cria sentidos que conectam o “eu” ao “nós” contra um “outro”.

¹⁸³ *Por lo menos cuando yo empecé con esto del liderazgo, empecé a colocar ejemplos en mi vida real. Yo decía: mire, a mi me pasaba. Yo casi no hablaba y cuando me tocó lo de mi hijo empecé a contar la historia de mi hijo, de lo que yo había vivido en mi niñez, cómo era cuando estábamos con mi mamá, empecé a contar mi historia, mi vida. Entonces a través de eso había que tener una historia y yo la contaba.* (CINTHIA, 2022)

7.2.1 Raça e gênero: direitos e reconhecimento

Ao analisarmos sete organizações de mulheres em Buenaventura, percebe-se que se assemelham, mas cada uma tem uma definição de si que busca se diferenciar de algum modo das outras. Até aqui pode-se inferir que é inegável que as identidades raciais são um eixo em comum das organizações, assim como gênero, de maneira indissociável. No entanto, no caso de *Redmupaz* e *Fundaproductividad*, a saliência está na autonomia em busca de possibilitar melhores condições de vida, mais do que ser mulher/negra. Para *Fundaproductividad*, a construção de uma identidade coletiva perpassa os saberes tradicionais e empreendimentos, no qual se valoriza o saber, o conhecimento, as práticas, o talento, e a “vontade de aprender e seguir adiante”. Para os outros cinco processos organizativos está mais centralizado. Entendemos aqui as categorias gênero e raça como uma construção social, histórica e cultural e não algo essencialista que pressuponha aspectos fixos e negue as pluralidades.

O primeiro que destaco nos discursos das interlocutoras é o **ser mulher negra**¹⁸⁴. Na diversidade do que possa significar para cada uma, pode-se inferir que as organizações geram sentido de pertencimento racial. Para Malaika, o aprender a “ser” primeiro teve a experiência no grupo juvenil católico com a valorização do que é “de fora” e não de “dentro”. Ao chegar nos processos organizativos o “de dentro” foi redescoberto, aprendido, valorizado e reconhecido.

Então eles sempre me ensinaram e no grupo o padre sempre trazia gente de fora, italiana, espanhola... e ele sempre nos dizia: ‘vocês têm que aprender a falar com os de fora para que não acabem nesse meio e sejam uns rapazes de bem’. Algo que agora eu vejo como ruim, não? Porque não nos ensinou a conhecer o que é nosso, a apalpar o que é nosso, mas foi sempre o de fora, muito estrangeiros. E isso foi ensinando a não valorizar o da minha casa¹⁸⁵. (MALAIKA, 2022, tradução própria)

Eu venho de um processo de grupo de jovens, de um grupo de senhoras, de novo para um grupo de jovens e depois do PCN, o Processo de Comunidades Negras e no PCN tem homens, mulheres de todos os lados. Então também aprendi com eles isso, eles me ensinaram as leis, eles me ensinaram o que é ser negro¹⁸⁶. (MALAIKA, 2022, tradução própria)

¹⁸⁴ Sobressai o ser mulher negra por todas as entrevistadas se autorreconhecerem assim, mas as organizações em que atuam não é composta exclusivamente por mulheres negras, e as interlocutoras mencionam as mulheres indígenas, mas falam dessa construção do “nós” enquanto mulher negra aliado a sua experiência nas organizações.

¹⁸⁵ *Entonces siempre me enseñaron y en el grupo el sacerdote siempre nos traía gente de afuera, italiana, española... y siempre nos decía usted tienes que aprender a hablar con los de afuera para que no se vayan a quedar en este medio y sean unos muchachos de bien. Algo que yo ahora veo malo, no? Porque no nos enseñó a cómo a conocer lo nuestro, como a apalpar lo nuestro, sino que siempre era como que lo de afuera, muy extranjeros. Y eso fue enseñando a no valorar lo de mi casa.* (MALAIKA, 2022)

¹⁸⁶ *Yo vengo de un proceso de grupo juvenil, de grupo de señoras, de nuevo a un grupo juvenil y después de un PCN, el Proceso de Comunidades Negras y en el PCN hay hombres, mujeres de todos los lados. Entonces también con ellos aprendí eso, me enseñaron las leyes, me enseñaron que es ser negro.* (MALAIKA, 2022)

Se estamos falando de uma população em maioria composta por pessoas negras e afro-colombianas, talvez você se pergunte o porquê são mencionadas como identidades a serem “aprendidas”. Quando mencionam o aprender a ser, também criticaram as estruturas que atuam contra o exercício dessa identidade: implicações no modo de ser e pensar, opressão aos seus corpos, a sexualização, a violência; o não reconhecimento de outros papéis sociais para além dos criados e assumidos socialmente como os que deveriam ocupar. O direito a ser é relatado como negado. Em seu livro “Tornar-se negro”, Neusa Santos Souza (1983) argumenta que:

Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas. Mas é, também, e sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades (SOUZA, 1983, p. 18).

Neste sentido, “saber-se negra” não é apenas o reconhecimento de características físicas como a cor da pele, mas a compreensão de si numa experiência relacional. Pode-se perceber no relato de Malaika a valorização do conhecimento de outros países em detrimento da valorização dos saberes tradicionais e ancestrais da população como um dos reflexos do apagamento histórico e do eurocentrismo. Aliada à religião, a estratégia política de aprendizagem nesta experiência era “educar” dentro de padrões definidos pelo pensamento hegemônico, num padrão branco, eurocêntrico e cristão, resultando na desvalorização da cultura de matriz africana e práticas socioculturais. Esse apagamento é mencionado por outras interlocutoras referente ao desconhecimento inicial delas ou o acesso às versões hegemônicas de suas histórias, do território e de seus papéis na sociedade.

O ser mulher negra foi mencionado nos processos organizativos de *Red Mariposas*, *Madres por la Vida*, *Fundación de Desplazados del Pacífico Colombiano* e remetem a um processo de mobilização e reivindicação nas comunidades afro-colombianas. Souza (1983, p. 17) argumenta que “uma das formas de exercer autonomia é possuir um discurso sobre si mesmo”. Coletivamente, as lideranças reconstróem o discurso sobre si mesmas em um processo de interação e de acordo com os contextos em que se inserem (AGUDELO, 2004). Também se

destaca como um incentivo seletivo terem nas organizações um espaço onde podem expressar quem são¹⁸⁷ e ter disponível condições para se autorreconhecerem e se autovalorizarem.

Outro elemento é o **reconhecimento como atores sociais, políticos e culturais**. As interlocutoras expressaram como a participação nas organizações permitiu descobrir ou fortalecer outros papéis para além dos já atribuídos a elas. Reconhecer seus papéis e a eficácia das ações é percebido, por exemplo, quando Luz Dary diferencia a guerra dos “outros”, pois se fosse “delas” as ações realizadas já teriam colocando fim, recuperando a confiança, as práticas ancestrais e a autonomia financeira da população submetida à exclusão social. Mesmo reivindicando o reconhecimento de seus papéis sociais, políticos, culturais e econômicos, em em cinco das sete organizações, há discursos reforçando os papéis diferenciais no qual o ser mulher estaria relacionado com características específicas de serem mais valentes, *berracas*¹⁸⁸ e por seu papel reprodutivo, habilidades de escuta, o cuidado, e habilidades para lidar com as emoções.

Se começamos a ver, as mulheres... somos mais *berracas*. Chegamos onde os homens não chegam. Somos mulheres mais empoderadas. Não reivindicamos unicamente o direito das mulheres e reivindicamos o direito dos homens tanto quanto o das mulheres. Algo muito diferente dos homens porque são pouquíssimos os que reivindicam o direito das mulheres, enquanto nós reconhecemos isso, por quê? Porque nós, mulheres, somos as que colocamos, as que damos à luz.¹⁸⁹ (ESMERALDA, 2022)

Para Ibarra (2007) esta pode ser uma estratégia de fortalecer os papéis de gênero de integrantes da organização como uma reação aos valores bélicos associados a masculinidade. Durante um evento realizado pela *Secretaría de las Mujeres, Equidad de Género e Igualdad de Derechos en el Distrito de Buenaventura*, com o tema *Incidencia de las Mujeres en escenario de participación en Buenaventura*,¹⁹⁰ pôde-se perceber esses marcadores discursivos em um debate levantado a partir de falas proferidas no fórum. Discutiu-se a importância de desconstruir o entendimento da emoção atrelada ao gênero, no qual por vezes se reproduz estereótipos como

¹⁸⁷ Dora, Samaria, Cinthia, Luz Dary, Jade e Malaika, todas que integraram *Red Mariposas de Alas Nuevas*

¹⁸⁸ Uma palavra ressignificada para denotar valentia, a coragem, talento, sobressaliência e postura frente às situações.

¹⁸⁹ *Si nos ponemos a ver, las mujeres... somos más berracas. Llegamos donde los hombres no llegan. Somos más unas mujeres empoderadas. Nosotras no reclamamos únicamente el derecho de la mujer y reclamamos el derecho de los hombres tanto como de las mujeres. Algo muy diferente a los hombres, porque son muy poquitos los que reclaman el derecho a las mujeres, mientras que nosotras sí reconocemos eso. ¿Por qué? Porque nosotras, las mujeres, somos las que ponemos, las que damos a luz.* (ESMERALDA, 2022)

¹⁹⁰ SECRETARÍA DE LAS MUJERES, EQUIDAD DE GÉNERO E IGUALDAD DE DERECHOS. **Foro “Ciudadanía Influyente”**. Facebook. **Secretaría de las Mujeres, Equidad de Género e Igualdad de Derechos**. Disponível em: <<https://www.facebook.com/SecretariaMujeresEquidadIgualdad/videos/658386145495109>>. Acesso em: 8 ago. 2022.

“sexto sentido”, demandando uma análise crítica para situar as emoções para além do gênero. Isso possibilita no cenário de participação cidadã fomentar outras possibilidades e a participação dos homens a partir dessa desconstrução da emocionalidade. Contrariar essa estrutura é repensar que a emoção é outra forma de razão, e não exclusiva às mulheres.

Outro ponto é a trajetória das lideranças. Sete das interlocutoras mencionaram terem participado de iniciativas anteriores. A capacidade de agência das interlocutoras se demonstra desde a criação ou inserção em ações comunitárias no próprio bairro, igreja, na conformação de processos organizativos, no fortalecimento deles, e nas ações e práticas desenvolvidas. Esse reconhecimento também envolve valorizar o trabalho das mulheres que estavam antes delas.

Nós através das tranças dos caminhos que fazíamos, desenhamos o mapa da rota por onde podíamos voar, por onde podíamos semear as terras para poder ter o *pancoger* que todo mundo já tem. Mas eles não falam isso, porque as mulheres que fizeram. E ao longo da história temos que ver que existiram mulheres guerreiras que deixaram um legado, por isso são nossas ancestrais e que delas nós viemos¹⁹¹. (LUZ DARY, 2022, tradução própria)

Pode-se inferir que elas precisaram reconhecer, fortalecer ou desenvolver características individuais que articulam com o coletivo. Ao ocupar espaços, participarem de eventos, palestras, transitarem em diferentes escalas, e onde quem são e o conhecimento delas é reconhecido, independente do grau de escolaridade, classe, constroem uma valorização de si mesmas e de suas identidades.

Nós estudamos na universidade da vida, mas não temos os diplomas e como não temos os papeis, não podemos nos inserir lá [política]. Como não tem os diplomas, não se conhece a liderança que ela tem, quem tem que ressaltá-la? Quem está a seu lado¹⁹². (LUZ DARY, 2022, tradução própria)

Se eu não reconheço que sou uma líder qualquer um vem e me açoita. Reconhecer quem eu sou, conhecer as leis, aprender a valorizar a outra porque de nada serve que eu aprenda, conheça, seja sábia, mas essa sabedoria é em vão porque não vou reconhecer que existem outras lideranças, que existem outras mulheres e que precisamos de líderes¹⁹³. (MALAIKA, 2022, tradução própria)

¹⁹¹ *Nosotras a través de la trenza de los caminos que hacíamos, dibujamos el mapa de la ruta por donde nos podíamos volar, por donde nos podíamos sembrar las tierras para poder tener el pancoger que ya todo el mundo tiene. Pero eso no lo hablan, pues las mujeres que lo hicieron. Y a través de la historia tenemos que mirar que hubieron mujeres guerreras que dejaron un legado, que por eso son nuestra ancestras y que de ellas venimos nosotros* (LUZ DARY, 2022)

¹⁹² *Nosotros hemos estudiado en la universidad de la vida, pero no tenemos los cartones y como no tenemos los cartones, no podemos razonar allá [política]. Como no tiene los cartones, no se reconoce el liderazgo que ella tiene, ¿quién tiene que resaltarcelo? El mismo que está al lado de ella misma.* (LUZ DARY, 2022)

¹⁹³ *Si no reconozco que soy lideresa cualquiera viene y me azota. Reconocer quién soy. Conocer las leyes. Aprender a valorar a la otra porque de nada sirve que yo aprenda, conozca, sea sabia, pero esa sabiduría es en*

Ao reconhecerem e serem reconhecidas por seus papéis, as lideranças recebem um incentivo que contribui para o engajamento das ações coletivas pela percepção de eficácia de que podem em conjunto transformar os problemas identificados. A divisão de tarefas dentro das estruturas das organizações contribui para a motivação, atribuindo responsabilidades a cada uma, que ao ver resultados eficazes se motiva. Reconhecer-se como uma liderança, uma agente de transformação não é automático, não é inato, mas um processo que se elabora a partir das relações sociais, dos vínculos que estabelecem e do acesso a estruturas que permitam que se desenvolva. Como percebemos em: “e a partir daí me envolvi, sem pensar, sem imaginar, sem acreditar que conseguiria”¹⁹⁴ (ROSAS, 2022, tradução própria), “eu também comecei com temor, comecei com medo”¹⁹⁵ (CINTHIA, 2022, tradução própria).

A interação entre as lideranças em seus grupos e as formações que os processos organizativos receberam, promoveram, e depois replicaram é o meio empregado mais informado para a construção de uma identidade coletiva não somente de raça e gênero, mas de território, cultura, e desenvolvimento também. É um movimento entre quem se é → o que se aprende em relação a quem se é e a quem as outras são → as funções e papéis que se realizam a partir de quem se é → a construção de um “nós”. Lembrando que as identidades coletivas são um processo nunca concluído, com tensões frente à construção de quem são e quem são os outros (MELUCCI, 1999).

Após essa apresentação, há duas coisas que considero relevantes retomar. A primeira é de que se constatou que as formações e relações entre si e outras elaboram outras percepções sobre elas mesmas, individualmente (o reconhecimento de problemas e oponentes, reconhecimento de direitos, de outras possibilidades de papéis na sociedade, entre outros). Ao falarmos das lideranças a partir de suas histórias individuais com pontos convergentes entre si, o lembrete é de que suas visões de mundo existem antes das organizações, não concedendo todo o crédito ao papel das organizações, mas reconhecendo que é mencionado como de grande relevância individualmente, mas parte delas encontram espaço para trazer à tona o que já sentiam, entendiam e conheciam, enquanto para outras é onde se cria uma formação política e

vano porque no voy a reconocer que hay otras lideresas, que hay otras mujeres y que necesitamos lideresas. (MALAIKA, 2022)

¹⁹⁴ *Y desde allí ya me involucré, sin pensarlo, sin imaginarlo, sin creer que podía hacerlo* (ROSAS, 2022).

¹⁹⁵ *Yo también empecé con temor, yo empecé con miedo* (CINTHIA, 2022).

social. Das duas formas, isso permite que atuem em conjunto em seus processos organizativos e em redes, articulando discursos e acessando oportunidades de contexto e políticas.

A segunda observação é que esse processo é negociado nas relações. Dos esboços dessa percepção: a pista do conflito entre conectar as pautas globais ou locais e a aproximação ou distância de feminismos. Há semelhanças e diferenças tendo as que articulam mais com o feminismo comunitário (*Red Mariposas; Fundación de Desplazados del Pacífico Colombiano*), as que criticam o feminismo (*Madres por la Vida, Organización 7*), como mencionou Luz Dary: “eu parablenizo todos os avanços das mulheres, o empoderamento, o feminismo, o feminismo das mulheres, as feministas. Tudo parece bom, mas pra nós ainda falta unidade”¹⁹⁶(LUZ DARY, 2022, tradução própria). E as que não mencionam seus diagnósticos vinculados ao feminismo, nem a cultura patriarcal e racista como as outras nomeiam (*FundaProductividad e RedmuPaz*).

Se as situações percebidas são semelhantes, no que se diferenciam além disso? Outra está no modo de buscar modificá-las. *Red Mariposas* busca modificar por meio do *comadreo* e psicojurídico (tornando-se uma ponte entre as vítimas e a institucionalidade e linguagem jurídica), brindando orientação, acompanhamento e assistência técnica. A Organização 7 se centra no *comadreo* e autonomia financeira, construindo uma rede de apoio e cuidado entre elas mesmas, e com porosidade nas relações institucionais. *FundaProductividad* articula o apoio por meio de artesanatos e processos culturais e de empreendimento, buscando o sustento e desenvolvimento econômico e social delas e de suas famílias. *RedmuPaz* enfatiza gerar espaços e estratégias que promovam a participação ativa das mulheres nos espaços de decisão. Apresentarei os modos de agir com mais detalhes ao abordar os repertórios.

7.2.2 Território, corpo-território e desenvolvimento

O território como elemento que compõe o enquadramento interpretativo denota como as organizações constroem suas leituras em torno dele. Sabe-se que ele está na memória, aliado aos saberes ancestrais, às práticas cotidianas e rituais e no ensinamento de protegê-lo para além de sua materialidade. Tendo essa síntese em mente, ponho em atenção alguns dos sentidos percebidos.

¹⁹⁶ *Yo felicito todos los avances de la mujer, el empoderamiento, el feminismo, el feminismo de las mujeres, las feministas. Todo parece buenito, pero a nosotros nos sigue faltando la unidad* (LUZ DARY, 2022).

Durante as entrevistas mencionaram¹⁹⁷ a noção de **corpo-território**, com o entendimento do primeiro território como o corpo e o segundo como onde habitam. Considerei este um elemento da identidade coletiva (MELUCCI, 1999) presente, exceto em *Fundaproductividad* e *RedmuPaz*. O conceito de *corpo-território* conecta a escala do território a do corpo. É uma noção atribuída às mulheres indígenas e que tem sido discutida por elas, por mulheres negras e por vertentes do feminismo comunitário, decolonial, ecofeminismos, e geografias feministas (HAESBAERT, 2020; HERNÁNDEZ, 2016, p. 36, 37). Essa relação implica a autonomia do corpo, do cuidado, e do controle e acesso a ele, de quem pode ou não tocar e de um território no qual é preciso cuidar e proteger, como descreve Cinthia:

O primeiro território é o meu corpo e o segundo território é a Mãe Terra que nos deixou viver e habitar nela. (...) Então eu permito quem pode me tocar e quem não pode tocar no meu território. É da mesma forma no lugar onde a gente mora, que a gente tem um território amplo, largo, comprido, mas temos umas condições de morar nesse território. Então, se a gente não proteger e cuidar, se a gente não cuidar desse território, quem vai cuidar? Ninguém, certo?¹⁹⁸ (CINTHIA, 2022, tradução própria)

“O território é vida, e a vida sem território não é comunidade. E eu sou um território. Meu corpo é terra. Meu corpo é território para pisar em outro território”¹⁹⁹. (LUZ DARY, 2022, tradução própria).

As interlocutoras atribuem o bem-estar do território ao individual, de modo recíproco: "Se meu território está bem, eu estou bem"²⁰⁰(MALAIKA, 2022, tradução própria). A noção de corpo-território traz a implicação do corpo na relação com agentes humanos e não humanos (LATOUR, 2008). Por outro lado, as violações ao território se inscrevem em seus corpos, e as violações aos seus corpos se inscrevem nos territórios afetando toda uma comunidade. Isso demonstra a interconexão da escala do corpo-território e como as forças de poder que atuam afetam um sistema de relações. Dos relatos compartilhados, Malaika compartilha que o território por si só não é nada, mas somente é em relação com as pessoas, espiritualidade, cuidado, amor, fé e o corpo.

¹⁹⁷ Exceto em *Fundaproductividad* e *Redmupaz*.

¹⁹⁸ *El primer territorio es mi cuerpo y el segundo territorio es la madre tierra que nos dejó para nosotros vivir en ella y habitar en ella. (...) Entonces yo me permito quién me puede tocar y quién no me puede tocar a mi territorio. Así mismo es en el lugar donde vivimos que tenemos un territorio amplio, ancho, largo, pero tenemos unas condiciones para vivir en ese territorio. Entonces, si no protegemos y no cuidamos, si no cuidamos ese territorio, ¿quién nos va a cuidar? ¿Nadie, cierto?* (CINTHIA, 2022).

¹⁹⁹ *El territorio es vida y la vida sin territorio no es comunidad. Y yo soy un territorio. Mi cuerpo es tierra. Mi cuerpo es territorio para pisar el otro territorio* (LUZ DARY, 2022).

²⁰⁰ *Si mi territorio esta bien yo estoy bien* (MALAIKA, 2022).

O território pode estar lá, mas se você não o fertiliza, não é nada. Se você não cuida, não é nada. Se você não der amor, não é nada. Se não houver fé no território, não há nada. Se não houver fé no primeiro território, que é meu corpo, não haverá fé no segundo território²⁰¹. (MALAIKA, 2022, tradução própria)

Relaciono a um problema identificado por Doreen Massey (2000) de como se costuma identificar lugar com comunidade erroneamente. Massey (2000, p. 183) entende que “as comunidades podem existir sem estar no mesmo lugar – de redes de amigos com interesses comuns a grandes religiões e comunidades étnicas ou políticas”. Outro elemento que apareceu é a relação com o mar e o rio, muito presente em seus discursos: “o mar está subindo e a gente está presa na praia”²⁰² (DORA, 2022, tradução própria); ou “esses são os valores que devem ser resgatados do rio”²⁰³ (CINTHIA, 2022, tradução própria). Essa relação com a água demonstra um papel importante para as comunidades que se construíram ao redor de rios e bacias fluviais, no modo de se organizarem politicamente, por meio da lei 70, e na conformação dos conselhos comunitários de comunidades negras (OSLENDER, 2002, p. 16). Esses vínculos e o que eles implicam, podem ser observados nas seguintes afirmações:

Eu fui uma das que ajudava ainda criança a aterrar com lixo os terrenos ganhados ao mar. Eu era feliz. Era muito feliz porque tudo isso era mar. Tudo isso aqui, esse cimento não era cimento, era água.²⁰⁴ (JADE, 2022, tradução própria)

Por isso dizemos que não precisamos de geladeira, porque a geladeira temos aqui, a terra é uma geladeira, o mar é outra geladeira. A gente tira pra compartilhar nas confraternizações, que chamamos de *minga*, pelo menos eu.²⁰⁵ (LUZ DE DARY, 2022, tradução própria)

É por isso que nós, em Buenaventura, dizemos que a riqueza vem do mar, dos nossos mares. Porque para nós, em Buenaventura e em todo o território além do Pacífico, a riqueza vem do mar. No mar há coisas bonitas, temos tantas costas no mar que não conseguimos alcançá-las, não conseguimos atingir a dimensão alimentar, mas são lindas e então isso é o luxo, o bom do mar. Por isso dizemos sempre que a nossa riqueza é o mar e o nosso território²⁰⁶. (CINTHIA, 2022, tradução própria)

²⁰¹ *Puede estar el territorio, pero si no lo abona no es nada. Si no lo cuida, es nada. Si no le da amor, es nada. Si no hay fe en el territorio, no hay nada. Si no hay fe en el primer territorio que es mi cuerpo, no va haber fe en el segundo territorio* (MALAIKA, 2022).

²⁰² *El mar se nos está subiendo y nos estamos quedando encerrados en la playa* (DORA, 2022).

²⁰³ *Esos son los valores que hay que rescatar del río* (CINTHIA, 2022).

²⁰⁴ *Yo fui una de las que ayudaba siendo niña a rellenar los terrenos ganados al mar con basura. Yo era feliz. Era muy feliz porque todo esto era mar. Todo esto acá, este cemento no era cemento era agua.* (JADE, 2022)

²⁰⁵ *Por eso decimos nosotros no necesitamos nevera, porque la nevera la tenemos ahí, la tierra es una nevera, el mar es otra nevera. Nosotras sacamos para compartir en las juntanzas, en lo que se dice la minga, por lo menos yo.* (LUZ DARY, 2022)

²⁰⁶ *Por eso nosotros, en Buenaventura, dicen que la riqueza viene del mar, de nuestros mares. Porque nosotras, en Buenaventura y en todo el territorio de allá del Pacífico, la riqueza viene del mar. En el mar hay cosas*

Buscou-se destacar a relevância do território nas ações coletivas e num alinhamento de discurso que fomenta a proteção desse território e sua defesa. Da vertente do feminismo comunitário, Lorena Cabnal (2010, p. 22) apresenta o “corpo-terra”, desde as mulheres indígenas xinkas e como essa noção é empregada como atitude contra a expropriação da terra e hegemonia do modelo de desenvolvimento capitalista patriarcal (2010, p. 23). Ela descreve que assumir o corpo como território permite fortalecer o sentido de ser e estar no mundo. O termo implica em: recuperar o corpo para defendê-lo das forças históricas estruturais que agem contra ele; recuperar o corpo para promover a vida digna desde um lugar concreto; recuperar a memória ancestral para construir a própria história. Cabnal (2010) sinaliza que essas violências também são geradas dentro de suas comunidades, e não atribui exclusivamente ao que vem de fora.

Apresentado isso, relaciono com uma pista percebida de discordâncias. Na fase de interpretação dos resultados, os relatos sobre o território, o corpo-território, e somados a raça e gênero me levou a perguntar qual era força desses elementos. Ao analisar os dados, percebi que para cinco²⁰⁷ organizações a construção coletiva traz posições marcadas entre “nós” e “outros”, “de dentro”, “de fora” e isso gerou a impressão inicial de identidades mais fixas, coerentes e essencialistas. Na qual de um lado estão os opressores e do outro as pessoas que confrontam essas opressões, sem incluir a relação entre ambos.

Ao consideramos Buenaventura como um lugar de características próprias, e que estas são defendidas no acionar dos processos organizativos e estão presentes no discurso das interlocutoras, Massey (2000) sugere sentir isso sem adotar noções estáticas ou defensivas que ela chama de “reacionárias” do lugar, pois mesmo um lugar tendo especificidades, não se deve considerar uma identidade coesa e coerente compartilhada por todos. E por que não seriam coerentes? Um exemplo é quando Luz Dary menciona a sua chegada no bairro La Gloria, quando encontrou com pessoas que não conheciam que existia um mar em Buenaventura.

Fui a um lugar que chamam a *vereda de La Gloria*, e ali vi que havia muitas necessidades, necessidades de pobreza, mas não é pobreza material, mas pobreza física. Nem as próprias pessoas sabiam que havia um lugar onde tinha um mar, apesar de morarem em Buenaventura, e as pessoas daqui da área urbana não conheciam que

hermosas, tenemos tantas costas en el mar que nosotras no la alcanzamos, no alcanzamos la dimensión alimentaria, pero son hermosas y entonces eso es el lujo, lo bueno del mar. Entonces nosotros decimos siempre que nuestra riqueza es el mar y es nuestro territorio (CINTHIA, 2022).

²⁰⁷ Exceto Redmupaz e FundaProductividad

existia *La Gloria*. Então começamos a fazer algumas atividades²⁰⁸. (LUZ DARY, 2022, tradução própria)

A mobilidade das pessoas, o itinerário pelo mesmo Distrito, os lugares que percorrem e partilham e as conexões que realizam com o mesmo lugar e o mundo são diferentes, como menciona Massey (2000, p. 183) seja fisicamente, ou na memória e imaginação. A heterogeneidade dos sentidos para as interlocutoras e o que elas informam remetem a múltiplas experiências, ora fluidas, descontínuas, contraditórias, coesas. Não se pode entender as experiências das mulheres negras lideranças e dos processos organizativos isolados da construção histórica, geográfica e cultural e política e dos processos reguladores de gênero e raciais, em sua fusão, e do espaço (GARCÍA, 2021, p. 12). A crítica de Massey convida a relacionar o lugar das narrativas, nas quais a identidade do lugar de enunciação não tem uma identidade fixa, local e estável. Entendendo que o que confere a especificidade do lugar não é “uma história longa e internalizada, mas o fato de que ele se constrói a partir de uma constelação particular de relações sociais, que se encontram e se entrelaçam num locus particular” (2000, p. 184).

Massey (2000) entende que colocando as relações no centro pode-se perceber como a intersecção é um ponto particular, único, pois “trata-se, na verdade, de um lugar de encontro”. Observar o sentido de lugar como encontro permite ver Buenaventura para além das fronteiras físicas, e imaginá-lo como articulado em redes de relações e entendimentos sociais, na qual grande parte se constrói em conexão com escalas muito maiores do que o lugar em si. Exemplo disso são aos megaprojetos, o capital transnacional, as atividades portuárias e sua relação e importância econômica internacional, as relações de distintas organizações com mecanismos internacionais, e das próprias organizações e de quem as integra com quem é considerado oponente. Para Massey (2000, p. 182) “a questão é de que modo manter a noção de diferença geográfica, de singularidade e até mesmo de enraizamento, se as pessoas o quiserem, sem ser reacionário?”.

Se aceitamos a noção de espaço relacional, se reforça que na compreensão da globalização neoliberal, os lugares são linhas que se cruzam nas geometrias do poder tanto no

²⁰⁸ *Me fui a un lugar que le llaman la vereda de La Gloria, y ahí miré que había muchas necesidades, necesidades de pobreza, pero no es la pobreza material, sino de la pobreza física. Incluso la misma gente no conocía que acá existía un lugar donde había un mar, a pesar de que vivían en Buenaventura, y la gente de acá de la zona urbana no conocía que existía La Gloria. Entonces empezamos a hacer unas actividades que nos conllevaban a conocer que esta gente pertenecían a Buenaventura y que en efecto tenían la misma necesidad y tenían los mismos derechos que la otra persona* (LUZ DARY, 2022).

global quanto no local. Massey (2000) propôs a noção de *geometrias de poder* para aludir “tanto ao fato de que o espaço está imbuído de poder quanto ao fato do poder, por sua vez, sempre ter uma espacialidade”, ainda que de uma forma assimétrica, diferencial e desigual (2009, p. 19). Essa noção pode ser útil para evidenciar desigualdades e propõe não sucumbir as narrativas universais, mas reconhecer as múltiplas trajetórias no espaço-tempo de diferentes sociedades e lugares (GARCÍA, 2021, p. 78).

Nesse exercício, ainda que se perceba um discurso de defesa do local contra o global e das identidades raciais e territoriais mais fixas, as interlocutoras também demonstraram as contradições e as divergências nas quais escapa a pluralidade de identidades e o reconhecimento de como as organizações e suas ações coletivas e os territórios se conectam ao mundo e a um sistema de relações. Outra crítica de Massey é de que lugares locais não são sempre e somente vítimas do global. Ela defende que diferentes lugares ocupam distintas posições dentro das geometrias do poder mais amplas. Neste sentido, “o local está implicado na produção do global”. A autora alerta que “argumentar pela defesa do lugar de uma maneira indiferenciada, significa, de fato, manter aquela associação do local com o bom e o vulnerável” (2008, p. 153), o que ela critica.

Em relação ao desenvolvimento ora como oponente e ora como injustiça, retomo a noção de *implicação* (MASSEY, 2008, p. 151) elaborada em torno da política da globalização neoliberal, na qual entende-se que a defesa do lugar do local contra o global tira a agência da interação com a globalização neoliberal. Ou seja, há constantes interações com os oponentes, nas quais a população civil se inclui direta ou indiretamente. Ainda que exista uma articulação para separar o “eu/nós” e “outro/eles” não deve ser vista de forma dualista, mas relacional. Nessas geometrias de poder, há relação mesmo que desigual e com menos poder, ou de caráter de oposição, confronto ou negociações. Retomo, neste sentido, o reconhecimento da eficácia e poder de transformação das ações das organizações em Buenaventura, mas que a ação de outros agentes por vezes tem um poder maior.

A guerra que temos não é a nossa guerra. Porque se a guerra fosse nossa, com o que acabei de dizer, com o que faço e com o que fazem as demais, tínhamos melhorado a nossa casa. Porque voltamos às práticas ancestrais, aos valores, a recuperar a confiança²⁰⁹. (LUZ DARY, 2022, tradução própria)

²⁰⁹ La guerra que tenemos no es una guerra de nosotras. Porque si la guerra era de nosotros, con lo que yo acabo de decir, con lo que hago y con lo que hacen los demás, habíamos mejorado el hogar. Porque volvíamos a las prácticas ancestrales, a los valores. A volver a recuperar la confianza. (LUZ DARY, 2022)

Dentro dos diferentes contextos, as interlocutoras de cinco organizações²¹⁰ expressaram na construção de uma identidade coletiva um entendimento comum de não se oporem ao desenvolvimento, mas reivindicar que as incluam. A inferência é de que a construção de uma identidade coletiva que integre o desenvolvimento compartilha as noções dos impactos contra o território (ambientais, sociais, econômicos, alinhamento com a guerra) e articula a inserção delas de forma que as contemple, sem exclusivamente se opor a eles.

“Nós não estamos dizendo não ao desenvolvimento, sim, mas conosco! Desde que nos respeitem, respeitem nossa sabedoria, respeitem nossos territórios e nos dêem trabalho de qualidade.”²¹¹ (JADE, 2022)

Isso pode ser observado em *Madres por la Vida* e em suas reivindicações para a Medida Cautelar para o *Estero de San Antonio*, na qual declararam junto com outras organizações que não buscam a paralisação definitiva da obra, e sim que a Unidade de Busca de Pessoas Desaparecidas (UBPD) possa encontrar os corpos de pessoas que estão localizados ali, respeitando a reivindicação das famílias de pessoas desaparecidas. Essa noção compartilhada tende a possibilitar a abertura política.

A relação dos entendimentos compartilhados e das contribuições de Doreen Massey foram úteis para perceber as diferentes performances e entendimentos do sentido de lugar (2012, p. 101), observar como percebem a relação com o território e a identidade territorial. Os relatos permitiram perceber visões diferentes do território, desenvolvimento e das identidades, que foram observadas pelo que mencionaram e o que se pode inferir ao que escapa. Destaco que as organizações têm grande relevância na formação da identidade de um lugar inserindo-se no sistema de relações e construindo identidades principalmente nas interações, ao contrário da ideia de identidades pré-existentes.

Ao adotarmos essa compreensão, se permite uma imaginação espacial de Buenaventura, na qual interagem o social, o político, o econômico, o cultural, as ações coletivas, os atores legais e ilegais e o corpo numa geometria de poder. García (2021, p. 80) menciona o potencial dessa

²¹⁰ Exceto *Fundaproductividad* e *Redmupaz*

²¹¹ *¡Nosotros no estamos diciendo que no al desarrollo, sí, pero con nosotros y nosotras! A condición de que nos respeten, nos respeten nuestra sabiduría, nos respeten nuestros territorios y que nos den trabajo de calidad* (JADE, 2022).

noção para reconfigurar e produzir o espaço e o modo em que as práticas e ações se organizam, se articulam e se situam em diferentes escalas, desde o corpo, a residência, o bairro, a cidade, a região, o nacional, ao transnacional, como é o caso das lideranças e organizações que interagem do corpo ao global.

7.3 Conflitos e negociações

Em Buenaventura há mais de 70 processos organizativos de mulheres. Em um cenário em que há disputa de espaço, captação de recursos, visibilidade e engajamento, e muitas organizações lutando contra problemas similares, percebeu-se alguns conflitos. Snow e Benford (2000) mencionam que um dos mecanismos que modificam os quadros de ação podem ser os movimentos opostos (ou contra-enquadramentos, contra-movimentos, *counterframing* ou *countermovements*), organizações rivais, e a dialética entre *frames* e eventos (SNOW E BENFORD, 2000). Se há várias organizações com diagnósticos similares pode-se gerar outras que surgem da refutação da eficácia de soluções defendidas anteriormente (BENFORD; SNOW, 2000, p. 616-617; SILVA, 2010).

Após a apresentação da proposta dos enquadramentos, retomo algumas variáveis percebidas. Na identificação das situações problemáticas, as organizações demonstram uma maior especialização na defesa dos direitos, diferenciando-se em qual tipo vitimizante mobilizam na arena pública. A única que tem o mesmo tipo de vitimização com alto grau de saliência é *Red Mariposas de Alas Nuevas* e *Organização 7* a respeito da luta contra violência sexual e de gênero, sendo que a *Organização 7* integrou a rede após se conformar e os conflitos inter-organizacionais atuais consiste na disputa de recursos e porosidade das relações.

Um dos conflitos percebidos durante o campo centraliza-se na relação com *Red Mariposas de Alas Nuevas* com *Madres por la Vida* e a *Organização 7*. Recordo que as representantes de *Red Mariposas de Alas Nuevas* são também representantes de *Madres por la Vida* e abordam essas relações no trânsito entre as duas organizações, seus relatos foram permeados por questionamentos, dúvidas, tristeza e indignação. Nos interessou observar como atribuem sentidos aos conflitos e os impactos para elas e as ações coletivas. Entre eles, a relação entre as integrantes do grupo (quebra de confiança, inveja, falta de reconhecimento, não envolvimento, competição), papéis desenvolvidos (entre quem está realizando a incidência no território, entrando nos diferentes setores para acompanhar as vítimas e enfrentando os riscos

que isso gera e quem atua nas tarefas administrativas, escrevendo projetos e desempenhando papéis acadêmicos, organizacionais e institucionais); a falta de administração financeira.

Pode-se perceber também uma diferença nas narrativas. A incidência do território e contato direto no acompanhamento de vítimas, apresenta nos discursos de Malaika e Jade uma noção de “nosso” território, “nossas” mulheres, com protagonismo e repelindo a atuação de outros agentes trazendo a crítica de que outros chegam, se vão e não reconhecem o trabalho desempenhado por elas, que estão sempre ali. Em *Madres por la Vida*, isso também se apresenta como na justificativa de não entregar as cartografias do *Estero de San Antonio*, para além da falta de segurança na institucionalidade em proteger os dados, está o receio de não reconhecerem o protagonismo na execução desse trabalho que assumiu um caráter coletivo, agrupando outras organizações.

Num sentido contrário, outras lideranças parecem ter um entendimento de que as pessoas associadas vão e vem, da relevância de compartilhar os modos de agir que trazem mais resultados e os que não, para que também seja um aprendizado compartilhado para contribuir com os trabalhos de outras. Essa compreensão foi mencionada por Jade como o modo que agiu por anos, mas diante dos problemas que isso gerou ao compartilhar todo o modo de trabalho com *Red Mariposas* e não ter recebido o reconhecimento, se altera.

Jamais você vai ver uma organização em unidade com outra porque se você começa a dar, a outra começará a absorver, mas nunca reconhecem de que você está dando (...). Todas contra todas. Eu estava conversando no domingo com uma garota que me dizia ‘eu já quero sair de todas as organizações’. Ela está em três. E eu disse a ela: por quê? ‘porque eu estou *desplazada* e esperava que as organizações de mulheres, mesmo que fosse uma, se sentassem com as mulheres e dissessem a elas que aqui estamos, não temos dinheiro, não temos o que te dar, mas nós estão te dando um abraço’. E eu disse, nossa, o que eu sempre pensei. Mas é que como eu sou a problemática..., mas olha, não sou só eu, já tem várias jovens e mulheres que estão pensando onde estão as organizações de mulheres. Nos pegam quando precisam de nós, mas quando não precisam mais, nem se lembram das situações que estamos vivendo²¹². (MALAIKA, 2022, tradução própria)

²¹² *Jamás usted va a ver una organización en unidad con otra, porque si usted empieza a dar la otra la empieza absorber, pero nunca reconocer que usted está dando (...). Todas contra todas. Hablaba el domingo con una muchacha que me decía "yo ya quiero salirme de todas las organizaciones. Está en tres. Y le dije por qué? "Porque es que yo soy desplazada y yo esperaba que las organizaciones de mujeres, aunque una, se sentaran con las mujeres y les dijeran aquí estamos, no tenemos plata, no tenemos que darle, pero le estamos brindando un abrazo". Y yo dije 'uau, lo que yo he estado pensando siempre'. Es que como yo soy la problemática, pero mire que no solamente soy yo, ya van varias jóvenes y mujeres que están pensando en dónde están las organizaciones de mujeres. Nos toman cuando nos necesitan, pero cuando ya no nos necesitan ni se acuerdan de las situaciones que estamos viviendo.* (MALAIKA, 2022)

Ao ir para *Ladrilleros*, encontrei com as integrantes da Organização 7, que se associou à *Red Mariposas* por recomendação de uma advogada. Então, participaram de formações sobre direitos das mulheres. Depois de formadas, se dedicaram à atuação como dinamizadoras, replicando essas palestras nos territórios, o que gerava um recurso financeiro. Para elas devido às disputas para ser dinamizadora, a possibilidade de dar palestras pela rede acabou. Mas seguiram na organização porque o aprendizado e a possibilidade de trabalho eram maiores que isso. Até que com o rompimento do grupo de coordenadoras não sabem se ainda integram ou não. Também enfatizaram que confiam na fundadora de *Red Mariposas de Alas Nuevas*, e os conflitos têm origem na relação com Jade e Malaika.

Bom, a Rede [Mariposas], a gente começou muito legal, muito legal, mas como em todas as organizações, na rede se fala de um *comadreo*, se fala disso, mas não se aplica. Ali não há respeito, há muita inveja e muito ego. Nós daqui do território nos sentimos mais violentadas do que qualquer coisa. A estratégia é que aprendemos desde pequenas que na vida existem coisas boas e coisas ruins. Mas você tem que pegar o bom e jogar fora o ruim.²¹³ (DORA, 2022, tradução própria)

Na relação entre a Organização 7 percebe-se que a *credibilidade* do quadro disponibilizado por *Red Mariposas de Alas Nuevas* apresentou fragilidade, no qual percebem a falta de coerência entre o que se acredita, se reivindica e se faz. Esses problemas internos diagnosticados foram mencionados pelas interlocutoras e por pessoas que acompanham sua atuação. A própria inserção de uma pesquisadora para o desenvolvimento desta pesquisa nessas relações demonstrou gerar conflito.

Entender o que ocorria entre as organizações não foi de imediato, somente ao ir a *Ladrilleros* que mencionaram que há um ano e meio um conflito entre as coordenadoras marcou uma desarticulação interna da organização a partir da exclusão do grupo de *WhatsApp* com todas as integrantes e a reconfiguração organizativa. Das 22 coordenadoras, ficam 6 compondo a *Junta Directiva* (JADE, 2022). Dora mencionou que o que gerou a exclusão do grupo se origina de um desentendimento financeiro. Os desdobramentos dessa desarticulação são justificados pelas interlocutoras que fazem parte como uma estratégia:

²¹³ Bueno, la Red, nosotros empezamos muy chévere, muy bacano, pero como en todas organizacion, y en la red si habla de un comadreo, si habla de eso, pero no si aplica. Allí no hay respeto, hay demasiada envidia, y demasiado ego. Nosotras de acá del territorio nos sentimos más violentadas de lo que cualquier cosa. La estrategia es que aprendimos desde pequeñas que en la vida hay cosas buenas y cosas malas. Pero hay que tomar lo bueno y desechar lo malo. (DORA, 2022)

Com muito respeito, minha leitura, pode ser que esteja errada como ser humano, não é que estamos velhinhas, mas que já somos mulheres sujeitas de direitos e já estamos vendo muitas coisas. Então, ela quer um novo rebanho para continuar seu processo. Pode ser que eu me equivoque, certo? Mas essa é a minha leitura atual²¹⁴. (JADE, 2022)

A *Organização 7* questionou as práticas de não-violência ditas diante das relações "tóxicas" exercidas, e o *comadreo* percebido como não sendo aplicado em alguns casos, vinculados aos conflitos entre relações e ao acesso a recursos financeiros. Para as interlocutoras de *Red Mariposas*, como consequência da fratura da organização, voltaram a fortalecer *Madres por la vida*. A organização não era formalmente constituída até 2020, suas ações tinham uma eficácia e benefícios menores percebidos pelas lideranças, que se dedicavam a outras organizações com resultados percebidos maiores devido aos recursos e parcerias mais consolidadas. Até então, *Madres por la Vida* estava aliada a inscrição de projetos e recursos com a *Red Mariposas*, que já formalizada recebia e repassava para a organização. Até que recentemente chegou a atuação de jovens e o apoio de recurso, visibilidade e reconhecimento da *Fundação Nydia Erika Bautista*, que engatou uma retomada da organização (CINTHIA, 2022).

Os conflitos relatados são dinâmicos, estão ocorrendo e despertam emoções que ainda estão sendo compreendidas. Durante a observação de campo, percebeu-se em relação a *Red Mariposas de Alas Nuevas* e a *Madres por la Vida* uma crítica à essas organizações pela necessidade de protagonismo no território, a característica de serem mais fechadas entre si. Em entrevista realizada com a *Secretaría de las Mujeres, Equidad de Género e Igualdad de Derechos en el Distrito de Buenaventura*, Diaz (2022), ao questionar a proximidade e os desafios da relação com as organizações selecionadas nesta pesquisa, a secretária acredita que “uma organização que quer trabalhar para o Distrito sem interesse o faz com a administração²¹⁵. Em relação a *Red Mariposas e Madres por la vida*, ela comenta:

Simplesmente o que eu considero é que tanto protagonismo querem dar ao território para validar ou desvirtuar que existe uma administração pública auxiliando? Em outras palavras, se você perguntar sobre a referência nacional de organizações de mulheres, sempre dizem *Mariposas*, mas aqui em Buenaventura existem inúmeras organizações que trabalham. E obviamente vou me mostrar como a única que funciona, que a

²¹⁴ *Muy respetuosamente mi lectura, pueda que me equivoque como ser humano, es que no es que estamos viejitas, sino que ya somos unas mujeres sujetas de derecho y ya estamos viendo muchas cosas. Entonces, ella quiere un nuevo borrego para seguir su proceso. Pueda que me equivoque, ¿no? Pero esa es mi lectura actualmente.* (JADE, 2022)

²¹⁵ *Una organización que quiere trabajar por el Distrito sin interés lo hace con la administración.* (DIAZ, 2022)

administración não funciona ou que a única pessoa que está fazendo a atividade sou eu, porque não me interessa que nem mesmo pensem que tenha uma relação com o *Distrital*.²¹⁶ (DIAZ, 2022, tradução própria)

Esta leitura permite observar a crítica a forma de se executar um protagonismo dos processos organizativos no território, que distantes da relação com mecanismos institucionais como a Secretaria, se assumem como a alternativa de solução. Isso pode indicar a *performance* das organizações em relação a captação de recursos e mobilização. A relação com o Estado e instituições oficiais é relatada como frágil, por não ter confiança, visto que mencionam que é o Estado também que produz e reproduz violências contra elas. O trabalho que desenvolve *Red Mariposas de Alas Nuevas*, de atenção e acompanhamento às vítimas de violência, por exemplo, interage constantemente com a rota de atenção, às políticas públicas em vigência e ao trabalho da Secretaria.

Abordar esses conflitos remete a compreensão de que as interações, relações e comunicações seja com integrantes da mesma organização ou nas relações com outras não são sempre coesas, nem fixas. Por casualidade, no tempo em que essa pesquisa se desenvolvia eram essas as atuais fraturas, mas o enquadramento interpretativo de como cada organização opta por seguir incorpora a constante revisitação de quem são, de quais problemas querem combater e de que forma, e de como solucionam esses conflitos.

²¹⁶*Simplemente que yo considero es: ¿que tanto protagonismo te quieres dar en el territorio para convalidar o desvirtuar que existe la administración pública asistiendo? Es decir, yo creo que, si tú preguntas en referente nacional de organizaciones de mujeres, siempre te dicen Mariposas, pero es que aquí en Buenaventura están infinidades de organizaciones que trabajan. Y obviamente yo me voy a mostrar como la única que funciona, que la administración no funciona o que la única persona que está haciendo la actividad soy yo, porque no me interesa que ni siquiera piensen que tienen una relación con lo Distrital.* (DIAZ, 2022)

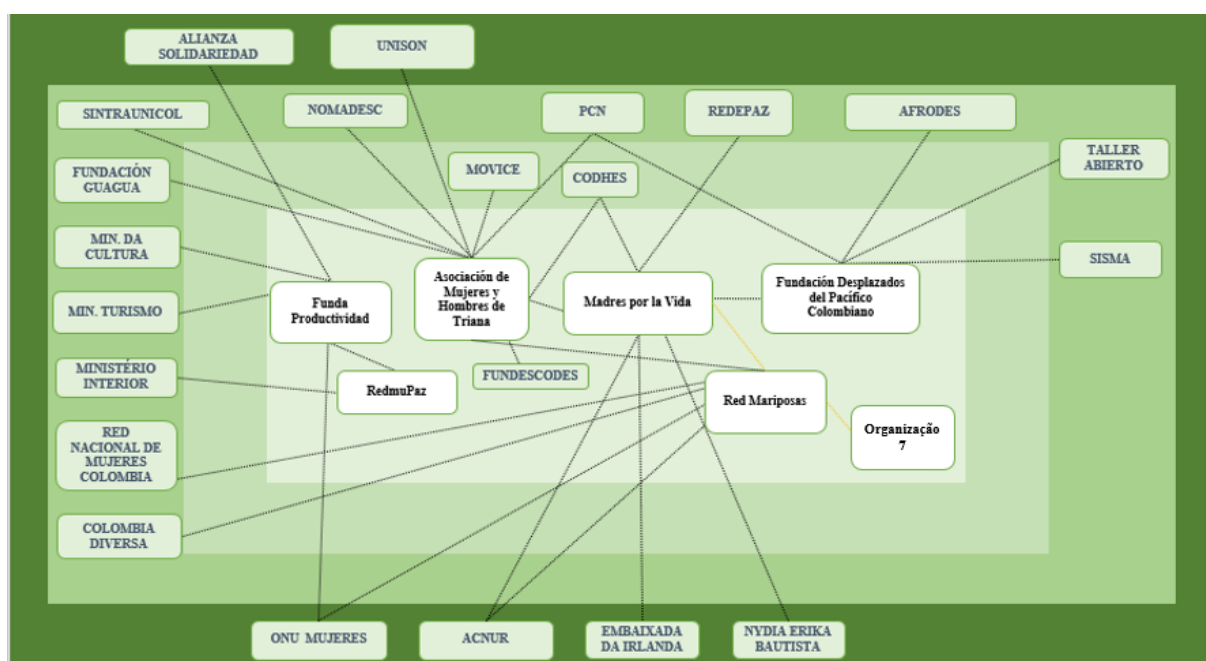
8 COMO LUTAM?

Neste capítulo abordo o enquadramento prognóstico com os planos de ação para transformar as situações consideradas problemáticas ou injustas expressos nos repertórios de ação coletiva. Busquei responder quais são as relações entre conformação das redes para a estrutura de mobilização e o acesso às oportunidades e repertórios de ações coletivas.

8.1 Criando vínculos e redes

A construção de vínculos e redes ocorre tanto considerando: a) o encontro de pessoas diferentes que conformam as organizações; b) a relação com outros processos organizativos e redes e plataformas interorganizacionais; c) o acesso a atores, entidades, organizações e instituições que possam ser apoiadoras; d) as relações com mecanismos estatais e políticos; e) com oponentes. Para visualizar algumas das relações entre as organizações e quem as apoia, foi elaborado um esboço na Figura 31, considerando os vínculos, e em amarelo as relações de porosidade entre as organizações analisadas.

Figura 33. Mapa de redes e vínculos entre os processos organizativos



Fonte: elaboração própria a partir de entrevista e levantamento de dados

No caso das organizações *Madres por la vida*, é a partir da interação por meio de um projeto da CHF com incidência no bairro em que residem que as três fundadoras se conheceram. Após participarem de um evento nacional pela paz e terem contato com outras organizações, consideraram a conformação visto que as três eram vítimas do conflito armado. *Asociación de Mujeres e Hombres de Triana* se formalizou depois da interação com atores de instituições que conheceram em uma Audiência Pública. Em *Red Mariposas de Alas Nuevas*, Malaika foi convidada por duas pessoas diferentes a participar de uma reunião para acompanhar uma pessoa que não queria ir sozinha, as duas receberam o convite de Jade, que por sua vez foi convidada para uma reunião enquanto trabalhava após se inteirarem da violência de gênero da qual era sobrevivente.

Redmupaz é a única que é criada num movimento contrário: ao participar de um projeto do Ministério do Interior a organização foi criada como um resultado do projeto, ainda que esta participação tenha sido um convite realizado na relação com *FundaProductividad*. *FundaProductividad*, por sua vez, alega ter se aliado com pessoas que dispõe de “vontade de aprender” artesanato. Na *Organización 7* se conformaram e recrutaram associadas entre conhecidas, amigas e vizinhas. Em *Fundación de Desplazados del Pacífico Colombiano* reuniram as pessoas que tinham conseguido uma casa no setor El Esfuerzo, e vendo que tinham outras com as mesmas demandas expandiram o alcance para todo o Distrito. Até aí as organizações articularam os problemas comuns entre as pessoas e criaram ponte aliando-os aos problemas coletivos que os processos organizativos defenderiam. Feito isso, ativaram suas redes sociais para o recrutamento e fortaleceram os vínculos entre si.

As organizações precisaram ter uma leitura que diagnosticasse adequadamente os problemas. Os processos de articulação demandam que conectem o que defendem com o que potenciais membras defendem, e estas componham a organização. Um exemplo é como o massacre que ocorreu em Triana é um evento traumático, no qual a organização conecta com a defesa da memória, retorno às práticas tradicionais cotidianas e o fortalecimento dos vínculos. Se tivessem proposto algo que não fizesse sentido para as pessoas que vivenciaram essa violência, a eficácia da mobilização poderia ter sido afetada por não construir um sentido compartilhado que as motivassem. (SNOW E BENFORD, 2000, p. 626)

Da relação com outros processos organizativos, redes e organizações que conferem recursos materiais ou apoio, ressalta-se que das sete organizações, somente a *Organización 7* menciona não possuir atualmente vínculo com nenhuma outra, o que traz consequências sobre o acesso à recursos e a mobilização de suas ações. Declaram não ter apoio em nenhuma esfera

e criticam as parcerias que mencionam a visibilidade, mas não trazem modificações práticas e reais. Em relação ao convite da Comissão da Verdade, por exemplo, não participaram por esperarem mais do que o narrar. *A Organização 7* já integrou *Red Mariposas*, e recentemente uma segunda organização, mas com a primeira há uma fratura e com a segunda menciona que ao receber um apoio foi cobrada para que votassem em um candidato político, e ao recusarem houve a ruptura.

Outro ponto em comum (*Organização 7*, *Red Mariposas*, *Madres por la Vida*) é o acesso e porosidade nas relações acadêmicas com pesquisadores (as) que as acionam para participarem. A primeira crítica nessas relações é o protagonismo que assumem como construtores de conhecimento, não reconhecendo o saber e conhecimento delas e das organizações. A segunda é a não devolutiva do que é pesquisado e de como os estudos podem contribuir com as ações que desenvolvem.

Redes de organizações como *RedePaz*, *Red Mariposas* e *Afrodes* e PCN são mencionadas e retorno para observar o sentido da participação dessas redes. As interlocutoras entendem que é uma questão de acessar recursos que a rede pode disponibilizar (entre eles: formação, apoio em ações coletiva, recursos financeiros, apoio jurídico, acadêmico, interlocução de redes de contatos e política, visibilidade). Filiando-se às redes, aumentam a visibilidade e alcance.

Nós aqui nos reunimos com a *Afrodes*, e como vimos que a *Afrodes* estava a nível internacional e a nível nacional, a voz deles podia ser mais escutada do que a nossa. Então, a partir disso, nos filiamos²¹⁷. (ESMERALDA, 2022, tradução própria)

Fazemos parte da *RedePaz*, que é grandíssima. Então nós nos afiliamos. E não é que a gente seja desordenada. Nós ficamos todos aqui em Buenaventura, mas quando trabalhamos com os irmãos indígenas, colocamos pela *Redpaz* porque eles são os advogados, os políticos, os acadêmicos²¹⁸. (LUZ DARY, 2022, tradução própria)

Entendendo isso, se considerou o processo de como as lideranças articulam as dinâmicas sociais ao seu redor. Identificou-se que, com o apoio de suas redes, após fortalecer suas próprias relações, e tendo o “nós” e o diagnóstico mais consolidado, participaram de formações sobre

²¹⁷ *Nosotros acá nos reunimos con Afrodes, y como nosotros miramos de que Afrodes estaba a nivel internacional, estaba a nivel nacional, la voz de ellos podía ser más escuchada que la de nosotros. Entonces, a raíz de eso, nos afiliamos.* (ESMERALDA, 2022)

²¹⁸ *Hacemos parte de RedePaz, que es la grandísima. Entonces nosotros nos afiliamos. Y no es que nosotros somos desordenados, no. Nos quedamos todos aquí en Buenaventura, pero cuando trabajamos con los hermanos indígenas, si se lo ponemos a Redpaz porque ellos son los abogados, los políticos, los académicos.* (LUZ DARY, 2022)

diferentes temas: gênero e igualdade de oportunidades; direitos do território, constituição política, leis, história do território, história étnica-racial da população no território, ancestralidade, liderança e artesanatos. Essas formações contribuíram para a construção de uma linguagem, uma identidade coletiva conectada com enquadramentos mestres, que propiciaram mais conhecimento interpessoal, a ampliação das reivindicações que almejavam e o acesso a oportunidades políticas e de contexto, legitimando suas ações. *Red Mariposas* assume um papel central nessas formações pelo caráter de ser rede e por desenvolver a Escola Pacífica, reconhecida por ter proporcionado o acesso à uma gama de conhecimento.

Das semelhanças, nota-se que as organizações aliadas promovem o incentivo para a formalização dos processos organizativos que estão criados, mas não têm registro formal. Isso se deve ao fato de que formalizados ingressam numa interação maior para obtenção de recursos, como foi o caso de *Asociación de Mujeres y Hombres de Triana* e *Redmupaz*, e mais recentemente de *Madres por la vida*. Em Triana, a relevância dos vínculos pode ser identificada quando *MOVICE* consegue acesso a outros recursos e visibilidade, pois se prontificaram a buscar aliados internacionais que se mantêm até hoje no rol da associação.

Eles falaram: vamos colocar essa queixa internacional para ver como eles podem trabalhar com vocês. Então, eles escreveram para um sindicato de Londres, e aí eles vieram diretamente aqui em nossas casas e disseram que tinham um sindicato de homens e mulheres e que iam nos ajudar²¹⁹. (SAMARIA, 2022, tradução própria)

Uma das formas de conseguir recursos é a inscrição em editais locais, regionais, nacionais e internacionais para execução de projetos. Esses editais podem exigir estruturas organizativas capazes de administrar recursos (ou aliados que as realizem), executar ações em um tempo determinado e que dialoguem com as agendas de quem destina (ARIAS, 2020, p. 52-55). A Organização 7 menciona que mesmo tendo inscrito diferentes projetos, não conseguiu a aprovação. Malaika e Jade mencionam que este é um dos obstáculos para conseguirem acesso à recursos caso conformem outra organização, pois atuam na base e não desenvolveram capacidades técnicas para a mobilização de recursos e gerenciamento de projetos.

O aporte financeiro internacional é reconhecido como o mais proeminente em *Madres por la Vida*, *Red Mariposas de Alas Nuevas*, *Asociación de Mujeres y Hombres de Triana*. Essas também reconhecem que é dos organismos internacionais que vem o maior

²¹⁹ *Dijeron: nosotros vamos a poner esta queja internacional para ver cómo pueden trabajar con ustedes. Entonces, verdad, ellos le escribieron a un sindicato de Londres, y entonces ellos vinieron directamente acá a nuestras casas y dijeron que tenían un sindicato de hombres y de mujeres y que nos iban a ayudar.* (SAMARIA, 2022)

reconhecimento do trabalho que realizam. Em artigo de 2017, uma das fundadoras de *Red Mariposas* mencionou que ainda que a resposta às situações problemáticas deveria ser local, é a comunidade internacional que tem um papel relevante de proteção e fortalecimento dos processos comunitários, destacando a atuação do Alto-comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) no acompanhamento das ações da organização (PENARANDA; SULEWSKI, 2018, p. 40). *RedmuPaz* e *Fundaproductividad* demonstraram ter uma relação mais próxima aos organismos oficiais nacionais e mencionam o aporte por meio de editais e projetos. Também são as únicas que mencionaram a Prefeitura e a Secretaria das Mulheres, Igualdade de Gênero e Igualdade de Direitos.

No que tange a estrutura de mobilização das organizações, uma das características encontradas é que as organizações se relacionam com outras, entre as motivações, para fortalecer a base de integrantes, concentrar pessoas em lugares e momentos estratégicos. Assim, manifestações são realizadas em conjunto, coordenando esforços. A explicação para os êxitos das organizações ou desafios enfrentados, em termos das categorias analisadas, demonstram que na organização produtiva, *Fundaproductividad*, se tem repertórios políticos, econômicos e culturais, mas não se centra em ações coletivas de confronto como as manifestações em vias públicas, focando na produção de eventos culturais de visibilidade para pessoas artesãs e de empreendedorismo. Seu discurso simbólico tem o “saber ancestral” do Pacífico colombiano, que por si só já amplia para não ser exclusivamente do Distrito, mas referente à Região, para conectar com possíveis aliados. Por sua vez, *Red Mariposas* desenvolve uma estrutura de rede ampla. As organizações de vítimas relatam como problema organizativo mobilizar novas gerações. A Organização 7 relata que a falta de redes permanentes e o distanciamento do acesso de oportunidades políticas dificulta o fortalecimento das ações e recursos.

8.2 Repertórios e oportunidades

As organizações selecionadas desenvolvem uma diversidade de repertórios para modificar as situações problemáticas, mobilizar suas bases e desmobilizar os oponentes. Reforço que as inferências partem de uma interpretação e não buscam representar de modo integral todos os realizados, mas foram destacados modos de agir que emergiram da análise dos dados. Uma parte desses repertórios não conta com recursos financeiros para viabilizá-los, mas

ainda assim a presença das organizações é caracterizada de modo contínuo no apoio à população que atendem. Para abordar as oportunidades que favorecem ou restringem as dinâmicas da organização (TILLY; TARROW, 2015; TARROW, 2009; SALAZAR, 2006; GIL, 2006), articulei os repertórios, as oportunidades e conformação de vínculos e redes.

A escolha de qual repertório usar, quando e contra quem não é casual, mas estratégica. Afinal, de onde surgem as ideias do que fazer? Os processos organizativos demonstram realizar suas ações refletindo sobre elas a partir de um arsenal cultural disponível que as orientam. Ou seja, é estratégico, mas não estritamente, pois conflui com emoções, as orientações culturais e os símbolos que escolhem relacionar. As identidades étnico-raciais e territoriais aliadas à herança cultural ancestral da população negra e indígena na cultura demonstrou ter força para cinco processos organizativos, mediadas pela lógica cultural construída por quem ocupou e construiu esses territórios. O modo particular de recriar os modos de viver no presente, a partir de um acúmulo de saberes, símbolos e significados torna-se fonte de sentidos que são acionados tanto na construção do “nós” quanto nas ações coletivas, colocando esses conhecimentos para responder às demandas do presente.

Explico que as identidades raciais e étnicas não são sinônimos de cultura, ou de modos de viver diferenciados, e que o conteúdo e modo de apresentá-las nas ações sociais são frutos dos processos de agenciamento interno e externo para a mobilização de consensos que baseiam os enquadramentos interpretativos. Os símbolos não surgem do nada, mas são entretecidos por combinações criativas e articulados às ações de construção de memória, articulação política e jurídica, formação e autonomia financeira. Ao empregarem, soma-se ao que reivindicam uma dimensão de confronto à cultura hegemônica, a invisibilidade dos conhecimentos tradicionais e ancestrais.

Os repertórios de memória são percebidos nas organizações *Madres por la Vida* e *Asociación de Mujeres y Hombres de Triana* que se caracterizam por visibilizar a história de pessoas que foram vítimas do conflito, desde seus nomes, o que gostavam e quem eram, ou seja, os *projetos biográficos* (PARRADO PARDO et al., 2020). Essa memória é inscrita no presente como processo de cura, recuperação e processamento pelas vítimas sobreviventes, e articula um futuro onde se pode aspirar desejos, sonhos e expectativas para quem segue. Outro modo de agir é a valorização da cultura e do saber tradicional por meio do artesanato, como *Fundaproduktividad* emprega em suas ações seja valorizando, formando ou fomentando a cultura do Pacífico colombiano por meio dos produtos, ações, eventos.

A criação da Casa de Memória de Triana e os eventos realizados nela, as marchas e celebrações da vida e da morte se aliam a uma mistura da religiosidade, com as missas, e a ancestralidade das comunidades negras a partir de rituais tradicionais de celebração, canções, poesias e o fomento aos saberes das plantas tradicionais. As organizações retomam, a partir do conhecimento de seus membros e da ancestralidade, os modos de fazer: inscrever histórias numa colcha com símbolos que as representam, fazer os *plantões* em espaços públicos junto com rituais musicais, reconhecer o território como vítima do conflito armado, semear cruzeiros e homenageá-los como no caso do *Estero de San Antonio* e em *Triana*.

Demonstram escolher seus repertórios considerando com quem interagem e levam em conta os que têm um histórico de serem bem-sucedido, seja por suas experiências (e o retorno eficaz) ou por integrarem *master frames* já reconhecidos (TARROW, 1997, p. 228). Buscar compreender a configuração de como isso ocorre demonstrou estratégias de repertórios de ação coletiva e práticas de reexistência, ainda que essas possam convergir. Essa diferenciação refere-se às ações coletivas como uma ação com um objetivo compartilhado e contra um oponente (TILLY, 1978), enquanto as práticas de reexistências são as gramáticas de vida expressas no cotidiano (JARAMILLO-MARÍN et al., 2019). Sendo que essas práticas podem ou não serem ações coletivas ou estarem articuladas aos repertórios, não estão obrigatoriamente ligadas a uma reação diante da violência, mas sim a construção de modos de ser, saber, pensar e viver que sofreram uma irrupção (TORO, 2019, 2020)

Uma abertura política no Distrito para as lutas que contemplam as mulheres é a da criação da *Secretaria de las Mujeres Equidad de Género e Igualdad de Derechos Urbano y Rural* em Buenaventura. Em entrevista com a secretária Edna Ruth Sarria Diaz, ela compartilhou que a criação ocorreu a partir de 2011, por meio Política Pública de Igualdade de Oportunidades, que nasce da luta²²⁰ de bases comunitárias de mulheres no Distrito, e não pelo interesse governamental de desenvolvê-la.

Depois de muitas reuniões, capacitações e construções coletivas, foi elaborado o documento e iniciado o processo de apresentá-lo à *Alcaldía* e ao *Consejo Distrital*, que foi aprovado pelo Acordo 006 de 2011. Somente em 2019, quando houve mudança de prefeitos,

²²⁰ Durante o processo de construção da política participaram 279 mulheres, 9 homens, 30 organizações sociais e 55 mulheres e 12 homens representantes de entidades distritais. (ALCALDÍA DISTRITAL DE BUENAVENTURA, 2011).

uma mulher assumiu o cargo em um curto espaço de tempo, e esse coletivo voltou a retomar o tema da criação da Secretaria e apresentar os papéis e documentos. Nesse intervalo de tempo, as ameaças e repressões foram constantes para o coletivo. Com êxito na estratégia de aproveitar a mudança de governo, conseguiram a aprovação da criação da Secretaria na bancada do *Consejo Distrital* no dia 19 de maio de 2019, com o Acordo 006 de 2019. (CONSEJO DISTRITAL, 2019). A secretária ressaltou a importância da interação com as organizações.

Esta aproximação a partir da Secretaria tem sido muito positiva porque não desconhecemos as necessidades e tampouco desconhecemos o trabalho tão importante que as organizações fazem. É que as organizações são as que mobilizam toda o tema de segurança, de uma vida livre de violência, de educação e de participação. Sem organização é muito difícil, ainda mais agora nesses contextos de violência. Precisamos que as organizações estejam mais fortalecidas nos bairros, com o propósito de que sejam as que realizem as ações por meio da Secretaria. (...) E fora das organizações, bem, também temos mulheres que não têm nada a ver com uma organização e que são independentes. Então, isso também é importante ser considerado²²¹. (DIAZ, 2022, tradução própria)

A incidência em espaços políticos como as *Mesas* e *Consultivas*, a partir de uma abertura política, com a criação da Política Pública de Igualdade de Oportunidades do Distrito e da Secretaria de Mulheres, Equidade de Gênero e Igualdade de Direitos, é o modo como as lideranças, que não representam somente suas organizações nesses espaços, articulam as demandas e propostas de ações. Em uma reunião da *Consultiva Distrital* de Mulheres de Buenaventura em março de 2022 pôde-se perceber que as organizações apresentam propostas, cobram de representantes articulações para realizá-las, sendo que todas apresentadas no dia estavam relacionadas à oficinas e palestras, o que sugere o questionamento de uma institucionalização dos repertórios.

Nesse contexto, *Fundaproductividad* integrou a criação da *Mesa intersectorial por la defensa del viche/biche*, o que gerou a criação da Lei 1258 de 2021. Destaca-se também por ser a única organização que tem como modo de agir a formação em artesanato e o incentivo ao fortalecimento de geração de renda de empreendimentos. Para modificar as problemáticas,

²²¹ *Ese acercamiento desde la Secretaría ha sido muy positivo porque no desconocemos las necesidades y tampoco desconocemos el trabajo tan importante que hacen las organizaciones. Es que las organizaciones son las que movilizan todo el tema de seguridad, de vida libre de violencia, de educación y de participación. Sin organización es muy difícil, y más ahora en estos contextos de violencia. Necesitamos que las organizaciones estén más fortalecidas en los barrios, con el propósito de que ellos sean los que lleven las acciones a través de la Secretaría. (...) Y fuera de las organizaciones, pues también tenemos a las mujeres que no tienen nada que ver con una organización y que son independientes. Entonces eso también es importante tenerlo en cuenta.* (DIAZ, 2022)

integrar a organização é mencionado como uma forma de reconhecimento dos saberes e das capacidades de cada um para gerar renda como estratégia de autonomia financeira e enfrentamento de situações de violência.

Nas ações de denúncia e confronto estão as reivindicações em espaços públicos como marchas, caminhadas, ocupação de instituições e murais (compartilham uma mensagem para atores que são oponentes às ações da organização). As denúncias públicas são empregadas articulando vínculos com outras organizações ou redes para colocar em evidência uma injustiça compartilhada, de forma que confira maior legitimidade. Por último, menciono o repertório de ação coletiva enquanto participar da organização. Isso foi percebido na *Organização 7*, pois suas ações são voltadas predominantemente para as integrantes. A participação por si só parece significar uma ação coletiva, conforme Melucci (1999, p. 73) acredita ao entender que os movimentos contemporâneos não são somente instrumentais para alcançar determinados objetivos, mas também um objetivo em si mesmo. Assim, a organização é o própria mensagem e confronto às situações problemáticas.

Até aqui, percebe-se que muitos são os recursos dentro do grupo. As oportunidades políticas e de contexto²²² referem-se aos recursos fora dele que reduzem ou estimulam as ações coletivas, desvelando aliados e vulnerabilidades. Para analisar as oportunidades, seria necessário um aprofundamento dos episódios históricos que contribuíram para o surgimento das organizações e de suas ações coletivas e os que atuaram como restrições, seja considerando o momento político, as legislações que influem, os ciclos de violência no marco do conflito armado. No entanto, me centrei a observar o que é mencionado a partir das interlocutoras, e o que elas ativam em suas memórias que influem nessas aberturas ou restrições da ação coletiva. Das informações levantadas, elenco algumas dessas oportunidades políticas mencionadas no período em que as organizações se fundaram, conforme a Figura 32.

²²² Dentro das variáveis das oportunidades políticas, destaca-se: o grau de abertura à participação, as mudanças de alinhamentos dos governos, a disponibilidade de aliados influentes e as divisões entre elites. (TARROW, 1997, p. 156).

vínculos com aliados revela a influência dele nos modos de interpretar. Por exemplo, a menção das interlocutoras de *Madres por la Vida* ao papel do Processo de Comunidades Negras na formação política e de identidade, sendo que o PCN desde 1993 trabalha quatro princípios: direito à identidade, ao território, a autonomia e a visão própria de desenvolvimento (AGUDELO, 2004, p. 68) e da *Asociación Nacional de Afrocolombianos Desplazados* que surgiu em 1999 voltada para os direitos e identidade cultural.

Outra relação é com redes que centralizam a discussão de gênero e/ou gênero e raça. Como foi com *Fundación de Desplazados del Pacífico Colombiano* em relação a *Fundación Sisma* (uma organização colombiana feminista que busca promover o empoderamento individual e coletivo de mulheres e atua com enfoque psicojurídico e de direitos humanos para fortalecer processos sociais) e *Taller abierto* (busca gerar e fortalecer o empoderamento de mulheres e jovens de setores populares por meio do desenvolvimento de processos psicossociais e pedagógicos pautados na perspectiva de gênero-interculturalidade-direitos). *Red Mariposas* e sua relação com a *Red Nacional de Mujeres Colombia* (trabalham em prol dos direitos humanos no país com uma abordagem feminista), e mais recentemente com *Colombia Diversa* (criada em 2004, trabalha pelo reconhecimento e exercício dos direitos humanos de pessoas LGBT na Colômbia) e ONU Mulheres (promoção de igualdade de gênero e empoderamento das mulheres), sendo esta última também vinculada a *Fundaproduktividad*, somando-se as relações dela com Ministério da Cultura e do Turismo voltadas às atividades produtivas.

A *Asociación de Mujeres y Hombres de Triana* está próxima de redes voltadas à defesa de direitos humanos, construção de memória e sindicalistas. A Organização 7, por sua vez tem a influência dos enquadramentos articulados por *Red Mariposas*. Acompanhando os ciclos de protestos, primeiro as organizações estiveram mais relacionadas as demandas de defesa de direitos e identidade étnica e racial, depois soma-se às de gênero, e percebe-se uma mudança nas MIACs de *Red Mariposas* que tem incorporado a população LGBTQIA+.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para concluir esta pesquisa retomo o percurso e os resultados para verificar a resposta do que propus responder e se os objetivos foram alcançados, conferindo no que este trabalho contribui para a análise dos processos organizativos a partir de enquadramentos interpretativos. Antes disso, reforço que assim como as organizações não constroem suas MIACs exclusivamente de modo estratégico, enquanto pesquisadora há um investimento afetivo somado aos inúmeros desafios até chegar a esta linha, a da conclusão. Processo que envolveu desde o inserir-se em outra disciplina, a sociologia, ao reconhecimento das limitações de uma pesquisa empírica que tiveram constantes redefinições, e da inclusão do corpo de uma pesquisadora nesse percurso.

Dito isso, as inferências fornecidas foram uma maneira de interpretar essa realidade, não é fixa, está em constante modificação e permite que outras análises possam questionar ou expandi-la, pois a deste trabalho baseia-se no encontro em um determinado momento com o tema, com as interlocutoras e com as organizações, com a metodologia e o marco teórico escolhido, e da minha perspectiva e lugar enquanto pesquisadora, mulher cis branca, e a experiência anterior com a maioria das organizações enquanto jornalista, que por vezes desperta um acionar de performances diferentes do da pesquisa acadêmica.

O objetivo foi o de analisar os enquadramentos interpretativos que compõe as Molduras Interpretativas de Ação Coletiva (MIACs) de organizações de mulheres negras em Buenaventura. Apesar dos esforços em sintetizar os relatos e agrupá-los para a análise esta foi uma forma de leitura, pois eles se atravessam nas esferas individuais e coletivas e não são lineares. Para isso, na análise categorial das entrevistas feita linha por linha, pôde-se conhecer as estruturas das organizações e de mobilização para identificar como as lideranças conduzem os processos de enquadramentos, diagnosticam os problemas, constroem uma identidade compartilhada e um enquadramento motivacional em cada processo organizativo, seus repertórios de ação e as oportunidades políticas e de contexto que acessam.

Ao se atentar nas descrições dispostas, pode-se inferir que há dois grupos de organizações, as que tem saliência na defesa da garantia de direitos de vítimas do conflito armado e identidades e a de produtividade (composta por *Fundaproductividad* e na qual *Redmupaz* interage e integra). A maioria ²²³ das organizações tem início na primeira década dos

²²³ Com exceção da Organização 7 em 2012 e *Redmupaz* em 2015.

anos 2000, num período reconhecido pelo aumento da violência em Buenaventura com a inserção de atores armados, conflitos pelos grandes projetos para o desenvolvimento do Distrito, ao mesmo tempo em que se tinha a abertura dos direitos aos territórios coletivos e o reconhecimento da população étnico-racial no Pacífico colombiano, junto à emergência de organizações e redes que lutavam pela identidade étnica-racial, territorial e cultural de populações do Pacífico.

As fundadoras e lideranças também enfrentaram tipos de violência principalmente no final dos anos 90 e início dos 2000, com exceção em 2014 e 2020, sendo a violência de gênero e sexual, o deslocamento forçado, o desaparecimento forçado, e os assassinatos e massacres os mais salientados, sem se esquecer das ameaças. Esse dado se torna relevante cruzar para entender o contexto numa época em que quebrar o silêncio ou falar de violência e das cometidas contra as mulheres foi mencionado como tabu, e eram poucas as garantias contra a repressão. Ou seja, elas integram um período no qual foram construindo seus enquadramentos interpretativos, e acessando oportunidades que contribuíram para o cenário atual organizativo e também de pós-conflito.

A marca temporal expõe a diferenciação do perfil das organizações num cenário com mais de 70 organizações de mulheres registradas, e da composição das estruturas de mobilização e dos enquadramentos compartilhados entre a base de membros que aludem à um período específico tanto da organização quanto de suas vidas, ainda que estes estejam em constantes reformulações. Outro elemento é a escala de alcance das organizações. Primeiro, que elas já se diferenciam no lugar de atuação. Seis organizações estão mais vinculadas à um local específico (bairros, *comunas*, *veredas*) que se relaciona com a presença de lideranças no território, possibilitando as interações, mas com exceção de *Asociación de Mujeres y Hombres de Triana* e *Organização 7*, todas as outras mencionam serem acionadas pelas pessoas independente dessa localização. A de maior alcance das sete é *Red Mariposas*. Para além, todas se entendem conectadas a nível global, na vinculação com pessoas e entidades de diferentes países, com exceção de *Organização 7*.

O primeiro objetivo específico foi o de analisar as molduras interpretativas e quais os elementos as compõe. Em relação ao enquadramento diagnóstico, percebeu-se que dos sete processos organizativos, cinco demonstram ter como referência um enquadramento mestre (master frame) de direitos e de identidade relacionados ao território, gênero e raça, das vitimizações no conflito armado e da crítica ao desenvolvimento excludente somada as condições socioeconômicas da população. Sendo que *Fundaproduktividad* ainda que se vincule

a um *master frame* dos direitos das mulheres e igualdade de oportunidade e de gênero posteriormente, é a única que em seu modo de agir centraliza a questão socioeconômica, diferenciando-se das outras.

Contrariando um pressuposto inicial, o que se encontrou foi que ainda que todas as organizações mencionem algum tipo vitimizante no marco do conflito, esses não eram unicamente os problemas centrais. As violências e o “ser vítima” estão mais articuladas nas esferas jurídicas, políticas e institucionais na busca por justiça, reparação e garantias de não repetição. Nota-se um esforço em construir as narrativas, tratando os eventos vitimizantes mais ligado à irrupção na vida individual e coletiva e não aceitando o “vítima” como sinônimo de passividade. Frente a isso há estratégias para acolher, ouvir e curar as consequências e impactos, mas principalmente enfatizar as capacidades de agência e de transformação que as mulheres negras de Buenaventura elaboram na busca por construir paz desde si e expandindo para a comunidade. Os outros problemas identificados nos diagnósticos põem em foco mais do que ser vítima da violência, mas o que isso acarreta nas práticas cotidianas. Esse entendimento pode ser percebido em quais repertórios são criados para o enfrentamento das injustiças.

Para uma síntese da identidade coletiva e do enquadramento motivacional como resultado da pesquisa, as informações foram organizadas referentes a raça e gênero, território, desenvolvimento excludente, abarcando a elaboração de um “nós”, processo esse percebido como em contínua mudança (MELUCCI, 1999). O que chamo a atenção é a capacidade de criar e mobilizar coesões de valores, sentidos, noções e símbolos entre um “eu” e um “nós”. Tanto torna-se uma força que influi da percepção coletiva como na individual sobre si mesmas, o que é uma das vantagens/incentivos de integrar uma organização.

Interlocutoras acreditam que a identidade racial foi reconhecida e valorizada ao participarem das organizações e terem acesso à uma gama de formações que trouxeram benefícios individuais no autoreconhecimento, na autovalorização, e no reconhecimento da capacidade de agência para transformarem as situações. *Redmupaz* e *Fundaproductividad* não mencionaram uma articulação em referência aos mesmos símbolos. Há também o fato das lideranças de outras organizações mencionarem à vinculação com o catolicismo e as religiões de matrizes africanas, enquanto a fundadora de *Redmupaz* é de uma igreja evangélica.

Essa construção de identidade coletiva também demonstrou ter negociações e conflitos. As lideranças mostraram o forte vínculo com outras companheiras e organizações e também detalharam conflitos internos. Por exemplo, a elaboração das diretrizes de *Organização 7* é realizada a partir de problemas que viveram, como o racismo de uma das participantes contra

outras. Ou, a relação de *Red Mariposas de Alas Nuevas, Madres por la Vida e Organização 7*, que enfrenta uma fragilidade devido, segundo as interlocutoras, a competição por recursos financeiros e a maneira que isso impacta os laços entre lideranças. Na finalização da pesquisa, ao assistir o lançamento online do aplicativo de *Red Mariposas*, uma das interlocutoras entrevistadas e que à época não sabia se ainda integrava a rede se identifica enquanto coordenadora, o que pode indicar as capacidades para alinhar seus enquadramentos e gestar conflitos. Outras pistas de negociações estão na aproximação ou distanciamento dos feminismos, e a corda bamba da defesa de identidades raciais, étnicas e territoriais entre mais restritas e essenciais ou globais.

Foi articulado junto as oportunidades políticas e de contexto a conformação de redes e vínculos, isso porque a percepção foi de que ao se aliarem têm acesso a oportunidades. Ao buscar responder como interagem, nota-se uma tendência de apresentarem a fragilidade e desconfiança com as instituições oficiais, como a *Alcaldía* e a *Secretaría de las Mujeres, Equidad de Género e Igualdad de Derechos* e reconhecerem o papel de organizações internacionais e nacionais que aportam recurso para realização de suas ações como as principais. A gestão pública é lida numa relação de aliada/oponente e diante disso trabalham outros vínculos. Somente *Fundapproductividad e RedmuPaz* saem desse discurso, ainda que a fundadora mesmo mencionando a proximidade com organismos oficiais relata em situações de violência não confiar na institucionalidade.

A conformação de redes é uma estratégia em todas as organizações, ainda que *Organização 7* no momento da pesquisa seja a que não tinha certeza se ainda estava vinculada a *Red Mariposas*. Essa estratégia foi identificada como útil em um cenário relatado como de poucos recursos financeiros e das que especificam a ausência e abandono do Estado. Também se tem a importância para somar a luta, aumentar o engajamento, por meio do agrupamento de organizações e redes em prol de lutas compartilhadas e enquadramentos mestres que se expressa na presença em ações coletivas e nas reivindicações jurídicas, políticas e institucionais, outorgando mais legitimidade.

Por sua vez, a interação com organizações e instituições que promovem acesso à recursos aparenta influir na especialização das organizações em torno de temas delimitados — visto que quem acompanha, assessora ou apoia com recursos financeiros tem seus enquadramentos definidos. Esses laços contribuem também para expandir a estrutura de mobilização, ao fornecerem apoio técnico (jurídico, acadêmico, político) que assiste demandas da organização, sem a necessidade de ter a preocupação de contratar esses profissionais. Ainda

que nas entrevistas as categorias raça e gênero foram compartilhadas como uma fusão, nas organizações percebe-se que as identidades coletivas referentes à gênero acontece depois do fortalecimento das identidades raciais e territoriais, muito vinculada tanto as oportunidades políticas quanto a quem se insere nas interações de cada organização.

O segundo objetivo específico foi o de identificar os repertórios de ação coletiva mobilizados. Destaca-se que nesse esforço de sistematizá-los eles não podem ser percebidos somente pelas formas. É o como são realizados que está repleto de símbolos e do que compõe o “nós”, considerando elementos que conectam saberes e sentidos ancestrais aos modos criativos de elaborar novas estratégias. Um exemplo é a entrega do informe de *Red Mariposas*, que foi possível acompanhar, no qual não é um relato formal, ainda que exista um documento, mas na apresentação alia-se elementos de denúncia e os sentidos evocados. A criatividade também pode-se perceber na colcha de *Madres por la Vida*, para além de um tecido é um manifesto de memória coletiva.

As ações de conflito como marchas e paralizações em geral ocorrem quando há a percepção de alguma ameaça considerada muito relevante pelas lideranças e seus aliados. Como é o caso dos direitos das pessoas deslocadas que não estavam sendo garantidos e realizam uma paralização da *Unidade para las Victimas*. Ou da luta de *Madres por la Vida* pela medida cautelar para o *Estero de San Antonio*, que agrupa um conjunto de repertórios aliado as organizações que se somaram na luta: construção de cartografia, informes, denúncias públicas, rituais de luto e de reconhecimento do território como vítima do conflito, acionamento da *Jurisdicción Especial para la Paz (JEP)*.

Um elemento comum entre todas é a formação, seja voltada para as integrantes e/ou para o público externo. No primeiro caso, a formação somada a interação entre elas demonstra ser uma das maneiras onde se constrói os valores e as estratégias discursivas seja como construtoras de paz, vítimas sobreviventes, *patidescalzas*, ou de artesãs, proporciona uma formação política para coesão, alinhamento, modificação das situações, e também para acionarem oportunidades políticas e de contexto.

A participação das lideranças nos processos organizativos por si só pode ser percebida em alguns casos como um modo de modificar situação injustas. Inseridas em ações coletivas e frente as formações e interações entre redes têm acesso ao conhecimento compartilhado e desenvolvem funções que relatam ampliar os papéis de gênero e raciais e conferir um reconhecimento que confere tanto mais segurança e respeito quanto insegurança e ameaças. Destaca-se em relação aos repertórios, as capacidades de conformação de vínculos do local ao

global, o valor da formação, a incidência política, e as estratégias empregadas a partir do conhecimento e saberes tradicionais e ancestrais.

Por último, e respondendo ao terceiro objetivo de identificar as oportunidades, foi possível descrever o que as organizações consideraram como abertura política e de contexto, como a alternância de governança, leis, decretos e jurisprudências que garantem a defesa de seus direitos, e o que entendem como restrição, como a violência que reprime a ação coletiva. Não se pode ignorar a relação com a conformação de redes, e como elas funcionam tanto direcionando recursos quanto na influência dos modos de agir, na institucionalização, e na conexão com aliados relevantes, contribuindo para o acesso às oportunidades. Por fim, esta pesquisa permitiu se aproximar de parte das dinâmicas associativas colocadas em cenas por essas organizações e lideranças e observar um leque de estratégias empregadas para transformar as injustiças em cima da guerra, apesar da guerra e contra a guerra.

REFERÊNCIAS

ACNUR. **Declaración sobre la protección de todas las personas contra las desapariciones forzadas**. 1992. Disponível em: <<https://www.acnur.org/>> Acesso em: 14 nov. 2021.

ACNUR. **Principios Orientadores relativos aos Deslocados Internos**. 1988. Disponível em: <<https://www.acnur.org/>>. Acesso em: 14 nov. 2021.

ACNUR. **Red Mariposas de Alas Nuevas Construyendo Futuro**. 2014. Disponível em: <<https://www.acnur.org/>>. Acesso em: 14 nov. 2021.

ACNUR. **Tendencias globales de desplazamiento forzado en 2020**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://www.acnur.org/>>. Acesso em: 14 nov. 2021.

ACOSTA-OIDOR, C.; ORTIZ-PIEDRAHITA, V. Violencia en Buenaventura-Colombia: reflexiones desde las perspectivas de Aníbal Quijano y Achille Mbembe. **Sociedad y Economía**, n. 45, 2022.

AGUDELO, C. No todos vienen del río: construcción de identidades negras urbanas y movilización política en Colombia. Em: **Conflicto e (in)visibilidad: retos en los estudios de la gente negra en Colombia**. Cali, Colombia.: Editorial Universidad del Cauca Colección Políticas de la alteridad, 2004. p. 173–195.

ALCALDÍA DISTRITAL. **Análisis de Situación de Salud Modelo de los Determinantes Sociales de Salud Distrito de Buenaventura**. 2017. Disponível em: <<https://www.valledelcauca.gov.co/>>. Acesso em: 14 nov. 2021.

ALMARIO, O. Dinámica y consecuencias del conflicto armado colombiano en el Pacífico: limpieza étnica y desterritorialización de afrocolombianos e indígenas y ‘multiculturalismo’ de

Estado e indolencia nacional. Em: **Conflicto e (in)visibilidad: retos en los estudios de la gente negra en Colombia**. [s.l.] Editorial Universidad del Cauca, 2004. p. 54–73.

ALONSO, A. REPERTÓRIO, SEGUNDO CHARLES TILLY: HISTÓRIA DE UM CONCEITO 1. **Sociologia & Antropologia**, v. 2, p. 21–41, jun. 2012.

ALONSO, S. A. et al. El diagnóstico de injusticias para el enmarcamiento social. Una aproximación a los procesos organizativos de la Asociación de Mujeres Afrocolombianas de la ciudad de Cali. **Dixit**, n. 30, p. 54–67, jun. 2019.

ALVARADO, M. Aperturas al sistema moderno colonial de género desde la interseccionalidad. **Religación**, v. 1, n. 3, p. 9–32, 2016.

AROCHA RODRÍGUEZ, J. Procesos de guerra y paz en el litoral Pacífico. Em: **Dimensiones territoriales de la guerra y la paz**. [s.l.] Universidad Nacional de Colombia. Red de Estudios de Espacio y Territorio, 2002.

ASOCIACIÓN MUJERES Y HOMBRES DE TRIANA. **Asociación Mujeres y Hombres de Triana | Facebook**. Disponible em: <<https://www.facebook.com/Mujeresyhombrestriana>>. Acceso em: 23 ago. 2022.

ASTROZ, I. C. **Redes de muleres en el occidente colombiano. Procesos organizativos y sentidos de la acción**. Tesis—Calie: Univsersidad del Valle, 2016.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo: a experiênciã vivida**. 2. ed. São Pauo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BECERRA, Ó. D. A. et al. **Buenaventura: el orden del caos Dinámicas históricas y territoriales del conflicto político, social y armado 1958-2016**. [s.l.] Instituto de Estudios Interculturales Pontificia Universidad Javeriana Cali, 2019.

BELLO, M. El desplazamiento forzado en Colombia: acumulación de capital y exclusión social. **Revista Aportes Andinos N° 7. Globalización, migración y derechos humanos**, n. Programa Andino de Derechos Humanos-Universidad Andina Simón Bolívar, p. 8, 2003.

BELLO-URREGO, A. DEL R. Corpos femininos: Poder e Cultura no Pacífico colombiano. **Revista Estudos Feministas**, v. 30, n. 2, 2022a.

BELLO-URREGO, A. DEL R. La ética del cuidado y la construcción de paz: estrategias de re-existencia de las mujeres negras y rurales de Ladrilleros y Juanchaco en el municipio de Buenaventura. **Tabula Rasa**, n. 41, p. 125–142, 27 abr. 2022b.

BENFORD, R. D.; SNOW, D. A. Framing Processes and Social Movements: An Overview and Assessment. **Annual Review of Sociology**, v. 26, p. 611–639, 2000.

BONILLA, A. E. De lo global a lo local en los repertorios de acción de las organizaciones negras frente al conflicto armado en Buenaventura. **Revista CS**, n. 7, p. 81–120, 16 jan. 2011.

BONILLA, I. T. V.; CAICEDO, N. Y. G. **Representaciones sociales y factores socioculturales que influyen en el uso actual de la medicina tradicional y la oficial en el territorio colectivo de las comunidades negras del alto y medio rio dagua en el distrito de buenaventura**. Buenaventura: Universidad del Valle Sede Pacífico, 2015.

BUENAVENTURA. **Plan de Ordenamiento Territorial**. 2014. Disponível em: <<https://www.buenaventura.gov.co>>. Acesso em: 10 jan. 2022.

BUENAVENTURAENLINEA. **“Tocaron a Lina, nos tocaron a todos”, dejaron su cuerpo hecho pedazos en un vertedero y aún no hay capturas en Buenaventura**. Disponível em: <<https://buenaventuraenlinea.com/>>. Acesso em: 10 out. 2022.

CABNAL, L. Acercamiento a la construcción de la propuesta de pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala. Em: **Feminismos diversos: el feminismo comunitario**. Madrid: Acsur Las Segovia, 2010. p. 11–25.

CAMPOS, M. P. DE; SILVA, J. M.; SILVA, E. A. ‘Teu corpo é o espaço mais teu possível’: Construindo a análise do corpo como espaço geográfico. **Revista da ANPEGE**, v. 16, n. 31, p. 101–114, 2020.

CANAVATE, D. L. Mujeres negras/afrocolombianas en los procesos organizativos en Colombia: Un aporte al estado del debate. **Reflexión Política**, v. 11, n. 21, p. 108–128, jun. 2009.

CANAVATE, D. L. El color negro de la (sin) razón blanca: El lugar de las mujeres afrodescendientes en los procesos organizativos en Colombia. **Reflexión Política**, v. 14, n. 27, 10 jul. 2012.

CARACOL RADIO. **Colombia fijará su mirada en Buenaventura, en el Día de las Víctimas**. Disponível em: <<https://caracol.com.co/radio/>>. Acesso em: 2 jul. 2022.

CARITAS. **La Minga, una herramienta que une comunidades**. **Cáritas Colombiana - SNPS**, 23 nov. 2017. Disponível em: <<https://caritascolombiana.org/>>. Acesso em: 1 ago. 2022

CASTELBLANCO, L. R. G. **El proceso organizativo de comunidades negras en el Pacífico Sur Colombiano**. Cali: Pontificia Universidad Javeriana, 2000.

CASTILLO, N.; ECHAVARRÍA, C. **Postulación para la inclusión de la minería artesanal ancestral de metales preciosos como forma tradicional de producción en Colombia, en la lista representativa del patrimonio cultural inmaterial de la nación**. 2021. Disponível em: <<https://gdiam.org/>> Acesso em: 4 ago. 2022.

CCAMDA. **Consejo comunitario de la comunidad negra de la parte alta y media de la cuenca del río Dagua CCAMD**. Disponível em: <<https://ccamda.com/>>. Acesso em: 4 ago. 2022.

CENTRO NACIONAL DE MEMORIA HISTORICA COLOMBIANA. **Alabaos de Madres por la vida**. [s.d.]. Disponível em: <<https://centrodememoriahistorica.gov.co/podcasts/>>. Acesso em: 2 ago. 2022

CENTRO NACIONAL DE MEMORIA HISTORICA. **Bloque Calima de Las AUC. Depredación paramilitar y narcotráfico en el suroccidente colombiano**. Bogota: [s.n.], 2018. Disponível em: <<https://centrodememoriahistorica.gov.co/>>. Acesso em: 2 ago. 2022

CIMAC NOTICIAS. **Afrocolombianas usan el “comadreo” para acompañar el dolor**. Disponível em: <<https://cimacnoticias.com.mx/noticia/afrocolombianas-usan-el-comadreo-para-acompanar-el-dolor/>>. Acesso em: 15 ago. 2022.

CENTRO NACIONAL DE MEMORIA HISTÓRICA. **Con luz de esperanza se lanzó el informe de Buenaventura**. 2015. Disponible em: <<https://centrodememoriahistorica.gov.co/>>. Acceso em: 13 jun. 2022

CENTRO NACIONAL DE MEMORIA HISTÓRICA (2017). **La guerra inscrita en el cuerpo: informe nacional de violencia sexual en el conflicto armado**. Bogotá: [s.n.], 2017. Disponible em: <<https://centrodememoriahistorica.gov.co/wp-content/uploads>>. Acceso em: 15 ago. 2022.

CNOA. **Carta del Movimiento de Mujeres al Presidente de la Republica sobre el Proceso de paz**. Disponible em: <<https://convergenciagnoa.org/>>. Acceso em: 15 ago. 2022.

CODHES. **Desplazamiento forzado intraurbano y soluciones duraderas. Una aproximación desde los casos de Buenaventura, Tumaco y Soacha**. Bogotá: Consultoría para los Derechos Humanos y el Desplazamiento-CODHES, 2013.

CODHES. **Acerca de CODHES**. 28 abr. 2017. Disponible em: <<https://codhes.wordpress.com/acerca-de/acerca-de/>>. Acceso em: 17 jul. 2022

COLLINS, P. H. **Intersectionality as Critical Social Theory**. [s.l.] Duke University Press, 2019.

COLOMBIA. Acto Legislativo 02 de 6 de julho de 2007, por por medio del cual se modifican los artículos 328 y 356 de la Constitución Política de Colombia. Disponible em: <<https://www.suin-juriscol.gov.co/>> Acceso em: 17 jul. 2022

COLOMBIA. Ley 70, de 27 ago. 1993, por la cual se desarrolla el artículo transitorio 55 de la Constitución Política. Disponible em: <<http://www.suin-juriscol.gov.co/>> Acceso em: 17 jul. 2022

COLOMBIA. Ley 1448 de 10 jun. 2011, por la cual se dictan medidas de atención, asistencia y reparación integral a las víctimas del conflicto armado interno y se dictan otras disposiciones. Disponible em: <<http://www.secretariasenado.gov.co/>> Acceso em: 17 jul. 2022

COLOMBIA. Ley 1719 de 2014. Por la cual se modifican algunos artículos de las leyes 599 de 2000, 906 de 2004 y se adoptan medidas para garantizar el acceso a la justicia de las víctimas de violencia sexual, en especial la violencia sexual con ocasión del conflicto armado, y se dictan otras disposiciones. 18 jun. 2014. Disponible em: <<https://evaw-global-database.unwomen.org/>> Acceso em: 17 jul. 2022

COLOMBIA. Ley 1257 de 4 dez. 2008, por la cual se dictan normas de sensibilización, prevención y sanción de formas de violencia y discriminación contra las mujeres, se reforman los Códigos Penal, de Procedimiento Penal, la Ley 294 de 1996 y se dictan otras disposiciones. Disponible em: <https://www.oas.org/dil/esp/ley_1257_de_2008_colombia.pdf> Acceso em: 17 jul. 2022

COLOMBIA. **Observatório da Jurisdição Constitucional**, 17 set. 2009a. Disponible em: <<https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/>> Acceso em: 17 jul. 2022

COMISIÓN DE LA VERDAD. **Bibiana Peñaranda - Red Mariposas de Alas Nuevas Construyendo Futuro**. Disponible em: <<https://www.youtube.com/watch?v=t10LxmNgzn4>>. Acceso em: 30 jun. 2022.

COLOMBIA+20. **¿Dónde están? La fractura de la desaparición forzada en Buenaventura.** Youtube, 30 abr. 2021. Disponible em: <<https://www.youtube.com/watch?v=VSa2luqhziQ>>. Acceso em: 9 nov. 2022

COMISIÓN DE LA VERDAD. **Voces de la memoria en Buenaventura.** [s/d]. Disponible em: <<https://comisiondelaverdad.co/especiales/verdadconsentido/t-buenaventura.html>>. Acceso em: 17 nov. 2022.

COMISIÓN DE LA VERDAD. **Madres por la Vida Buenaventura.** Youtube, 7 mar. 2022. Disponible em: <<https://www.youtube.com/watch?v=BWjtZf4W3uo>>. Acceso em: 2 ago. 2022

COMISIÓN DE LA VERDAD. **Buenaventura, un territorio lleno de contrastes.** 16 de set. 2019. Disponible em: <<https://web.comisiondelaverdad.co/actualidad/noticias/buenaventura-los-contrastes-del-puerto-pobreza>>. Acceso em: 5 ago. 2022.

COMISIÓN DE LA VERDAD. **Los pueblos indígenas de Buenaventura y su aporte a la verdad.** Disponible em: <<https://web.comisiondelaverdad.co/actualidad/noticias/los-pueblos-indigenas-de-buenaventura-y-su-aporte-a-la-verdad>>. Acceso em: 7 nov. 2022.

COMISIÓN HISTÓRICA DEL CONFLICTO Y SUS VÍCTIMAS. **Contribución al entendimiento del conflicto armado en Colombia.** [s.l: s.n.]. Disponible em: <<https://www.humanas.unal.edu.co/observapazyconflicto/>>. Acceso em: 30 jun. 2022.

CONSEJO COMUNITARIO DE LA COMUNIDAD NEGRA DE LA PARTE ALTA Y MEDIA DE LA CUENCA DEL RIO DAGUA. **Caracterización física, biológica, socioeconómica y cultural de la cuenca alta del río dagua.** [s.l.] Entorno Digital, 2012. Disponible em: <<https://etnoterritorios.org/apc-aa-files/>>. Acceso em: 30 jun. 2022.

CONSEJO DISTRITAL. Acuerdo n° 006 de 29 de mai. de 2019, por medio del cual se crea la Secretaría de Las Mujeres Equidad de Género, e Igualdad de Derechos del Distrito de Buenaventura Urbano y Rural. Disponible em: <<https://www.buenaventura.gov.co/>> Acceso em: 30 jun. 2022.

CONTAGIORADIO. **Preservemos la vida ante la pandemia: Espacio humanitario a actores armados en Buenaventura.** Contagio Radio, 8 abr. 2020. Disponible em: <<https://www.contagioradio.com/>>. Acceso em: 5 dez. 2021

CORTE CONSTITUCIONAL DE COLOMBIA. **Sentencia C-480/19.** Disponible em: <<https://www.corteconstitucional.gov.co/relatoria/2019/C-480-19.htm>>. Acceso em: 17 jul. 2021

CORTE CONSTITUCIONAL DE COLOMBIA. **A092-08.** Disponible em: <<https://www.corteconstitucional.gov.co/relatoria/>>. Acceso em: 17 jul. 2021

CORTE CONSTITUCIONAL DE COLOMBIA. **A005-09.** Disponible em: <<https://www.corteconstitucional.gov.co/>>. Acceso em: 15 out. 2021.

CORTE CONSTITUCIONAL DE COLOMBIA. **Auto 098-13.** Disponible em: <<https://www.corteconstitucional.gov.co/>>. Acceso em: 18 jan. 2022.

CORTE CONSTITUCIONAL DE COLOMBIA. **A004/09.** Disponible em: <<https://www.corteconstitucional.gov.co/>>. Acceso em: 17 jan. 2022.

CORTÉS, O. L. Significados y representaciones de la minga para el pueblo indígena Pastos de Colombia. **Psicoperspectivas**, v. 17, n. 3, p. 1–11, 2018. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/journal/1710/171059649010/html/>> Acesso em: 17 jan. 2022.

CRENSHAW, K. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. *University of Chicago Legal Forum*. v. 1989, n. Issue 1, p. 139–167, 1983.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171–188, jan. 2002.

DANE. **Comunidades Negras, Afrocolombianas, Raizales y Palenqueras - Resultados del Censo Nacional de Población y Vivienda 2018**. Disponível em: <<https://www.dane.gov.co/>>. Acesso em: 17 jan. 2022.

DANE. **Pobreza multidimensional en Colombia**. Bogotá: [s.n.]. Disponível em: <<https://www.dane.gov.co/files/investigaciones/planes-desarrollo-territorial/100320-Info-Alcaldia-Buenaventura.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2022.

DANE. **Resultados Censo Nacional de Población y Vivienda 2018 -Riosucio, Quibdó, Chocó**. [s.l.] Departamento Administrativo Nacional de Estadística – DANE, 6 ago. 2019b. Disponível em: <<https://www.dane.gov.co/>>. Acesso em: 17 jan. 2022.

DANE. **Población indígena de colombia resultados del Censo Nacional de Población y Vivienda 2018**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://www.dane.gov.co/>>. Acesso em: 17 jan. 2022.

DANE. **Población negra, afrocolombiana, raizal y palenquera resultados del Censo Nacional de Población y Vivienda 2018**. [s.l.] Departamento Administrativo Nacional de Estadística - DANE, 6 nov. 2019d. Disponível em: <<https://www.dane.gov.co/>>. Acesso em: 17 jan. 2022.

DANE. **La información del Dane en la tomada de decisiones de los municipios del país. Buenaventura, Valle del Cauca**. 2020: [s.n.]. Disponível em: <<https://www.dane.gov.co/files/investigaciones/planes-desarrollo-territorial/100320-Info-Alcaldia-Buenaventura.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2022.

DANE. **Comunidades Negras, Afrocolombianas, Raizales y Palenqueras - Resultados del Censo Nacional de Población y Vivienda 2018**. [s.l.] Departamento Administrativo Nacional de Estadística - DANE, 2021. Disponível em: <<https://www.dane.gov.co/>>. Acesso em: 17 jan. 2022.

DEFENSORIA DEL PUEBLO DE COLOMBIA. **Problemática humanitaria en la región Pacífica colombiana subregión Valle del Cauca - Buenaventura**. Bogotá D.C., Colombia: [s.n.]. Disponível em: <<https://publicaciones.defensoria.gov.co/>>. Acesso em: 17 fev. 2022.

DEFENSORIA DEL PUEBLO DE COLOMBIA. **Violencia contra las mujeres en el distrito de Buenaventura**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://www.sdgfund.org/>>. Acesso em: 17 fev. 2022.

DANE. **Mercado laboral de las ciudades capitales de los departamentos de la Amazonía y Orinoquía y ciudades intermedias 2019**. 2019. Disponible em: <<https://www.dane.gov.co>> Acceso em: 12 mar. 2022.

DANE. **Boletín Técnico Cuentas departamentales 2019 provisional**. 26 mar. 2021. Disponible em: <<https://www.dane.gov.co/files>> Acceso em: 12 mar. 2022.

DANE. **Resultados Censo Nacional de Población y Vivienda 2018 - Riosucio, Quibdó, Chocó**. 6 ago. 2019. Disponible em: <<https://www.dane.gov.co/>>. Acceso em: 12 mar. 2022.

DÍAZ, EDNA RUTH SARRIA. **Entrevista à autora**. 2022.

DÍAZ, N. O. **Construcción de acuerdos de manejo en territorios colectivos: el desafío inmanente a los Consejos Comunitarios del Pacífico colombiano**. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 2013.

EDITORIAL LA REPÚBLICA. **Gobierno busca mejorar la competitividad del Puerto de Buenaventura durante la pandemia**. Disponible em: <<https://www.larepublica.co/empresas/gobierno-busca-mejorar-la-competitividad-del-puerto-de-buenaventura-durante-la-pandemia-3034188>>. Acceso em: 20 abr. 2021.

EDWARDS, G. **Social movements and protest**. New York: Cambridge University Press, 2014.

EL ESPECTADOR. **Los mapas de la desaparición forzada en Buenaventura**. El Espectador, 30 abr. 2021. Disponible em: <<https://www.elespectador.com/reportajes/>>. Acceso em: 2 ago. 2022.

EL PAÍS. **De China a Buenaventura**. El País, 4 ago. 2021. Disponible em: <<https://www.elpais.com.co/opinion/columnistas/>>. Acceso em: 4 out. 2022.

EL TIEMPO. **Consejos comunitarios rechazan fumigaciones**. El Tiempo, 15 jan. 2012. Disponible em: <<https://www.eltiempo.com/archivo/documento/MAM-5090489>>. Acceso em: 23 jul. 2022.

EL DIARIO. **Un ejército de “mariposas” para frenar la violencia contra las mujeres en Colombia**. El Diario, 28 set. 2014. Disponible em: <<https://www.eldiario.es/desalambre/colombia-premio-nansen>>. Acceso em: 21 jul. 2022.

EQUAL TIMES. **Del Palenque al paro en Buenaventura: la larga lucha de los afrocolombianos**. Equal Times, 5 jul. 2017. Disponible em: <<https://www.equaltimes.org/del-palenque-al-paro-en>>. Acceso em: 25 jul. 2022.

ESCOBAR, A. **Desplazamientos, desarrollo y modernidad en el Pacífico colombiano Arturo Escobar**. In: **Conflicto e (in)visibilidad Retos en los estudios e la gente negra en Colombia**. 1. ed ed. Popayán, Colombia: Editorial Universidad del Cauca, 2004.

ESCOBAR, A.; RESTREPO, E. **Territorios de diferencia: lugar, movimientos, vida, redes**. 1. ed en español ed. Bogotá: Envió Editores, 2010.

ESCOBAR, A.; RESTREPO, E.; ESCOBAR, A. **Territorios de diferencia: lugar, movimientos, vida, redes**. 1. ed en español ed. Bogotá: Envió Editores, 2010.

ESCUELA DE TURISMO UAO. **Mujeres de Ébano: el Pacífico vallecaucano con ojos y corazón de mujer.** Escuela de Turismo UAO, 23 jun. 2022. Disponible em: <<https://turismo.uao.edu.co/mujeres-de-ebano-el-pacifico-vallecaucano-con-ojos-y-corazon-de-mujer/>>. Acceso em: 16 out. 2022

ESMERALDA. **Entrevista à autora.** 2022.

EL ESPECTADOR. **EP ordena protección de estero de Buenaventura donde hay desaparecidos.** El Espectador, 17 dez. 2021. Disponible em: <<https://www.elespectador.com/colombia-20/>>. Acceso em: 17 jul. 2022.

FIGUEROA, A. V. Cuerpos y territorios vaciados ¿En qué consiste el paradigma de la diferencia? ¿Cómo pensamos la diferencia? **Revista CS**, n. 13, p. 339–359, jun. 2014.

FOUCAULT, M. **Genealogia del racismo.** La Plata: Altamira, 2012.

FRIEDMANN, J. **Empowerment – uma política de desenvolvimento alternativo.** [s.l.] Oeiras: Celta, 1996.

FUNDAPRODUCTIVIDAD. **Fundaproductividad – Fundación Social para la Productividad.** [s.d.]. Disponible em: <<https://fundaproductividad.org/>>. Acceso em: 5 jul. 2022

GAMSON, W. A. **Talking politics.** Cambridge [England]; New York, NY, USA: Cambridge University Press, 1992.

GAMSON, W. A. Constructing Social Protest. Em: **Social movements and culture.** Social movements, protest, and contention. Minneapolis, Minn: University of Minnesota Press, 1995. p. 85–106.

GARCIA, O. A. De lo local a lo regional en el Pacífico Sur Colombiano, 1780-1930. **HiSTOReLo. Revista de Historia Regional y Local**, v. 1, n. 1, jun. 2009.

GARCÍA, P. M. **Poder, espacio y movilidad: trayectorias de mujeres afrodescendientes de la región del Pacífico colombiano.** info:eu-repo/semantics/doctoralThesis. Disponible em: <<https://eprints.ucm.es/id/eprint/67155/>>. Acceso em: 2 out. 2022.

GARCÍA-SALAZAR, A.; COTES-CANTILLO, K. El enfoque de género y la Ley 1448 en Colombia. **Fractal: Revista de Psicología**, v. 31, p. 228, 4 set. 2019.

GIL, A. G. Acción colectiva en contextos de violencia prolongada. **Estudios Políticos**, n. 29, p. 9–60, 15 dez. 2006.

GIL, A. G. Del desplazamiento forzado interno en Colombia a la migración transfronteriza hacia Ecuador. **Estudios Políticos (Medellín)**, n. 47, p. 177–197, jul. 2015.

GIRALDO, G. N. El desplazamiento forzado en Colombia. Reinención de la identidad e implicaciones en las culturas locales y nacional. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales.**, n. n° 94, p. ISSN 1138-9788, 1 ago. 2001.

GIRALDO, M. V. Conflicto armado, desplazamiento y caracterización con enfoque de género a la población desplazada ubicada en la comuna 14 en Cali-Colombia. **Universidad Autónoma de Occidente**, 30 jul. 2007.

GOBERNACIÓN DEL VALLE. **El Viche, una bebida que busca posicionarse y reivindicar el saber ancestral de las comunidades del Pacífico**. Gobernación del Valle de Cauca, 16 mai. 2019. Disponível em: <<https://www.valledelcauca.gov.co/publicaciones/>>. Acesso em: 16 out. 2022.

GOFFMAN, E. **Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

GOHN, M. DA G. Marcos Referenciais Teóricos que têm dado Suporte às Análises dos Movimentos Sociais e Ações Coletivas no Brasil – 1970-2018. **Revista Brasileira de Sociologia - RBS**, v. 6, n. 14, 30 dez. 2018a.

GOHN, M. DA G. Marcos Referenciais Teóricos que têm dado Suporte às Análises dos Movimentos Sociais e Ações Coletivas no Brasil – 1970-2018. **Revista Brasileira de Sociologia - RBS**, v. 6, n. 14, 30 dez. 2018b.

GOHN, M. DA G. M. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo, SP: Edições Loyola, 1997.

GOMES, P. A. A. Teoria do Processo Político: dimensões analíticas. **Revista Sinais**, v. 1, n. 23, 13 nov. 2019.

GRUESO, D. I. Constitución de 1991, identidades étnicas y política transformativa. **Araucaria. Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades**, v. 15, n. 29, p. 117–135, 2013.

GUIMARÃES, M. R. O estado de coisas inconstitucional: a perspectiva de atuação do Supremo Tribunal Federal a partir da experiência da Corte Constitucional colombiana — Escola Superior do Ministério Público da União. **Boletim Científico ESMPU**, v. 16, n. 49, p. 79–111, jun. 2017.

GUTIÉRREZ, A. L. Lucha por justicia espacial en el Pacífico colombiano. La Isla de Cascajal en Buenaventura. **Bitácora Urbano Territorial**, v. 28, n. 2, p. 95–102, 1 maio 2018.

GUTIÉRREZ, C. A. C. Arrullo del pacífico colombiano un fenómeno cultural, espiritual, musical, y social. **Pensamiento palabra y obra**, n. 7, 24 jan. 2012. Disponível em: <http://revistas.pedagogica.edu.co/index.php/revistafba/article/view/1424>. Acesso em: 5 dez. 2021

HAESBAERT, R. Del cuerpo-territorio al territorio-cuerpo (De la tierra): contribuciones Decoloniales. **Cultura y representaciones sociales**, v. 15, n. 29, p. 267–301, 2020.

HERNÁNDEZ, D. T. C. Una mirada muy otra a los territorios-cuerpos femeninos. **Solar: Revista de Filosofía Iberoamericana**, v. 12, n. 1, p. 35–46, 30 jun. 2016.

HINESTROZA, L. A. A. **Ellos y Nosotros**. Buenaventura: Universidad del Pacifico, 2019.

HOFFMANN, O. Espacios y movilidad de la gente negra en el Pacífico Sur colombiano: ¿hacia la construcción de una “sociedad regional”? **Estudios Afro-Asiáticos**, v. 25, p. 43–74, 2003.

HOFFMANN, O. **Comunidades negras en el Pacífico colombiano: innovaciones y dinámicas étnicas**. Edición castellana ed. Lima, Peru: Quito, Ecuador: IFEA Instituto Francés de Estudios Andinos; IRD Institut de recherche pour le développement : Ediciones Abya-Yala, 2007.

HOOKS, BELL. **E eu não sou uma mulher?: Mulheres negras e feminismo**. 9ª edição ed. [s.l.] Rosa dos Tempos, 2019.

HURTADO, C. Z. **La Participación Política y el Empoderamiento de las Mujeres Dentro del Escenario Político y Social del Sindicato de Trabajadores y Empleados Universitarios de Colombia (SINTRAUNICOL), en la Ciudad de Cali desde el 2010 hasta el 2014**. [s.l.] Universidad del Valle, 2018a.

HURTADO, V. M. **Entre la dignidad y la muerte: mujeres negras, dominación patriarcal y estrategias espaciales de resistencia en un barrio popular de santiago de Cali**. Universidad del Valle—Santiago de Cali: 2018.

ICBF. **Madres Comunitarias**. Disponível em: <<https://www.icbf.gov.co/programas-y-estrategias>>. Acesso em: 21 mar. 2022.

IPS NOTÍCIAS. **COLOMBIA: Buenaventura perdió la alegría**. IPS Agencia de Noticias, 1 jun. 2007. Disponível em: <<https://ipsnoticias.net/2007/06/colombia-buenaventura-perdio-la-alegria/>>. Acesso em: 9 jul. 2022

JADE. **Entrevista à autora**. 2022.

JARAMILLO-MARÍN, J.; PARRADO-PARDO, É.; LOUIDOR, W. E. Geografías violentadas y experiencias de reexistencia. El caso de Buenaventura, Colombia, 2005-2015. **Iconos. Revista de Ciencias Sociales**, n. 64, p. 111–136, 2019.

JEP. **Jurisdicción Especial para la Paz**. [s/d] Disponível em: <<https://www.jep.gov.co/443/JEP/Paginas/Jurisdiccion-Especial-para-la-Paz.aspx>>. Acesso em: 19 jul. 2022.

JIMÉNEZ, E. ¿Por qué soy negra? Em: **URDIMBRES Antología literaria de mujeres del Pacífico colombiano**. Ministério de Cultura, 2020. p. 235.

JIMÉNEZ, E. Mi lindo Buenaventura. Em: **Antología Poética Voces**. 1. ed. [s.l: s.n.]. p. 131.

JIMÉNEZ, E. Qué lindo es mi país. Em: **Antología Poética Voces**. 1. ed. [s.l: s.n.]. p. 132.

JOHNSTON, H.; KLANDERMANS, B. **Social movements and culture**. London: New York: Routledge, 2003.

JUÁREZ, C. V. **Buenaventura: una crisis humanitaria sin respuesta**. Servicio Jesuita a Refugiados Colombia. 2016. Disponível em: <<https://silo.tips/download/>>. Acesso em: 11 jul. 2022.

LAZZARETTI, M. Â. Mancur Olson e a lógica da ação coletiva aplicada ao mst | Tempo da Ciência. **Tempo da Ciência**, v. 21, n. 41, p. 154–162, 2014.

LONDOÑO VÉLEZ, A.; JARAMILLO VILLEGAS, G. M. **Las mujeres remiendan la pobreza: diagnóstico del estado de las organizaciones de mujeres del Departamento de Antioquia**. 1. ed ed. Medellín, Colombia: Centro de Investigaciones Sociales, CIS, Facultad de Ciencias Sociales y Humanas, Universidad de Antioquia, 1994.

LÓPEZ, J. A. F.; GALVÁN, A. J. R. **Ciudad, violencia, memorias y políticas de seguridad: Buenaventura (1980-2013)**. [s.l.] Programa Editorial Universidad Autónoma de Occidente, 2018. p. 518–621

LÓPEZ MARÍN, J. M. **Buenaventura: entre el desarrollo y la defensa del territorio**. Medellín: Universidad de Antioquia, 2015.

LOUDOR, W. E. **Articulaciones del desarraigo en América Latina: el drama de los sin hogar y sin mundo**. [s.l.] Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2016.

LOUDOR, W. E. et al. **Defender la vida e imaginar el futuro. Debates y experiencias desde la investigación social en Buenaventura (Colombia)**. 1. ed. [s.l.] Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2020.

LOZANO, B. R. **Tejiendo con retazos de memorias insurgencias epistémicas de mujeres negras/afrocolombianas. Aportes a un feminismo negro decolonial**. Cali - Colombia: Universidad Andina Simón Bolívar, 2016a.

LOZANO, B. R. L. Violencias contra las mujeres negras: Neo conquista y neo colonización de territorios y cuerpos en la región del Pacífico colombiano. **La manzana de la discordia**, v. 11, n. 1, p. 7–17, 2016b.

Lugones, María. (2005) Multiculturalismo radical y feminismos de mujeres de color. **Revista Internacional de Filosofía Política (25)**, 2005, p. 61-76.

LUGONES, M. Colonialidade e gênero. **Tabula Rasa**, n. 9, p. 73–102, dez. 2008.

LUGONES, M. Colonialidad y género. Em: **Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala**. [s.l.] Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014a. p. 57–74.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, p. 935–952, dez. 2014b.

LUZ DARY. **Entrevista à autora**. 2022.

MALAIKA. **Entrevista à autora**. 2022.

MARGARIDA. **Entrevista à autora**. 2022.

MASSEY, D. **Lugar, identidad y geografías de la responsabilidad en un mundo en proceso de globalización**. Treballs de la Societat Catalana de Geografia. **Anais**. Em: XVIII Congreso de la Asociación de Geógrafos Españoles. 2004. Disponível em: <publicacions.iec.ca>. Acesso em: 30 set. 2022

MASSEY, D. Geometrías internacionales del poder y la política de una «ciudad global»: pensamientos desde Londres. **Cuadernos del Cendes**, v. 25, n. 68, p. 117–124, ago. 2008.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MCADAM, D. **Orígenes terminológicos, problemas actuales y futuras líneas de investigación**. Em: Movimientos sociales, perspectivas comparadas: oportunidades políticas, estructuras de movilización y marcos interpretativos culturales. Istmo, 1999, p. 49-70.

MCADAM, D.; MCCARTHY, J. D.; ZALD, M. N. **Movimientos sociales: perspectivas comparadas: oportunidades políticas, estructuras de movilización y marcos interpretativos culturales**. Tres Cantos: Istmo, 1999.

MCADAM, D.; TARROW, S.; TILLY, C. Para mapear o confronto político. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 76, p. 11–48, 2009.

MCCARTHY, J. D.; ZALD, M. N. Resource Mobilization and Social Movements: A Partial Theory. **American Journal of Sociology**, v. 82, n. 6, p. 1212–1241, 1977.

MEERTENS, D. El futuro nostálgico: desplazamiento, terror y género. **Revista Colombiana de Antropología**, v. 36, p. 112–135, 1 jan. 2000.

MEERTENS, D. Encrucijadas urbanas: Población desplazada en Bogotá y Soacha: Una mirada diferenciada por género, edad y etnia. 2002a.

MEERTENS, D. Desplazamiento e Identidad Social. **Revista de Estudios Sociales**, n. 11, p. 101–102, 1 fev. 2002b.

MEERTENS, D. Reflexiones éticas, metodológicas y conceptuales sobre investigación en desplazamiento y género. Em: BELLO, M. N. (Ed.). **Investigación y desplazamiento forzado: reflexiones éticas y metodológicas**. [s.l.] Red Nacional de Investigación REDIF, 2006. p. 112–124.

MEERTENS, D. La dimensión de género en el desplazamiento interno: respuestas institucionales en el caso colombiano. **Anuario de acción humanitaria y derechos humanos = Yearbook of humanitarian action and human rights**, n. 9, p. 41–52, 2011.

MELO, P. B. DE. **Matronas afropacíficas: fluxos, territórios e violências: gênero, etnia e raça na Colômbia e no Equador**. Brasília: Universidade de Brasília, 13 ago. 2015.

MELO, M. E. I. Mujeres, verdad, justicia y reparación en Colombia. **Universitas Humanística**, v. 72, n. 72, 2011, p. 247–273.

MELO, M. E. I. Acciones Colectivas de Mujeres por la Verdad, la Justicia y la Reparación. **Reflexión Política**, v. 13, n. 25, 6 jul. 2011b.

MELO, M. E. I.; RODRÍGUEZ, F. A. G.; BONILLA, A. E. Experiencias, aprendizajes, redes y estrategias culturales de la intervención social en Buenaventura. Em: **La intervención social en Buenaventura. Aprendizajes y retos**. Cali: Programa Editorial Universidad del Valle, 2021. p. 97–140.

MELUCCI, A. ¿Qué hay de nuevo en los nuevos movimientos sociales? Em: **E. Laraña, Los nuevos movimientos sociales: de la ideología a la identidad**. 1994. p. 119–150.

MELUCCI, A. **Acción colectiva, vida cotidiana y democracia**. 1. ed ed. México, D.F: El Colegio de México, 1999.

MELUCCI, A.; MASSOLO, A. La acción colectiva como construcción social. **Estudios Sociológicos de El Colegio de México**, v. 9, n. 26, p. 357–364, 1 maio 1991.

MÉNDEZ, N. V. Colombia: violencias, conflicto armado y resistencias de género: las apuestas de una cartografía de la esperanza. **Otras miradas**, v. 7, n. 1, p. 50–66, 2007.

MESA NACIONAL DE VÍCTIMAS. **Hechos Victimizantes**. **Mesa Nacional de Víctimas**, [s.d.]. Disponível em: <<https://mesanacionaldevictimas.org/hechos-victimizantes/>>. Acesso em: 7 nov. 2022

MINISTERIO DE JUSTICIA. **Sistema Integral de Verdad, Justicia, Reparación y No Repetición (SIVJRNR)**. Disponible em: <<https://www.minjusticia.gov.co/>>. Acceso em: 23 ago. 2022.

MINISTERIO DEL INTERIOR. **Prevención, Protección y Garantías de No Repetición | Ministerio del Interior**. [s.d.]. Disponible em: <<https://www.mininterior.gov.co/>>. Acceso em: 22 jul. 2022

MOVICE. **Historia – Movice | Movimiento Nacional de Víctimas de Crímenes de Estado**. [s.d.]. Disponible em: <<https://movimientodevictimas.org/historia/>>. Acceso em: 17 jul. 2022

NOMADESC. **Acerca de nomadesc**. [s.d.]. Disponible em: <<https://nomadesc.com/acerca-de-nomadesc/>>. Acceso em: 17 jul. 2022a.

NOMADESC. **6to Encuentro anual por la Vida, el Territorio, la Memoria y la Dignidad de las víctimas de la vía Cabal Pombo**. 27 nov.2015. Disponible em: <<http://nomadesc.com/6to-encuentro-anual/>>. Acceso em: 4 set. 2022b.

NOMADESC. **7ma Caravana por la Vida y la memoria de las víctimas de la Cabal Pombo**. 7 dez. 2016. Disponible em: <<http://nomadesc.com/7ma-caravana/>>. Acceso em: 4 set. 2022a.

NOMADESC. **VII Caravana por la Vida y la Memoria de las Víctimas de la Carretera Cabal Pombo**. 20 dez. 2016. Disponible em: <<http://nomadesc.com/vii-caravana/>>. Acceso em: 4 set. 2022b.

NOMADESC. **TONGA Solidaria por la Casa de la Memoria de Triana**. 16 set. 2021 Disponible em: <<http://nomadesc.com/tonga-solidaria/>>. Acceso em: 4 set. 2022a.

NOMADESC. **9 Encuentro por la vida, el territorio, la memoria, la cultura y las víctimas de la vía Cabal Pombo**. 26. Ago 2021. Disponible em: <<http://nomadesc.com/9-encuentro-por-la-vida-el-territorio-la-memoria-la-cultura-y-las-victimas-de-la-via-cabal-pombo/>>. Acceso em: 4 set. 2022b.

NOMADESC. **Por la vida y la memoria victimas de la via Cabal Pombo**. Youtube, 10 nov. 2011. Disponible em: <<https://www.youtube.com/watch?v=hgnX9EDlx1c>>. Acceso em: 31 ago. 2022

OLSON, M. La lógica de la acción colectiva. Em: **Diez textos basicos de ciencia politica**. Barcelona, Espana: Editorial Ariel, 1992. p. 203–220.

OSLENDER, U. Espacio, lugar y movimientos sociales: hacia una “espacialidad de resistencia”. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, v. 6, n. 105–132, 2002.

OSLENDER, U. **Geografías de terror y desplazamiento forzado en el Pacífico colombiano: conceptualizando el problema y buscando respuestas**. [s.l.] Universidad del Cauca (Popayán, Colombia), 2004.

OSORIO PÉREZ, F. E. Forced Displacement among Rural Women in Colombia. **Latin American Perspectives**, v. 35, n. 6, p. 29–40, nov. 2008.

OYEWUMI, O. Conceptualizing Gender: The Eurocentric Foundations of Feminist Concepts and the Challenge of African Epistemologies. **JENdA: A Journal of Culture and African Women Studies**, v. 2, n. 1, 2002.

OYEWUMI, O. **A Invenção das Mulheres Construindo Um Sentido Africano para os discursos ocidentais de gênero**. Rio de Janeiro: Bazar Do Tempo, 2021.

PARDO, C. R. Deconstruyendo la categoría de mujeres víctimas del desplazamiento en Colombia. **Eleuthera**, v. 19, p. 77–94, 15 jun. 2018a.

PARDO, E. P. P.; MARÍN, J. J. Prácticas de memoria en defensa de la vida y el territorio en Buenaventura, Colombia (1960-2018). **Historia Y Memoria**, n. 21, p. 299–334, 1 jul. 2020.

PARDO, E. P. P. **La memoria surge en plural: procesos organizativos e iniciativas de resistencia política en Buenaventura 2006-2016**. Bogotá D.C., Colombia: Pontificia Universidad Javeriana Facultad De Ciencias Políticas y Relaciones Internacionales, 2016.

PARRADO PARDO, E. P. et al. Prácticas de memoria en defensa de la vida y el territorio en Buenaventura, Colombia (1960-2018). **Historia y MEMORIA**, n. 21, p. 299–334, dez. 2020.

PATIÑO, M. R. C. La investigación sobre género y conflicto armado. **ev. eleuthera.**, v. Vol. 3, p. 127–164, dez. 2009.

PENARANDA, B.; SULEWSKI, D. Las Mariposas de Buenaventura, Colombia: Sostienen la vida, construyen la paz. **Middle Atlantic Review of Latin American Studies**, v. 1, n. 2, p. 36–42, 2 jan. 2018.

PEREIRA, M. M. Molduras e enquadramentos: reflexões metodológicas para uma análise interacionista. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 52, n. 3, p. 405–416, 2016.

PINZÓN, D. R.; BARRERA, Y. J. Una verdad desde las víctimas. Aportes metodológicos para el esclarecimiento de los efectos del conflicto armado interno con organizaciones afrocolombianas de Buenaventura (proyecto finalizado). **Nómadas**, n. 53, p. 279–281, mar. 2021.

PISCITELLI, A. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, v. 11, n. 2, 18 dez. 2008.

PPD. Sendero “La flor del duende”: Mujeres organizadas en torno a la protección del agua. **Medium**, 4 ago. 2018. Disponible em: <<https://medium.com/@PPdonaciones/>>. Acceso em: 16 out. 2022

PPD COLOMBIA. **Asociación Organización 7. PPD Colombia**, [s.d.]. Disponible em: <<https://ppdcolombia.org/portfolio-items/asociacion-mujeres-ebano/>>. Acceso em: 16 out. 2022

PUERTA, A. B. La perspectiva de los nuevos movimientos sociales en las obras de Sydney Tarrow, Alain Touraine y Alberto Melucci. **Estudios Políticos**, n. 29, p. 218–236, 2006.

QUIJANO, A. COLONIALIDAD DEL PODER, CULTURA Y CONOCIMIENTO EN AMÉRICA LATINA. **Dispositio**, v. 24, n. 51, p. 137–148, 1999.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. p. 27, 2005.

QUIÑONEZ, S. A. Etnoeducación, etnización afrocolombiana y forcejeos decoloniales. **Revista TransVersos**, n. 14, p. 187–203, 2018a.

QUIÑONEZ, S. A. **Genocidio, etnocidio, racismo, destierro e interculturalidad: los afrocolombianos del suroccidente en el conflicto armado interno**. Quito – Ecuador: Universidad Andina Simón Bolívar, 2018b. Disponible em: <<https://repositorio.uasb.edu.ec/>>. Acceso em: 16 out. 2021

QUINTERO, B. Las mujeres colombianas y la Asamblea Nacional Constituyente de 1991: participación e impactos. Em: **Reformas constitucionales y equidad de género: informe final seminario internacional**. [s.l.] Naciones Unidas, 2006. p. 269–285.

RADIO NACIONAL DE COLÔMBIA. **El 50 % de la población del consejo comunitario del Bajo Calima estaría siendo desplazada: CODHES**. 28 jan. 2022. Disponible em: <<https://www.radionacional.co/noticias-colombia/>>. Acceso em: 28 jul. 2022.

RAMÍREZ, N. G. **Del Mar al Monte... un Proceso de Reubicación Marcado por la Violencia**. [s.l.] Instituto de Estudios Ambientales IDEA, nov. 2016. Disponible em: <<https://idea.manizales.unal.edu.co/>>. Acceso em: 28 jul. 2022.

RED COLOMBIANA DE LUGARES DE MEMORIA. **La Red Colombiana de lugares de memoria: un tejido social para la verdad, la resistencia y la convivencia pacífica**. [s.l.: s.n.]. Disponible em: <<https://pdf.usaid.gov/>>. Acceso em: 28 jul. 2022.

RED MARIPOSAS ALAS NUEVAS. **Acta de constitucion de la red solidaria contra las violencias hacia las mujeres: Mariposas de Alas Nuevas Construyendo Futuro**. [s/d]. Disponible em: <<http://redmariposasalasnuevas.blogspot.com/>>.

RED MEMORIA COLOMBIA. **La Casa de Memoria Mujeres y Hombres de Triana**. [s/d]. Disponible em: <<https://redmemoriacolombia.org/lineas-tiempo/triana/triana.html>>. Acceso em: 24 ago. 2022.

REIS, M. L. M. DOS. Vozes e políticas da diáspora na américa latina e caribe: a Red de Mujeres Afrolatinoamericanas, Afrocaribeñas y de la Diáspora como movimiento transnacional afrodiaspórico. **Revista Brasileira do Caribe**, 30 nov. 2011.

RENASCIENTES. **Buenaventura: Fumigaciones territorios colectivos de Calima, Anchicaya y Dagua – Proceso de Comunidades Negras de Colombia**. 13 jan. 2013. Disponible em: <<https://renacientes.net/>>. Acceso em: 23 jul. 2022.

REQUENE, A. Y. O. La frontera Colombia-Ecuador: estrategias de asentamiento y movilidad de las comunidades afrocolombianas. **Revista NuestrAmérica**, v. 3, n. 6, p. 98–113, 2015.

RESTREPO, E. et al. **Conflicto e (in)visibilidad: retos en los estudios de la gente negra en Colombia**. [s.l.] Editorial Universidad del Cauca, 2004.

RESTREPO, E. El Pacífico; región de fronteras. **Anuario Fucla, Fundación Universitaria Claretiana**, v. 3, p. 237- 250., 2011b.

RESTREPO, E. **Etnización de la negritud: la invención de las “comunidades negras” como grupo étnico en Colombia**. Popayán, Colombia: Editorial Universidad del Cauca, 2013.

RIASCOS, C. C. R. **Incidencia de la explotación minera ilegal en las dinámicas familiares de la vereda Zaragoza, zona rural del distrito de Buenaventura durante el periodo de 2008 – 2016**. Buenaventura – Valle del Cauca: Universidad del Valle, 2020.

RODRIGUES, C. DOS S. **Movimentos negros, Estado e participação institucional no Brasil e Colômbia em perspectiva comparada**. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 19 maio 2014.

ROSAS, CELINA CASQUETE. **Entrevista à autora**. 2022.

ROSSI IDÁRRAGA, M. Reflexões sobre gênero e etnicidade nos cenários e repertórios de participação política no Vaupés colombiano. **Horizontes Antropológicos**, v. 26, p. 319–347, 14 dez. 2020.

RUIZ R., N. Y. El desplazamiento forzado en Colombia: una revisión histórica y demográfica. **Estudios Demográficos y Urbanos**, v. 26, n. 1, p. 141–177, 2011.

SABUCEDO, J. M. **Psicología política**. Madrid: Síntesis, 1996.

SALAZAR, R. D. Los marcos de acción colectiva y sus implicaciones culturales en la construcción de ciudadanía. **Universitas Humanística**, n. 64, p. 41–66, 2007.

SAMARIA. **Entrevista à autora**. 2022.

SCHERER-WARREN, I. Redes e movimentos sociais projetando o futuro. **Revista Brasileira de Sociologia - RBS**, v. 1, n. 1, p. 187–218, 20 jul. 2013.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, 2017.

SECRETARÍA DE LAS MUJERES, EQUIDAD DE GÉNERO E IGUALDAD DE DERECHOS. **Foro Ciudadania Inflyente**. Facebook, 10 mar. 2022. Disponível em: <<https://www.facebook.com/SecretariaMujeresEquidadIgualdad/videos/658386145495109>>. Acesso em: 8 ago. 2022.

SEGATO, R. Colonialidad y patriarcado moderno: expansión del frente estatal, modernización, y la vida de las mujeres. Em: **Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala**. [s.l.] Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014. p. 75–90.

SEMANA RURAL. **La mujer que logró registrar su marca de viche ante la Superintendencia**. 2021. Disponível em: <<https://semanarural.com/web/articulo/la-mujer-que-logro-registrar-su-marca->>. Acesso em: 25 mar. 2022.

SILVA, M. De volta aos movimentos sociais? Reflexões a partir da literatura brasileira recente. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 46, n. 1, p. 2–9, 10 maio 2010.

SILVA, M. K.; COTANDA, F. C.; PEREIRA, M. M. Interpretação e ação coletiva: o “enquadramento interpretativo” no estudo de movimentos sociais. **Revista de Sociologia e Política**, v. 25, n. 61, p. 143–164, mar. 2017.

SILVA, M. K.; PEREIRA, M. M. Movimentos e contramovimentos sociais: o caráter relacional da conflitualidade social / Social movements and counter-movements: The relational character of social conflict. **Revista Brasileira de Sociologia - RBS**, v. 8, n. 20, p. 26–49, 24 set. 2020.

SILVA, P. C. G. A ação coletiva: o desafio da mobilização. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, v. 7, n. 2, p. 62, 21 dez. 2018.

SINISTERRA, SANDRA MILENA GARCES. **Entrevista à autora**. 2022.

SISMA MUJER. **Misión y Visión**. Sisma, [s.d.]. Disponível em: <<https://www.sismamujer.org/mision-y-vision/>>. Acesso em: 4 set. 2022

SISMA MUJER. **Séptimo informe de seguimiento al Auto 092 de 2008 y Segundo informe de seguimiento al Auto 009 de 2015**. Bogotá: Ediciones Antropos Ltda., 2020. Disponível em: <<https://www.sismamujer.org/>> Acesso em: 23 jul. 2022

SUIN-JURISCOL. **Protección y Defensa De Los Derechos De Las Mujeres**. Disponível em: <<https://www.suin-juriscol.gov.co/legislacion/diadelamujer.html>>. Acesso em: 10 nov. 2021

SOUZA, N. S. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983. v. 4, p. 17-18.

TALLER ABIERTO. **Quienes Somos**. [s/d]. Disponível em: <<https://tallerabierto.org>>. Acesso em: 30 jul. 2022

TARROW, S. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis: Vozes, 2009.

TARROW, S. G. **El poder en movimiento: los movimientos sociales, la acción colectiva y la política**. Madrid: Alianza, 1997.

TELLES, V. DA S.; HIRATA, D. VELOSO. Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. **Estudos Avançados**, v. 21, n. 61, p. 173–191, dez. 2007.

TILLY, C. **From mobilization to revolution**. New York: Random house, 1978.

TILLY, C. Repertorios de acción contestataria en Gran Bretaña: 1758-1834. Em: TRAUOGOTT, M. (Ed.). **Protesta social**. Editorial Hacer, Barcelona. Barcelona: Editorial Hacer, 2002.

TILLY, C. **Violencia Colectiva, política contenciosa y cambio social**. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2022.

TILLY, C.; TARROW, S. Contentious Politics. Em: DELLA PORTA, D.; DIANI, M. (Eds.). **The Oxford Handbook of Social Movements**. [s.l.] Oxford University Press, 2015.

TILLY, C.; WOOD, L. J. **Social movements, 1768-2012**. 3rd ed ed. Boulder, CO: Paradigm Publishers, 2013.

TILLY, C.; WOOD, L. J.; ESTEVE, F. **Los movimientos sociales, 1768-2008 desde sus orígenes hasta facebook**. Barcelona: Crítica, 2014.

TORO, N. Q. Embarcados por la vida: Luchas y movimientos afroatrateños en medio de la guerra en Colombia2. p. 40, 2015.

TORO, N. Q. Vivir Sabroso: luchas y movimientos afroatrateños, en Bojayá, Chocó, Colombia. Bogotá, Colombia: Universidad del Rosario. 2016, 247p.

TORO, N.; VILLAMIZAR G., A. Mujeres atrateñas, oficios reparadores y espacios de vida. **Revista Colombiana de Antropología**, v. 56, n. 2, p. 111–137, 1 jul. 2020.

UNIDAD PARA LAS VÍCTIMAS. **Visor Geográfico de Víctimas**. Disponível em: <<https://vgv.unidadvictimas.gov.co/#>>. Acesso em: 6 nov. 2022.

UNIDAD PARA LAS VÍCTIMAS. **Registro Único de Víctimas (RUV)**. Disponível em: <<https://www.unidadvictimas.gov.co>>. Acesso em: 6 nov. 2022.

UNISON. **Working internationally | What we do**. UNISON National, [s.d.]. Disponível em: <<https://www.unison.org.uk/>>. Acesso em: 17 jul. 2022

VAN STEKELENBURG, J.; KLANDERMANS, B. The social psychology of protest. **Current Sociology**, v. 61, n. 5–6, p. 886–905, set. 2013.

VELÁSQUEZ HERNÁNDEZ, L. D. La tierra es arraigo, no dinero: desplazamiento forzado por desarrollo, Buenaventura, Valle del Cauca. 29 abr. 2020.

VÉLEZ-TORRES, I. Una mirada histórica y socio-ambiental para repensar y renombrar los conflictos entre comunidades étnicas del Alto Cauca, Colombia. **Agora U.S.B.**, v. 18, n. 1, p. 38, 31 jan. 2018.

VENTUROLI, S. Huir de la violencia y construir. Mujeres y desplazamientos en la época de la violencia política en Perú. **Dep. Deportate, Esuli, Profughe**, v. 11, p. 46–63, 20.

VERDAD PACÍFICO. **Comunicado por el derecho a la búsqueda - CIVP. CIVP Comisión interétnica de la Verdad de la Región Pacífico**, 30 nov. 2020. Disponível em: <<https://verdadpacifico.org>>. Acesso em: 17 jul. 2022

VERDAD PACÍFICO, E. **Los desaparecidos en el estero San Antonio. Buenaventura - Colombia. CIVP Comisión interétnica de la Verdad de la Región Pacífico**, 5 fev. 2021. Disponível em: <<https://verdadpacifico.org/l/>>. Acesso em: 17 jul. 2022

VERGARA-FIGUEROA, A. **Afrodescendant Resistance to Deracination in Colombia**. Cham: Springer International Publishing, 2018.

WABGOU, M. et al. **Movimiento Social Afrocolombiano, Negro, Raizal y Palenquero: el largo camino hacia la construcción de espacios comunes y alianzas estratégicas para la incidencia política en Colombia**. Primera edición ed. Bogotá D.C., Colombia: Universidad Nacional de Colombia-Sede Bogotá, Facultad de Derecho, Ciencias Políticas y Sociales, Instituto Unidad de Investigaciones Jurídico-Sociales Gerardo Molina-UNIJUS, 2012.

WADE, P. **Gente negra, nación mestiza: dinámicas de las identidades raciales en Colombia**. Santa Fe de Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología-Editorial Universidad de Antioquia, 1997.

WADE, P. Estudios afrodescendientes en Latinoamérica: racismo y mestizaje. **Tabula Rasa**, n. 27, 2017.

WARORWANT. **Our work | War on Want**. Disponível em: <<https://waronwant.org/>>. Acesso em: 17 jul. 2022.

ZAMBRANO, C. G.; MONDRAGÓN, H. Os “megaprojetos” e a “nova ruralidade” no campo colombiano. Uma análise crítica. **Anais do IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina**, p. 10, 14 set. 2010.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Dados da participante

Nome: _____ Data de nascimento: _____
 Estado civil: _____ Filhos (as): _____
 Local de nascimento: _____ Local atual de residência: _____
 Organização que atua: _____ Cargo/posição na organização: _____

1. Processos organizativos

Observar interesse, organização, recursos, repertório de ação e oportunidades

a) Trajetória de formação da organização

Como surge a organização?

Quais eram os objetivos quando foi fundada? E os atuais?

Quais são/foram as formas de atuação?

Como se conseguiu os recursos financeiros para a atuação? Desde a fundação, como isso mudou?

Quem fundou e/ou fez parte da fundação da organização?

Que tipos de organizações e lideranças fizeram parte?

b) Estrutura organizativa

Quem faz parte da organização? Quantas pessoas? Qual o perfil?

Como se elegem as lideranças? Quais características necessárias?

Que tipos de organizações fazem parte?

Como as pessoas se vinculam aos processos organizativos e o que as motivam a participar?

Que atividades desenvolvem?

O que defendem e reivindicam?

Como se organizam para execução das atividades?

c) Interação

Que tipo de apoio/relação se tem com entidades não governamentais?

Que tipo de apoio/relação se tem com entidades internacionais?

Que tipo de apoio/relação se tem com o Estado?

Que tipo de apoio/relação se tem com organizações/movimentos feministas?

Como a organização e sua atuação é entendida pelo Estado?

Como entende e lida com os diferentes tipos de instituições? (alianças, disputas, concorrência)

d) Repertório de ações

Em quais contextos, tem-se realizado ações coletivas e quais as motivações?

Quais estratégias têm sido utilizadas por vocês?

Qual a relevância dessas ações no processo da organização?

Desenvolvem ações coletivas articuladas com movimentos e outras organizações? Quais?

Como tem sido a resposta do entorno às ações coletivas desempenhadas?

e) Interesse

Por que é relevante?

Quais têm sido os principais avanços conquistados?

Quais têm sido os principais desafios?

Como se deu a sua inserção na organização?

Qual o seu papel na organização?

O que aprendeu na relação com outras instituições? Quais aprendizados você destaca?

Quais os limites na liderança?

Quais resultados a nível pessoal, familiar e comunitário?

Quais reconhecimentos, vantagens e desvantagens da liderança comunitária?

Como é a conciliação de tempo nas atividades que desenvolve?

Quais os principais problemas que enfrenta?

O que pensam as pessoas de sua comunidade sobre sua atuação política? E sua família?

Como era sua atuação política antes e depois dos filhos? E o trabalho? (caso seja mãe)

Como articula sua trajetória de vida neste papel de líder?

Hoje sua motivação é a mesma da que quando começou?

O que é ser uma mulher liderança para você?

2. Deslocamento

a) Aspectos anteriores ao deslocamento

Como era sua vida onde morava?

Como estava conformada sua família?

Como era o lugar que vivia?

Com quem morava?

Quais eram as pessoas a quem estava mais vinculada neste período?

Como era a casa onde morava?

Como ocupava seu tempo livre?

Quais são as lembranças que tem dessa época?

Como era a relação com esse espaço? (território, territorialidade)

Como eram as relações com familiares, vizinhança e outras pessoas relevantes?

Existem costumes tradicionais e/ou religiosos que você participava? Se sim, quais?

Quais eram seus projetos de vida à essa época?

Quem assumia as responsabilidades econômicas no lar?

Que situações marcaram sua vida neste lugar?

b) Contexto

Quais circunstâncias te levaram ao deslocamento?

Com que idade aconteceu o deslocamento? se teve outros, quando ocorreram?

Conte como foi sua vinda. Em que circunstâncias?

Houve fatores percebidos antes do deslocamento? se sim, quais? (avaliar grau de exposição à violência, riscos, ameaças)

Você fez a solicitação de registro de vítima (RUV)? se sim, quando? Como foi o processo? se sentiu atendida?

Outras pessoas do seu convívio vieram com você? Se sim, quem?

Conhecia pessoas no local de chegada? se sim, quem (pessoas, organizações)

A que se dedicou quando chegou? Como conseguiu emprego? (tipo de contrato)

O que significa o deslocamento para você?

c) Aspectos relacionados às mudanças, rupturas e as habilidades e as condições de reconstrução

Quais mudanças o deslocamento gerou na sua vida? E da sua família?

Como foi a integração a um novo lugar?

Houve alterações familiares depois de sua vinda? (casamento, separação, filhos)

Quais são/foram suas principais vivências na cidade de chegada?

Teve rede de apoio? (redes de apoio, organizações, apoio do governo e de ONGs).

A que se dedica hoje em dia? Trabalha? Estuda?

O que faz no seu tempo livre?

Você voltou alguma vez para sua casa/cidade? Como foi?

Como é/foi sua relação com os costumes tradicionais de sua região neste novo lugar? (caso tenha)

Que dificuldades encontrou?

Que diferenças encontrou?

Como influenciam essas características da cidade na sua forma de atuar e se relacionar?

APÊNDICE B – LISTA E DURAÇÃO DE ENTREVISTAS

Nome	Duração	Processo organizativo
Dora*	02:27:18	<i>Organização 7</i>
Celina Casquete Rosas	00:30:52	<i>RedmuPaz</i>
Cinthia*	02:19:43	<i>Madres por la Vida e Red Mariposas de Alas Nuevas</i>
Jade*	01:20:47	<i>Madres por la Vida e Red Mariposas de Alas Nuevas</i>
Malaika*	02:36:22	<i>Madres por la Vida e Red Mariposas de Alas Nuevas</i>
Margarida*	01:09:11	<i>Organização 7</i>
Samaria*	02:16:10	<i>Asociación de Mujeres y Hombres de Triana</i>
Luz Dary Vida y Resistencia*	02:01:39	<i>Madres por la Vida e Red Mariposas de Alas Nuevas</i>
Esmeralda*		<i>Fundación de Desplazados del Pacífico Colombiano</i>
Sandra Milena Garces Sinisterra	00:39:11	<i>FundaProductividad</i>
Edna Ruth Sarria Diaz	00:29:12	<i>Secretaria de las Mujeres Equidad de Género e Igualdad de Derechos Urbano y Rural do Distrito de Buenaventura</i>

Fonte: autora

APÊNDICE C – LINHA DO TEMPO CASA DA MEMÓRIA DE TRIANA

Tipo de evento	Ano	Tipo de ação
Deslocamentos, massacres <i>Bajo Zaragoza, Tubos, Catanga</i> <i>Cisneros</i>	2000	
Massacres <i>Zaragoza</i> , deslocamentos AUC	2001	
Desaparições e “ <i>señalamientos</i> ”	2002	
Massacre de 6 pessoas	2003	
Queima de “ <i>mulas</i> ” e “ <i>hostigamientos</i> ”	2004	
Desaparições e detenções	2005	Início de processo de resistência
Avalanche (desastre ambiental) em Bendiciones	2006	
Mineração ilegal, danos ambientais, mortes seletivas	2007	Audiência pública (MOVICE e NOMADESC)
Construção da via dupla	2008	
Vítimas: Carmen Rosa Aranduro, Emma Arboleda, Diana María López	2008	
Assassinatos	2009	<i>Minga</i> para construção da Casa da Memória
Assassinatos (fevereiro-outubro)	2010	Caravana pela Vida e a Memória das Cruzes
Assassinato e desapareições	2011	Comemoração Casa da Memória de Triana (troncos de madeira)
Extorsões e Violações de DDHH	2012	Construção Casa da Memória
Assassinatos e desaparecimentos forçados	2013	
Violações de DDHH	2014	Reunião de vítimas com as FARC
Desaparições forçadas	2015	Aliança com Fundescodes, <i>Minga</i> da Memória CNMH
Assassinatos	2016	Caravana pela vida e o território
Violações de DDHH	2017	Paralisação cívica para viver com dignidade e paz no território

Fonte: *Red Colombiana de Lugares de Memoria* (s/d)

APENDICE D – ASSASSINATO E DESAPARIÇÃO FORÇADO NO PERCURSO DAS INTERLOCUTORAS

Nome	Ano	Grau de parentesco	Tipo	Atribuição	Reconhecido pelo RUV
Cinthia	2007	filho	assassinato	paramilitares	sim
Jade	1987	marido	assassinato	paramilitares, Grupo Convivir	sim
	1998	irmão	assassinato	paramilitares	não
	2014	filho	assassinato	Guerra	não
Malaika	1989	pai	assassinato	-	-
Luz Dary	1998	irmão	desaparecimento forçado	-	sim
	1998	irmão	desaparecimento forçado	-	sim
Samaria	2000	marido	massacre	paramilitares	sim

Fonte: autora, a partir das entrevistas.

APENDICE E – DESLOCAMENTO FORÇADO NO PERCURSO DAS INTERLOCUTORAS

Deslocamento interno forçado no percurso das interlocutoras

Nome	Idade	Ano	Saída	Chegada	Atual	Reconhecido?
Cinthia	44	2006	<i>San Francisco (Comuna 7), Buenaventura</i>	<i>Urbanización Bahía (Comuna 10), Buenaventura</i>	<i>San Francisco</i>	sim
	58	2020	<i>San Francisco (Comuna 7), Buenaventura</i>	<i>Cali, Valle del Cauca</i>		sim
Jade	22	1987	<i>Cartago - Valle del Cauca</i>	<i>Buenaventura</i>	<i>Matias Murumba</i>	-
	36	2001	<i>Matias Murumba (Comuna 12), Buenaventura</i>	não identificado		-
	49	2014	<i>Matias Murumba (Comuna 12), Buenaventura</i>	<i>Cali, Valle del Cauca</i>		-
Malaika	16	1997	<i>Bairro El Ruiz, Buenaventura, Comuna 12</i>	<i>Cali, Valle del Cauca</i>	<i>El Ruiz</i>	não
	19	2000	<i>Buenaventura</i>			não
	20	2001	<i>Buenaventura</i>			não
Luz Dary	28	1998	<i>Punta Ardita, Chocó</i>	<i>La Gloria (Comuna 12), Buenaventura,</i>	<i>La Gloria</i>	sim
Samaria	37	2000	<i>Triana, zona rural de Buenaventura</i>	<i>Buenaventura</i>	<i>Triana</i>	sim
Esmeralda	22	2003	<i>Bajo Calima, zona rural de Buenaventura</i>	<i>El Esfuerzo, Buenaventura</i>	<i>El Esfuerzo</i>	sim

Fonte: autora, a partir das entrevistas.

APENDICE F – REGISTROS FOTOGRÁFICOS

Liderança da *Asociación de Mujeres y Hombres de Triana*



Foto: Isis Medeiros

Liderança em riacho em Buenaventura



Foto: Isis Medeiros

Vista do farol do *Malecón Bahía de la Cruz* em Buenaventura



Foto: Isis Medeiros

Malecón Bahía de la Cruz em Buenaventura



Foto: Isis Medeiros

Bases militares em *Ladrillos*, Buenaventura



Foto: Isis Medeiros

Militar em *Ladrillos*, Buenaventura



Foto: Isis Medeiros

ANEXO A – Lista de publicações online que mencionam *FundaProductividad*

Ano	Autoria	Título
31/07/2017	Valle del Cauca	<u><i>Empoderamiento de la mujer afro a través de su estética</i></u>
2019	Buenaventura en Linea	<u><i>Destila Patrimonio” será la estrategia de la Fundación Sociedad Portuaria Buenaventura para salvaguardar el patrimonio de la región.</i></u>
16/05/2019	Valle del Cauca	<u><i>El Viche, una bebida que busca posicionarse y reivindicar el saber ancestral de las comunidades del Pacífico</i></u>
08/09/2019	Semana	<u><i>El viche, una bebida tradicional del Pacífico que podría exportarse</i></u>
16/09/2019	Valle del Cauca	<u><i>El Viche, una bebida que busca posicionarse y reivindicar el saber ancestral de las comunidades del Pacífico</i></u>
2020	Buenaventura en Linea	<u><i>Gobernación del Valle impulsará proceso de formalización del Viche en el Pacífico</i></u>
23/07/2020	Somos Parte de la Solucion	<u><i>La Boutique del Pacífico”: una nueva apuesta a la innovación</i></u>
27/09/2020	El Pais	<u><i>El Viche un sabor ancestral que quiere volverse patrimonio</i></u>
21/05/2021	Artesanias Colombia	<u><i>Un lugar que exalta la cultura del pacífico colombiano</i></u>
17/12/2021	CCBUN	<u><i>Informe Buenaventura Fashion 2021</i></u>
31/03/2022	Soy de Buenaventura	<u><i>Fundaproduktividad socializó el evento Marimba, Son y Sabor</i></u>
27/06/2022	OIM	<u><i>USAID y OIM apoyan participación de comunidades en el Buenaventura Fashion 2022</i></u>

Fonte: elaboração própria com dados coletados em julho de 2022, em mecanismo de busca no período de junho de 2017 a junho de 2022.

**ANEXO B – Lista de publicaciones que mencionan assinatura pública da *Associação*
*Mujeres y Hombres de Triana***

Ano	Autoria	Título
03/2015	<i>Movimiento de Víctimas</i>	<u><i>Incumplimiento del Estado a organizaciones sociales y de DDHH del Valle del Cauca</i></u>
09/2015	<i>Coeuropa</i>	<u><i>Acreditación Urgente Nuevo Representante en Colombia de la Oficina del Alto Comisionado de DDHH de Naciones Unidas</i></u>
09/2015	<i>Podion</i>	<u><i>CARTA DE LAS ORGANIZACIONES SOCIALES Y SOCIEDAD CIVIL AL PRESIDENTE DE LA REPÚBLICA POR LA DIRECCIÓN DEL CENTRO NACIONAL DE MEMORIA HISTÓRICA - CNMH</i></u>
09/2015	<i>Movimiento de Víctimas</i>	<u><i>Fallo Del Tribunal De Popayán Que Ordena La Detención De Feliciano Valencia Es Político No Jurídico</i></u>
09/2015	<i>CRIC-Colombia</i>	<u><i>Acción Urgente por la libertad de Feliciano Valencia</i></u>
03/2016	<i>Sitios de Memoria</i>	<u><i>RESLAC saluda anulación de indulto a Alberto Fujimori – RESLAC</i></u>
03/2016	<i>Femenino Rural</i>	<u><i>Profunda indignación internacional ante el asesinato de la líder indígena Berta Cáceres en Honduras</i></u>
03/2016	<i>Attacmaroc</i>	<u><i>DECLARATION: INDIGNATION INTERNATIONALE APRES LE MEURTRE DE BERTA CÁCERES, DIRIGENTE INDIGENE DU HONDURAS</i></u>
03/2016	<i>Conferencia Cnoa</i>	<u><i>Carta del Movimiento de Mujeres al Presidente de la Republica sobre el Proceso de paz</i></u>
6/2016	<i>Verdad Pacifico</i>	<u><i>Carta al Presidente desde las organizaciones sociales, por tratamiento del Gobierno Nacional a la Minga Nacional</i></u>
09/2016	<i>Asociacion Minga</i>	<u><i>Movimientos sociales y de DDHH solicitan permanencia de Todd Howland en Colombia</i></u>
10/2016	<i>Renascientes</i>	<u><i>CONTINÚA PERSECUCIÓN Y CRIMINALIZACIÓN DE LÍDERES SOCIALES EN COLOMBIA</i></u>
03/2017	<i>Comosoc</i>	<u><i>Libertad inmediata a líderes y lideresas detenidas arbitrariamente por orden de fiscales que favorecen intereses paramilitares</i></u>
07/2018	<i>Colectivodeabogados</i>	<u><i>Urge la entrada en funcionamiento de la UBPD</i></u>
03/2019	<i>Nomadesc</i>	<u><i>S.O.S COLOMBIA</i></u>

01/2018	Verdad Abierta	<u>ASESINADO ENTRAÑABLE LÍDER DEFENSOR DE DERECHOS HUMANOS Y MIEMBRO DEL PROCESO DE COMUNIDADES NEGRAS TEMISTOCLES MACHADO</u>
10/2018	Justicia y Paz	<u>Carta abierta al Papa. La impostergable paz en Colombia.</u>
10/2018	Podion	<u>La impostergable paz en Colombia</u>
03/2019	Onic	<u>S.O.S COLOMBIA - PASAR DE LAS ACCIONES DE GUERRA CONTRA LA MINGA A MANIFESTACIONES DE RESPETO, VOLUNTAD POLÍTICA Y CUMPLIMIENTO DE ACUERDOS FIRMADOS POR EL ESTADO COLOMBIANO</u>
09/2020	Movimiento de Víctimas	<u>INICIO DE OBRAS DE DRAGADO EN SAN ANTONIO (BUENAVENTURA) PUEDE OCASIONAR GRAVES AFECTACIONES EN ACUAFOSAS O LUGARES DONDE YACEN PERSONAS DESAPARECIDAS</u>
02/2021	Kavilando	<u>S.O.S. Buenaventura. Organizaciones sociales piden se conforme Misión Nacional e Internacional de verificación In Situ.</u>
02/2021	CDHAL	<u>Colombia : S.O.S Buenaventura</u>
03/2019	Paradigma Media	<u>Exigen al presidente de Colombia Ivan Duque pasar de las acciones de guerra contra la Minga a manifestaciones de respeto, voluntad política y cumplimiento de los acuerdos firmados por el Estado</u>
10/2019	Movimiento de Víctimas	<u>COMUNICADO PÚBLICO DE APOYO A LA FUNDACIÓN COMITÉ DE SOLIDARIDAD CON LOS PRESOS POLÍTICOS – FCSP</u>
03/2019	Red-Alas	<u>Colombia: S.O.S desde el Cauca; Llamado para apoyar la Minga por la Defensa de la Vida, el Territorio, la Democracia, la Justicia y la Paz</u>
03/2020	Info Aut	<u>Colombia: appello del Congreso de los Pueblos in sostegno dei carcerati</u>
04/2019	Biodiversidadla	<u>Organizaciones sociales, defensoras de los derechos humanos, académicos, demócratas, humanistas y líderes políticos exigen al presidente de Colombia Iván Duque Marquéz</u>
03/2021	Paz con Dignidad	<u>Colombia – Misión Internacional de verificación a Buenaventura</u>
03/2020	Congreso de los Pueblos	<u>ACCIÓN URGENTE CÁRCELES 01 INPEC Y POLICÍA HACEN USO EXCESIVO DE LA FUERZA CONTRA LA POBLACIÓN PRIVADA DE LA LIBERTAD</u>
03/2020	PASC	<u>Inpec y policía hacen uso excesivo de la fuerza contra la población privada de la libertad</u>
03/2020	Una nueva normalidad	<u>Manifiesto por una nova normalidade</u>
05/2021	Movimiento de Víctimas	<u>Organizaciones de la sociedad civil solicitan intervención internacional en Valle del Cauca ante masivas desapariciones durante protestas sociales</u>

03/2020	LapLuma	<u>Colombia: Numerosas organizaciones de DD.HH y sociales denuncian al mundo la masacre de Estado en las cárceles</u> <u>El modelo de combate a las epidemias en tiempos de duquería</u>
04/2020	Humanidad Vigente	<u>Las víctimas exigimos garantías para sobrevivir a la cuarentena en condiciones dignas</u>
05/2020	Red Colombia	<u>DECLARACION DE SOLIDARIDAD CON SILOÉ</u>
03/2016	Cadtm	<u>Profunda indignación internacional ante el asesinato de la líder indígena Berta Cáceres en Honduras</u>
03/2020	Cofb	<u>ACCIÓN URGENTE CARCELES 01</u> <u>INPEC y POLICIA HACEN USO EXCESIVO DE LA FUERZA CONTRA LA POBLACIÓN PRIVADA DE LA LIBERTAD</u>
05/2021	DH Colombia	<u>Organizaciones de la sociedad civil solicitan intervención internacional ante masivas desapariciones durante protestas sociales en Colombia</u>
12/2021	Prensa rural	<u>Que paren los montajes judiciales y la estigmatización contra el movimiento popular</u>
03/2018	Viva	<u>Sociedad civil rechaza persecución política contra los luchadores sociales Senador Alberto Castilla y el Representante Germán Carlosama</u>
05/2021	Coljuristas	<u>Organizaciones de la sociedad civil solicitan intervención internacional ante masivas desapariciones durante protestas sociales en Colombia</u>
05/2021	Arco Iris	<u>Sí a la vida. Sí a la paz. Sí al nuevo país</u>
12/2021	Avaaz	<u>CON AMENAZAS QUIEREN CALLAR LA VOZ DE DESTACADOS DIRIGENTES DE OPOSICIÓN EN COLOMBIA</u>

Fonte: autora, com dados coletados em julho de 2022, em mecanismo de busca do período de março de 2015 a dezembro de 2021.

**ANEXO C – Lista de materias online que mencionan *Red Mariposas de Alas Nuevas*
Construyendo el Futuro (2014-2022)**

Ano	Autor	Título
11/09/2014	Caracol Radio	<u>La ONG colombiana Red Mariposas de Alas Nuevas gana el Premio Nansen</u>
11/09/2014	Ultima Hora	<u>La ONG colombiana Red Mariposas de Alas Nuevas gana el Premio Nansen</u>
12/09/2014	UNHCR Italia	<u>il più alto riconoscimento dell'agenzia delle nazioni unite per i rifugiati va alla rete per i diritti delle donne colombiane</u>
12/09/2014	Caracol Radio	<u>En fotos: Vea las ganadoras del premio Nansen por ayuda a desplazados</u>
12/09/2014	Caracol Radio	<u>Por primera vez Colombia recibe el premio Nansen por ayuda a desplazados</u>
12/09/2014	BBC	<u>Colombia: "Somos unos vivientes muertos"</u>
28/09/2014	El Diario	<u>Un ejército de "mariposas" para frenar la violencia contra las mujeres en Colombia</u>
29/09/2014	ACNUR	<u>Juanes felicita a las Mariposas de Alas Nuevas #PremioNansen 2014 ACNUR</u>
29/09/2014	El Colombiano	<u>ONU reconoce valor de la red Mariposas en Buenaventura</u>
29/09/2014	Naciones Unidas	<u>La organización Red Mariposas, de Colombia, recibe el premio Nansen de ACNUR</u>
29/09/2014	Caracol Radio	<u>Entregan el premio Nansen a la ONG colombiana Red Mariposas de Alas Nuevas</u>
29/09/2014	Wradio	<u>Hoy entregarán premio Nansen a ONG Red Mariposas de Alas Nuevas</u>
30/09/2014	Corresponsaldepaz	<u>Narrativas para un mundo mejor</u>
30/09/2014	InformaTV	<u>Noticiero InformaTV en Breve - 30 de septiembre de 2014</u>
02/10/2014	Caracol Radio	<u>La estrategia de las colombianas ganadoras del premio Nansen es el "comadreo"</u>
09/10/2014	NPR	<u>Gangs Can't Stop Colombia's Butterflies From Rescuing Women In Need</u>
14/10/2014	ACNUR Comité español	<u>Elena Anaya entrevista a una de las ganadoras del premio Nansen 2014</u>
02/11/2014	RTVE	<u>Red mariposas de alas nuevas: construyendo futuro</u>
21/05/2015	alianza por la solidaridad	<u>Las Mariposas, la historia de unas mujeres valientes en Colombia</u>
02/09/2015	Centro Nacional de Memoria Histórica	<u>Rechazamos feminicidio en Buenaventura</u>
13/08/2017	Verdade Abierta	<u>Comadreando se resiste a la violencia en Buenaventura</u>
2018	Centro Nacional de Memoria Histórica	<u>Comadronas, parteras y sabedoras tradicionales han sostenido el conocimiento milenario de los afrocolombianos e indígenas sobre plantas medicinales, que todos los días rescatan y protegen vidas en Buenaventura.</u>
30/01/2018	El Espectador	<u>Gloria Arboleda, otra líder valiente de Buenaventura</u>

17/02/2018	<i>Colombia Plural</i>	<u><i>¿Quién define qué es seguridad para las mujeres del Pacífico?</i></u>
05/07/2019	<i>Comisión de la Verdad</i>	<u><i>Bibiana Peñaranda - Red Mariposas de Alas Nuevas Construyendo Futuro</i></u>
14/11/2019	<i>Fondo de Acción Urgente América Latina y el Caribe</i>	<u><i>CUIDANDERAS: Black sisterhood of the Pacific - Chap. 2</i></u>
27/02/2020	<i>Mar de Fuegositos</i>	<u><i>«La guerra es racista y queremos evitar que el proceso de paz también lo sea»</i></u>
05/01/2021	<i>Somos Partes de la Solución</i>	<u><i>Alas nuevas para las mujeres del Valle del Cauca, Magdalena y Bogotá</i></u>
26/07/2021	<i>Comisión de la Verdad</i>	<u><i>Comemoración del día de la mujer afrolatina</i></u>
17/11/2021	<i>Pikamazine</i>	<u><i>La violencia de Colombia resistida por las “patidescalzas”</i></u>
08/03/2022	<i>Mundubat</i>	<u><i>Colombia-8M 2022</i></u>
29/06/2022	<i>SWI Info</i>	<u><i>Un informe de "verdad verdadera" de pueblos que sufren violencia en Colombia</i></u>
2022	<i>Comisión de la Verdad</i>	<u><i>Comadrear la pérdida</i></u>

Fonte: autora, com dados coletados em julho de 2022, em mecanismo de busca do período de setembro de 2014 a julho de 2022.